


Administração Amaral de Souza Ano IV

A stylized graphic of the state of Rio Grande do Sul, composed of several overlapping outlines in white, dark grey, and light grey. The outlines are semi-transparent, creating a layered effect. The shape is centered on the page and occupies most of the middle section.

MENSAGEM DO
GOVERNADOR DO ESTADO
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO RIO GRANDE DO SUL

1983

Construindo hoje o futuro do Rio Grande



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
José Augusto Amaral de Souza

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Octávio Baduí Germano

CHEFE DA CASA CIVIL
Augusto Borges Berthier

CHEFE DA CASA MILITAR
Luiz Diógenes Chaves Couto

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA
Mondercil Paulo de Moraes

CONSULTOR GERAL DO ESTADO
Mário Bernardo Sesta

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
Carlos Roberto Martins Brasil
Assessoria Técnica

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA
Celestino G. Goulart

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Mauro Knijnik

**SECRETÁRIO DA SAÚDE
E DO MEIO AMBIENTE**
Germano Mostardeiro Bonow

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA
José Alfredo Marques da Rocha

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
Carlos Wilson Schröder

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Olimpio Cavalcanti de
Albuquerque Tabajara

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA
José Oswaldo Leivas Job

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
Roberto Eduardo Xavier
Assessoria de Comunicação Social

SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
João Salvador de Souza Jardim

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
Carlos Alberto Allgayer

**SECRETÁRIO DO INTERIOR,
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
OBRAS PÚBLICAS**
José Luiz Rocha Paiva

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES
Firmino Girardello

**SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E
COMUNICAÇÕES**
Romeo de Almeida Ramos

**SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E
PLANEJAMENTO**
Eduardo Emilio Maureli Müller

**SECRETÁRIO DE CULTURA, DESPORTO
E TURISMO**
Luiz Carlos Barbosa Lessa

SUMÁRIO

I	— MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	9
II	— ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	33
	— Assessoria Técnica do Gabinete do Governador	33
	Desempenho 1979/82	37
	— Defesa Civil	37
	Desempenho 1979/82	38
	— Gabinete da Primeira Dama	38
	Desempenho 1979/82	39
	— Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano — CEDU	41
	Desempenho 1979/82	41
	— Pólo Petroquímico do Sul	44
	Desempenho 1979/82	44
	— Comissão Estadual de Energia do Rio Grande do Sul — CENERGS	48
	Desempenho 1979/82	48
	— Procuradoria Geral da Justiça — PGJ	53
	Desempenho 1979/82	53
	Realizações 1982	55
	Programa Processo Judiciário	55
	— Procuradoria Geral do Estado — PGE	57
	Desempenho 1979/82	59
	— Secretaria da Justiça — SJ	61
	Desempenho 1979/82	63
	Realizações 1982	65
	Programa Processo Judiciário	65
	Programa Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial	70
	— Secretaria de Coordenação e Planejamento — SCP	73
	Desempenho 1979/82	73
	Realizações 1982	77
	Programa Planejamento Governamental	77
	— Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — FAPERGS	83
	Desempenho 1979/82	83
	Realizações 1982	84
	Programa Ciência e Tecnologia	84
	— Fundação de Ciência e Tecnologia — CIENTEC	85
	Desempenho 1979/82	85
	Realizações 1982	88
	Programa Ciência e Tecnologia	89
	— Fundação de Economia e Estatística — FEE	91
	Desempenho 1979/82	91
	Realizações 1982	94
	Programa Planejamento Governamental	94
	— Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — BADESUL	96
	Desempenho 1979/82	96
	Realizações 1982	99
	Programa Planejamento Governamental	99
	— Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria — CECNAI	100
	Desempenho 1979/82	100
	— Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul — CONRHIRGS	101
	Desempenho 1979/82	101
	— Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE	102
	Desempenho 1979/82	102
	Realizações 1982	104
	Programa Serviços Financeiros	104
	— Secretaria da Fazenda — SF	107
	Desempenho 1979/82	107
	Realizações 1982	109
	Programa Administração	109
	Programa Administração Financeira	110
	Programa Planejamento Governamental	111
	— Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul — CEE/RS	117
	Desempenho 1979/82	117
	Realizações 1982	118
	Programa Administração Financeira	118
	— Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL	119
	Desempenho 1979/82	119
	Realizações 1982	122

Realizações 1982	246
Programa Recursos Minerais	246
Programa Carvão Mineral	247
- Companhia Riograndense de Nitrogenados — CRN	248
Desempenho 1979/82	248
Realizações 1982	250
Programa Carvão Mineral	250
- Secretaria dos Transportes — ST	252
Desempenho 1979/82	252
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER	252
Desempenho 1979/82	252
Realizações 1982	253
Programa Transporte Rodoviário	253
- Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — DEPRC	254
Desempenho 1979/82	254
Realizações 1982	256
Programa Transporte Hidroviário	256
- Departamento Aeroviário do Estado — DAE	257
Desempenho 1979/82	257
Realizações 1982	258
Programa Transporte Aéreo	258
- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — CINTEA	259
Desempenho 1979/82	259
Realizações 1982	260
Programa Transporte Rodoviário	260
- Secretaria de Educação — SE	262
Desempenho 1979/82	262
Realizações 1982	265
Programa Administração	265
Programa Ensino de Primeiro Grau	269
Programa Ensino de Segundo Grau	274
Programa Ensino Superior	275
Programa Ensino Supletivo	279
Programa Educação Física e Desportos	280
Programa Assistência a Educandos	282
- Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional — FAERS	287
Desempenho 1979/82	287
Realizações 1982	290
Programa Educação Especial	290
- Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha — FETLSVC	291
Desempenho 1979/82	291
Realizações 1982	292
Programa Ensino de Segundo Grau	292
- Fundação Televisão Educativa — FTVE	293
Desempenho 1979/82	293
Realizações 1982	294
Programa Administração	294
- Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — SSMA	299
Desempenho 1979/82	299
Realizações 1982	301
Programa Saúde	301
Programa Proteção ao Meio Ambiente	310
- Secretaria do Trabalho e Ação Social — STAS	326
Desempenho 1979/82	326
Realizações 1982	330
Programa Relações do Trabalho	330
Programa Assistência	330
- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — FEBEM	330
Desempenho 1979/82	330
Realizações 1982	333
Programa Assistência	333
- Fundação Gaúcha do Trabalho — FGT	336
Desempenho 1979/82	336
Realizações 1982	339
Programa Relações do Trabalho	339
- Fundação Sul-Riograndense de Assistência — FUNDASUL	341
Desempenho 1979/82	341
Realizações 1982	344
Programa Assistência	344
- Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação — FUNLAR	348
Desempenho 1979/82	348
Realizações 1982	350
Programa Assistência	350
- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB	354
Desempenho 1979/82	354
Realizações 1982	355
Programa Habitação	355
- Sistema Nacional de Emprego/RS — SINE/RS	356
Desempenho 1979/82	356
Realizações 1982	356
Programa Relações do Trabalho	356
- Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas — SDO	361
Desempenho 1979/82	361
Realizações 1982	363

Realizações 1982	246
Programa Recursos Minerais	246
Programa Carvão Mineral	247
- Companhia Riograndense de Nitrogenados - CRN	248
Desempenho 1979/82	248
Realizações 1982	250
Programa Carvão Mineral	250
- Secretaria dos Transportes - ST	252
Desempenho 1979/82	252
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER	252
Desempenho 1979/82	252
Realizações 1982	253
Programa Transporte Rodoviário	253
- Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC	254
Desempenho 1979/82	254
Realizações 1982	256
Programa Transporte Hidroviário	256
- Departamento Aeroviário do Estado - DAE	257
Desempenho 1979/82	257
Realizações 1982	258
Programa Transporte Aéreo	258
- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA	259
Desempenho 1979/82	259
Realizações 1982	260
Programa Transporte Rodoviário	260
- Secretaria de Educação - SE	262
Desempenho 1979/82	262
Realizações 1982	265
Programa Administração	265
Programa Ensino de Primeiro Grau	269
Programa Ensino de Segundo Grau	274
Programa Ensino Superior	275
Programa Ensino Supletivo	279
Programa Educação Física e Desportos	280
Programa Assistência a Educandos	282
- Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional - FAERS	287
Desempenho 1979/82	287
Realizações 1982	290
Programa Educação Especial	290
- Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha - FETLSVC	291
Desempenho 1979/82	291
Realizações 1982	292
Programa Ensino de Segundo Grau	292
- Fundação Televisão Educativa - FTVE	293
Desempenho 1979/82	293
Realizações 1982	294
Programa Administração	294
- Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA	299
Desempenho 1979/82	299
Realizações 1982	301
Programa Saúde	301
Programa Proteção ao Meio Ambiente	310
- Secretaria do Trabalho e Ação Social - STAS	326
Desempenho 1979/82	326
Realizações 1982	330
Programa Relações do Trabalho	330
Programa Assistência	330
- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM	330
Desempenho 1979/82	330
Realizações 1982	333
Programa Assistência	333
- Fundação Gaúcha do Trabalho - FGT	336
Desempenho 1979/82	336
Realizações 1982	339
Programa Relações do Trabalho	339
- Fundação Sul-Riograndense de Assistência - FUNDASUL	341
Desempenho 1979/82	341
Realizações 1982	344
Programa Assistência	344
- Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação - FUNLAR	348
Desempenho 1979/82	348
Realizações 1982	350
Programa Assistência	350
- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB	354
Desempenho 1979/82	354
Realizações 1982	355
Programa Habitação	355
- Sistema Nacional de Emprego/RS - SINE/RS	356
Desempenho 1979/82	356
Realizações 1982	356
Programa Relações do Trabalho	356
- Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - SDO	361
Desempenho 1979/82	361
Realizações 1982	363

Programa Administração	363
Programa Planejamento Governamental	364
- Programa Preservação de Recursos Naturais Renováveis	366
Programas Integrados	367
Programa Urbanismo	368
- Fundação Metropolitana de Planejamento — METROPLAN	375
Desempenho 1979/82	375
Realizações 1982	379
Programa Regiões Metropolitanas	379
- Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras — CEDRO	381
Desempenho 1979/82	381
Realizações 1982	382
Programa Processo Judiciário	382
Programa Administração	383
Programa Ensino de Primeiro Grau	389
Programa Saneamento	391
- Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN	391
Desempenho 1979/82	391
Realizações 1982	392
Programa Saneamento	392
- Secretaria de Segurança Pública — SSP	395
Desempenho 1979/82	395
Realizações 1982	397
Programa Segurança Pública	398
- Secretaria da Administração — SEA	403
Desempenho 1979/82	403
Realizações 1982	405
- Superintendência dos Transportes do Rio Grande do Sul — SUTERGS	407
Desempenho 1979/82	407
Realizações 1982	408
Programa Administração	408
- Instituto de Previdência do Estado — IPE	409
Desempenho 1979/82	409
Realizações 1982	410
Programa Administração Financeira	410
Programa Habitação	411
Programa Saúde	411
Programa Assistência	412
Programa Previdência	412
- Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos — FDRH	412
Desempenho 1979/82	412
Realizações 1982	414
Programa Administração	414
Programa Indústria	415
- Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas — CORAG	416
Desempenho 1979/82	416
Realizações 1982	417
Programa Administração	417
- Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo — SCDT	421
Desempenho 1979/82	421
Realizações 1982	424
Programa Cultura	425
Programa Turismo	433
- Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — FOSPA	435
Desempenho 1979/82	435
Realizações 1982	438
Programa Cultura	438
- Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore — FIGTF	438
Desempenho 1979/82	438
Realizações 1982	440
Programa Cultura	440
- Companhia Riograndense de Turismo — CRTUR	447
Desempenho 1979/82	447
Realizações 1982	449
- Fundação Teatro São Pedro — FTSP	451
Desempenho 1979/82	451



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM DO
GOVERNADOR DO ESTADO
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**



SECRETARIA DE CONTABILIDADE E TERCEIRIZAÇÃO

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 9.º andar

Senhor Presidente

Ao trazer à elevada consideração de Vossa Excelência e seus Eminentíssimos Pares esta Mensagem, estou cumprindo, com subida honra e imenso prazer, um dever constitucional.

É a prestação de contas ao povo, através de seus legítimos representantes, dos negócios do Estado no período de 1982. Ao fazê-la ressaltar, em primeiro lugar, que, no Rio Grande do Sul, mercê de Deus e do espírito libertário de seus homens públicos, o princípio da independência e harmonia dos poderes tem sido observado e, diria até, cultuado por parlamentares e agentes do Executivo.

É por ser a responsabilidade a contraparte da liberdade, aqui está a exposição dos negócios do Estado, onde se retratam as realizações e atividades executadas pelo Governo cujo período está por findar.

Início referindo-me ao Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado empenhou todos os seus esforços para, em conjunto com o Governo Federal, concluir o projeto ainda nesta administração.

No período 1979/1982 o Governo do Estado aplicou, a preços correntes, Cr\$ 801.236.164,00 na implantação do Pólo, havendo ainda em fase de aprovação junto ao Banco Nacional da Habitação obras já licitadas cujos valores atingem 1,5 bilhão de cruzeiros.

A preparação de recursos humanos para o Pólo, tanto na fase de construção como na de operação, mereceu toda a atenção, tendo sido desenvolvidos programas em conjunto de órgãos da administração federal e estadual. Foi estabelecida uma meta de 4.896 pessoas a serem treinadas para servir na demanda de mão-de-obra no citado empreendimento.

O estudo que fiz com o aspecto social, cujo objetivo era a elaboração de Programas Urbanos para atender a futura população vinculada ao Projeto, resultou na criação de um novo núcleo urbano acoplado a uma cidade já existente, para aproveitar a infra-estrutura já construída. Ainda em relação a parte de infra-estrutura foi elaborado o Plano Diretor do Pólo Petroquímico, composto por um roteiro para implantação das unidades industriais.

A conservação do meio ambiente, considerada aspecto prioritário do Projeto, recebeu um Programa Geral de Proteção Ambiental visando:

Ao Exmo. Sr.
Antenor Ferrari
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Farroupilha
Nesta Capital

- o estabelecimento de um sistema de proteção dos ecossistemas da área de influência do Pólo;
- a manutenção de níveis adequados de qualidade do ar, água e solo na área do Complexo Petroquímico;
- a implantação de um sistema de padrões de qualidade para os resíduos resultantes das atividades desenvolvidas.

Todos estes projetos foram realizados por empresas consultoras ou órgãos da administração estadual ligados à área de proteção ambiental.

Paralelamente, foi levada a efeito uma concorrência internacional para verificar o impacto dos efluentes sólidos, líquidos e gasosos resultantes da instalação e funcionamento do Pólo sobre as condições ambientais na sua área de influência e para indicar as medidas a serem adotadas para controlar e manter os padrões recomendáveis na região.

Deve-se dizer que no estudo dos ecossistemas existentes e suas interações, no sistema de controle e tratamento de resíduos, no sistema de proteção vegetal, no levantamento das condições sanitárias de áreas de influência, enfim, foram tomadas, por parte do Governo, todas as precauções dentro do que mais moderno existe no mundo sobre o assunto, para prevenir e minimizar ao máximo qualquer causa ou perigo de poluição que eventualmente possa atentar contra a saúde da população.

Na parte de infra-estrutura, além das obras de emergência realizadas para permitir a implantação das obras civis e industriais do Projeto, foi instalada uma subestação transformadora de energia elétrica, construídos viadutos rodoviários e edificada a sede administrativa do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico.

Com a finalidade de atrair unidades industriais para transformar aqui mesmo no Rio Grande do Sul as matérias-primas produzidas no Complexo Básico, foi destinada uma área de 1.781 hectares dotada de toda a infra-estrutura necessária. Foram ainda mantidos contatos junto a empresários nacionais e estrangeiros e feita remessa de material proporcional do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul para empresários dos Estados Unidos, Europa e países do Prata.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano — CEDU, criado com o objetivo de definir normas e diretrizes básicas para a execução da Política de Desenvolvimento Urbano do Estado, executou atividades de coordenação, normativas e executivas.

As atividades de coordenação trataram da articulação de organismos federais, estaduais e municipais, tendo em vista a implementação dos Programas de Apoio às Cidades de Porte Médio e de Transportes Urbanos, e dos Subprojetos Pelotas e do aglomerado urbano de Caxias do Sul do Programa CMP/BIRD, desenvolvido com recursos do Banco Mundial.

As outras atividades relacionam-se com o caráter normativo desse organismo no que tange à lei de parcelamento do solo. Foi estudada a legislação federal sobre a matéria e elaborado anteprojeto de lei estadual, definindo normas complementares àquela legislação, já enviado à Assembléia Legislativa sob a forma de Projeto de Lei.

Dentre as atividades de caráter executivo destaca-se o Programa de apoio às Cidades de Porte Médio, envolvendo o montante de Cr\$ 1,4 bilhão, dos quais Cr\$ 74,1 milhões oriundos de transferências da União, através do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, Cr\$ 1,3 bilhão de recursos do Estado, através de investimentos da COHAB e CORSAN, e Cr\$ 108 milhões de aporte direto dos Municípios.

Entre as atividades governamentais destaco a atuação do Gabinete da Primeira Dama do Estado voltou-se, de modo especial, para a criança na faixa etária de zero a sete anos incompletos. Durante 1979, Ano Internacional da Criança foi instituída a Comissão do Ano Internacional da Criança, presidida pela Senhora Mirian Gonçalves de Souza.

Do elenco de realizações posso mencionar o Projeto Criança Presente na Vida Comunitária e o Programa Estadual Pró-Creche.

O "Projeto Criança Presente na Vida Comunitária" tem por finalidade prioritariamente, atender crianças carentes menores de seis anos de idade, no campo da educação, da assistência alimentar e da saúde, em áreas periféricas da Capital e do interior do Estado. Atualmente 30.000 crianças em idade pré-escolar estão sendo atendidas em 1.600 núcleos existentes em 21 municípios do nosso Estado.

Estão ainda sendo construídos Centros de Atendimento Infantil em Vilas de Porto Alegre, em 9 Vilas de Viamão e 2 em Vilas de Alvorada, perfazendo 20 na Região Metropolitana de Porto Alegre; 1 em Torres e 1 em Santana da Boa Vista.

"Programa Estadual Pró-Creche" tem como objetivo oferecer atendimento à população infantil da faixa etária de zero a seis anos, oriunda de famílias de baixa renda, residentes nas periferias das cidades de maior população e industrialização do Estado, cujas mães estejam engajadas na força do trabalho. A meta inicialmente proposta de 25 creches foi ampliada e hoje 87 novas creches estão implantadas, atendendo a 6.490 crianças, em 63 municípios do Estado.

Cada creche possui uma área construída de 186m² e capacidade de atendimento para 70 crianças. Algumas unidades já foram construídas já mais ampliadas, com possibilidade de receber 120 crianças. Outro projeto desenvolvido pelo Gabinete da Primeira Dama é o "Banco de Alimentos", que tem por objetivo oferecer suplementação alimentar a Entidades Assistenciais Particulares. Na execução desse programa foi obtida a colaboração de 9 empresas da área de alimentação, que asseguraram quotas de seus produtos, mensalmente, a 258 dessas entidades da Capital e do Interior do Estado.

Foram realizadas ainda durante estes quatro anos, promoções de caráter cultural e de lazer para a comunidade porto-alegrense e promoções com a finalidade de arrecadar recursos, o resultado total de Cr\$ 20.298.665,53 (vinte milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco cruzeiros e cinquenta e três centavos) repassados a 243 Entidades Assistenciais.

Do desempenho da Procuradoria-Geral da Justiça pode-se destacar a instalação de 31 promotorias. Na Segunda Instância, o Ministério Público atuou em 23.039 processos, junto às Câmaras Cíveis e Criminais dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Em Primeira Instância, na esfera criminal, registrou a atuação em 155.140 inquéritos policiais e em 98.700 processos diversos, tendo assistido a 203.875 audiências. Em matéria cível, acusou a movimentação de 493.757 processos, nas Curadorias de Família e sucessões, Massas Falidas, Varas Cíveis, Acidentes de Trabalho e Menores. Destaca-se ainda a atuação em 53.268 processos da Vara de Registros Públicos, 30.369 processos da Justiça do Trabalho e 582 da Justiça Eleitoral. Foram apresentados 6.520 Recursos e Contra-Razões, assistidas 50.604 audiências e atendidas 359.662 pessoas.

A Procuradoria-Geral do Estado, na presente administração, concedeu especial atenção à prestação de assistência judiciária a populações carentes. Atualmente assistência judiciária e jurídica é oferecida em 148 municípios, com 194 advogados que, só no primeiro semestre de 1982, atenderam 143 mil pessoas. Nas zonas de maior procura potencial de clientela carente, foram criados, através de portarias os chamados escritórios periféricos, objetivando levar tal assistência mais perto dos necessitados.

Hoje, além dos 148 Escritórios Centrais, existem 37 escritórios periféricos, assim distribuídos: 19 em Porto Alegre, 16 na Região Metropolitana (sendo 7 em Canoas, 1 em Esteio, 4 em São Leopoldo, 4 em Viamão), 1 no presídio de Jacuí e 1 em Pelotas.

No que se relaciona com a Secretaria da Justiça no decorrer de 1979 a 1982, destacam-se os Cursos Profissionalizantes realizados nos presídios gaúchos, que atingiram o elevado número de 195, preparando 2.127 apenados. Na área da educação geral foram realizados cursos com o auxílio do MOBREAL, proporcionando alfabetização a 973 apenados e preparando mais de 1.396 alunos nos cursos de educação integrada de 1º e 2º graus.

Foram reaparelhados os serviços penitenciários com a conclusão de obras que atingiram várias regiões do Estado. Foram construídos os presídios de Santiago, de Canguçu, de Santo Ângelo, a Penitenciária de Charqueadas, o presídio regional de Santa Maria, o de Bagé e a nova cozinha do Instituto Psiquiátrico Forense. Com estas obras houve um incremento na capacidade da rede penitenciária da ordem de 14,85% ou de 624 detentos.

Além da conclusão destas obras, foram realizadas restaurações e ampliações no presídio de Erechim, no Instituto Psiquiátrico Forense, no Presídio Central de Porto Alegre e nos presídios de Pelotas, Iraí, Caxias do Sul e Santiago. Os recursos financeiros aplicados durante a atual administração, nas obras citadas, atingiram o montante de Cr\$ 73.744.620,00 em valores correntes.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento executou um extenso programa de trabalho. No que se refere ao planejamento foi implantado neste Governo o Sistema Estadual de Planejamento, cuja operacionalidade se realiza através de vários subsistemas, entre eles o Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos — SAFFI, que objetiva fornecer subsídios à Administração Pública Estadual sobre a alocação de recursos para investimentos que são realizados pelo Estado. Este trabalho foi consolidado e aperfeiçoado, o que possibilitou o acompanhamento, com atualização trimestral, de 13.182 projetos e subprojetos, no decorrer do quadriênio.

Salienta-se também a implantação e a consolidação do SAFFI nos Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal, realizada através de convênios de cooperação técnica. Ainda no âmbito dessa Secretaria, foram concedidos às Prefeituras auxílios, objetivando o atendimento de necessidades dos municípios, tais como sistema viário, telecomunicações, saúde e obras. Desta forma, o Estado buscou preencher a lacuna resultante dos escassos recursos públicos obtidos pelas comunas, diminuindo suas dificuldades administrativas.

Cumprido salientar, outrossim, o estabelecimento do Programa Estadual de Produtividade, em junho de 1981, com o objetivo de apurar a produtividade dos órgãos componentes da Administração Indireta do Setor Público.

O Programa Estadual de Desburocratização desenvolveu o Projeto da Central de Atendimento, criada para prestar informações sobre os serviços públicos estaduais, bem como receber reclamações ou sugestões dos usuários sobre o funcionamento dos mesmos, o Projeto de Agilização dos Serviços de Atendimento ao Público, que obteve como resultado o treinamento de aproximadamente 1.400 funcionários de Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e de Municípios; o Projeto da Central de Correspondências, elaborado com a finalidade de concentrar em único local a troca de correspondência entre os Órgãos Públicos Estaduais. Realizou também Pesquisa de Opinião junto ao Usuário dos Serviços Públicos do Estado (Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Secretaria da Administração e Secretaria da Indústria e Comércio), com o objetivo de detectar o desconforto dos usuários quanto aos entraves burocráticos existentes nos diferentes setores do serviço público e buscar sugestões junto aos mesmos para a melhoria dos serviços.

A elaboração do Orçamento-Programa e do Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado seguiu a moderna técnica que rege a matéria no País, para cujo aperfeiçoamento este Estado tem contribuído de forma decisiva. Preocupou-se assim especialmente com a clareza do orçamento, culminando com a apresentação de uma edição complementar contendo os objetivos e metas a serem alcançados através dos Projetos e Atividades constantes do Orçamento.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento responsável pela execução do Fundo de Investimentos Urbanos — FUNDURBANO/RS, financiou a juros subsidiados obras de infra-estrutura urbana nos municípios do Estado.

A Secretaria elaborou também a Programação Anual de Importações do Estado, com o objetivo de promover o controle e a contenção progressiva das importações dos órgãos estatais, e desenvolver ações paralelas de amparo à indústria regional.

A Programação Anual de Importações para o exercício de 1983 sofreu dessa forma um decréscimo de 6,65%, em relação a 1982, e de 39,19%, em relação a 1981. Em 1982 foram redirecionadas para o mercado interno importações programadas no valor de Cr\$ 456,3 milhões, advindo daí uma economia de divisas de US\$ 3,7 milhões aproximadamente, tomando-se o dólar ao seu valor de janeiro de 1982.

A montagem do Balcão de Tecnologia foi outro avanço considerável, ao criar sistema de informações tecnológicas dos setores Primário e Secundário, destinado a promover o encontro da demanda e da oferta de tecnologia no Estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere ao Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica, durante os 4 anos desta administração a FAPERGS aplicou recursos em 593 projetos para incentivar pesquisas dessa natureza. As pesquisas em desenvolvimento possibilitaram avanços continuados na tecnologia agrícola do nosso Estado e no melhor conhecimento de técnicas de combate a pragas que causam vultosos prejuízos à agropecuária.

A FAPERGS aplicou recursos no desenvolvimento de projetos especiais, visando à integração de recursos humanos, materiais e institucionais na solução de problemas rio-grandenses. Seminários foram promovidos pela entidade em que especialistas das instituições de pesquisa do Estado e de fora delinearão quais os setores prioritários para a ação dos pesquisadores nos diversos temas analisados. Foram também publicados,

no período de 1979 a 1982, os Cadastros das Instituições de Pesquisa, dos pesquisadores e suas atividades no Rio Grande do Sul, nas áreas de Ciências Biológicas e Médicas e Ciências Exatas e Tecnologia.

A Fundação de Ciência e Tecnologia — CIENTEC concluiu nesta gestão dezesseis importantes projetos de pesquisa nas áreas de carvão mineral, defensivos agrícolas e controle da poluição do meio ambiente.

Proporcionou a CIENTEC um adequado suporte técnico a inúmeras empresas industriais do Sul do País, mediante a realização de ensaios, análises, vistorias, testes de desempenho, assessoria técnica e consultoria prestados aos mais variados segmentos produtivos dos setores primários e secundários e às empresas públicas.

Quanto à mudança da CIENTEC para uma área localizada junto ao Distrito Industrial de Cachoeirinha, já foram construídos, além das obras de infra-estrutura, tais como terraplenagem, pavimentação do anel viário, drenagem e vedação das áreas, dos pavilhões com a finalidade de abrigarem plantas-piloto, perfazendo um total de 2.400 m². Foram construídos ainda prédios que abrigam as plantas de gaseificação e de combustão de carvão.

Na parte da Pesquisa voltada ao desenvolvimento do setor primário, deve-se destacar a criação do Centro de Engenharia Genética para buscar novas tecnologias na área da genética, com o propósito de desenvolver matrizes de micro-organismos e vegetais, com potenciais de produtividade bem acima daqueles obtidos com os métodos tradicionais de cruzamento, e também, a criação do Centro Estadual de Bio-Energia, com a finalidade de pesquisar, demonstrar e promover alternativas energéticas a partir da biomassa.

A Pesquisa das riquezas da orla oceânica do nosso Estado também foi dinamizada nesta administração. Para tanto surgiu, da atuação conjunta do Governo Estadual e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos — CECLIMAR localizado em Tramandaí e com o propósito de desenvolver atividades nas áreas da geologia costeira e marinha, hidrobiologia, climatologia, ecologia, recursos minerais e fontes de energia.

A Fundação de Economia e Estatística colaborou com os estudiosos da economia gaúcha e com os tomadores de decisão, tanto na esfera pública como privada, no sentido de repassar à comunidade em geral as informações e análises disponíveis. A FEE proporcionou também atendimento ao público em geral e principalmente aos usuários do Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística — SEITE, no que diz respeito ao fornecimento de dados estatísticos obtidos pela Instituição junto a suas fontes.

Dos trabalhos elaborados pela Fundação cabe destacar a publicação do “Programa de Agroindústria do RS”, do “Programa de Comercialização do RS”, do “Programa Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do RS”, e da série “25 Anos de Economia Gaúcha”. A partir dos elementos fornecidos por essa série e à luz de novas informações, a FEE está concluindo a “Análise Recente da Economia Gaúcha”, que busca avaliar as possíveis mudanças na estrutura econômica do Rio Grande do Sul.

Como órgão de assessoramento técnico ao Planejamento Estadual, a FEE, através de estudos específicos, fornece subsídios à formulação de políticas e de decisões

por parte dos setores público e privado. Nesse sentido foi realizado o trabalho “**Perspectivas de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul na Longo Prazo**”, encontrando-se em fase de conclusão “**A Política Econômica e o Estado do Rio Grande do Sul**”. No que se refere aos estudos setoriais que propiciem aos tomadores de decisão informações necessárias, cabe destaque às análises relativas ao setor secundário e também à construção civil, analisada através do trabalho “**Evolução Recente da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul**”. Encontra-se em andamento também uma pesquisa de campo sobre o consumo de materiais de construção habitacional na Região Metropolitana.

À medida que, para a avaliação correta e à análise dos problemas sócio-econômicos, se torna necessária a mensuração de variáveis, a FEE vem procurando aumentar seu acervo de dados, não só com o objetivo de se auto-suprir de informes básicos como também de atender às demandas das mais variadas origens. A divulgação de estatísticas sobre a realidade gaúcha originou a existência de publicações como o “**Anuário Estatístico**”, o “**Termômetro de Vendas**”, publicação mensal sobre o comércio lojista, o “**Mensário Estatístico Sul-Riograndense**”, “**Resenha Estatística**”, edição anual condensada em português e inglês, “**Rio Grande do Sul, uma Década**”, “**Rio Grande do Sul em Números**”, “**Censo do Calçado**”, “**Da Província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul**” — que reúne os censos de 1803 a 1950 do nosso Estado.

O **BADESUL** — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre os exercícios de 1979 a 1982, aprovou operações financeiras no montante de 56,1 bilhões, em valores correntes, beneficiando cerca de 3.192 empresas gaúchas.

A política de atuação do **BADESUL** voltou-se especialmente ao apoio à pequena e média empresa. Outra prioridade foi o Programa de Substituição de Combustíveis Derivados do Petróleo, buscando a economia de óleo combustível gerada pelos projetos contratados pelo Banco e enquadrados no **SUCOPE** (Programa de Substituição de Combustíveis e Derivados de Petróleo). Economizou-se mais de 176.500 toneladas/ano de óleo combustível, substituídas por 530.000 toneladas/ano de carvão mineral e 120m³/ano de lenha, destacando-se também a participação de outras fontes energéticas nacionais como a eletricidade, a casca de arroz e outros resíduos.

O valor total dos recursos financeiros aplicados na capitalização e consolidação da economia gaúcha, no quadriênio 1979/1982 atingiu o montante de Cr\$ 6,50 bilhões. No que diz respeito ao apoio às exportações gaúchas, foram aplicados cerca de Cr\$ 700 milhões. Para incrementar o desenvolvimento tecnológico o **BADESUL** destinou Cr\$ 2,8 bilhões. Foi igualmente concedido apoio financeiro a projetos públicos e privados de expansão das telecomunicações, da energia elétrica rural e urbana, da armazenagem da telefonia rural e de implantação da infra-estrutura do III Pólo Petroquímico, no montante de Cr\$ 18,1 bilhões.

O **PROMICRO** — Programa de Operações com Microempresas beneficiou, nesta administração, empresas localizadas no interior do território gaúcho com 850 projetos, em financiamentos no valor de Cr\$ 600 milhões.

O Programa de Informática do Rio Grande do Sul, elaborado em 1982, está em fase inicial de operação formal. Os recursos financeiros contratados pelo **BADESUL** e destinados ao fomento da área de informática do Rio Grande do Sul já atingem cerca de Cr\$ 222,9 milhões, distribuídos entre 10 empresas.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE, no período 1979/1982, alcançou, através da Agência Porto Alegre, um desempenho altamente positivo. Este fato deveu-se principalmente a dois fatores: elevação substancial do patrimônio líquido do Banco e diversificação das fontes de recursos financeiros repassáveis às atividades sociais e econômicas. O patrimônio líquido da Agência de Porto Alegre do BRDE evoluiu de Cr\$ 1,159 bilhão para Cr\$ 17,0 bilhões.

O capital social da Agência de Porto Alegre do BRDE evoluiu de Cr\$ 322,5 milhões para Cr\$ 552,5 milhões neste período, sendo que a contribuição do Estado nesta evolução foi da ordem de Cr\$ 150,0 milhões. A ação financiadora da Agência de Porto Alegre foi bastante significativa, evoluindo de Cr\$ 6,561 bilhões em 1979 para Cr\$ 84.488 bilhões em 1982, para situar 33,5 pontos percentuais acima do índice de inflação entre 1979/1982 quando foram atendidas mais de duas mil solicitações de financiamento.

A Secretaria da Fazenda procurou adotar medidas direcionadas principalmente à contenção dos déficits orçamentários, avaliando o desempenho global da atividade fazendária através dos resultados obtidos na relação déficit/despesa total.

A manutenção desta relação em níveis consideráveis, apesar de todo o esforço empreendido quanto ao incremento da receita e à racionalização dos dispêndios, explica-se pela política de estímulo às exportações emanado do Governo Federal, cujos reflexos se fazem sentir na arrecadação do ICM em consequência das desonerações fiscais incidentes sobre a principal fonte de receita própria do Estado, provocando substanciais perdas de recursos estaduais. A realização de operações de crédito tem sido a única alternativa encontrada para suprir estas perdas, trazendo, como resultado, sempre mais elevadas despesas com o serviço da dívida.

Esta foi a preocupação permanente da Secretaria da Fazenda no último quadriênio. Assim, na coordenação de política financeira do Estado procurando não só conter os déficits orçamentários mas também aumentar a arrecadação do Estado, mediante inclusive o aperfeiçoamento crescente de seus serviços, a Secretaria, através das suas diferentes unidades, tomou uma série de medidas, entre as quais se destacam: a introdução de melhoramentos na programação financeira do Estado, a realização de estudos diversos sobre matéria financeira tributária do interesse do Estado; a instalação de terminais de teleprocessamento nas contadorias seccionais junto às Secretarias de Estado, o que permitiu às unidades abreviarem os procedimentos de acompanhamento da execução orçamentária; a edição do Plano de Contas, que há muito se fazia necessário às unidades do sistema de contabilidade e auditoria do Ementário para Classificação de Despesas e do Classificador de Gastos necessários à execução orçamentária de despesas; os controles dos saldos bancários do Tesouro, com implantação de controles de ingressos e desembolsos, e dos saldos bancários da administração direta e indireta; a automação do pagamento de contas, o que dá uma visão geral das contas a pagar, e efetuando automaticamente as respectivas retenções obrigatórias, bem como do pagamento de resíduos do Fundo de Participação dos Municípios, permitindo às Prefeituras saberem, com antecedência, da disponibilidade de recursos que lhes são destinados; a criação de diversas Coordenadorias de Arrecadação elevando-se para 17 o número de coordenadorias regionais; a conclusão de 15 exatorias, sendo 12 no interior do Estado e 3 em Porto Alegre; a instalação de terminais do cadastro geral dos contribuintes para o controle do crédito tributário nas repartições que atendem aos contribuintes no eixo rodoviário Pelotas-Porto Alegre-Caxias do Sul.

A realização destas ações possibilitou que a arrecadação do exercício de 1982 apresentasse um crescimento nominal de 105,4% e um crescimento real de 6%, em relação ao ano de 1981.

Tendo em vista a maior eficiência da Diretoria do pagamento de pessoal, a Secretaria da Fazenda procedeu ao recadastramento de funcionários ativos, inativos e pensionistas, o que correspondeu a um verdadeiro censo do pessoal do Estado. Iniciou também a automação das folhas de pagamento, permitindo a correção automática dos vencimentos dos funcionários, quando do reajustamento geral.

Foi incluído ainda na folha dos funcionários as vantagens conferidas pelo pagamento dos rendimentos do PASEP.

A Caixa Econômica Estadual teve um desempenho significativo no quadriênio: seus recursos captados sob a forma de depósitos elevaram-se de Cr\$ 7.202,9 milhões, em 31/12/78 para Cr\$ 98.498,2 milhões, em outubro de 1982. O número total de depositantes passou de 1.850.734, em dezembro de 1978, para 2.619.423 em outubro de 1982.

A partir de 1971, a Caixa começou a acrescentar mais intensamente suas aplicações nos empréstimos de sistema financeiro de habitação. Merecem também menção especial os empréstimos escolares: somente no ano de 1982 foram financiados 53.341 estudantes.

A Caixa Econômica Estadual conta hoje com 19 agências e 4 postos de serviço em Porto Alegre e 116 agências e 5 postos de serviço no interior do Estado, perfazendo um total de 144 casas.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul, buscando a consecução de seus objetivos, programou e está desenvolvendo diversos projetos estratégicos e estudos de apoio, de modo a propiciar um desempenho compatível com a missão do Banco.

O BANRISUL ampliou significativamente as aplicações de recursos provenientes do BNH, o que possibilitou o financiamento de indústrias produtoras de materiais de construção, construção de habitações e sua comercialização além do saneamento básico e infra-estrutura essencial para os núcleos habitacionais. O saldo dessas aplicações, de Cr\$ 5 bilhões, no final de 1978, atingiu Cr\$ 97,1 bilhões, em outubro de 1982. Atenção mereceu, também, a modernização empresarial, através de financiamento de máquinas e equipamentos, realizado mediante recursos obtidos do BNDE. O saldo dessas aplicações elevou-se de Cr\$ 14 bilhões, em 1979, para Cr\$ 19,1 bilhões, em 1982.

A agricultura e a pecuária foram apoiadas decididamente pelo Banco, cujas aplicações no setor passaram de Cr\$ 1,7 bilhões, em 1978, para Cr\$ 13 bilhões, em 1982.

A adequação do porte da instituição às necessidades da economia tem sido preocupação constante do Banco. Assim, seu capital social de Cr\$ 567 milhões, em 1978, elevou-se, em 1982, para 7,7 bilhões, o que foi proporcionado pela incorporação de reservas no valor de Cr\$ 4,3 bilhões e o lançamento de ações para subscrição no valor de Cr\$ 2,8 bilhões durante o período 1978/82.

Meta prioritária desta Administração foi a expansão da rede de agências do Banco. Com as casas que deverão ser inauguradas até 15 de março próximo, deveremos atingir o total de 71 agências e 59 postos de serviços abertos ao público no interior do Estado e em Porto Alegre.

Desta forma, o número de municípios sem agências do Banco foi reduzido de 53 para 13, apesar da criação recente de 12 novos municípios gaúchos. O Banco abriu também uma Agência em Nova Iorque, a primeira da instituição no Exterior, destinada a servir de suporte aos empresários gaúchos empenhados em ampliar seus negócios com o exterior, bem como a captar no mercado internacional poupança complementar ao desenvolvimento do Estado.

Finalmente merece destaque a austeridade da política de recursos humanos do BANRISUL na presente gestão, quando o número de funcionários cresceu 29,64% taxa bastante inferior à verificada na administração anterior quando alcançou 47,57%.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul — PROCERGS completa 10 anos de atividades como a primeira empresa gaúcha na área de informática e a 25ª no País entre as 100 maiores, tanto nacionais como multinacionais.

Entre os serviços prestados pela PROCERGS destacam-se o acompanhamento de processos em andamento no Judiciário, utilizando rede de teleprocessamento com 90 terminais, propiciando o atendimento de 550 mil pessoas e a emissão instantânea de 130 mil certidões; controle de arrecadação dos tributos estaduais; cadastro de veículos; Banco de Dados de Pessoal do Estado, centralizando informações sobre as funções e a efetividade de 180 mil servidores; processamento diário do controle do orçamento e contabilidade da administração direta; controle dos serviços prestados pela Companhia Rio-grandense de Telecomunicações aos assinantes dos 200 mil telefones na área metropolitana de Porto Alegre; controle de saldos e movimentos bancários, cálculo de correção monetária de contas da poupança, de juros de empréstimos a pessoas e habilitacionais e emissão instantânea de extrato de contas correntes, com 60 terminais instalados nas agências da Caixa Econômica Estadual; ligação das delegacias regionais e outros órgãos da Polícia ao Banco de Dados, para identificação civil e criminal.

A Banrisul Financeira S/A, concedeu financiamentos que, nos últimos 4 anos, apresentaram um acréscimo de 874%, pois de Cr\$ 576,1 milhões, em 1978, atingiram a Cr\$ 5,6 bilhões, em 1982.

Entre as operações de crédito realizadas mereceram atenção especial os financiamentos concedidos às Prefeituras Municipais e ao Turismo interno.

Os serviços prestados pelo órgão foram aperfeiçoados, com a adoção de técnicas de racionalização e modernização que beneficiaram não só os clientes, como também os que trabalham na financeira.

A Secretaria da Agricultura, cuja área de ação é bastante ampla, abrangendo as atividades relacionadas com a agricultura e com a pecuária, desenvolveu programas que já acusaram impacto no setor primário do Estado e deverão, no futuro, apresentar repercussões ainda mais positivas. Dentre os programas já executados ou que estão sendo iniciados deve-se destacar: o "Programa do Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis", que incorporou mais 28.000 hectares ao processo produtivo do Estado; o "Projeto dos Mercadões", que, através da estabilização dos preços dos hortigranjeiros, beneficia produtores e consumidores; o "Projeto Integrado de Promoção de Agricultores de Baixa Renda", que, quando totalmente implantado, deverá beneficiar 50.000 produtores da região colonial de Iraí.

A preocupação com a preservação do meio ambiente, na Secretaria da Agricultura, se refletiu no desenvolvimento de várias atividades de conservação e recuperação do solo, destacando-se o controle e recuperação das áreas em processo de desertificação; o "Programa de Florestamento de Margens de Estradas" e ainda projetos realizados juntamente com outros órgãos da Administração Pública Estadual, visando a desenvolver nas nossas crianças a preocupação permanente com o meio ambiente.

No setor da pecuária assumiu particular importância o "Programa de Controle da Brucelose e da Raiva Bovina" e a produção e distribuição de vacina oleosa anti-aftosa.

Atividade que mereceu do Governo do Estado, nesta Administração, especial atenção, por suas repercussões sociais profundas e amplas, foi o reassentamento de colonos sem terra. O Governo do Estado empenhou todos os seus esforços na solução deste problema e obteve o assentamento de 296 famílias em Ronda Alta e Palmeira das Missões. Foram ainda emitidos 4.747 títulos de propriedade de terras da União ou do Estado, totalizando mais de 39.000 hectares na faixa de fronteira.

No setor de Pesquisa foram dinamizadas Estações Experimentais, buscando-se maior integração entre as atividades de pesquisa e de extensão rural, para alcançar-se melhor transferência de tecnologia aos produtores.

Na área da pesca, deve-se destacar as reformas e ampliações realizadas nas Estações de Piscicultura e também os trabalhos que estão sendo desenvolvidos atualmente, com a colaboração de técnicos japoneses, os quais possibilitarão a apresentação, até o final desta gestão, de um programa de Desenvolvimento da Pesca no RS, com a utilização de novas técnicas e de modernos equipamentos.

A Extensão Rural recebeu, nesta administração, considerável apoio financeiro, de que redundou expansão significativa da interiorização da Assistência Técnica e Extensão Rural, alocando-se técnicos de nível médio em pequenas comunidades, para trabalho junto a grupos de agricultores, de modo a permitir um efeito multiplicador quanto ao número de produtores assistidos. O resultado deste trabalho foi imediato, principalmente nas culturas de milho e feijão, nas quais o Rio Grande do Sul tornou-se auto-suficiente. Obteve também promissores resultados nas atividades avícola e leiteira e na produção de maçãs e hortigranjeiros.

A rede de armazenagem do Governo do Estado, no período 1979/1982, acusou o depósito de 6.475.653 toneladas de grãos e 12.772 toneladas de produtos congelados, além de atender as necessidades de conservação de produtos refrigerados como maçã, ameixa, uva, pêssego e outros.

Foi também ampliada a capacidade de armazenagem, dos Silos e Armazéns em 16.900 toneladas, sendo que em 1983, com a entrada em funcionamento do terminal trigo-soja de Rio Grande, haverá um acréscimo de mais 130.000 toneladas. A armazenagem a frio igualmente deverá ter considerável ampliação com a Unidade Polivalente de Pelotas, já iniciada, com a ampliação da unidade de Caxias do Sul e conclusão, ainda em 1983.

Na assistência à produção orizícola deve-se destacar o desenvolvimento e a introdução de novas variedades de alta produtividade e ainda a obtenção de novos critérios de fixação do preço mínimo o que beneficiou sobremaneira os produtores gaúchos.



Na área da Indústria e Comércio destacou-se a implantação do Programa Nacional do Alcool em nosso Estado. Desenvolveu-se também o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por microrregião, com o objetivo de detectar as potencialidades e deficiências da economia gaúcha a nível de regiões. Já foram concluídos os estudos referentes a 16 microrregiões.

Dentro do objetivo de concluir os distritos industriais em implantação, pleiteou-se e obteve-se, em 1980, um financiamento de 609.464 ORTNs junto ao BNDE para aplicação nos Distritos Industriais de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande. Os de Alvorada-Viamão, Bagé e Santa Maria contaram com recursos ordinários para sua implementação. No conjunto dos seis distritos industriais em implantação, no período de 1979 a 1982, iniciaram suas operações 23 empresas, que contam com 3.249 funcionários.

A Secretaria da Indústria e Comércio tem-se empenhado em promover as exportações gaúchas através de uma série de atividades. Entre estas o assessoramento ao empresário que consiste na orientação quanto ao tratamento fiscal e aduaneiro dos produtos do Brasil no país importador, o fornecimento de perfil do mercado importador, informações sobre oportunidades reais de negócios e participação em feiras e exposições.

Objetivando atrair novos investimentos, realizou-se intenso trabalho voltado à divulgação do Estado, tendo a SIC participado de feiras nacionais e internacionais. Foram organizadas, no período, sete missões empresariais ao exterior, proporcionando contatos em países da Europa, como França, Holanda, Alemanha e Espanha, nos Estados Unidos, no Japão, na China, na Coreia, no Equador e no Peru.

A Açúcar Gaúcho S/A — AGASA dedicou-se à implantação da primeira destilatória de álcool carburante do Rio Grande do Sul. Objetiva a obra, além de abrir as portas do PROALCOOL ao Estado, demonstrar a viabilidade técnica e econômica do empreendimento, com isto motivando a iniciativa privada gaúcha a participar deste programa energético nacional.

Num prazo recorde de 220 dias foi a obra concluída e hoje estamos produzindo em torno de 2.000.000 de litros por safra, com a capacidade diária de 25.000 litros.

A Produtos Gaúchos S/A — PROGASA, apresentou, nas últimas quatro safras, um auxílio inestimável aos produtores de cebola, adquirindo-lhes expressivas parcelas do produto que ainda estavam em seu poder e sem condições de comercialização.

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — CORLAC, no setor agropecuário, prestou assistência técnica permanente e gratuita. Realizou o Cálculo Integrado do Custo do Leite, com a finalidade básica de ser reivindicado junto às autoridades federais a obtenção de preços justos. Promoveu a ampliação da bacia leiteira, para atender os produtores de leite que ainda não tinham infra-estrutura necessária; construiu postos de recebimento e resfriamento de leite em Montenegro e Torres; construiu novas unidades em Vera Cruz, Caçapava do Sul, Alegrete e Lagoa Vermelha, cada uma com 400 metros quadrados de área construída e capacidade para 30.000 litros diários.

Criou-se também o Conselho Estadual de Leite e seus Derivados, para tratar da economia leiteira do Estado.

A Central Vitivinícola do Sul S/A — VINOSUL, prosseguiu na ação básica de exercer atividades reguladoras e orientadoras do setor vitivinícola, absorvendo excedentes de uva e vinho, quando necessário, com o objetivo de regular a oferta e impedir o aviltamento dos preços ao produtor.

Na safra de 1981, em convênio com a Comissão de Financiamento da Produção — CFP, a VINOSUL passou a adquirir e industrializar uva, em virtude do setor industrial, embora com reduzido estoque de vinho, relutar em assegurar ao produtor de uva o preço mínimo e o pagamento no prazo oficial. No episódio, a firme intervenção da VINOSUL e o recebimento de cerca de dois milhões de quilos de uva, foi o suficiente para que as cantinas reconsiderassem o posicionamento e passassem a absorver a produção dos seus tradicionais fornecedores.

Já na safra de 1982 o problema ganhou dimensões surpreendentes, conseqüência da queda na comercialização de vinhos e derivados e ao elevado custo do financiamento. Mais uma vez, ainda em convênio com a Comissão de Financiamento da Produção, a VINOSUL recebeu e industrializou o expressivo volume de 68.935.375 quilos de uva, e com esta ação amparou 5.624 produtores coloniais, com parreirais em 24 municípios do Estado.

A atuação da empresa na safra de 1982 cumpriu função social sem precedentes na área da viticultura rio-grandense, devolvendo ao setor primário a certeza da capacidade governamental de amparar a produção, em tais circunstâncias.

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, em cumprimento das diretrizes fixadas pelo novo governo, deu continuidade aos programas em andamento da Companhia Estadual de Energia Elétrica, Companhia Riograndense de Telecomunicações e Companhia Riograndense de Mineração. Procedida a reorganização da estrutura básica do Órgão, foi constituída, em 28 de agosto de 1979, a Comissão Estadual de Energia, com a incumbência de promover o levantamento de todas as potencialidades do Rio Grande do Sul como fontes alternativas de energia, estabelecer diretrizes para a racionalização do uso de combustíveis, oferecer roteiros de curto, médio e longo prazos, para o aproveitamento de fontes de energia no Estado, bem como definir usos dessas fontes energéticas e apresentar formas de desenvolvimento científico e tecnológico capazes de acelerar o aproveitamento dos nossos recursos naturais renováveis e não renováveis. A Comissão Estadual de Energia elaborou o “Programa de Produção e Uso do Carvão Mineral no Rio Grande do Sul” e o “Plano de Substituição de Derivados do Petróleo no Rio Grande do Sul”.

No campo da energia elétrica, dando continuidade às suas atividades no sentido de proporcionar ao Estado do Rio Grande do Sul melhores condições nos setores de sua abrangência, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE, deu ênfase à eletrificação rural, como meio de economizar óleo diesel nos levantes hidráulicos das lavouras orizícolas e de fixar o homem na zona rural. Foi também dada especial atenção às obras de Geração (Usina de Dona Francisca, Presidente Médici Fase B e Candiota III), bem como às obras de Transformação e transmissão de energia elétrica.

No setor de telecomunicações, continuaram os esforços empreendidos pela Companhia Riograndense de Telecomunicações no sentido de dar cumprimento ao seu programa de expansão 9, 10 e 11, que dotará o Estado, a partir de 1983, do dobro do número de telefones em serviço existentes no início do período deste Governo. Até o final

da atual gestão, a CRT terá ativado 373 mil terminais telefônicos automáticos em todo o Estado, abrangendo 131 municípios, que contará com serviço DDD/DDI. Estes serviços foram complementados com a telefonia rural, estendida a vários municípios.

No que diz respeito à mineração, a Companhia Riograndense de Mineração — CRM — desenvolveu intenso trabalho, tendo o carvão importante papel na geração termelétrica como combustível alternativo do petróleo. Para tanto, foram executados projetos de ampliação e implantação nas Minas do Leão I e II, Candiota e Iruí.

A Mina do Leão I, que produzia 50.000 t/ano, está sendo preparada para fornecer 50.000 t/mês. Na Mina do Leão II está sendo desenvolvido um projeto que visa a uma produção de 2.400.000 t/ano de carvão “bruto”, com o emprego de 1.948 homens. A Mina de Candiota tem projeto para a ampliação de sua capacidade atual de produção, de 800.000 para 2.800.000 t/ano de carvão, face à ampliação da capacidade da Usina Termelétrica Presidente Médici. A Mina de Iruí, a céu aberto, está operando em caráter experimental desde agosto de 1981 e produz cerca de 30.000 t/mês de carvão. Na Mina João Ricardo de Souza, mina de ouro, a CRM tem projeto para, em tempo ainda não definido, executar a mineração subterrânea de filões. A produção atual dessa mina é de 20 kg de ouro por mês.

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações elaborou também um subprograma relativo à produção de gás de baixo poder calórico, através da Companhia Riograndense de Nitrogenados — CRN, compreendendo cinco centrais de gaseificação. A primeira delas já se acha construída na cidade de Rio Grande, constituindo-se na primeira central de gaseificação a partir do carvão mineral da América Latina e deverá servir a importante área industrial daquela cidade.

No setor dos transportes a atuação dos órgãos vinculados à Secretaria dos Transportes — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, Departamento Aeroviário do Estado e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, refletiu a política de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

O DAER, além da elaboração de projetos rodoviários, que incluem a construção de estradas, de pontes, de intersecções e de sinalização, procedeu também à conservação de estradas de rodagem, das quais 8.570 km são estaduais, sendo 1.640 km pavimentados. Por delegação do DNER, fez também a conservação de 1.519 km de rodovias federais, inclusive 1.388 km pavimentados.

No tocante à construção de rodovias por administração direta, o DAER procedeu à terraplenagem de 454,64 km de estradas, e, quanto a obras de arte, executou serviços de construção e reparação, diretamente ou por empreitada de 3.616 m.

Atenção especial foi dada à ligação das redes municipais às rodovias troncais, as quais estão sendo implantadas e pavimentadas.

A consciência de que o transporte hidroviário no Rio Grande do Sul é de particular importância, é demonstrada pela evolução dinâmica da movimentação portuária, tanto nos fluxos de comercialização para fora do Estado, pela navegação de longo curso e cabotagem, como pelo escoamento da produção pela navegação interior.

O Rio Grande do Sul é o Estado que possui um maior índice de utilização de hidrovias interiores e o maior volume de cargas transportadas por esse meio.

Em 1980, o Porto de Rio Grande atingiu o maior nível de movimentação como Terminal do Corredor de Exportações, com 11.291.271 toneladas movimentadas.

Esse porto tem apresentado um movimento excepcional na movimentação de cargas dinâmicas, que exigem a disponibilidade de instalações e equipamentos especializados, tais como "containers" e armazenagem frigorífica para a exportação de carnes.

Em 1981, foi inaugurado o Terminal Trigo-Soja, no Porto de Rio Grande, obra construída com recursos federais e administrada pelo DEPRC, tendo capacidade de armazenar e movimentar 11 milhões de toneladas/ano. Este Terminal, com modernos equipamentos de transporte e movimentação, é o maior da América Latina e permite, pelo efeito de atração do tráfego, facilitar e tornar competitiva a exportação de grãos e farelos.

Os portos de Porto Alegre e Pelotas, embora tenham sofrido mudanças pela transferência das cargas mais dinâmicas de exportação para o Porto de Rio Grande, ajustam a sua estrutura à participação no complexo portuário como centros alimentadores e distribuidores das linhas de navegação internas e externas.

O Departamento Aeroviário do Estado concentrou suas atividades na pavimentação, manutenção e reaparelhamento de aeroportos, de modo a elevar, cada vez mais, a segurança dos seus usuários.

Além de executadas obras de pavimentação no aeroporto de Erechim, num total de 25.000 m², os serviços de manutenção e reaparelhamento beneficiaram aeroportos de 44 cidades, dos quais 29 já foram concluídos.

O DAE, visando à melhoria dos terminais de passageiros, construiu obras num total de 265 m² nos aeroportos de Torres, Canela, Carazinho, São Sepé, São Luiz Gonzaga e Iraí. Obras de terraplenagem foram realizadas em cinco aeroportos.

As atividades da CINTEA abrangeram os programas de construção e melhoria de estradas alimentadoras, construção de obras de arte especiais e construção de aterros e acessos a pontes e terraplenagem diversas.

Até agora, já foram construídos, nesta administração, 8.335 km de estradas alimentadoras; 5.259m de pontes e 2.174.383m³ de aterros e acessos a pontes e terraplenagem diversos.

A atuação da CINTEA, contudo, não se limita às atividades acima enumeradas. Também engloba atendimento de pedidos das Municipalidades com relação a terraplenagens com finalidades sociais e industriais. Somente em 1982, a Companhia executou serviços que beneficiaram inúmeras entidades, sendo o seu volume da ordem de 729.032 m³.

Na área de educação, as ações realizadas, no período 1979-1982, orientaram-se no sentido de manter coerência com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura, com o Plano Estadual de Educação (1978-1981) e com a Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre as realizações, no setor, destacam-se: a habilitação de 8.633 professores do ensino de 1º grau; o treinamento de 26.292 professores de 1º grau e de 1.845 assessores nas Delegacias de Educação, Secretaria de Educação e Entidades Supervisionadas; a autorização para funcionamento de 23 escolas e 126 classes para o pré-escolar; a criação de 86 escolas e autorização para o funcionamento de 290 escolas de 1º grau; a autorização para o funcionamento de 843 novas séries, de 19 escolas especiais e de 156 classes especiais; a aquisição de equipamentos para 5.037 unidades escolares de 1º grau, 58 de 2º grau e 407 ambientes para assistência ao educando (gabinetes odontológicos, copas-cozinhas, clínicas de leitura, centros de assistência ao educando); a realização de exames supletivos para 88.140 candidatos de 1º e 2º graus e de exames de suplência profissionalizante para 3.047 candidatos.

Visando à valorização do magistério, realizaram-se concursos em que foram habilitados para o exercício efetivo 37.863 professores nas áreas 1, 2 e 3. Efetivaram-se 12.948 promoções e atualizaram-se as situações funcionais de 48.477 integrantes do Quadro de Carreira do Magistério.

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha empenhou-se no atendimento do maior número possível de solicitantes para o ensino profissionalizante de 2º grau, através da oferta de habilitações do Setor Secundário, facilitadoras de acesso a empregos especializados.

Os cursos de Técnicas de Química, de Eletrônica e de Mecânica e o de Auxiliar de Laboratório Petroquímico atenderam, em média, 1.342 alunos por ano.

A melhoria da qualidade do ensino profissionalizante foi efetivada mediante o treinamento proporcionado aos docentes pela realização de visitas de estudos, pela promoção de palestras e seminários, pela aquisição de equipamentos e pela melhoria das instalações físicas da Fundação.

A Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional desenvolveu intensa campanha de esclarecimento sobre as principais causas de excepcionalidade, envolvendo a comunidade gaúcha, com a distribuição de 105.000 documentos e cartazes enviados a Escolas, Postos de Saúde Municipais e Entidades Recreativas, Culturais e Sociais. Dos diversos projetos em execução da Fundação, destacam-se os relativos à recreação, lazer e esportes; às Bolsas Trabalho; ao mercado de trabalho para deficientes e à instalação do Núcleo de Colocação de Deficientes.

Através de ações efetivas, foi encaminhado ao mercado de trabalho um contingente de 401 deficientes, tendo o poder público absorvido 70% do total, enquanto os demais foram colocados na iniciativa privada.

A eficiência da atividade da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente fica demonstrada pela evolução favorável dos indicadores que medem o estado de saúde da população gaúcha: atualmente, por exemplo, a mortalidade infantil, no Rio Grande do Sul, é de 36,46 por mil nascidos vivos — taxa que é a mais baixa do Brasil — enquanto a expectativa de vida situa-se em torno de 66,47 anos.

Entre as atividades desenvolvidas pela Secretaria no campo da Saúde Pública e do Saneamento devem ser mencionadas a construção e/ou a instalação de 336 unidades sanitárias e postos avançados; a reforma e a reestruturação de 283 unidades sanitárias; a instalação de 32 ambulatórios de prevenção do câncer; aplicação de mais de 10 mi-

lhões de doses de vacinas para controle de doenças transmissíveis; aplicação de quase 6 milhões de vacinas nos Dias Nacionais de Vacinação contra a Paralisia Infantil; realização de mais de 9 milhões de consultas médicas e de cerca de 1.900.000 consultas odontológicas da rede de Unidades Sanitárias.

Destaca-se, na área de Proteção ao Meio Ambiente, a Lei nº 7.488, de 14 de janeiro de 1981, que dispõe sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição e representa um instrumento significativo para a implementação dos programas de aproveitamento dos recursos naturais e de proteção ambiental que integram a política de desenvolvimento do Estado; a análise de projetos de sistemas de tratamento de resíduos industriais e o acompanhamento de sua instalação; a análise de projetos de sistemas de tratamento de esgoto doméstico de loteamentos e núcleos habitacionais; ampliação da rede de monitoramento de qualidade do ar; investigações sobre mortalidade de animais da fauna nativa (peixes, aves, mamíferos e outros) por modificações das condições ambientais; estudos para a definição de critérios ambientais, relacionados com a localização industrial, em 14 municípios da bacia hidrográfica do Rio Guaíba.

No trabalho de acompanhamento, análise e fiscalização do Pólo Petroquímico, as atividades da Secretaria compreenderam a elaboração de normas técnicas para emissão de efluentes líquidos e disposição das cinzas após combustão do carvão; análise de projetos de sistemas de tratamento do Complexo Básico e Indústrias de 2ª Geração do Terminal Portuário Santa Clara, da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos da CORSAN, do Sistema Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos e do Sistema de Manuseio e Estocagem do carvão; avaliação do impacto de emissões atmosféricas; monitoramento do Rio Cai; normas para prevenção de acidentes e estabelecimento de procedimentos para operações emergenciais, para emissões atmosféricas e para disposição de resíduos sólidos.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social desenvolveu uma política de ação nas áreas do trabalho, habitação, menor, assistência, lazer e recreação, deu prioridade à problemática do emprego e atendimento à população de baixa renda.

A clientela preferencial, dos programas executados ou em execução, foi definida como sendo aquela cuja renda familiar é de até 2 salários mínimos. Os programas de emprego ou ocupação econômica, qualificação profissional, artesanato, cooperativas ou associações de trabalhadores e desenvolvimento comunitário visaram ao aumento de renda das famílias com rendimentos reduzidos.

Quanto ao segmento de população com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos, os programas a ele dedicados visam a melhorar a qualidade de vida mediante o acesso à habitação, recreação e organização social da comunidade.

A Secretaria, levando em conta a grande população rural do Estado, que compreende produtores de baixa renda, enquadrados dentro dos critérios de clientela preferencial, estabeleceu também programas em seu benefício, os quais atuam nas áreas de agricultura, pecuária, higiene, saúde, infra-estrutura comunitária e formação de pessoal. Na área sindical, a Secretaria fez o acompanhamento sistemático das reivindicações dos sindicatos, dando prioridade às atividades relacionadas com o desemprego e os dissídios coletivos.



A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aumentou substancialmente os índices de atendimento e os programas comunitários: implantaram-se e ampliaram-se centros do Bem-Estar do Menor, Projetos Assistenciais de Menores, lares substitutos, em especial os Lares Vicinais, interiorizando-os.

A Fundação Gaúcha do Trabalho promoveu Programas de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Desenvolvimento de Comunidades Rurais e Desenvolvimento do Artesanato. Significativos foram os resultados obtidos pelo sistema de instrução por correspondência, que se destina a atualizar o homem do campo sem deslocá-lo do seu meio. Cursos, palestras, encontros e outras atividades sobre segurança e medicina do trabalho, foram realizados para conscientização e preparação do trabalhador e formação de recursos humanos para liderança de grupos.

A Fundação Sul-Riograndense de Assistência apoiou de modo especial as iniciativas que visam à melhoria das condições de vida da população notadamente mais carente, mediante programas e projetos destinados a fortalecer os meios de auto-sustentação do grupo comunitário.

Salientam-se, entre as atividades da Fundação, o trabalho de apoio às comunidades em 86 municípios do Estado, atingindo 136 vilas e beneficiando 35.037 famílias; 77 campanhas comunitárias, supervisão de abertura de 4.237 novas vagas, na Operação Casulo, para atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade; atendimento de emergência à população migrante que chega a Porto Alegre e à área do Pólo Petroquímico; Assessoria Técnica para organizar a vida comunitária de 120 famílias reassentadas na Colônia Nova Esperança de Bagé.

A Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação implantou 33 Centros Sociais Urbanos, enquanto 8 mais estão em fase final de construção. Realizou também a supervisão técnica e administrativa dos centros sociais urbanos, dando-lhes assessoria no que diz respeito ao seu trabalho e execução dos seus planos de ação.

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB/RS, que até 1978 havia construído 13.560 unidades habitacionais, teve um papel destacado nos últimos quatro anos, o qual pode assim ser resumido: unidades construídas: 29.816; em obras: 43.424; projetos concluídos: 7.861; projetos em elaboração: 20.470, perfazendo um total de 101.571 unidades habitacionais.

De grande relevância, no período, foi a implantação do programa de erradicação da subabitação, no momento em que, além de sua destinação às camadas de mais baixa renda, possibilitou a efetiva regularização de áreas invadidas, ao contrário das remoções até então realizadas.

O Sistema Nacional de Emprego, que desenvolve atividade nas áreas de informação sobre o mercado de trabalho e intermediação de mão-de-obra, dispõe de 47 unidades em 44 municípios. Nos últimos anos, foi dado tratamento especial à pessoa deficiente, principalmente no núcleo de Porto Alegre, que desde que começou a desenvolver tal atividade, em setembro de 1979, até outubro de 1982, cadastrou 1.385 pessoas, encaminhou a emprego 782 e colocou 444.

No que se refere ao desempenho da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas deve-se colocar em relevo que, em matéria de saneamento básico, estes quatro anos foram, sem dúvida, os mais férteis em realizações na história do

Rio Grande do Sul. Hoje, de cada quatro gaúchos, três desfrutam dos benefícios de água tratada e de cada três beneficiários de água tratada, um o foi na atual administração.

Este programa ambicioso tornou-se realidade através da competência da Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, que implantou, no período, 2.186 km de rede de distribuição de água representando a ligação de 295 economias e o atendimento de 1.167 mil. Desta forma atingiu-se um total de 1 (um) milhão de ligações, beneficiando 4 milhões de pessoas em 243 localidades, das quais 226 são sedes municipais e 17 são distritos com população superior a 700 habitantes. A área de esgotos conseguiu atingir também índices elevados, com uma população de 300 mil pessoas atendidas. A expansão das redes coletoras em Santa Maria, Canoas, Novo Hamburgo, Cachoeira do Sul e, mais recentemente, em Santa Rosa merecem ser mencionadas. Afora esta ação multiplicadora de benefícios, está em desenvolvimento a execução de projetos especiais, como o sistema de abastecimento do distrito Industrial de Rio Grande, em canal aberto de 24 Km, com capacidade de adução de 12 m/s e a estação de tratamento, cuja conclusão está prevista para o ano de 1983 e representará apreciável reforço para o abastecimento da cidade de Rio Grande.

O “Projeto Rio Guaíba” é, seguramente, a mais importante obra de seu tipo em execução no País e tem por objetivo garantir a qualidade da água especialmente junto às fontes de captação das estações de tratamento, normalizar as condições da vida orgânica (flora e fauna) da água e assegurar condições de balneabilidade nas praias de Porto Alegre. O projeto compreende a construção de estações de tratamento, 1.000 km de redes coletoras com as respectivas ligações domiciliares e a construção de interceptores, emissários e elevatórias. O valor total do “Projeto Rio Guaíba” é de aproximadamente 13.909.000 UPCs, o que corresponde hoje a 33,3 bilhões de cruzeiros.

Complementando o atendimento de necessidade de água às populações e à própria agropecuária, em convênio com a SUDESUL, foi iniciado em 1981, prosseguindo em ritmo acelerado, o programa de perfuração de poços artesianos que já utilizou recursos que somaram Cr\$ 97 milhões, beneficiando 45 municípios, periodicamente assolados por estiagem, onde foram perfurados 8.532 metros lineares em 64 poços, que fornecem água da melhor qualidade.

A METROPLAN — Fundação Metropolitana de Planejamento, desenvolveu as seguintes e principais ações: Programa de Pavimentação de Vias Urbanas em zonas de baixa renda com serviços de transporte coletivo (PAVURB), num total de 102 ruas, perfazendo mais de 48 quilômetros pavimentados. Até o momento, em valores corrigidos, foram aplicados, no programa, aproximadamente 2 bilhões de cruzeiros.

Programa de Vias Alimentadoras, com objetivos idênticos ao Programa PAVURB e em que já foram aplicados Cr\$ 37 milhões do Estado e Cr\$ 50 milhões da EB-TU na pavimentação de mais de 12 quilômetros de ruas.

Acrescente-se que a METROPLAN participou da execução ou assessoria dos Planos Diretores e do estudo de desenvolvimento urbano ao longo da via do TRENSURB, com o objetivo de analisar os efeitos da implantação do trem sobre as demais funções urbanas da Região Metropolitana de Porto Alegre. Foram investidos neste projeto cerca de Cr\$ 20.000.000,00.

No que se refere às Obras Públicas foram executados serviços de construção e conservação em 1.206 prédios públicos, com um gasto total de Cr\$ 654 milhões. A par disso, a Divisão de Obras levantou um total de 4.830 prédios para fins de cadastramento e realizou a recuperação de prédios de importância histórica como a antiga sede da Assembléia Legislativa do Estado, na Rua Duque de Caxias.

A CEDRO — Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras, nas áreas de projetos, empreitadas e fiscalização, atendeu obras que somaram 64 mil metros quadrados de construção, no valor contratado de 1,7 bilhão de cruzeiros.

A Secretaria da Segurança Pública, tendo em vista a execução de missão que por lei lhe é destinada e que visa, em última análise, à garantia de segurança pessoal e de propriedade de todos os cidadãos, procedeu ao seu reequipamento material, construiu novos prédios, ampliou e melhorou os serviços especializados, sobretudo os relacionados com a defesa contra os sinistros e, de modo especial, dedicou-se a melhorar a formação de seus quadros técnicos e do pessoal vinculado ao setor.

Através do Projeto Integração Comunidade-Segurança Pública, que é executado pela ação integrada dos Governos Federal, Estadual e Municipal e ainda das Comunidades, foram construídos, no interior do Estado, 51 prédios para Delegacias de Polícia e 18 prédios para a Brigada Militar.

Sem relação com este projeto, foram construídos mais 34 Delegacias de Polícia e 42 prédios para a Brigada Militar, também no interior do Estado.

A realização de todas estas obras elevaram de maneira significativa, quantitativamente, as instalações da Secretaria no interior, propiciando aos funcionários melhores condições de trabalho e ao público, um melhor atendimento.

O setor de telecomunicação passou por significativa modernização nesta administração, tendo sido adquiridos 1069 rádios VHF, 48 teleimpressoras para o sistema telex, mesas de controle remoto VHF, para a Brigada Militar e para a Polícia Civil.

Foi ainda instalada uma Central PABX na Polícia Civil, devendo ser instalada outra brevemente na Brigada Militar.

A aquisição de equipamentos operacionais também foi significativa, podendo-se destacar a compra de 1.193 veículos, 2 helicópteros e 38 carros de bombeiros destinados a cidades do interior do Estado.

A Secretaria da Administração de forma direta executou a política de pessoal da administração pública estadual e a política de transporte oficial. Através dos órgãos subordinados prestou assistência médica e previdenciária aos servidores estaduais e promoveu seu desenvolvimento profissional por intermédio de cursos e treinamento. Foi ainda responsabilidade dessa Secretaria a realização de publicações oficiais.

Na área de pessoal, assumiram especial importância os atos relativos ao magistério. Foram os seguintes, no período 1979/1982: 9.004 nomeações para a área 1; 21.175 nomeações para as áreas 2 e 3; 7.622 transferências de professores para o Plano de Carreira; 2.082 para o cargo de Especialista em Educação e concessão de aposentadoria a 2.339 professores.

Afora os relativos ao magistério, foram publicados 502.286 atos concedendo vantagens a servidores dos demais quadros de pessoal.

Deve-se referir entre as realizações da Secretaria, a implantação do “Banco de Dados de Pessoal”, que, entre outros objetivos alcançados, proporcionou condições para a concessão automática de vantagens.

Medida de grande alcance tomada nesta administração e há muito esperada pelos integrantes do Quadro Geral dos Funcionários Públicos, foi a implantação do Plano de Reclassificação do Quadro Geral, que proporcionou uma real elevação dos vencimentos.

Na área de assistência médica, o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul concedeu 5.416.000 consultas médicas, 3.573.450 exames complementares, 302.092 atendimentos de emergência e 453.950 internamentos.

Na área previdenciária, o IPERGS incrementou de maneira significativa o desembolso relativo aos auxílios natalidade, pensão e pecúlio. No período 1979/1982, o valor dos auxílios pagos passou de Cr\$ 471.837.539,00 para Cr\$ 2.516.783.800,00.

Deve-se destacar também o fornecimento de medicamentos aos associados a preços reduzidos, por intermédio de uma rede de 39 farmácias próprias ou credenciadas.

No período sob relato, o IPERGS implantou um Plano de Interiorização, através do qual criou 69 agências postos ou delegacias, levando aos inscritos do interior os benefícios já desfrutados pelos associados da Capital.

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, responsável pela preparação de elementos para o setor público, realizou no período de 1979/1982 cento e setenta e quatro cursos de treinamento de servidores e produziu farto material de instrução para o treinamento dos responsáveis pelos serviços de atendimento ao público; treinamento para servidores de atendimento ao público em todas as delegacias do IPERGS; realização de três importantes cursos de preparação de monitores/multiplicadores para a estruturação de cursos de Técnicas de Atendimento ao Público em suas organizações, criação e reprodução de material promocional para o Programa de Desburocratização do Estado.

Atendendo aos objetivos de preparar e valorizar os recursos humanos do Estado, a FDRH realizou ainda 203 projetos destinados à atualização de docentes do Sistema Estadual de Educação, totalizando 11.309 horas/aula, com a participação de 6.660 pessoas.

A preocupação com a capacitação de recursos humanos para o Sistema Agroindustrial do Estado praticamente surgiu no Rio Grande do Sul e desenvolveu-se com a Fundação. Neste campo a atual administração realizou 208 projetos de treinamento, perfazendo 14.405 horas/aula e envolvendo 6.911 participantes.

A Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, no setor cultural, procedeu à implantação de 12 pólos culturais regionais, em Osório, Santo Ângelo, Vacaria, Rio Grande, Cachoeira do Sul, Pelotas, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Erechim e Porto Alegre. O Instituto Estadual do Livro reeditou obras básicas,

tais como os "Contos Gauchescos e Lendas do Sul", de Simões Lopes Neto. O Parque Histórico General Bento Gonçalves, em Camaquã, entrou em atividade. O antigo Hotel Magestic, da Capital, começou a abrigar a "Casa da Cultura" e foram realizadas gestões entre o Governador do Estado e o Diretor da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para acertar a realização de esforços conjuntos em prol da revitalização cultural das ruínas de São Miguel.

No setor de Desportos, o Programa de "Módulos Esportivos" inaugurou canchas para esportes em Guarani das Missões, Severiano de Almeida, Ibirubá, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, São Sepê, Tramandaí, Santana da Boa Vista, Frederico Westphalen e Casca. De outra parte, foi intensa a co-participação do Estado na construção ou melhoria de ginásios cobertos em cidades interioranas, atingindo o número de dezessete. O Departamento de Esportes reimplantou os Jogos Intermunicipais — JIRGS, realizando a XV edição dos mesmos em Caxias do Sul e a XVI edição em Canoas. É também de destacar-se a realização dos I Jogos Rurais do Rio Grande do Sul, em Espumoso.

No setor de turismo realizou-se a conservação e melhorias nos "campings" e nos terminais turísticos, e mantendo em plena atividade os Centros de Informações Turísticas e a Estância Hidromineral do Balneário do Prado em Vicente Dutra. Ainda na área de promoção turística, a Companhia Riograndense de Turismo realizou vários eventos ou deles participou, destacando-se o X Festival do Cinema Brasileiro em Gramado, XIV Rodeio Internacional de Vacaria e a "Exposição Turística sobre o Rio Grande do Sul", em Nova Iorque. Salientou-se ainda a realização de estudos e projetos, como "Estudo da Demanda Turística" (I e II etapas) e "Análises Técnicas de Carta-Consulta para obtenção de Financiamento de Empreendimentos Turísticos".

Merece destaque a continuidade das obras de restauração do Teatro São Pedro que inclusive já abriu suas portas, embora em caráter provisório, em 1982, para a realização de diversas atividades artísticas. A programação para 1983 já está elaborada devendo a estréia ocorrer no dia 29 de junho, quando o Teatro completará 125 anos. A Direção da Fundação tem procurado e obtido a participação da comunidade que tem colaborado de modo decisivo, especialmente as classes empresariais que responderam prontamente aos apelos das promoções realizadas.

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — OSPA buscou uma maior aproximação popular. Neste sentido houve a preocupação com a realização de concertos fora das salas de espetáculos. A série que se constituiu no mais bem sucedido empreendimento nesse desiderato foi a Sinfonia da Natureza, que, nas apresentações do quadriênio, levou ao Jardim Botânico um público aproximado de 100.000 pessoas.

Na temporada de 1979, a OSPA apresentou "Lo Schiavo", que também foi levada em São Paulo, com esplêndida acolhida da imprensa e da crítica especializada. Outra iniciativa foi a realização de um festival de música em Gramado. Este "I Festival Internacional de Gramado" apresentou um saldo final de alta expressão: 14 eventos entre concertos sinfônicos, camerísticos, recitais e apresentação de solistas, com caráter inclusive didático, e a realização paralela de seminário de música, cuja atividade docente apoiou a formação de 50 jovens instrumentistas gaúchos e de outros Estados.

ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO



**ASSESSORIA TÉCNICA DO GABINETE DO GOVERNADOR
DEFESA CIVIL
GABINETE DA PRIMEIRA DAMA
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
— CEDU
PÓLO PETROQUÍMICO DO SUL
COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA DO RIO GRANDE DO
SUL — CENERGS**

to da montagem do mesmo, a qual se encontra em fase de elaboração. O Projeto Social e Gabinete da Casa da Cidadania, sob a direção de Eládio Piratini, está em fase de elaboração. Esta etapa será seguida pela elaboração da Estratégia Social e Gabinete da Cidadania. Os Projetos que serão posteriormente selecionados e desenvolvidos em 1984, o Subprojeto será enquadrado para financiamento, necessitando salientar que, até 1984, e uma vez firmado o Convênio Técnico na redação do subprojeto, incumbe à secretaria o acompanhamento, bem como do Estado e dirigida a outros órgãos do Estado envolvidos, e os demais organismos municipais e organizações privadas. 7.151 ofícios.

Os Estudos de Tecnologia Urbana realizados no quadriênio em duas direções, ou seja: foram iniciados estudos, por parte

dos municípios, junto às Prefeituras, de tecnologia de

DESEMPENHO 1979/82

A partir de março de 1979, por Decreto do Governador José Augusto Amaral de Souza, coube à Casa Militar o encargo de coordenar o Sistema Estadual de Defesa Civil.

Os resultados obtidos podem ser classificados como dos mais positivos sendo, neste sentido, o entrosamento entre os órgãos federais e municipais, e com a comunidade em geral, fator relevante para a minimização dos prejuízos sofridos pelas populações atingidas por adversidades diversas.

Durante o quadriênio foram editados quatro volumes do manual de Defesa Civil, assim denominados: Volume I: Sistema de Defesa Civil — Organização e Funcionamento; Volume II: Comissão Municipal de Defesa Civil — Constituição e Organização; Volume III: Núcleo Comunitário de Defesa Civil; Volume IV: Abrigos de Emergência.

Ainda com o objetivo de divulgar os fundamentos da Defesa Civil, foram publicados folhetos sobre o assunto, além de uma Cartilha denominada "Você quer Saber o que é Defesa Civil" e do Informativo de Defesa Civil, publicado mensalmente.

Em termos de divulgação de massa, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil contou sempre com o apoio irrestrito de todos os meios de comunicação os quais, através do rádio, jornal e televisão, contribuíram grandemente para fazer chegar até o grande público as mensagens de conscientização sobre a necessidade de uma autoproteção organizada, bem como para a difusão da doutrina da Defesa Civil.

Um filme documentário sobre a importância e necessidade da instalação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil — NUDEC, em cada bairro, foi veiculado através dos principais canais de televisão que operam no Estado. Da mesma forma, mensagens sobre Defesa Civil foram difundidas por todo o território rio-grandense, por intermédio de mais de 30 emissoras de radiodifusão de alcance regional, além das emissoras da Capital. Os jornais do Estado também se integraram, reservando espaços para anúncios institucionais sobre Defesa Civil.

A identificação da inexistência de uma ação coordenada para atendimento de possíveis catástrofes na área metropolitana resultou na elaboração do "Plano de Assistência Médico-Hospitalar de Emergência para a Grande Porto Alegre", editado em 1982.

A realização de sete Encontros para Assuntos de Defesa Civil nas diferentes regiões do Estado, associada à promoção de palestras e participação em encontros de segmentos da Comunidade e à distribuição do material de divulgação de Defesa Civil originaram a criação da Comissão Municipal de Defesa Civil nos 232 municípios gaúchos e já, a certeza da criação da mesma nos 12 novos municípios, assim como a instalação de 45 Núcleos Comunitários de Defesa Civil.

Para minimizar os danos dos eventos desastrosos (inundações, fortes ventos e granizos) o Governo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, concedeu auxílio aos municípios atingidos, num montante de Cr\$ 80 milhões, somente em 1982.

Com o objetivo de expressar o reconhecimento pelo esforço e despreendimento individuais, o Governo Amaral de Souza instituiu a Medalha da Defesa Civil, destinada a louvar a todo aquele que se tenha destacado pela participação relevante em atividades de Defesa Civil.

GABINETE DA PRIMEIRA DAMA

DESEMPENHO 1979/82

O Gabinete da Primeira Dama do Estado se propôs a realizar uma atuação complementar na área social, às diretrizes governamentais, executando programas específicos, estimulando e apoiando iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações carentes do Estado.

A atuação do Gabinete da Primeira Dama do Estado voltou-se, prioritariamente, para a criança da faixa etária dos zero aos sete anos incompletos.

Durante o ano de 1979, Ano Internacional da Criança, foi instituída, através do Decreto nº 28.670, de 20.04.79, em âmbito estadual, a Comissão do Ano Internacional da Criança, presidida pela Sra. Mirian Gonçalves de Souza. A Comissão realizou trabalho no sentido de integrar Governo e comunidade rio-grandense, de forma a atingir a todos os municípios gaúchos, a nível oficial e comunitário.

Resultam dos estudos e pesquisas realizados por esta Comissão: Projeto Criança Presente na Vida Comunitária e o Programa Estadual Pró-Creche.

O PROJETO CRIANÇA PRESENTE NA VIDA COMUNITÁRIA foi criado em setembro de 1979 e tem por finalidade atender a crianças carentes, prioritariamente menores de seis anos de idade, no campo da educação, assistência alimentar e de saúde, em áreas periféricas da Capital e do interior do Estado, aproveitando os equipamentos sociais existentes.

Visa, ainda, a dar atendimento diário em núcleos de desenvolvimento infantil, utilizando áreas físicas disponíveis na própria comunidade, tais como: salões paroquiais, áreas de recreação, sede de Clubes de Mães e outros.

Em julho de 1981, através de Termo de Colaboração assinado entre a Sra. Mirian Gonçalves de Souza e o Presidente Nacional da Fundação MOBREAL, este Órgão passou a integrar o projeto, ampliando-se significativamente a sua área de atuação. Seguiu-se a adesão do Plano Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, também vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que atua através da Secretaria da Educa-

ção, o qual está fornecendo alimentação a todos os núcleos de desenvolvimento infantil do projeto.

Atualmente, graças à soma de esforços proposta por este projeto, 30.000 crianças em idade pré-escolar estão sendo atendidas em 1.600 núcleos, em 213 municípios do Estado.

O Projeto Criança Presente está, ainda, construindo Centros de Atendimento Infantil em 9 Vilas de Porto Alegre; 9 Vilas de Viamão; 2 Centros, em Vilas de Alvorada, perfazendo 20 novos Centros de Atendimento à Criança na Região Metropolitana de Porto Alegre; um, em Torres; e um, em Santana da Boa Vista.

O PROGRAMA ESTADUAL PRÓ-CRECHE tem como objetivo oferecer atendimento à população infantil da faixa etária dos zero aos seis anos de idade, oriundas de famílias de baixa renda, residentes na periferia das cidades de maior população e industrialização do Estado, cujas mães estejam engajadas na força de trabalho.

O Programa Pró-Creche é uma ação conjunta do Governo Estadual e Governo Federal, através do Ministério da Previdência e Assistência Social, municipalidade e comunidade, da seguinte forma:

- Governo Estadual, através da Comissão Estadual Pró-Creche: construção do prédio;
- Municipalidade: doação de terreno para construção da obra;
- Comunidade: parte do equipamento e o trabalho voluntário necessário à instalação e funcionamento da creche;
- Ministério da Previdência e Assistência Social: parte do equipamento, através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM.

A meta inicialmente proposta foi a construção de 25 creches em todo o Estado, objetivo este que foi ampliado, sendo que hoje, 87 novas creches estão implantadas, atendendo a 6.490 crianças em 63 municípios do Estado.

A comunidade gaúcha participou efetivamente deste programa, que recebeu 21 creches doadas por empresários, pecuaristas e particulares, além de receber o apoio de Entidades Assistenciais Particulares e Prefeituras Municipais, que estão assumindo a administração e manutenção destas 87 novas creches, através de convênios firmados com a Legião Brasileira de Assistência — LBA, e Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — FEBEM garantindo, assim, o pleno e permanente funcionamento destes recursos.

Cada creche possui uma área construída de 186 m² e capacidade de atendimento a 70 crianças. Algumas unidades já foram construídas e ampliadas, com atendimento a 120 crianças.

Outro projeto desenvolvido pelo Gabinete da Primeira Dama é o BANCO DE ALIMENTOS, que tem o objetivo de oferecer suplementação alimentar a Entidades Assistenciais Particulares.

Com este projeto colaboram 9 empresas da área de alimentação, que oferecem quotas mensais de seus produtos, os quais foram encaminhados a 258 Entidades Assistenciais Particulares da Capital e do Interior do Estado, atendendo ao objetivo de apoiar o trabalho que estas entidades realizam.

Foram realizadas ainda durante estes quatro anos, promoções com fins culturais e de lazer para a comunidade porto-alegrense, e promoções com a finalidade de arrecadar recursos num total de Cr\$ 20,3 milhões, que foram repassados a 243 Entidades Assistenciais.

Anualmente é realizada a **CAMPANHA DO AGASALHO**, que recolheu, nestes quatro anos, 480.477 agasalhos, os quais foram entregues a 95 entidades Assistenciais e Escolas carentes sendo encaminhados, através daí, a uma média de 120.119 pessoas carentes do Estado.

O Gabinete da Primeira Dama do Estado promoveu e realizou 2 Encontros com Primeiras Damas Municipais, que tiveram o objetivo de incentivar ações em benefício da criança e populações carentes, bem como de atualizar e reforçar conhecimentos relativos aos objetivos propostos. Promoveu, ainda, o Encontro de Avaliação de Creches que Integram o Programa Pró-Creche, em outubro de 1982.

Com relação a eventos realizados fora do Rio Grande do Sul, a Primeira Dama participou dos seguintes: Encontros do Programa Nacional de Voluntariado PRONAV/LBA, promovidos pela Fundação Legião Brasileira de Assistência, de 24 a 28.08.79 e de 25 a 29.08.80, em Brasília, e de 27 a 29.04.82, no Rio de Janeiro; I Encontro de Primeiras Damas do Brasil, em Fortaleza, em 31.01.80; Encontro Promovido pela FUNABEM, no Rio de Janeiro, reunindo Primeiras Damas Estaduais, Secretários de Estado da Área Social e Presidentes de FEBEMs, em 14.05.79.

Nessas oportunidades, foi apresentado o trabalho que vem sendo realizado pelo Gabinete, em benefício das crianças e populações carentes do Estado.

O Gabinete da Primeira Dama do Estado atendeu, ainda, a 7.880 casos sociais, oferecendo soluções e encaminhamentos para problemas individuais, familiares e comunitários, no período de 15.03.79 a 31.12.82.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO — CEDU

DESEMPENHO 1979/82

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano — CEDU foi criado pelo Decreto nº 20.011, de 9 de julho de 1979, com o objetivo de definir as normas e diretrizes básicas para a execução da Política de Desenvolvimento Urbano do Estado.

Visando ao objetivo básico de atender às diretrizes expressas na Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul quanto ao desenvolvimento urbano, especialmente aquelas que se referem à criação de áreas alternativas de desenvolvimento, como as Cidades de Médio e Pequeno Porte, a Secretaria Executiva do Conselho estabeleceu seu primeiro Programa de Trabalho, aprovado pela Resolução nº 02/80 do CEDU, em 9 de julho de 1980.

Com uma atuação dirigida ao espaço estadual fora da Região Metropolitana, o Programa de Trabalho da Secretaria Executiva do CEDU, então aprovado contemplou, basicamente, três grupos de atividades — de coordenação, normativas e executivas.



Como atividade de Coordenação, cabe destacar a promoção da articulação de organismos federais, estaduais e municipais, tendo em vista a coordenação horizontal e vertical da atuação do CEDU e consubstanciada na implementação dos Programas de Apoio às Cidades de Porte Médio e de Transportes Urbanos, e dos Subprojetos Pelotas e do aglomerado urbano de Caxias do Sul do Programa CMP/BIRD, desenvolvido com recursos do Banco Mundial.

Em termos Normativos, atendendo a resolução do conselho, foi criado um Grupo de Trabalho que estudou a legislação federal sobre a matéria e elaborou anteprojeto de lei estadual definindo normas complementares àquela legislação, tendo sido o documento enviado à Assembléia Legislativa sob a forma de Projeto de Lei, enquanto a Secretaria Executiva do CEDU prossegue nos estudos da legislação complementar, para regulamentação.

Com relação às atividades de caráter Executivo, as respectivas ações da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal — SURBAM, e da Secretaria Executiva do CEDU não podem ser dissociadas pois, embora esta última se volte primordialmente para as tarefas de caráter normativo e de orientação, tem atuado também na implantação de programas e projetos que beneficiam os municípios.

A partir de sua instalação, a equipe da Secretaria Executiva apresentou programação de trabalho na qual se destaca a formulação de diretrizes para o desenvolvimento urbano do Estado, entre as tarefas básicas para subsidiar as decisões do Conselho.

Entre as principais realizações do período, destacam-se as atividades vinculadas a: Programa de Apoio a Cidades de Porte Médio; Programa de Apoio à Base Urbana; Programas de Transportes Urbanos; Programa de Pavimentação de Baixo Custo em Áreas Urbanas de Baixa Renda; Programa de Apoio aos Centros Regionais; Programa de Capacitação Técnica Municipal; Programa "CPM/BIRD" — Subprojeto Pelotas e Subprojeto Caxias do Sul; Estudos de Tecnologia Urbana; Programa de Erradicação de Submoradias.

O Programa de Apoio a Cidades de Porte Médio está se desenvolvendo sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, tendo como ações principais a serem destacadas, sob a responsabilidade da Secretaria Executiva do CEDU, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos projetos nas áreas de Planejamento e Administração, Infra-estrutura Social, Habitação e Saneamento Básico nas Cidades de Porte Médio do Estado — Alegrete, Bagé, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana. Este Programa envolveu o montante total de Cr\$ 1,4 bilhão, sendo Cr\$ 74,1 milhões de transferências da União através do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, Cr\$ 1,3 bilhão de recursos do Estado, através de investimentos da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB, e Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, e Cr\$ 108,0 milhões de aporte direto dos Municípios.

Dentre as atividades realizadas ou em andamento, vinculadas ao Programa de Apoio à Base Urbana (Cidades de Pequeno Porte), destacam-se: a montagem de documento básico contendo a quantificação dos déficits nos setores de Água, Esgoto, Educação, Habitação, Saúde e Energia, bem como a avaliação dos custos estimados para a sua eliminação em 63 cidades selecionadas (ora em fase de reformulação, tendo em vista a inclusão, também, das cidades limítrofes à Região Metropolitana); a elaboração,

por parte da Secretaria Executiva do CEDU e da Superintendência de Desenvolvimento do Extremo-Sul — SUDESUL, de um estudo específico dos problemas de Saneamento em Cidades de Pequeno Porte, visando à montagem de programa para a captação de recursos federais; a coordenação, pela Secretaria Executiva do CEDU, de Convênio semelhante ao existente para as cidades de Médio Porte, envolvendo recursos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento, no valor de Cr\$ 11 milhões, para as cidades de Canguçu, Pedro Osório, Piratini, São Lourenço do Sul, Herval, Jaguarão, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Mostardas e Pinheiro Machado.

No setor de Transportes Urbanos, destacam-se os Estudos de Transportes Urbanos — ETURB/CPM — Convênio entre Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU/Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT/CEDU/Prefeituras Municipais, que têm por objetivo o assessoramento técnico especializado às equipes municipais para a elaboração de projetos de planejamento de transportes urbanos nas cidades de Bagé, Cruz Alta, Erechim, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana.

O Programa de Pavimentação de Baixo Custo em Áreas Urbanas de Baixa Renda — PROPAV — Convênio EBTU/Prefeituras Municipais, é coordenado a nível estadual pela Secretaria Executiva do CEDU, que assessora as equipes locais na definição de vias de transporte coletivo que serão pavimentadas utilizando solução de baixo custo. Já assinaram o Convênio as seguintes cidades: Bagé, Cachoeira do Sul, Erechim, Igrejinha, Ijuí, Panambi, Passo Fundo, Rio Grande, Santana do Livramento, Santo Ângelo e Três Coroas.

Com relação ao Programa de Apoio aos Centros Regionais, foi desenvolvido estudo da Região Vinicultora de Caxias do Sul, formada pelos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos e Veranópolis, o qual se encontra em fase de análise e diagnóstico da situação físico — territorial, sócio-econômica e político — institucional da Região.

O Programa de Capacitação Técnica Municipal, que objetiva gerar uma real capacidade técnica e gerencial própria dos municípios, além de fornecer subsídios para a atuação e programação de atividades dos órgãos setoriais e de assistência técnica do Estado realizou, em 1981, o treinamento de técnicos municipais para Avaliação dos Sistemas Administrativos e de Planejamento Municipal, do qual participaram 14 técnicos dos municípios de Butiá, Caxias do Sul, Cruz Alta, Estrela, Flores da Cunha, Ijuí, Panambi, Santana do Livramento, Santa Rosa, São Borja, São Gabriel, São Lourenço do Sul e Três Passos.

Com relação ao Programa “CPM/BIRD” — Subprojeto Pelotas, a Secretaria Executiva do CEDU realizou o acompanhamento da montagem do Subprojeto, através da elaboração do Perfil da Cidade, Estratégia de Desenvolvimento e Anteprojetos, com o que Pelotas se credenciou ao enquadramento para financiamento por parte deste Programa. Cabe observar que, uma vez firmado o Convênio de implementação do Subprojeto — que compreende a execução de projetos urbanos até 1984 —, incumbe à Secretaria a articulação entre os órgãos setoriais do Estado envolvidos e os demais organismos responsáveis pela execução.

Quanto ao Subprojeto Caxias do Sul, também vinculado àquele Programa, a Secretaria Executiva vem realizando, em conjunto com a SUDESUL, o acompanhamen-

to da montagem do mesmo, a qual se encontra em fase de elaboração do Perfil da Cidade. Esta etapa será seguida pela elaboração da Estratégia de Planejamento e Perfis dos Projetos que serão posteriormente selecionados e desenvolvidos, com o que, em 1984, o Subprojeto será enquadrado para financiamento, no Programa CPM/BIRD cabendo salientar que, até 1984, e uma vez firmado o Convênio de implementação do subprojeto, incumbe à secretaria o acompanhamento, bem como a articulação entre os órgãos do Estado envolvidos, e os demais organismos responsáveis pela execução.

Os Estudos de Tecnologia Urbana realizados no quadriênio foram desenvolvidos em duas direções, ou seja: foram iniciados estudos, por parte da Secretaria Executiva, para a difusão, junto às Prefeituras, de tecnologia de baixo custo para projetos urbanos, sendo que o primeiro teste realizado dentro dessa linha de ação é o estudo para destino final de lixo em Passo Fundo, cujas proposições poderão servir de modelo a outras áreas; por outro lado, foram efetuados estudos voltados para a definição de diretrizes e procedimentos que visem ao conhecimento do comportamento e consumo das fontes energéticas em áreas urbanas, as relações existentes entre organização espacial e consumo de energia, planejamento urbano e planejamento energético para a montagem de uma Política Estadual de Energia em Assentamentos Urbanos, trabalho que vem sendo realizado em conjunto com a Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Energia — CENERGS.

Dentro das atividades realizadas através do Programa de Erradicação de Submoradias foi elaborada, pela Secretaria Executiva do CEDU, a Análise das Áreas de Subabitações nas Cidades de Porte Médio, por solicitação do Governador que, posteriormente, através do Decreto nº 30.807/82 constituiu o Grupo de Erradicação de Submoradias. O estudo compreendeu o levantamento das áreas de Subabitações nas cidades de Alegrete, Bagé, Cachoeira do Sul, Erechim, Rio Grande e Santa Cruz do Sul, quantificando as áreas, as moradias e os habitantes, identificando os déficits de infraestrutura e equipamentos, estimando os investimentos.

PÓLO PETROQUÍMICO DO SUL

DESEMPENHO 1979/82

A Secretaria Executiva do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul — CONPETRO no transcorrer do quadriênio 79/82 desenvolveu e complementou suas atividades objetivando a implantação do Complexo Petroquímico.

Buscando a consecução deste fim, a Secretaria Executiva por intermédio dos Subprogramas que a compõem, promoveu a execução das obras de infra-estrutura física, necessárias tanto ao Complexo Básico como à Área Industrial destinada às indústrias de 3ª Geração.

Ademais, houve a conclusão de estudos pertinentes à Proteção Ambiental.

A atuação financeira do CONPETRO, foi assentada nos recursos próprios que o Estado aplicou direta e indiretamente na implantação do Pólo Petroquímico do Estado

do Rio Grande do Sul, além dos recursos carreados pelo Governo Estadual através de contratos e convênios mantidos com os órgãos financiadores nacionais e/ou estrangeiros.

Durante a Administração Amaral de Souza foram realizados contratos de financiamentos através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos — PRODEPO — assegurando ao CONPETRO recursos necessários a cobrir os custos de investimentos para a realização de obras de infra-estrutura na área do Pólo Petroquímico.

Além destes contratos financeiros, conta com a cobertura de recursos do Fundo de Participação do Estado, bem como daqueles que estão em aprovação junto ao Banco Nacional de Habitação.

A Consultoria Jurídica a partir da criação do CONPETRO teve sob seus cuidados, desde logo, atribuições de assessoramento à Procuradoria-Geral do Estado.

Foram atividades afetas também à Consultoria Jurídica do CONPETRO no transcorrer da implantação deste Complexo, as de análise jurídica dos projetos executados pelos demais Subprogramas, através de pareceres e justificativas, e assessoramento permanentes à Coordenadoria-Geral. Como meio de bem atingir a consecução destas tarefas, o desenrolar dos trabalhos verificou-se em constantes reuniões com os mais variados órgãos integrantes da administração e dirigentes das várias empresas contratadas pelo Estado para promover atividades vinculadas à implantação do Pólo Petroquímico do Sul.

Por último, vale a pena salientar a presença da consultoria Jurídica em Congressos, Seminários e Cursos que de uma maneira ou de outra diziam respeito à atividade exercida ou o aprimoramento de seus componentes.

A decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE — Presidência da República de sediar o terceiro Pólo Petroquímico brasileiro do Rio Grande do Sul, gerou, automaticamente a necessidade de se explicar aos vários segmentos da sociedade rio-grandense o que vinha a ser um Pólo Petroquímico e quais os reflexos econômicos e sociais que vão produzir na vida do Estado.

A Coordenadoria-Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, consciente dessa realidade, institui, imediatamente uma política de Comunicação Social para o Pólo Petroquímico que desenvolveu seus trabalhos através dos seus vários projetos em execução.

Deste modo, participou esta Assessoria dos Trabalhos de divulgação de textos para veiculação em jornais, revistas, periódicos especializados, rádio e televisão.

Promoveu também uma série de visitas programadas à Área Industrial do Pólo Petroquímico — Projeto VAI, objetivando prestar à opinião pública, especificamente a empresários privados, técnicos, professores universitários e convidados especiais, informações acerca do Pólo Petroquímico, suas obras e funcionamento.

De outro lado, prestou um trabalho informativo junto à classe política em geral oportunizando visitas às obras e projeto do Pólo Petroquímico.

do Rio Grande do Sul, além dos recursos carreados pelo Governo Estadual através de contratos e convênios mantidos com os órgãos financiadores nacionais e/ou estrangeiros.

Durante a Administração Amaral de Souza foram realizados contratos de financiamentos através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos — PRODEPO — assegurando ao CONPETRO recursos necessários a cobrir os custos de investimentos para a realização de obras de infra-estrutura na área do Pólo Petroquímico.

Além destes contratos financeiros, conta com a cobertura de recursos do Fundo de Participação do Estado, bem como daqueles que estão em aprovação junto ao Banco Nacional de Habitação.

A Consultoria Jurídica a partir da criação do CONPETRO teve sob seus cuidados, desde logo, atribuições de assessoramento à Procuradoria-Geral do Estado.

Foram atividades afetas também à Consultoria Jurídica do CONPETRO no transcorrer da implantação deste Complexo, as de análise jurídica dos projetos executados pelos demais Subprogramas, através de pareceres e justificativas, e assessoramento permanentes à Coordenadoria-Geral. Como meio de bem atingir a consecução destas tarefas, o desenrolar dos trabalhos verificou-se em constantes reuniões com os mais variados órgãos integrantes da administração e dirigentes das várias empresas contratadas pelo Estado para promover atividades vinculadas à implantação do Pólo Petroquímico do Sul.

Por último, vale a pena salientar a presença da consultoria Jurídica em Congressos, Seminários e Cursos que de uma maneira ou de outra diziam respeito à atividade exercida ou o aprimoramento de seus componentes.

A decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE — Presidência da República de sediar o terceiro Pólo Petroquímico brasileiro do Rio Grande do Sul, gerou, automaticamente a necessidade de se explicar aos vários segmentos da sociedade rio-grandense o que vinha a ser um Pólo Petroquímico e quais os reflexos econômicos e sociais que vão produzir na vida do Estado.

A Coordenadoria-Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, consciente dessa realidade, instituiu, imediatamente uma política de Comunicação Social para o Pólo Petroquímico que desenvolveu seus trabalhos através dos seus vários projetos em execução.

Deste modo, participou esta Assessoria dos Trabalhos de divulgação de textos para veiculação em jornais, revistas, periódicos especializados, rádio e televisão.

Promoveu também uma série de visitas programadas à Área Industrial do Pólo Petroquímico — Projeto VAI, objetivando prestar à opinião pública, especificamente a empresários privados, técnicos, professores universitários e convidados especiais, informações acerca do Pólo Petroquímico, suas obras e funcionamento.

De outro lado, prestou um trabalho informativo junto à classe política em geral oportunizando visitas às obras e projeto do Pólo Petroquímico.

consultoras bem como a colaboração de órgãos ou entidades estaduais que estão diretamente ligados à área de Proteção Ambiental.

Deste modo, a Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul foi contratada, tendo desenvolvido dois projetos que visavam:

- a descrição dos ecossistemas e a interpretação de suas interações na área do Pólo Petroquímico;
- a auto-ecologia e os bioindicadores de poluição.

Concomitantemente e abordando os problemas de efluentes sólidos, líquidos e gasosos, realizou-se uma concorrência Internacional a fim de que se estudasse as condições ambientais na área de influência do Pólo Petroquímico, além do impacto de sua implantação, funcionamento, prognóstico e indicação das medidas a serem adotadas para controlar e manter os padrões ambientais recomendáveis na Região.

Inclui-se no escopo do Subprograma de Proteção Ambiental a implantação de todo um Sistema de Proteção Vegetal, objetivando o controle de contenção e dispersão física dos efluentes aéreos na área, a reconstituição da flora nativa e exótica, bem como o paisagismo e urbanização da Região do Pólo Petroquímico.

A elaboração de um Programa de Aplicação Imediata para um Serviço de Saúde na área do Pólo Petroquímico integrado com os serviços de saúde da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente propiciou um levantamento das condições sanitárias, bem como um sistema de controle ou profilaxia de doenças contagiosas e parasitológicas e sua conseqüente imunologia.

O Subprograma de Infra-Estrutura Física do CONPETRO, teve como objetivo proporcionar todos os elementos necessários e infra-estrutura às obras de construção civil e industriais, tanto do Complexo Básico como da Área Industrial, a operações das indústrias que lá instalar-se-iam.

Desta maneira o Subprograma coordenou a execução de obras viárias (rodovias e ferrovias), obras de saneamento (água e esgotos), energia elétrica, telecomunicações, etc., tanto de caráter provisório para a utilização durante a implantação, como definitivas para uso em etapas posteriores como: a ligação rodoviária BR-386 — Estação General Luz, o atracadouro de emergência no Rio Cai e a ampliação do Pátio Ferroviário da Estação General Luz (caráter provisório); subestação abaixadora de energia elétrica que fornece energia à área industrial e vias periféricas do Complexo Básico, a construção dos viadutos rodoviários e da Sede Administrativa do CONPETRO (caráter definitivo).

Paralelamente o Subprograma de Infra-Estrutura Física do CONPETRO efetuou o levantamento de toda a área que foi objeto de desapropriação, prestando, também, assessoramento à Procuradoria-Geral do Estado no que tange à elaboração dos laudos Periciais.

O Subprograma de Unidade de Transformação do CONPETRO teve a seus cuidados o delicado papel de promover e assessorar o desenvolvimento do parque transformador de plásticos e elastômeros, e a instalação de novas unidades no Rio Grande do Sul, com vistas a transformar no próprio Estado, aproximadamente a metade das matérias-primas produzidas no Complexo Básico. Como meio de atingir o fim desejava



do, dispunha o CONPETRO de uma área de 1.781 hectares, destinados às unidades de transformação, contando com toda a infra-estrutura necessária, mais a proximidade da fonte abastecedora de matéria-prima, o Complexo Básico.

Manteve então este Subprograma uma série de contatos com empresários locais e estrangeiros visando subsidiar a demanda de informações concernentes às oportunidades de investimentos identificados no setor. Foram efetuadas consultas a periódicos especializados e coletada uma gama de informações junto a Consulados, embaixadas e Câmaras de Comércio a fim de ser obtida uma listagem de empresas, empresários e associações localizadas nos Estados Unidos, Europa e Países do Prata para o envio subsequente de material promocional do Pólo Petroquímico do Sul. Do mesmo modo efetivaram-se trabalhos com vistas a identificação de novas oportunidades de investimentos, procedendo-se também à revisão e atualização dos perfis técnico-econômicos disponíveis.

As autoridades estaduais desde o momento em que o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Presidência da República anunciou a instalação do III Pólo Petroquímico no Estado do Rio Grande do Sul, estiveram voltadas para as iniciativas que possibilitassem a maior participação possível das empresas regionais dos setores da construção civil, máquinas e equipamentos, no atendimento à demanda gerada pela implantação do Complexo Petroquímico.

Cuidou-se, então, de divulgar e conscientizar ao empresariado gaúcho da necessidade de materiais e maquinaria que seria utilizado na implantação do Pólo Petroquímico. Para tanto foram realizados estudos na área de construção civil, visando identificar as possibilidades e necessidades das empresas que atuam no setor. Estes estudos forneceram subsídios ao estabelecimento de uma política de ação para o setor com a adoção das medidas julgadas convenientes à situação diagnosticada.

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA — CENERGS

DESEMPENHO 1979/82

A Comissão Estadual de Energia — CENERGS, foi constituída em agosto de 1979, sendo integrada pelos Secretários de Energia, Minas e Comunicações; Agricultura; Indústria e Comércio; Transportes; Coordenação e Planejamento; Saúde e do Meio Ambiente, e presidida pelo primeiro. Ademais, participavam como convidados, representantes do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — BADESUL; Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS; Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM; Sociedade Brasileira de Geologia — Núcleo RS/SC; Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB; Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE; Companhia Riograndense de Nitrogenados — CRN; Companhia Riograndense de Mineração — CRM; Fundação de Ciência e Tecnologia — CIENTEC; Fundação de Economia e Estatística — FEE; Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — COPELMI.

Foi, então, elaborado o documento “Plano de Substituição de Derivados de Petróleo no Rio Grande do Sul”, publicado em 1980, sugerindo várias propostas de alternativas energéticas.

Em abril de 1981, a presidência da Comissão ficou a cargo do Senhor Vice-Governador do Estado, Dr. Octávio Baduí Germano sendo que, durante sua gestão,

foram efetuados trabalhos visando à formulação do “Plano Energético Estadual — PEE”, com o intuito de oferecer alternativas quanto aos diversos energéticos possíveis de serem utilizados no Rio Grande do Sul.

As etapas já realizadas constaram de: levantamento dos dados existentes; consolidação dos mesmos; montagem do Balanço Energético Estadual — BEE; levantamentos preliminares de perfis tecnológicos de produção e consumo energético no Estado; montagem do BEE através de processos computacionais.

Os trabalhos foram efetuados em conjunto com as seguintes Instituições, que compõem o Comitê Técnico Setorial da CENERGS a saber: Associação Pró-Equipamentos Solares do Brasil; Açúcar Gaúcho S.A.; Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras; Companhia Estadual de Energia Elétrica; Companhia Estadual de Silos e Armazéns; Fundação de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Petróleo; Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais; Companhia Riograndense de Mineração; Companhia Riograndense de Nitrogenados; Departamento Municipal de Limpeza Urbana; Departamento Nacional de Produção Mineral; Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.; Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul; Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul Ltda.; Instituto Rio Grandense do Arroz; Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal; Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.; Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul; Ministério da Agricultura; Secretaria da Indústria e Comércio; Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; Programa de Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica; Refinaria Alberto Pasqualini; Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística; Secretaria da Agricultura; Secretaria de Energia, Minas e Comunicações; Secretaria da Saúde/DMA; Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais.

Foram ainda efetuados pela CENERGS, em Porto Alegre, os seguintes seminários: Energia e Habitação; Energia e Agricultura; Visão Panorâmica da Pesquisa no Rio Grande do Sul; Simpósio de Agro-Energia; Reunião Técnica sobre Conservação de Energia no Meio Urbano; Seminário sobre Conservação de Energia na Indústria; Seminário “Proposta de Programa de Pesquisa em Energia para o Rio Grande do Sul”.

Por outro lado, a CENERGS compareceu a diversos seminários, encontros, palestras, conferências e simpósios, onde apresentou trabalhos, tanto no Estado como no País.

Em viagem ao Japão, o Presidente da Comissão realizou visitas a: 1ª Divisão dos Assuntos Latino-Americanos; Projeto de Purificação de Água do Rio Sumida; Instituto da Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio; Sistema de Esgoto do Complexo Habitacional Tama New Town; Pólo Petroquímico de Maruzen Co.; Governador de Shiga; Província de Shiga; Exposição Portopia; Kurashiki Co.; Toshiba Co.

Em viagem à Europa, foram visitadas: Davy Mckee, na Inglaterra (Stockton-on-

Tess); Davy, na República Federal da Alemanha (Köln); Fichtner Consulting Eng., na República Federal da Alemanha (Stuttgart); Institute for Energetics Höterv, Instituto de Mineração e Instituto de Projetos Melyepterv, na Hungria (Budapest).

Foram encaminhados à Brasília, projetos na área de mini e microdestilarias, florestas energéticas, biogás e álcool de madeira, os quais foram elaborados por membros do Comitê Técnico Setorial, sendo que a CENERGS encarregou-se dos contatos iniciais junto aos diversos Ministérios e Comissões Nacionais, estando agora cada Instituição Setorial encarregada de levar avante os projetos.

É de salientar, entre as atividades desenvolvidas, a assinatura de um acordo de cooperação técnica CENERGS/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, em que a Comissão passa a ser Consultora do CNPq, para o Programa Nacional de Balanços Energéticos Estaduais.

Durante o período, foram ainda publicados os seguintes trabalhos: Roteiro para a Elaboração do Plano Energético do Estado do Rio Grande do Sul; Consolidação das Pesquisas em Energéticos no Rio Grande do Sul; Balanço Energético do Estado do Rio Grande do Sul — Ano 1980 — (Folder); Avaliação do Panorama Energético para o Estado do Rio Grande do Sul (efetuado pela CIENTEC e ENGEVIX, para a CENERGS); Pesquisas em Carvão Mineral no Rio Grande do Sul; Pesquisas em Biomassa no Rio Grande do Sul (no prelo); Pesquisas em Outras Formas Energéticas no Rio Grande do Sul (no prelo); Descrição do Balanço Energético do Estado para o Ano de 1980 (no prelo).

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA – PGJ





PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DESEMPENHO 1979/82

A Procuradoria-Geral da Justiça, Órgão do Ministério Público, integrante da estrutura do Gabinete do Governador do Estado, compõe-se de Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Quadro de Pessoal Administrativo.

A Administração Superior do Ministério Público é exercida pelo Procurador-Geral da Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O Procurador-Geral da Justiça conta com os seguintes Órgãos Auxiliares: Assessoria Jurídica e Secretaria.

Vinculada à Secretaria, a Unidade de Administração executa as atribuições de administração geral pertinentes ao Órgão, através dos Núcleos de Pessoal, Finanças e Material, Protocolo, Expedição e Arquivo e Serviços Auxiliares.

No cumprimento de suas atribuições legais, o Procurador-Geral da Justiça atuou, através da Assessoria Jurídica, em 2.744 processos, que tramitaram junto ao Pleno Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça, Conselho Superior de Magistratura, Tribunal de Alçada e Supremo Tribunal Federal.

Realizou, em outubro de 1981, a Primeira Conferência Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, organizada por esta Procuradoria-Geral, reunindo as Chefias do Ministério Público de todo o Brasil, paralelamente à realização das Jornadas de Estudos do Ministério Público, em conjunto com a Associação da Classe.

Nesta mesma oportunidade, foi criado o Conselho Nacional de Procuradores de Justiça, que teve seus Estatutos aprovados no dia 8 do mesmo mês. Para as funções de primeiro Presidente da nova Entidade, foi eleito, por unanimidade, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

As atividades da Secretaria constituíram-se, basicamente, em assistência e assessoramento ao Procurador-Geral em suas atividades sociais e administrativas.

Cumprindo suas atribuições, o Promotor-Secretário supervisionou os serviços administrativos do Órgão, destacando-se, ainda, entre outras atividades do setor, a redação de correspondências, serviços de divulgação, elaboração de escalas de férias e substituições, execução de serviços de secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Órgão Especial do Colégio de Procuradores, além da direção dos serviços da biblioteca.

No período foram instaladas 31 Promotorias e elevada a entrância de 13; foram criados 104 cargos e efetuadas 235 promoções no Quadro do Ministério Público; realizaram-se 3 concursos para ingresso na Carreira do Ministério Público. Um quarto concurso encontra-se, atualmente, em andamento. Foram nomeados 113 novos Promotores de Justiça, aprovados nos concursos realizados.

Com relação à Corregedoria-Geral do Ministério Público, destacam-se, entre as atividades exercidas: a Supervisão do Estágio Probatório concluído no período por 121 novos Promotores de Justiça; a organização de quatro Cursos de Orientação ao Estágio Probatório; a realização de 58 correições, sendo 41 ordinárias e 17 extraordinárias; a realização de dois Encontros Regionais, em maio e junho de 1979, nas cidades de Passo Fundo e Pelotas, respectivamente. No período, foram emitidos 455 pareceres e 18 circulares.

Na segunda Instância, o Ministério Público atuou em 23.039 processos, junto às Câmaras Cíveis e Criminais dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Em primeira Instância, em matéria Criminal, registrou a atuação de 155.140 Inquéritos Policiais e em 98.700 processos diversos, tendo assistido a 203.875 audiências.

Em matéria Cível, registrou-se a movimentação de 493.757 processos, nas Curadorias de Família e Sucessões, Massas Falidas, Varas Cíveis, Acidentes do Trabalho e Menores. Destaca-se, ainda, a atuação em 53.268 processos na Vara de Registros Públicos; 30.369 processos da Justiça do Trabalho e 582 da Justiça Eleitoral. Foram apresentados 6.520 Recursos e Contra-Razões, assistidas 50.604 audiências e atendidas 359.662 pessoas.

A Procuradoria de Fundações manteve a tarefa da fiscalização às Fundações, no que concerne à destinação de seus patrimônios e às alterações institucionais, tendo em vista a fidelidade operacional destas entidades aos objetivos de seus instituidores.

Foram recebidos, no período, 424 prestações de contas, sendo analisadas 226 e procedidas 108 diligências. Foram emitidos 132 relatórios, 41 recomendações, 164 pareceres, 205 portarias e 40 alvarás.

Objetivando proporcionar constante atualização aos membros do Ministério Público, foi mantido um permanente trabalho de pesquisa jurídica, no Gabinete de Pesquisa e Planejamento — GAPP, da Procuradoria, tendo se publicado, no período, 15 informativos, de nºs 11 a 25, contendo jurisprudência, legislação, pareceres e noticiário jurídico. Também foram publicados, com recursos próprios, os Sumários de nºs 6A a 11, sobre diversos temas jurídicos, bem como os Índices de nºs 11 a 20.

Foram atendidas 158 consultas dos membros do Ministério Público, sobre jurisprudência e doutrina, em matéria cível e criminal.

Entre as diversas atividades desenvolvidas pelo GAPP, destaca-se, ainda, a coleção de atos administrativos, jurisprudência do STF, elaboração de pautas dos processos em julgamento nas Câmaras dos Tribunais locais, sugestões sobre o provimento e instalação de Promotorias, levantamento de necessidades do Ministério Público e elaboração de projetos de lei.

Foram os seguintes os projetos de lei elaborados pela Procuradoria-Geral da Justiça, no período:

1. Emenda Constitucional nº 25 — nova redação aos artigos 75 a 86, em 09.06.1982;
2. Lei nº 7.669 — Lei Orgânica do Ministério Público;
3. Lei nº 7.670 — altera o Estatuto do Ministério Público;
4. Projeto de Lei — reorganiza o Quadro de Pessoal de Provimento efetivo da Procuradoria-Geral da Justiça;
5. Projeto de Lei — reestrutura o Quadro de Pessoal de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Procuradoria;
6. Projeto de Lei — cria o Fundo de Reparelhamento do Ministério Público;
7. Projeto de Lei — institui a Taxa de Serviços Diversos sobre atividades da Procuradoria das Fundações;
8. Lei nº 7.651 — cria cargos no Quadro do Ministério Público; extingue o cargo de Subprocurador;
9. Projeto de Lei — cria cargos no Quadro do Ministério Público (Promotorias); e
10. Projeto de Lei — introduz alterações na Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público.

Objetivando o reaparelhamento administrativo do Ministério Público, tanto no que diz respeito à substituição de material obsoleto, como na ampliação da capacidade instalada, foram adquiridos móveis, máquinas e outros materiais.

Foram, também, aplicados recursos em reformas nas salas do Conselho Superior do Ministério Público, 6º andar, e Auditório, 10º andar, e sonorização no prédio da Procuradoria, além da instalação das Promotorias de Cruz Alta e Santo Ângelo, fora das dependências do Foro.

Está prevista a instalação, até o final de 1982, de um Terminal da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, em conexão com o Sistema "JUS", que deverá fornecer dados sobre o andamento de processos judiciais em 1ª e 2ª Instâncias.

A Unidade de Administração, através dos Núcleos de Pessoal, Finanças e Material, Atividades Auxiliares e Protocolo, Expedição e Arquivo, desenvolveu suas atividades no sentido de proporcionar o necessário apoio técnico-administrativo às atividades da Procuradoria-Geral da Justiça e Ministério Público.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Processo Judiciário

OBJETIVO:

propor a ação penal, fiscalizar a aplicação da lei, defender em juízo aos interesses dos ausentes, da família, dos incapazes e de quantos a lei determinar, e proporcionar apoio administrativo às atividades do Ministério Público

REALIZAÇÕES:

- atuação em feitos judiciais cíveis e criminais em primeira e segunda instâncias, promovendo a fiscalização, execução da lei no Estado e apoio administrativo ao Ministério Público



OBJETIVO:

dotar o Ministério Público de infra-estrutura material condizente com suas funções

REALIZAÇÕES:

- aquisição e reposição de equipamento e material permanente destinados à Procuradoria-Geral da Justiça e Promotorias de Justiça do Interior do Estado

305 peças

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO — PGE

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

DESEMPENHO 1979/82

A Procuradoria-Geral do Estado, órgão integrante da Governadoria do Estado é, por disposição constitucional, vinculada diretamente ao Governador, tendo como atribuições, as de: patrocínio judicial dos interesses do Estado; assessoramento jurídico ao Governador do Estado e aos órgãos da Administração Estadual; assistência jurídica e judiciária às populações carentes; assistência jurídica e judiciária aos Municípios; processamento dos inquéritos administrativo-disciplinares no âmbito da Administração Estadual.

No início da atual gestão, as atividades da Procuradoria-Geral do Estado concentravam-se na Capital do Estado, existindo apenas alguns Procuradores no Interior, sem haver, no entanto, uma distribuição regional racionalizada.

Durante o primeiro ano da atual gestão foram criadas 7 Procuradorias Regionais, cujo provimento se completou em 26 de agosto de 1981. A experiência da interiorização demonstrou a necessidade de serem criadas mais outras Procuradorias Regionais com jurisdição menor. Assim é que, atualmente, existem 18 Procuradorias Regionais, das quais 12 já estão providas.

O Quadro de Procuradores do Estado, que era composto por 129 membros, dos quais 117 na Capital e 12 no Interior, atualmente é formado por 186 Procuradores, dos quais 109 estão lotados na Capital e 77 no Interior.

Até o advento da Lei nº 7.705, de 21 de setembro do corrente ano, o patrocínio judicial dos interesses do Estado nas comarcas não abrangidas pelos agentes da Procuradoria-Geral do Estado era exercido, em caráter subsidiário, por agentes do Ministério Público Estadual. Atualmente, a representação do Estado em Juízo, a teor do que dispõe a alínea "b" do artigo 2º do diploma legal supracitado, é exercida integralmente pela Procuradoria-Geral do Estado, através das Procuradorias Regionais e de uma Equipe Volante constituída, no interesse do erário, através da Portaria nº 378, de 24 de novembro do corrente ano.

No patrocínio judicial dos interesses do Estado, a Procuradoria-Geral do Estado tem logrado êxitos notáveis nos setores atinentes à defesa do domínio público (especialmente questões de terras), à matéria fiscal e junto ao Supremo Tribunal Federal, em arguições de inconstitucionalidade.



Outra atribuição da Procuradoria-Geral do Estado é a assistência jurídica e judiciária às populações carentes e tem sido, dentro das diretrizes traçadas pelo atual Governo, uma das metas prioritárias.

No início dessa Administração, o serviço acima referido era oferecido em Porto Alegre (onde havia um único escritório central) e apenas em outros 12 municípios. Atualmente, a assistência jurídica e judiciária é oferecida em 148 municípios, com 194 advogados que atenderam, no primeiro semestre deste ano, a 143 mil pessoas, constituindo-se em um acréscimo considerável em relação a 1979, ano no qual o atendimento se restringiu a 64 mil pessoas.

Vale consignar que no Centro de Triagem de Porto Alegre foram atendidas, durante o mês de outubro, só no turno da tarde, 4.840 pessoas.

Nas zonas de maior concentração de procura potencial da clientela carente, foram criados, através de Portarias, os chamados escritórios periféricos, objetivando levar a assistência mais perto dos necessitados, facilitando-lhes o acesso a esse direito. Hoje, além dos 148 Escritórios Centrais, existem 37 escritórios periféricos, assim distribuídos: em Porto Alegre 19, na Região Metropolitana, 16 (sendo 7 em Canoas, 1 em Esteio, 4 em São Leopoldo, 4 em Viamão), no Presídio do Jacuí, 1, e em Pelotas, 1.

Cumprir registrar que, em 1979, o serviço de assistência judiciária, pelo número de municípios atendidos, encontrava-se à disposição de 38,3% da população carente do Estado, enquanto que, no fim do primeiro semestre de 1982, a população beneficiada era de 75,6% do total do Estado.

Como a atividade de assistência judiciária, pelo seu caráter assistencial, exige, em princípio, uma demanda praticamente ilimitada de recursos, o atual Governo resolveu instituir o Fundo de Assistência Judiciária (Lei nº 7.337, de 31 de dezembro de 1979) que sustenta a parcela mais significativa do serviço. É esse Fundo, formado com as receitas provenientes dos honorários da sucumbência nas questões ganhas pelo Estado em juízo, que pagou, no primeiro semestre, Cr\$ 850,00 por atendimento individual de 53.280 pessoas.

Na atividade da assistência jurídica e judiciária a Procuradoria-Geral do Estado envolve 422 Agentes da Assistência Judiciária, a maioria aplicados diretamente ao serviço, e uma menor parte em atividades de apoio.

SECRETARIA DA JUSTIÇA — SJ

SECRETARIA DA JUSTIÇA

DESEMPENHO 1979/82

No decorrer do quadriênio de 1979 a 1982 foram realizados muitos dos objetivos estabelecidos pela Secretaria da Justiça, para esta Administração. Entre as alternativas de ação previstas, estão bem caracterizadas as seguintes:

- estabelecimento de uma política penitenciária voltada para a ressocialização e recuperação do homem preso, através do trabalho e da educação;
- reaparelhamento dos Serviços Penitenciários, com a conclusão de obras em construção, e as restaurações e ampliações que se fizeram necessárias;
- formação de recursos humanos qualificados, em cursos regulares, pela Escola Penitenciária;
- estímulo ao aperfeiçoamento do servidor penitenciário, oferecendo-lhe melhores condições funcionais;
- instalação de um sistema rápido de comunicação através de rádio, interligando as grandes casas prisionais e os presídios regionais;
- mobilização e participação da comunidade em prol da recuperação e ressocialização de presos;
- simplificação de rotinas e desburocratização dos serviços de Registro de Comércio;
- utilização de modernas técnicas de arquivologia e implantação de documentos recolhidos ao Arquivo Público.

Na área educacional foram realizados, nos presídios gaúchos, 195 cursos profissionalizantes que prepararam 2.127 presos, utilizando recursos obtidos através de convênios com a Legião Brasileira de Assistência e Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra— PIPMO/Fundação Gaúcha do Trabalho. Para o ano de 1982, foram programados 101 cursos, para 1.515 alunos, em convênio com o PIPMO e o Serviço Nacional de Comércio — SENAC.

Nos cursos do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF, realizados no período, foram alfabetizados 973 presos, e preparados mais 1.396 alunos nos cursos de Educação Integrada de 1º e 2º Graus. A maioria dos cursos foram realizados nas grandes casas: Presídio Central, Penitenciária Estadual do Jacuí e Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Sendo a população carcerária do Estado, de 4.423 detentos, distribuídos em 86 presídios — dos quais 3 regionais, 7 grandes casas e 76 municipais — a atual Administração se preocupou em dar melhores condições de prestação dos Serviços Penitenciários no Estado, através da construção de uma série de obras, a saber: Presídios de Santiago, Canguçu e Santo Ângelo; Penitenciária de Charqueadas; Presídios Regionais de Santa Maria e Bagé; uma nova cozinha para o Instituto Psiquiátrico Forense.

Com estas obras, houve um aumento de 14,85% na rede penitenciária, o que corresponde a capacidade para mais 624 presos.

Além da conclusão de obras, foram realizadas restaurações e ampliação no Presídio de Erechim, Instituto Psiquiátrico Forense, Presídio Central de Porto Alegre, Presídio de Pelotas, Irai, Caxias e Santiago.

Para estas realizações foram utilizados recursos do Fundo Penitenciário que, a partir de 1980, passou a receber 1/6 da Taxa Judiciária.

No que se refere ao Arquivo Público, este mantém sob sua guarda cerca de 2.600.000 documentos originais, razão por que, desde 1974, está suspenso o recebimento de novos documentos procedentes dos diversos órgãos do Estado. Assim, somente tem sido feita a seleção, recuperação e preparação para o processo de microfilmagem, já em fase de implantação.

A adoção do sistema resolverá, em primeiro lugar, a falta de espaço, e ainda permitirá a coleta de documentos de outros órgãos do Estado.

A 8 de março de 1981, o Arquivo Público comemorou 75 anos de existência. Homenageando esta data, foi organizado e executado, pela Assessoria de Comunicação Social da Secretaria da Justiça, o seminário "História do Rio Grande do Sul nos últimos 75 anos", que contou com a participação de intelectuais e expoentes da cultura nacional, sendo assistido por um grande número de pessoas interessadas.

Em dezembro, como decorrência do grande interesse despertado pelos painéis do primeiro encontro, a Secretaria da Justiça, em promoção conjunta com a Universidade Federal de Santa Maria, realizou o seminário "Arquivo, Ciência e Cultura". Na ocasião, foi celebrado um protocolo de Ação Conjunta com aquela Universidade, através do qual estudantes de Arquivologia poderão fazer estágio nas diversas repartições da Secretaria.

A Junta Comercial, depois de cem anos em vários prédios alugados em Porto Alegre, instalou-se pela primeira vez num prédio do Estado. Essa mudança proporcionou uma geral reordenação do sistema e fluxos internos, com substanciais ganhos em termos de produtividade e economia de aluguel.

A partir de 1979 passou a vigorar, na Junta, o formulário que visa a simplificar e beneficiar pequenas empresas, diminuindo quatro outros documentos que anteriormente eram exigidos para o registro ou alteração de firmas individuais que, assim como as atas de sociedades anônimas, por exemplo, passaram a ser despachados em três dias úteis.

Por outro lado, o novo sistema de processamento que vem sendo empregado reduziu, de cinco para apenas um dia, o prazo para a concessão de certidões. Com isso, a

Junta Comercial, praticamente, assumiu a liderança da desburocratização do Estado. Foram, ainda, abolidas as certidões negativas a nível estadual e federal e, com isso, eliminadas 120 mil certidões por ano. Foi iniciado, também, o processo de reorganização do arquivo, já existindo, hoje, mais de 70 mil empresas no novo sistema.

Com o processo, é feito o saneamento dos documentos e já foram eliminadas, aproximadamente, 23 toneladas de papéis.

Em 1981, mais de 60 mil processos foram examinados e julgados pelo colégio de vogais correspondendo, em média, a 250 por dia.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Processo Judiciário

OBJETIVO:

restaurar os estabelecimentos existentes

REALIZAÇÕES:

- projeto e fiscalização da reforma do presídio da Ilha das Pedras Brancas
1 obra
- inspeção de obras em andamento nos estabelecimentos penais
4 obras

OBJETIVO:

construir estabelecimentos especializados na medida dos recursos disponíveis

REALIZAÇÕES:

- fiscalização de obras em andamento no presídio regional de Santa Maria, regional de Santo Ângelo e municipal de Canguçu
3 obras
- fiscalização e orientação na construção da cozinha do refeitório do Instituto Psiquiátrico Forense
1 obra
- visitas de acompanhamento de obras nos estabelecimentos penais
11 visitas
- vistorias em obras nos estabelecimentos penais
16 estabelecimentos
- projeto para pavilhão no Instituto Psiquiátrico Forense
1 projeto
- projetos para presídio de segurança máxima e segurança média
2 projetos

- projeto de construção de um pórtico e acesso para a penitenciária de Charqueadas
1 projeto
- projeto de construção de pavilhão no Instituto Psiquiátrico Forense
1 projeto
- projetos de construção de presídios
3 projetos
- projeto de execução do estande de exposição para a Expointer/82
1 projeto
- fiscalização de obras em andamento em estabelecimentos penais
12 obras
- conclusão das obras nos presídios de Santa Maria e Santo Ângelo
2 obras
- anteprojeto de construção da ala de segurança máxima na Unidade de Triagem do Instituto Psiquiátrico Forense
1 projeto
- projeto de construção da cobertura no pátio de visitas da Penitenciária Estadual do Jacuí
1 projeto
- projeto de construção da cobertura do Presídio Municipal do Irai
1 projeto
- estudo da construção da rede cloacal na Penitenciária Estadual do Jacuí
1 projeto

OBJETIVO:

formar pessoal penitenciário especializado, em cursos regulares, pela Escola de Serviço Penitenciário

REALIZAÇÕES:

- realização do XXII Curso de Formação de Agente de Segurança Penitenciária
235 alunos
- realização do VIII Curso de Formação de Monitor Penitenciário
100 alunos
- conclusão do XXII Curso de Formação de Agente de Segurança Penitenciária
134 alunos
- conclusão do VIII Curso de Formação de Monitor Penitenciário
95 alunos

— curso de Atualização de Radioperadores

85 alunos

OBJETIVO:

estimular o servidor penitenciário, oferecendo-lhe melhores condições funcionais

REALIZAÇÕES:

— promoção de monitores penitenciários e agentes de segurança penitenciária

158 promoções

OBJETIVO:

guardar e conservar documentos públicos e referentes ao patrimônio territorial e histórico do Estado

REALIZAÇÕES:

— atendimento a pessoas na busca de certidões de nascimento, casamento, óbitos e inventários

2.526 pessoas

— fornecimento de documentos através de fotocópias

3.643 documentos

— consultas a livros e talões

1.229 livros

— restauração e encadernação, e conserto de livros

329 restaurações

— protocolo de processos, solicitando fotocópias e certidões

381 processos

OBJETIVO:

planejar e executar a política penitenciária, promovendo a recuperação social do preso, através da execução administrativa das penas em estabelecimentos penais da rede prisional do Estado

REALIZAÇÕES:

— levantamento da situação prisional, através de caderno de dados estatísticos

356 estabelecimentos

— levantamento de fugas e recapturas de presos

4 levantamentos

— estudos das necessidades adicionais de recursos humanos para 1982

1 estudo

- acompanhamento do atendimento do serviço de assistência jurídica gratuita a presos — Projeto Saju
2 ações
- relatório mensal da entrega e controle dos gêneros alimentícios dos estabelecimentos penais especiais
120 estabelecimentos
- análise e avaliação da documentação relativa aos serviços de alimentação dos estabelecimentos penais especiais
120 estabelecimentos
- visitas aos serviços de alimentação nos estabelecimentos penais especiais
10 estabelecimentos
- levantamento quantitativo do nível de escolaridade do preso da Rede Penitenciária do Estado
4.347 presidiários
- assinatura do protocolo de ação conjunta entre a Secretaria da Justiça e a Delegacia Regional do Trabalho
1 convênio
- realização de palestras em escolas de I e II Graus de Porto Alegre, visando a sensibilizar o jovem para a problemática do preso
4 palestras
- estudo sobre o homem preso e formas de ressocialização
15 reuniões
- confecção de carteiras profissionais para presos
27 documentos
- anotação, em prontuário, da situação legal do preso
9.105 registros
- estudos e pareceres sobre pedidos de transferências de presos
442 presidiários
- sindicâncias administrativas nos estabelecimentos penais
15 estabelecimentos
- inspeções a estabelecimentos penais
90 estabelecimentos
- realização de custódia de presos
1.265 presidiários
- estudo da situação do sistema penitenciário
1 estudo
- estudo do comportamento dos dados estatísticos do sistema penitenciário
1 levantamento

- orientação básica à elaboração de cardápios para reestruturação dos serviços de alimentação dos presídios regionais e municipais
1 projeto
- organização da exposição dos trabalhos manuais dos presos, na Expoin-ter/82
1.000 produtos
- reativação do serviço de saúde na Penitenciária Estadual do Jacuí
3 levantamentos
- elaboração do manual de saúde para a Rede Penitenciária
1 documento
- planejamento para implantação do serviço de psicologia, na Penitenciária Estadual do Jacuí
1 projeto
- escalonamento das necessidades para a elaboração de um plano comunitário, na penitenciária do Jacuí
4 ações
- realização de uma nova pedagogia penitenciária, enfocando ações básicas sobre execuções penais, psicologia, educação, saúde, serviço social e trabalho
1 documento
- planejamento para implantação da comunidade terapêutica da Colônia Penal Agrícola
1 projeto
- supervisão aos cursos de alfabetização e educação integrada nos estabelecimentos penais
10 cursos
- reativação dos conselhos comunitários
9 estabelecimentos
- inscrições para as provas aos exames supletivos de I e II Graus
131 presidiários
- qualificação de mão-de-obra, através de cursos profissionalizantes
15 cursos
- programação e execução do XVII e XVIII Encontros de Diretores e Administradores de Presídios
2 encontros
- reelaboração do Projeto "Sentenciado", que visa, através de curso, a habilitar profissionalmente o preso da Rede Penitenciária do Estado
1 projeto

- plano piloto de ações de saúde na Penitenciária Estadual do Jacuí, visando à implantação do sistema de saúde na Rede Penitenciária do Estado
5 ações
- criação do serviço de telecomunicações do sistema penitenciário — SETESPE — de acordo com a Portaria nº 151/82, do Secretário de Estado da Justiça
1 ato
- implantação de postos de rádios fixos em estabelecimentos penais
7 postos
- implantação de rádios móveis na Rede Penitenciária do Estado
9 equipamentos

OBJETIVO:

proporcionar recursos, ao sistema penitenciário, para o desenvolvimento de atividades técnicas, pedagógicas, científicas e administrativas, e fornecer meios para ampliações dos estabelecimentos penais.

REALIZAÇÕES:

- aplicação de recursos financeiros em construções e reformas de estabelecimentos penais
9 estabelecimentos
- aplicação de recursos financeiros no desenvolvimento de atividades técnicas, pedagógicas, científicas e administrativas nos estabelecimentos penais
11 ações

Programa: Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial

OBJETIVO:

executar o registro do comércio e atividades afins, em todo o Estado do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÕES:

- constituição de novas empresas no Estado do Rio Grande do Sul
23.934 processos
- alteração de sociedades e firmas individuais
22.819 processos
- solicitação de registro e documentos protocolizados
66.367 processos
- autenticação de livros
32.750 livros
- extinções de sociedades e firmas
6.452 empresas

ÓRGÃOS VINCULADOS

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — FAPERGS
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA — CIENTEC
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE
BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — BADESUL

COLEGIADOS

COMISSÃO ESTADUAL DE COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS
DE ARTICULAÇÃO COM A INDÚSTRIA — CECNAI
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
DO RIO GRANDE DO SUL

E RELACIONADO:

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL — BRDE



SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

DESEMPENHO 1979/82

A Secretaria de Coordenação e Planejamento, durante o quadriênio, deu continuidade às suas atribuições, buscando sempre um aperfeiçoamento das mesmas.

No que se refere ao planejamento, foi implantado, neste Governo, o Sistema Estadual de Planejamento cuja operacionalização é dada através dos seguintes Subsistemas: Subsistema de Acompanhamento da Política de Governo, Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos, Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos e Subprojetos, Subsistema de Recuperação de Informações, Subsistema de Rotinas Estatísticas, Subsistema de Estudos Espaciais, Subsistema Técnico de Programas e Projetos, Subsistema de Documentação.

O Subsistema de acompanhamento da Política de Governo — SAPG, foi implantado em julho de 1979, com o objetivo de Acompanhar o Plano da Administração Amaral de Souza — Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 1982, o cadastramento passou a ser realizado através de equipamento eletrônico. Ao final de cada exercício, o último relatório trimestral compõe o Relatório de atuação do Setor Público, que integra a Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, elaborada anualmente.

Os relatórios setoriais do IV trimestre de cada exercício embasam, ainda, as Reuniões de Avaliação do Plano de Governo que, durante esta Administração, ocorreram em quatro períodos: setembro de 1979, março de 1980, março de 1981 e março de 1982.

O Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos — SARH desenvolveu suas atividades no sentido de acompanhar o treinamento do servidor público, e as atividades relativas ao Sistema Estadual de Ensino.

Com relação ao treinamento do servidor público, destacam-se: a publicação do Estudo Sobre Treinamento do Servidor Público — Administração Direta e Administração Indireta 1975/78; a organização de um sistema de coleta de informações para serem processados eletronicamente, incluindo os dados a partir de 1979; a promoção de encontros anuais para técnicos que atuam no setor, em colaboração com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e, ainda, conjuntamente com esta Fundação, a execução de um projeto visando ao acompanhamento de egressos dos Cursos de Planejamento e à implantação de núcleos do SARH nos Órgãos Setoriais.

Destaca-se ainda, a execução de um convênio de Cooperação Técnica para im-

plantação de um Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos no Rio Grande do Norte.

Quanto ao acompanhamento das atividades do Sistema Estadual de Ensino, destaca-se o trabalho realizado com a Secretaria de Educação sobre Tipologia das Escolas, visando à identificação de necessidades de recursos humanos para a Educação.

O Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos e Subprojetos — SAFFI, cujo objetivo é fornecer subsídios à Administração Pública Estadual, sobre a alocação de recursos para investimentos que são realizados pelo Estado, teve seu trabalho consolidado e aperfeiçoado, o que possibilitou o acompanhamento de 13.182 projetos e subprojetos, no decorrer do quadriênio.

Salienta-se, também, a implantação e consolidação desse Subsistema nos Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e no Distrito Federal, realizados através de convênios de cooperação técnica assinados com os governadores dos referidos estados e Distrito Federal.

O Subsistema de Recuperação de Informações — REI, implantado em maio de 1982, surgiu da necessidade de se possuir dados imediatos, com o intuito de realizar estudos e análises econômicas, sociais e financeiras do Setor Público.

Este Subsistema atuará como um subconjunto do Sistema de Informações Técnicas e Estatísticas — SEITE, possibilitando a sistematização das informações às Setoriais e aos seus usuários para realimentação do Sistema Estadual de Planejamento.

O Subsistema de Rotinas Estatísticas — RES, implantado durante o primeiro semestre de 1982, tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento global do Estado, através de análises estatísticas do comportamento de indicadores econômico-sociais emitindo, a partir daí, relatórios e gráficos mensais, com informações atualizadas que são enviadas a executivos do Setor Público Estadual.

Paralelamente a esta atividade, o RES vem funcionando como um subsistema de apoio estatístico ao Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público — DEPLAN.

O Subsistema de Estudos Espaciais — SEE, objetiva implantar e sistematizar a planificação espacial para subsidiar as decisões sobre alocação de investimentos, e assegurar uma efetiva articulação inter-setorial e interespacial, no desdobramento de políticas governamentais.

Nesta primeira fase de existência, o SEE realizou estudos de avaliação comparativa da situação de diversos indicadores sociais, visando a caracterizar as áreas mais carentes em equipamentos e serviços. Tais estudos visavam, também, a induzir as Setoriais a aprofundarem as análises sobre as hipóteses e conclusões extraídas dos estudos iniciais.

As análises já realizadas tiveram por objetivo indicadores setoriais da Saúde, Educação e Segurança, montados com dados existentes e cuja seleção foi em conjunto com as Assessorias de Planejamento das Setoriais.

À execução das análises referidas, acrescentou-se o estudo e avaliação de metodologias de avaliação da realidade e de análise de dinâmica inter e intra-regional de desenvolvimento.

O Subsistema Técnico de Programas e Projetos — SUTEP, teve suas atividades iniciadas em 1980, tendo como objetivo proporcionar, através da compatibilização dos Programas que estão sendo desenvolvidos a nível do Setor Público, uma visão de conjunto da ação dos Órgãos da Administração Estadual, de forma a possibilitar uma integração maior por parte destes Órgãos evitando, ao mesmo tempo, paralelismo de ações.

Neste sentido, o Subsistema coordenou e participou da elaboração de Programas Especiais do Governo Estadual e elaborou o Projeto Integração Comunidade — Segurança, da Secretaria da Segurança Pública, além de participar e colaborar para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado para Produtores de Baixa Renda, da Secretaria da Agricultura.

O Subsistema de Documentação — SD, tem como objetivo coordenar e executar o processo de coleta, classificação, armazenagem, reprodução e disseminação de informações para o Planejamento.

Assim, no seu primeiro ano de existência, aumentou o número de periódicos processados, estendeu o Subsistema às Setoriais do Sistema Estadual de Planejamento e começou a utilizar o Macrothesaurus da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, para a classificação dos documentos processados.

No ano de 1982, outros melhoramentos foram introduzidos como a classificação e indexação das informações processadas, tendo como fonte principal a imprensa diária.

Ainda no âmbito desta Secretaria, visando ao atendimento do Projeto que dispõe sobre Contribuições e Projetos Municipais e Comunitários, foram concedidos 1.286 auxílios num montante de Cr\$ 1,4 bilhões, objetivando o atendimento de necessidades dos municípios tais como sistema viário, telecomunicações, saúde e obras. Desta forma, o Estado buscou preencher uma lacuna em função dos escassos recursos obtidos pelos municípios, diminuindo assim as dificuldades administrativas dos mesmos.

Cumprir salientar também o estabelecimento do Programa Estadual de Produtividade, em junho de 1981, com o objetivo de apurar a produtividade dos órgãos componentes da Administração Indireta do Setor Público.

Até dezembro de 1982, a Assessoria de Produtividade apurou índices de produtividade física e financeira de 35 Órgãos, e da produtividade econômica de 9 Órgãos, referentes ao período 1978/1982.

Com referência às atividades inerentes ao Programa de Racionalização Administrativa, foi desenvolvido um curso para funcionários dos órgãos de Administração Pública, com o apoio da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos — FDRH, objetivando o desenvolvimento teórico e prático na área de Organização e Métodos.

Como produto final deste curso foram elaborados, pelos participantes, quatro projetos intitulados: Sistema de Cadastramento de Pessoal do Estado/Secretaria da Administração; Racionalização Administrativa dos Serviços da Equipe de Protocolo da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente; Unificação e Padronização do Prontuário Geral do Motorista/Secretaria da Segurança Pública; Controle e Processos na Subchefia para Assuntos Jurídicos e Legislativos da Casa Civil.

Posteriormente, foi desenvolvido outro tipo de treinamento, que originou o Projeto intitulado **Multimeios para Racionalização do Trabalho na Administração Pública Estadual**. Este projeto apresentou como resultados direto e indireto, respectivamente o treinamento de 395 funcionários da Administração Direta e Indireta do Estado, e o Projeto Racionalização dos Protocolos dos Órgãos Públicos Estaduais, que evidenciou como ponto mais importante a “implantação do número único para identificação de processos”.

Esta técnica de treinamento, também foi aplicada aos funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pelos técnicos desta Secretaria, tendo como produto a formação de 21 elementos.

O Programa Estadual de Desburocratização, que visa dinamizar e simplificar o funcionamento e as relações da Administração Pública Estadual com seus servidores e usuários dos seus serviços, desenvolveu os seguintes projetos: Central de Atendimento, criada para prestar informações sobre os serviços públicos estaduais bem como receber reclamações ou sugestões dos usuários sobre o funcionamento dos mesmos; Agilização dos Serviços de Atendimento ao Público, que obteve como resultado o treinamento de aproximadamente 1.400 funcionários de Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e de Municípios; Central de Correspondência, projeto este elaborado com a finalidade de concentrar, em um único local, a troca de correspondência entre os Órgãos Públicos Estaduais; Pesquisa de Opinião junto ao Usuário dos Serviços Públicos do Estado (Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Secretaria da Administração, Secretaria da Indústria e Comércio), com o objetivo de detectar a percepção dos usuários quanto aos entraves burocráticos existentes nos diferentes setores do serviço público e buscar sugestões junto aos mesmos para a melhoria dos serviços.

Dentre outras atividades desenvolvidas, destacam-se: Projeto de Avaliação da Estrutura do DECAM, projeto este em conjunto com a Gerência de Programas Especiais/FDRH; Estudo dos Fatores Responsáveis pela Interrupção da Vacinação Básica de Crianças até 1 Ano de Idade, com a finalidade de identificar as causas mais frequentes que levam as mães a não retornarem à Unidade Sanitária, para vacinação básica das crianças menores de um ano; Pesquisa sobre a Demanda de Serviços Médicos e Medicina Popular no Rio Grande do Sul, que visou, na sua 1ª etapa, definir o perfil da demanda de serviços médicos e medicina popular no Estado, bem como identificar o nível de satisfação e expectativa da população em relação ao atendimento médico da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente e do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social e, na 2ª etapa, a efetuar o levantamento das necessidades básicas de saúde da população de baixa renda das vilas periféricas de Caxias do Sul.

O Estado do Rio Grande do Sul, diante da necessidade de manter sob controle o ingresso de pessoal na Administração Pública Estadual, implementou um sistema regulador, através da Ordem de Serviço nº 02. Desta forma, com a agilização dos instrumentos que compõem essa ordem de Serviço, o Estado mantém em níveis estáveis o crescimento do número de servidores que integram a Administração Pública.

Foram examinados, no período de 1979 a 1982, cerca de 2.500 processos relativos a admissões de pessoal, alterações de função, transformação de vagas, alterações de carga horária e outros.

A elaboração do Orçamento-Programa e do Orçamento Plurianual de Investi-

mentos do Estado seguiu a moderna técnica que rege a matéria orçamentária no País, para cujo aperfeiçoamento este Estado tem contribuído de forma decisiva.

No decorrer da atual Administração o Governo preocupou-se especificamente com a clareza do Orçamento, culminando com a edição de um segundo volume, com informações complementares à apreciação da peça orçamentária, denominadas **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS** e **INDICADORES SETORIAIS**, ficando reservado ao primeiro, apenas, os aspectos puramente formais e legais do instrumento. Estas informações apresentam, na medida do possível, os objetivos e as metas a serem alcançados através de cada um dos Projetos e Atividades previstos no Orçamento, bem como informações setoriais da Administração Pública Estadual.

Além destas atribuições, a Secretaria tem sido a responsável pela execução do Fundo de Investimentos Urbanos — **FUNDURBANO/RS**, cujo objetivo é o de financiar ou subsidiar investimentos ou serviços de interesse para o desenvolvimento da Região Metropolitana e obras de infra-estrutura urbana nos Municípios do Estado. Na atual gestão, 1979/82, o Governo concedeu financiamentos e auxílios em número de 974, totalizando Cr\$ 4 bilhões. Estes destinaram-se, preponderantemente para o sistema viário, envolvendo: pavimentação, obras em pontos de estrangulamento, sinalização de ruas, abrigos em paradas de ônibus e iluminação pública. Além destes houve, igualmente, aplicações em saneamento, espaços verdes, cultura e esportes.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Planejamento Governamental

OBJETIVO:

implantar o Sistema Estadual de Planejamento, cuja finalidade é coordenar e integrar planos e programas de desenvolvimento sócio-econômico do Estado, definindo diretrizes e estabelecendo prioridades, de acordo com a política governamental.

REALIZAÇÕES:

- cadastramento trimestral das informações dos órgãos do executivo estadual, a respeito das ações executadas no exercício 5.800 ações
- implementação do cadastramento eletrônico das informações do executivo estadual — **SAPG II** 100%
- remessa trimestral aos órgãos do executivo estadual dos relatórios emitidos pela Polymax, com as informações setoriais 189 relatórios
- estudos da necessidade de recursos humanos para o Sistema Estadual de Ensino, em colaboração com a Secretaria de Educação 8 documentos

- promoção do IV Encontro sobre Treinamento do Servidor Público
1 encontro
- implantação do Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos no Governo do Estado do Rio Grande do Norte
4 viagens
- atualização do Manual de Instruções e Treinamento dos Informantes Setoriais para a coleta de dados sobre treinamento do servidor público 1981/83
35 reuniões
- acompanhamento físico-financeiro de Projetos do Sistema Estadual de Planejamento
10.500 projetos
- convênio para implantar o SAFFI nos Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Distrito Federal
4 convênios
- elaboração da descrição de projetos e atividades da proposta orçamentária de 1983
650 descrições
- elaboração da Análise dos Investimentos do SAFFI até o segundo trimestre de 1982, segundo a previsão, realização e desempenho
2 análises
- elaboração e compatibilização dos Desempenhos Setoriais da Administração Pública Estadual
70 documentos
- implantação do Subsistema de Recuperação de Informações — REI —, que possibilitará realizar estudos e análises econômicas, sociais e financeiras do setor público estadual
50 informações
- implantação do Subsistema de Rotinas Estatísticas, cuja finalidade é o estudo, projeção e análise de indicadores econômico-sociais do Estado.
13 indicadores
- elaboração de relatórios mensais e gráficos de comportamento de indicadores econômicos, para estudos e análises estatísticas e conjunturais
74 relatórios
- estudos demográficos, a partir da população distribuída pelas regiões, conforme os dados da sinopse do censo de 1980
4 estudos
- avaliação comparativa do estudo de variáveis sociais, segundo as regiões de programação, para identificação das áreas mais carentes em serviços de atendimento social
5 estudos

- caracterização da distribuição dos investimentos do Estado, por programa, segundo as regiões de programação, com base nos relatórios trimestrais do SAFFI
3 estudos
- estudo de métodos e procedimentos para a sistematização de análise dos aspectos espaciais do processo de desenvolvimento do Estado e de suas regiões
1 estudo
- seleção, classificação, montagem, duplicação e disseminação de informações para o planejamento governamental
11.820 documentos

OBJETIVO:

articular o setor público com o setor privado, visando a conter o dispêndio de divisas do setor público, promover a substituição de importações e apoiar a melhoria dos padrões tecnológicos da empresa gaúcha

REALIZAÇÕES:

- elaboração, execução e controle da programação anual de importações do Estado — exercício de 1982
1 programa
- montagem do projeto “Balcão de Tecnologia”, realização da pesquisa de campo piloto e contratação da pesquisa global
75%

OBJETIVO:

acompanhar os programas de natureza físico-territorial de desenvolvimento urbano e industrial, que requeiram a participação do titular da Secretaria de Coordenação e Planejamento em colegiados, ou através de pareceres e decisões específicas

REALIZAÇÕES:

- orientação prévia, análise de projetos, elaboração do objeto de contrato, acompanhamento e vistoria de obras realizadas pelas Prefeituras Municipais com recursos repassados pelo Fundurbano-RS
605 municípios
- atualização do conhecimento relativo à situação econômico-financeira e dos equipamentos urbanos nos municípios
232 municípios

OBJETIVO:

implantar o programa de produtividade da administração direta e nas entidades descentralizadas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



REALIZAÇÕES:

- mensuração da produtividade das Empresas Estatais, através dos critérios físico e financeiro
35 empresas
- mensuração da produtividade das Empresas Estatais, através do critério econômico
4 empresas

OBJETIVO:

fortalecer as finanças municipais visando a promover a infra-estrutura econômico-social durante o exercício de 1982

REALIZAÇÕES:

- auxílio-contribuição a projetos municipais e comunitários, visando ao atendimento do sistema viário (estradas, pontes, aquisição de máquinas rodoviárias) em vários municípios
281 projetos
- auxílio-contribuição a projetos municipais e comunitários visando ao atendimento de telefonia e eletrificação em vários municípios
169 projetos
- auxílio-contribuição a projetos municipais e comunitários visando ao atendimento à área de saúde (ampliação de hospital, poços artesianos, escolas) em vários municípios
13 projetos
- auxílio-contribuição a projetos municipais e comunitários visando ao atendimento de diversas obras (ginásios, poços artesianos, escolas) em vários municípios
151 projetos

OBJETIVO:

executar a orçamentação geral do setor público estadual

REALIZAÇÕES:

- elaboração da Proposta do Orçamento Anual, Plurianual e Analítico da Administração Pública Estadual
75%
- acompanhamento da execução orçamentária para abertura de créditos adicionais
150 decretos

OBJETIVO:

dar suporte financeiro, através do Fundurbano-RS, à elaboração de planos e projetos, e à execução de obras de infra-estrutura e bem-estar social nos centros urbanos e região metropolitana do Estado, mediante operações com recursos próprios ou de terceiros

REALIZAÇÕES:

- elaboração de Contratos de Financiamento pelo Fundurbano-RS
177 contratos
- elaboração de contratos de auxílio pelo Fundurbano-RS
87 contratos
- acompanhamento de contratos-auxílios e financiamentos, e liberação de parcelas de contratos assinados com o Fundurbano-RS
785 unidades
- acompanhamento de contratos-vistorias em obras contratadas com o Fundurbano-RS
217 unidades

OBJETIVO:

orientar e coordenar a Organização Funcional e Estrutural de Órgãos e Sistemas, a modernização administrativa, a desburocratização, ciência e tecnologia, desempenho institucional e produtividade

REALIZAÇÕES:

- criação da Central de Atendimento ao Público do Programa Estadual de Desburocratização — informações e sugestões sobre serviço público
1 unidade
- divulgação do Programa Estadual de Desburocratização, cartazes, folhetos, grifo e material de apoio para Órgãos Públicos Estaduais, não públicos e Prefeituras Municipais
30.000 exemplares
- interiorização do Programa de Desburocratização para Administrações Municipais — central de atendimento às prefeituras
7 programas
- elaboração de propostas de decretos para a criação de base legal das medidas desburocratizantes a serem adotadas pelo Estado
6 decretos
- agilização dos serviços de atendimento ao público — treinamentos para melhoria de atendimento ao público
1.412 pessoas

- organização administrativa mediante análise de estrutura organizacional regimentos internos e criação ou extinção de órgãos
6 processos
- pesquisa de opinião junto aos usuários dos serviços públicos do Estado — Secretaria da Administração e Secretaria da Indústria e Comércio — programa de desburocratização
2 pesquisas
- perfil da demanda e clientela dos serviços médicos e medicina popular no Rio Grande do Sul
1 pesquisa
- publicação da Coletânea de Legislação Sobre a Organização Estrutural do Estado do Rio Grande do Sul, em 15 volumes e 200 coleções
15 volumes
- controle da Ordem de Serviço 02, mediante análise de processo, plano de cargos e funções, e programa de necessidades de recursos humanos
1.100 processos
- publicação do Grifo-Coletânea Mensal de Recortes de Jornal Sobre Desburocratização, com tiragem de 400 exemplares
8 exemplares
- realização do curso “Planejamento de Pesquisa”, na Universidade de Passo Fundo, para capacitar pesquisadores a elaborar projetos dentro de técnicas modernas
1 curso
- assessoria ao Centro de Ciência e Tecnologia, na Universidade de Passo Fundo, bem como a outros centros em formação na referida universidade
15 visitas

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
— FAPERGS —**

DESEMPENHO 1979/82

Durante o quadriênio, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — FAPERGS, aplicou recursos em 593 projetos para o Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica, assim distribuídos: 511 projetos de pesquisa, 30 projetos especiais; 10 trabalhos de pesquisa de iniciativa da Fundação e 42 contratos.

Estes projetos foram aprovados em função das credenciais do pesquisador e de um estudo detalhado da pesquisa a ser realizada, considerando sua importância e eficaz repercussão para o desenvolvimento do Estado, apoiando programas que beneficiarão os setores prioritários governamentais.

As pesquisas em desenvolvimento possibilitaram avanços consideráveis na tecnologia agrícola e no melhor conhecimento das técnicas de combate a pragas que causam vultosos prejuízos à agropecuária. Possibilitaram, também, avanços na área de saúde, dos recursos minerais e na formação de recursos humanos. Atuou também a FAPERGS no reforço da área de pesquisa científica básica indispensável ao desenvolvimento tecnológico que se deseja para o Rio Grande do Sul.

O avanço a que se propõe, seja na área industrial, seja na área agropecuária depende, fundamentalmente, de pessoal científico altamente especializado nos campos de desenvolvimento proposto na política governamental.

O sistema testado e aperfeiçoado pela Fundação na distribuição de bolsas de aperfeiçoamento, pós-graduação, pesquisa e estágio, revelou promissores resultados na capacitação de pessoal técnico e científico das Instituições de Pesquisa no Estado.

Para a formação de recursos humanos a FAPERGS fez as seguintes aplicações em suas várias categorias de Bolsas: Aperfeiçoamento-67; Pós-Graduação — Mestrado-74; Pós-Graduação — Doutorado-5; Especial de Estágio-94; Especial de Pesquisa-65.

Executando a política sócio-econômica do Governo Estadual a FAPERGS aplicou recursos no desenvolvimento de projetos especiais. Estes projetos visam à integração de recursos humanos, materiais e institucionais na solução de problemas rio-grandenses que, por sua complexidade, necessitam de uma ação conjunta e multidisciplinar. Foram os seguintes os projetos especiais desenvolvidos no período de 1979 a 1982: Opções para uma Melhor Utilização dos Solos das Encostas Basálticas do Rio Grande do Sul; Adequação do Uso dos Recursos Naturais na Agricultura Brasileira; Determinantes Sócio-Econômicos de uma Agricultura Ecológica; Fruteiras Tropicais e Subtropicais; Infarto Agudo do Miocárdio Experimental; Desenvolvimento de Modelos para Investigação para Avaliar Intervenções Terapêuticas; Implantação do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos — CECLIMAR; Estudo sobre a "Tristeza" dos Citros no Rio Grande do Sul; Pesquisa sobre o Carrapato e seu Comete; Centro de Estudos em Mutagênese; Apoio à Criação de uma Rede Estadual; Bioecologia e Sistemática de População da Costa Sul-Brasileira; Densidade de Plantio para a Laranjeira-Pera (*citrus sinensi*); Bioecologia de Ostracoda e Cotepova.

Por meio da política científica traçada nos Seminários promovidos pela



FAPERGS, onde especialistas das Instituições de Pesquisa do Estado e fora deste, analisam a contribuição da pesquisa já realizada e propõem prioridade face a novas situações que se delineiam e os problemas que se apresentam para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, são identificados os setores prioritários para ação da pesquisa e dos pesquisadores. Estes seminários, cujos resultados são publicados e divulgados aos setores que podem contribuir na aplicação de suas recomendações foram os seguintes, durante o quadriênio: **Biologia das Águas Continentais e Costeiras e suas Aplicações; Utilização do Solo no Inverno; Couro, Calçados e Afins; Ciência e Tecnologia; Utilização dos Recursos Hídricos na Agricultura; Indústria de Alimentos e Bebidas; Oceanologia e Bioecologia Costeira; Mutagênese Ambiental, Petroquímica e Carboquímica; Administração de Pesquisa; Ciência e Tecnologia na Agropecuária; Engenharia Genética; I Seminário Internacional de Patologia e Produção Avícola; Ação Programada em Ciência e Tecnologia — Produção Animal — III PBDCT.**

Dando continuidade à publicação dos Cadastros, iniciada em 1975, e com o apoio do Convênio IBICT/FAPERGS, foram publicados no período de 1979 a 1982 os Cadastros das Instituições de Pesquisa, Pesquisadores e suas Atividades no Estado — Áreas de Ciências Biológicas e Médicas e Ciências Exatas e Tecnologia.

Outrossim, foi dado início ao trabalho de atualização dos Cadastros publicados anteriormente.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Ciência e Tecnologia

OBJETIVO:

desenvolver a pesquisa científica e tecnológica em áreas prioritárias do Estado

REALIZAÇÕES:

— projetos de pesquisa em Bagé, Caxias do Sul, Guaíba, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Tramandaí, Rio Grande e Porto Alegre

128 projetos

— projetos especiais em Porto Alegre

9 projetos

OBJETIVO:

promover a formação de Recursos Humanos para a Pesquisa Científica e Tecnológica

REALIZAÇÕES:

— bolsas de aperfeiçoamento em Porto Alegre e Pelotas

10 bolsas

— bolsas de mestrado no Japão, em Pelotas, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em São Paulo e Santa Maria

15 bolsas

- bolsas de pesquisa I e II em Caxias do Sul, Porto Alegre, São Leopoldo, Santa Maria 16 bolsas
- bolsas de estágio em Bagé, Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria 33 bolsas

OBJETIVO:

promover a avaliação e o planejamento em pesquisa do Estado

REALIZAÇÕES:

- preparação de seminários, encontros, debates, congressos, reuniões, conferências 3 seminários

OBJETIVO:

desenvolver o sistema estadual de informação científica e tecnológica

REALIZAÇÕES:

- cadastramento das Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica 60 documentos
- cadastramento da produção científica e tecnológica 1.784 documentos
- cadastramento de pesquisadores 838 documentos
- microfilmagem de periódicos, produção científica e currículos de pesquisadores 18.501 documentos

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA — CIENTEC

DESEMPENHO 1979/82

As ações desenvolvidas pela CIENTEC, no quadriênio, podem ser identificadas através de dois grupos distintos: atividades-fim da Organização e atividades-meio.

As atividades-fim foram executadas pelos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, através da execução de Projetos de P & D e da execução de atividades de Assistência à Indústria, pela realização de análises, testes e ensaios de laboratórios.

Com relação aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento foram elaborados, no período, mais de meia centena de Propostas de Projetos de Pesquisa, sendo que mais de uma dúzia delas encontram-se, atualmente, em análise para fins de obtenção de financiamento, em diversos organismos federais, tais como a Financiadora de Estu-



dos e Projetos S.A. — FINEP, Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, Fundo de Incentivo à Pesquisa Científica — FIPEC, Ministério da Indústria e Comércio/STI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, Banco Nacional de Habitação — BNH, etc.

Outros 20 Projetos de Pesquisa, iniciados nesta gestão, encontram-se em fase de execução, sendo que 9 deles deverão ser concluídos antes do término desse período administrativo.

No que tange, ainda, aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento, deve-se salientar a conclusão, neste período, de 16 importantes Projetos de Pesquisa, cujos objetivos gerais podem ser assim sintetizados:

- obtenção dos elementos essenciais à elaboração do Manual de Caracterização, bem como de estabelecimento do Critério de Amostragem dos diversos tipos de carvão mineral do Rio Grande do Sul — EACC I (duração — 16 meses);
- desenvolvimento de uma tecnologia nacional para produção de amidos pré-gelatinizados obtidos do milho e da mandioca pelo processo de extrusão, para adição em lamás usadas na perfuração de poços de petróleo — AMIDO I (duração — 15 meses);
- captação e disseminação de informações sobre a área de carvão — CIC I (duração — 24 meses);
- desenvolvimento de um protótipo de demonstração da tecnologia de combustão fluidizado de carvão nacional — CICOM (duração — 26 meses);
- desenvolvimento de um processo para geração de gás de baixo poder calorífico, utilizando carvão mineral nacional com alto teor de inertes (carvão "run of mine" ou carvão vapor) — CIVOGÁS (duração — 26 meses);
- fornecimento de subsídios às autoridades governamentais, de forma a permitir a adequação da política do setor no sentido de minimizar os problemas decorrentes da aplicação indiscriminada e generalizada de elevada tonelagem de diversos compostos químicos defensivos, usados ainda inadequadamente, e capazes de afetar profundamente o equilíbrio biológico, o meio ambiente, e a sanidade das colheitas — DEFENSIVOS V (duração — 30 meses);
- desenvolvimento e adequação de métodos de análise cromatográfica de resíduos de defensivos em arroz, oriundos de tratamentos fitossanitários, determinação de níveis de resíduos e transmissão do conhecimento do comportamento de defensivos em relação ao nível de resíduos — DEFENSIVOS II (duração — 12 meses);
- desenvolvimento e implantação de uma unidade de gaseificação de carvão bruto da mina de Candiota, utilizando o processo CIVOGÁS para geração de gás combustível de baixo poder calorífico, que substituirá o óleo combustível derivado de petróleo, atualmente empregado na chama

- de sustentação das caldeiras da Central Termoelétrica Presidente Médici — fase A, em Candiota/RS — CEEEGÁS I (duração de 17 meses);
- identificação de soluções que possibilitem a minimização, dentro de limites econômicos e operacionais, das perdas quantitativas e qualitativas dos lotes exportados de grãos agrícolas e que ocorrem durante as operações de movimentação e transporte desde a origem até o destino final — TRANSGRANO — (duração — 15 meses);
 - realização de auditorias energéticas detalhadas para um grupo de 12 empresas de porte médio do setor de alimentos e bebidas do Rio Grande do Sul — CONSERG I (duração — 12 meses);
 - avaliação de elementos menores resultantes da queima de carvão no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul — COPELMI I (duração — 6 meses);
 - realização de estudo de tratamento de água de lavagem de beneficiamento de carvão de uma nova mina pertencente à Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — COPELMI, localizada em Gravataí — COPELMI (duração — 6 meses);
 - elaboração de um projeto de engenharia de uma Unidade de Tratamento de Efluentes Industriais — KURASHIKI (duração — 4 meses);
 - identificação dos resíduos de defensivos usados nas cultivares de trigo e soja, com suas implicações toxicológicas e prováveis repercussões na comercialização das colheitas destinadas ao consumo nacional e às exportações — DEFENSIVOS I (duração — 14 meses);
 - desenvolvimento de tecnologia com equipamentos de fabricação nacional para a produção de Proteína Vegetal Texturizada e Farinha Integral de Soja — SOJA I (duração — 20 meses);
 - determinação dos limites máximos aceitáveis, de utilização de proteína vegetal texturizada e da farinha integral de soja em embutidos e produtos panificáveis, através de testes em painéis organolépticos, e junto ao mercado consumidor — SOJA II (duração — 23 meses).

Através destes Programas, foi proporcionado, ainda, um adequado suporte técnico a inúmeras empresas industriais do País, mediante a realização de ensaios, análises, vistorias, testes e desempenho, assessoria técnica e consultoria prestados aos mais variados segmentos produtivos dos setores Primário e Secundário, bem como às empresas públicas. Tais serviços são bastante diversificados, conforme se pode verificar pelos seguintes exemplos:

- realização de testes prévios, nas próprias fábricas, de todos os materiais utilizados pela Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, no Saneamento Básico;
- acompanhamento tecnológico, desde a análise da qualidade do solo, água e materiais utilizados, até o acabamento de obras de envergadura do Complexo do III Pólo Petroquímico;

- determinação de características físicas, mecânicas e químicas de materiais importados, com vistas à produção dos mesmos pela indústria nacional;
- colaboração com a indústria na solução de problemas causados pelo lixo industrial, pelos rejeitos, emanações e efluentes poluidores, seja pela substituição de produtos, seja pela melhoria das condições de trabalho, através da racionalização e adequação dos métodos operacionais utilizados;
- realização de testes de desempenho em equipamentos projetados para usar fontes alternativas de energia sendo que, uma vez comprovada a eficiência dos equipamentos, seus projetos estarão aptos a serem financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — BADESUL, para produção industrial (Convênio com BADESUL);
- determinação do poder nutritivo de alimentos em geral, tipos e teores de contaminantes, etc.;
- realização de ensaios e estudos especiais nas áreas de mecanização agrícola, transporte, energia, fundição e eletroeletrônica;
- realização de análises orgânicas, inorgânicas e microbiológicas;
- realização de análises em carvão, óleos combustíveis e lubrificantes, borrachas, plásticos, etc.;
- realização de análises de solos, rochas, cimento, concreto e agregados, etc.

Com vistas à sustentação, a longo prazo, das atividades-fim da organização, foi elaborado o plano Diretor da CIENTEC, que contempla a implementação de ações estratégicas, tais como a realocação física da organização, e institucionalização de um Programa de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e, para um determinado período, a aquisição de equipamentos de Pesquisa via financiamentos federais, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos S.A. — FINEP, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Quanto à realocação da CIENTEC em uma área localizada junto ao Distrito Industrial de Cachoeirinha, processo em que houve a participação efetiva e direta do Governo do Estado, é de salientar que já foram construídos, além das obras de infraestrutura, tais como terraplenagem, pavimentação do anel viário, drenagem pluvial e vedação da área, mais dois pavilhões com a finalidade de abrigarem plantas-piloto, perfazendo um total de 2.400m².

Após o lançamento da Pedra Fundamental da nova sede, efetuado em 24 de outubro de 1979, foram aplicados recursos equivalentes a 15% do investimento total previsto para a construção das obras civis constantes no referido Plano Diretor.

No CAMPUS foram construídos, ainda, com recursos previstos em alguns Projetos de Pesquisa, prédios que abrigam as plantas-piloto de gaseificação e de combustão de carvão.

Deve-se ressaltar, também, a participação de técnicos da CIENTEC na elaboração das Ações Programadas nas áreas de engenharia agrícola, agroindústria, bens de capital, energia e carvão, elaboradas sob o comando do Conselho Nacional de Pesquisa — CNPq, e que se constituem em partes integrantes do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A CIENTEC tem participado, finalmente, junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, nas tarefas de normalização técnica nacional nas áreas de química, mecânica, metalurgia, transportes, agricultura, pecuária, máquinas e equipamentos agrícolas, alimentos, etc.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Ciência e Tecnologia

OBJETIVO:

desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de carvão, agroindústria, transporte, energia, tecnologia ambiental, habitação, engenharia agrícola e outras de interesse para a economia regional

REALIZAÇÕES:

- execução do Projeto CIGÁS — gaseificação de carvões brasileiros, com duração de 33 meses (ago/80 a abr/83) 38%
- execução do Projeto MERNAK — adaptação de 3 caldeiras para combustão de carvões em leito fluidizado, com duração de 32 meses (nov/80 a jul/83) 35%
- execução do Projeto PIRÓLISE I — obtenção de produtos líquidos e gasosos a partir da Pirólise de carvões brasileiros (PB) com duração de 25 meses (abr/81 a abr/83) 44%
- execução do Projeto CIC II — Centro de Informação sobre Carvão com duração de 21 meses (abr/81 a dez/82) 62%
- execução do Projeto LIQUEFAÇÃO I — Desenvolvimento de processo para geração de produtos líquidos por hidrogenação — planta de bancada com duração de 12 meses (mar/82 a mar/83) 77%
- execução do convênio CIENTEC/CAEEB — transferência de tecnologia de gaseificação de carvão e combustão fluidizada para unidades de grande porte com duração de 14 meses (fev/82 a mar/82) 79%
- execução do Projeto TRANSVOGÁS — transferência do Processo CIVO GÁS com prazo de execução de 6 meses (jun/82 a nov/82) 100%

- execução do Projeto PRÉ-COZIDOS I — obtenção de alimentos vegetais pré-cozidos mediante a utilização de técnicas de extrusão, com duração de 19 meses (out/81 a abr/83) 100%
- execução do Projeto ÁLCOOL I — Assistência técnica na implantação de uma destilaria autônoma no Estado do Rio Grande do Sul, com duração de 36 meses (mai/82 a abr/85) 100%
- execução do Projeto SERE-SENSOREAMENTO REMOTO com duração de 24 meses (jun/82 a mai/84) 29%
- execução do Projeto EXTENSÃO I — Diagnóstico do setor de máquinas e implementos agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul, com duração de 9 meses (jun/82 a fev/83) 78%
- execução do Projeto COPELMI — avaliação de elementos menores resultantes da queima de carvão no pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, com duração de 6 meses (nov/81 a abr/82) 66%
- execução do projeto COPELMI — tratamento dos efluentes provenientes de beneficiamento de carvão no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, com duração de 6 meses (ago/81 a jan/82) 5%
- execução do Projeto KURASHIKI — tratamento de efluentes industriais, com duração de 4 meses (nov/81 a fev/82) 50%
- execução do Projeto DEFENSIVOS-GLOBAL — controle de resíduos de defensivos agrícolas e frutas e hortaliças, trigo, soja, arroz e grãos importados (mar/82 a fev/84) 42%
- execução do Projeto AGLOTEC I — obtenção de aglomerantes hidráulicos, com duração de 20 meses (mai/82 a dez/83) 40%
- execução do Projeto CICASOL — pavimentos de solos estabilizados com cinza e cal, com duração de 21 meses (out/81 a jun/83) 57%
- execução do Projeto CONSERG I — conservação de energia — Etapa I, com duração de 12 meses (mar/81 a fev/82) 17%
- execução do Projeto MADEGÁS — gaseificação de madeira em reator do tipo leito fluidizado em escala piloto, com duração de 10 meses (abr/82 a jan/83) 90%

- elaboração de projetos e identificação de novas oportunidades de pesquisa
13 projetos
- projetos de negociação, com início previsto durante o exercício
9 projetos
- execução do Projeto XISTOBRÁS — combustão fluidizada de xisto, com duração de 7 meses (set/82 a mar/83)
57%
- execução do Projeto CONSERG II — racionalização do uso da energia na indústria, com duração de 8 meses (ago/82 a mar/83)
63%

OBJETIVO:

dar prosseguimento às atividades de assistência técnica a indústrias e entidades governamentais

REALIZAÇÕES:

- execução de serviços diversos tais como: análises, ensaios, controle de qualidade, recepção de materiais
7.068 serviços

OBJETIVO:

dotar a CIENTEC de infra-estrutura que lhe permita expandir e agilizar as suas atividades, sejam elas de pesquisa e desenvolvimento, ou de assistência à indústria

REALIZAÇÕES:

- obras civis
Cr\$ 60,342 milhões

OBJETIVO:

formar recursos humanos, visando à execução de projetos futuros

REALIZAÇÕES:

- capacitação de recursos humanos, através de cursos de especialização, mestrado e doutorado
Cr\$ 52,326 milhões

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE**DESEMPENHO 1979/82**

A Fundação de Economia e Estatística — FEE, no período de 1979/82, perseguin-

do os objetivos para os quais foi instituída, realizou uma série de estudos e pesquisas de caráter estrutural e conjuntural sobre a realidade sócio-econômica, coletou e divulgou dados estatísticos e informações técnicas, participou na elaboração de programas e projetos governamentais, organizou cursos e seminários, visando, principalmente, à discussão de aspectos ligados à economia gaúcha, além de ter prestado assessoria técnica às instituições congêneres de outros Estados. Para a realização de trabalhos específicos foram assinados vários convênios e/ou contratos com outras instituições, destacando-se as entidades de Ensino Superior do Interior do Estado, o que trouxe uma maior integração com órgãos públicos e privados. Dessa forma, a FEE procurou colaborar, sempre que possível, com os estudiosos da economia gaúcha, e com os tomadores de decisão, tanto da esfera pública como privada, no sentido de repassar à comunidade em geral as informações e análises disponíveis. Assim, apesar de as realizações da Instituição não estarem diretamente ligadas às prioridades propostas pelo Estado, no último quadriênio, seus estudos vêm proporcionando subsídios ao equacionamento das proposições.

Como entidade de assessoramento governamental e como órgão operacional do Sistema de Informações Técnicas e Estatísticas — SEITE, a Fundação buscou sempre o aprimoramento de seu trabalho. Seus esforços materializaram-se em 78 publicações no período de 1979/82, sendo relevante a participação de publicações periódicas, o que implica um volume de edições muito superior. Nesse montante não foram consideradas as reedições, como também as publicações apenas impressas na Fundação, além de estudos não publicados ou ainda em realização e de artigos que têm sido veiculados através de órgãos da imprensa gaúcha. Cabe considerar também o atendimento da FEE ao público em geral e principalmente aos usuários do SEITE no que diz respeito ao fornecimento de dados estatísticos obtidos pela Instituição junto a suas fontes.

Entre as principais realizações no quadriênio 1979/82, cabe mencionar as publicações do “Programa de Agroindústria do RS”, do “Programa Comercialização do RS”, e do “Programa Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do RS”, as quais foram concluídas em 1980, e a Série “25 Anos da Economia Gaúcha”, que permitiu identificar a evolução econômico-social do Estado, através de sete volumes, sendo que o último será editado no início do próximo ano. A partir dos elementos fornecidos por essa série e à luz de novas informações, a FEE está concluindo a “Análise Recente da Economia Gaúcha”, que busca avaliar as possíveis mudanças na estrutura econômica do Rio Grande do Sul.

Visando a analisar o comportamento do produto da economia e suas inter-relações, a FEE pretende publicar no 1º trimestre do ano vindouro o Valor Agregado dos principais segmentos do Setor Primário e Secundário, além de elaborar uma “Matriz Insumo-Produto”. Aliado a esses trabalhos será editada no mesmo trimestre a “Balança Comercial do RS”, que permitirá avaliar o comportamento global e setorial das transações comerciais, na década de 70, relativamente aos mercados interno e externo.

O acompanhamento da conjuntura sócio-econômica vem sendo realizado através de várias publicações, tais como os “Indicadores Econômicos”, o “Desempenho da Economia” e a “Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação”.

A Série “Teses”, vem permitindo, a partir de 1981, a edição de estudos inéditos, quer no campo teórico ou no que diz respeito à realidade sócio-econômica nacional ou gaúcha. Já a veiculação de idéias vem sendo promovida através dos “Ensaio FEE”, com periodicidade semestral, e da “Vária Sócio-Econômica”, a partir de 1981, a qual

contém uma seleção de artigos publicados por técnicos da Instituição junto a órgãos da imprensa local.

Devido às características geoeconômicas regionais e à necessidade de menor dependência do petróleo, a FEE deu ênfase, neste último quadriênio, a estudos de fontes alternativas de energia, com base nas potencialidades do Estado, destacando-se: "Produção de Biogás e Tratamento da Poluição em Frigoríficos no RS" e "Fontes e Usos de Energia no RS", além de outros, já concluídos ou em andamento.

Como órgão de assessoramento técnico ao Planejamento Estadual, a FEE, através de estudos específicos, objetiva fornecer subsídios à formulação de políticas e de decisões por parte dos setores Público e privado. Nesse sentido foi realizado o trabalho "Perspectivas de Desenvolvimento do RS no Longo Prazo", encontrando-se em fase de conclusão "A Política Econômica e o Estado do RS", onde se pretende explicitar algumas linhas de atuação para o Setor Público Estadual no próximo período administrativo, e será editada no ano próximo uma análise sobre a mão-de-obra, a qual objetivava avaliar a situação do emprego no Rio Grande do Sul.

No que se refere a estudos setoriais que propiciem aos tomadores de decisão informações necessárias, cabe destaque às análises relativas ao Setor Público, tais como: "Cadastro de Imóveis da Administração Direta do Estado do RS", através de contrato com a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas — SDO; "Pesquisa de Equipamentos Urbanos das Sedes Municipais do RS"; "Análise das Informações do SAFFI". Em relação ao Setor Primário já foram publicados a "Mecanização da Agricultura no RS" e "Mercado e Custos de Produção de Soja", entre outros. Quanto ao Setor Secundário, já foram editados vários estudos entre os quais "Critérios Ambientais para Zoneamento Industrial", realizado através de contrato com o Departamento do Meio Ambiente, estando prevista a publicação, no início do ano vindouro, de "Estruturas de Produção Industrial: um Estudo Comparativo do RS e Outros Estados". A Construção Civil, por sua vez, vem merecendo uma atenção especial neste ano, tendo sido analisada através da "Evolução Recente da Indústria da Construção Civil no RS", sob contrato com a Secretaria da Indústria e Comércio/Comissão Estadual da Indústria da Construção — CEICO, e encontra-se em andamento uma pesquisa de campo sobre o consumo de materiais de construção habitacional na Região Metropolitana, através de contrato com a SIC/CEICO, e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul — CODESUL, estando previstas para o próximo ano outras pesquisas relacionadas a esse setor.

À medida que, para a avaliação correta e a análise dos problemas sócio-econômicos, se torna necessária a mensuração de variáveis, a FEE, como órgão operacional do SEITE, vem procurando aumentar seu acervo de dados, não só com o objetivo de auto-suprir-se de informes básicos, como também de atender às demandas das mais variadas origens e, principalmente, dos órgãos integrantes do Sistema. Nesse sentido, o SEITE publica, mensalmente, seu "Relatório de Atividades" e a "Revista do SEITE" com informações técnicas consideradas relevantes, além de estar intensificando a interiorização do Sistema. Como resultado de termos de cooperação técnica com entidades do Interior do Estado, cabe mencionar a "Análise Sócio-Econômica do Distrito Geoeducacional 36 — Universidade Federal de Pelotas — UFPEL" e a pesquisa relacionada ao "Cadastro Industrial de Santo Ângelo", estando em realização a montagem de uma "Cesta de Consumo para o Município de Bagé", em convênio com Fundação Átila Taborda.

A divulgação de estatística sobre a realidade gaúcha origina a existência de publicações, tais como: "Anuário Estatístico"; "Termômetro de Vendas" — publicação mensal sobre o comércio lojista —; "Mensário Estatístico Sul-Riograndense" — com dados mensais selecionados sobre todos os setores da economia —; "Resenha Estatística" — edição anual condensada em português e inglês, sendo editada em alemão até 1980; "RS uma década"; "RS em números"; "Censo do Calçado" — publicação anual realizada através de contrato com a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo; e "Da Província de São Pedro ao Estado do RS" — que reúne os Censos estaduais de 1803 a 1950.

Além da realização de estudos, pesquisas e da coleta e divulgação de dados, a Instituição buscou, neste último quadriênio, discutir a conjuntura econômica nacional e, principalmente, gaúcha, através de cursos e seminários na Capital e Interior do Estado, para públicos específicos, sendo realizado anualmente o "Seminário de Informações Econômicas para Jornalistas".

Afora as atividades típicas da FEE, é importante ter presente que a mesma vem-se constituindo em órgão aglutinador de vários programas governamentais, cabendo destaque ao Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Sul — CONPETRO, Comissão Estadual de Energia — CENERGS, Equilíbrio Ecológico e Conselho de Desenvolvimento do Litoral.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Planejamento Governamental

OBJETIVO:

estruturar e operar o sistema de contas regionais, elaborar indicadores econômico-sociais, realizar estudos e pesquisas de caráter estrutural e conjuntural sobre a realidade sócio-econômica. Divulgar informações técnicas

REALIZAÇÕES:

- | | |
|--|---------------|
| — indicadores econômicos do Rio Grande do Sul | 3 publicações |
| — sondagem conjuntural da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 1982 | 4 publicações |
| — artigos para "Zero Hora" | 52 estudos |
| — ensaios FEE | 3 publicações |
| — a política social brasileira 1930-1964 | 1 projeto |
| — ensaios sobre a totalidade econômica | 1 publicação |

- séries univariantes de tempo — metodologia de box e jenkins
1 publicação
- politica de preços mínimos
1 publicação
- evolução recente da indústria da construção civil no Rio Grande do Sul,
1 estudo
- custo do cesto de produtos básicos de consumo — Município de Bagé
1 pesquisa

OBJETIVO:

colaborar na elaboração e/ou co-participar na execução de programas ou projetos dos governos federal, estadual e municipal, e realizar pesquisas de interesse dos setores econômicos

REALIZAÇÕES:

- análise das informações do SAFFI
1 publicação
- cadastro de imóveis da administração direta do Rio Grande do Sul
232 municípios
- equipamentos urbanos do Rio Grande do Sul
232 municípios

OBJETIVO:

coletar, processar, classificar, selecionar, avaliar e divulgar dados estatísticos e informações técnicas

REALIZAÇÕES:

- termômetro de vendas/82
12 publicações
- Mensário Estatístico Sul-Riograndense
13 publicações
- revista do SEITE
3 publicações
- SEITE — atendimento a consultas
645 consultas
- SEITE — visitas realizadas no Rio Grande do Sul
2.308 visitas
- relatórios das atividades do SEITE/82
12 publicações



— índices de preços da agropecuária	12 publicações
— serviços especiais para a Secretaria de Coordenação e Planejamento	24 estudos
— serviços especiais para o Palácio Piratini	24 estudos
— 11º Censo de Calçado do Rio Grande do Sul — 1981	1 publicação
— SEITE — estrutura, situação atual e perspectivas	1 publicação

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
— BADESUL —**

DESEMPENHO 1979/82

No período compreendido entre os exercícios de 1979 e 1982, o BADESUL aprovou operações financeiras no montante de Cr\$ 56,1 bilhões, em valores correntes, beneficiando cerca de 3.192 empresas gaúchas. Do ponto de vista setorial, isto significa, em termos de financiamento, avais e participações acionárias aprovadas, um montante de Cr\$ 2,0 bilhões para o Setor Primário, Cr\$ 24,0 bilhões, para o Setor Secundário, e Cr\$ 30,1 bilhões, para o Setor Terciário.

Pode-se notar a importância do apoio financeiro prestado aos setores Secundário e Terciário, comparativamente ao apoio prestado ao Setor Primário. A queda relativa da participação deste último Setor, no total das aprovações do Banco, se deve, principalmente, à escassez de recursos para investimentos agropecuários, ao lado do forte crescimento do apoio financeiro concedido ao Setor Secundário — principalmente à indústria metal-mecânica, à indústria química e à indústria de produtos alimentares — e ao Setor Terciário, notadamente à infra-estrutura.

A política da atuação do BADESUL como Banco de Desenvolvimento experimentou considerável evolução no período 1979/82 sendo que suas principais características e resultados podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Apoio a Investimentos Empresariais — o BADESUL, tradicionalmente, apóia ou se dispõe a analisar toda a iniciativa empresarial que, direta ou indiretamente, resulta em implantação e/ou ampliação de atividades produtivas no Estado, e que contribuam para o seu processo de desenvolvimento econômico e social, independentemente do porte da empresa, ou do setor econômico em que atua;
- Substituição de Combustíveis Derivados do Petróleo — desde o início do Programa de Substituição de Combustíveis Derivados do Petróleo — SUCOPE, em agosto de 1982, até o final do exercício, a economia de óleo combustível gerado pelos projetos contratados pelo BADESUL e enquadrados nesse Programa ascende a 176.500 toneladas/ano, substi-

- tuidas por 530.000 toneladas/ano de carvão mineral e 120.000m³/ano de lenha, destacando-se também a participação de outras fontes energéticas nacionais, como a eletricidade, a casca de arroz e outros resíduos. É de salientar, ainda, que o BADESUL apoiou, com recursos financeiros do PROÁLCOOL/BNDES, e com recursos próprios, a implantação e operação da primeira destilaria de álcool hidratado do Rio Grande do Sul, constituída pela Açúcar Gaúcho S.A. — AGASA, com uma capacidade inicial de produção de 20.000 litros diários de álcool. Financiou, também, com recursos do Fundo Complementação de Garantia para a Pequena Empresa — FUNGAPEM, a implantação de uma microdestilaria de álcool, a partir da cana-de-açúcar;
- **Capitalização e Consolidação Empresarial** — o valor total dos recursos financeiros aplicados na capitalização e consolidação da economia gaúcha atingiu, no quadriênio, o montante de Cr\$ 6,5 bilhões, em valores nominais, canalizados sob a forma de capital de risco, e de financiamento a acionistas;
 - **Apoio às Exportações** — no período 1981/82 foram aplicados cerca de Cr\$ 700 milhões como apoio às exportações gaúchas para o Exterior;
 - **Desenvolvimento Tecnológico** — no quadriênio 1979/82, o BADESUL destinou cerca de Cr\$ 2,8 bilhões para o financiamento de investimentos ligados ao desenvolvimento tecnológico;
 - **Apoio à Infra-estrutura** — considerando a necessidade de ampliação da infra-estrutura econômica que embasa o processo de desenvolvimento, o BADESUL concedeu no período, apoio financeiro a projetos públicos e privados de expansão das telecomunicações, da energia elétrica rural e urbana, da armazenagem, da telefonia rural e de implantação da infra-estrutura do III Pólo Petroquímico, no montante de Cr\$ 18,1 bilhões;
 - **Apoio ao Desenvolvimento Social e Urbano** — foram aprovados, no quadriênio, projetos enquadrados nos programas de ônibus, de Turismo, e de Saneamento Social, no valor de Cr\$ 681,1 milhões;
 - **Apoio Financeiro às Microempresas** — o Programa de Operações com Microempresas — PROMICRO beneficiou, no decurso do quadriênio 1979/82, um total de 850 empresas, com financiamentos em valor superior a Cr\$ 600 milhões, empresas estas localizadas no interior do território gaúcho. Desde o início do Programa, em 1975, até o momento, foram favorecidas 2.194 empresas, cujos financiamentos, em valores nominais, somam um montante superior a Cr\$ 1.025 milhões;
 - **Integração Lavoura-Pecuária** — o BADESUL, num trabalho conjunto com a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, opera o Programa de Integração Lavoura-Pecuária — PROLAP, que resultou de estudo sobre as distorções geradas pela prática da lavoura e da pecuária como formas de exploração rural distintas e desarticuladas entre si. Até dezembro de 1982, o Banco, aplicou, através do PROLAP, Cr\$ 374,5 milhões, destinados a máquinas agrícolas, pastagens, animais, construção de benfeitorias e outros afins;

- Apoio aos Pólos de Desenvolvimento Industrial — a expansão e consolidação de atividades industriais tradicionalmente polarizadas na economia gaúcha, como a agroindústria, a indústria química e a metal-mecânica, a manutenção de novos empreendimentos industriais, como a eletrônica e o III Pólo Petroquímico, bem como a expansão das atividades de produção, transporte e consumo de carvão mineral no Rio Grande do Sul, também receberam decidido apoio financeiro e institucional do BADESUL;
- Informática — o Programa de Informática do Rio Grande do Sul, elaborado em 1982, está em fase inicial de operação formal, constituindo-se seu objetivo geral, em reunir e sistematizar as vantagens locacionais financeiras e econômicas oferecidas pelo Estado para a instalação e/ou expansão de atividades industriais e de serviços à Informática. Os recursos financeiros contratados pelo BADESUL, e destinados ao fomento dessa área no Rio Grande do Sul, já atingem cerca de Cr\$ 222,9 milhões, distribuídos entre 10 empresas, visando ao desenvolvimento de tecnologia nacional para a mesma;
- III Pólo Petroquímico — no quadriênio 1979/82, o BADESUL aprovou cerca de Cr\$ 4,1 bilhões para o financiamento de investimentos de expansão ou implantação de capacidade instalada de transformação de plásticos, no Estado;
- Carvão Mineral — o Banco tem apoiado, sistematicamente, cada etapa do processo de produção e uso do carvão, ressaltando-se a importância dos resultados obtidos pelo SUCOPE, conforme já foi assinalado, que expandiu e diversificou a demanda desse combustível sólido. O BADESUL igualmente apoiou a mineração e o beneficiamento de carvão, através do financiamento de investimentos e concessão de avais ligados à ampliação da Mina do Leão I, e da implantação das Minas do Leão II e do Iruí, da Companhia Riograndense de Mineração — CRM. O transporte fluvial lacustre do carvão mineral igualmente tem mantido a atenção do BADESUL, que busca ampliar e adequar a frota de navegação interior do Rio Grande do Sul para o transporte deste combustível sólido;
- Metal-Mecânica — no período, o BADESUL aprovou Cr\$ 6,7 bilhões, em valores nominais, destinados ao financiamento de investimentos de empresas metal-mecânicas;
- Agroindústria — foram aprovados, no quadriênio, Cr\$ 3,4 bilhões para a execução de projetos agroindustriais no Estado;
- Química — o BADESUL aprovou, no período considerado, Cr\$ 3,7 bilhões para a execução de projetos ligados à indústria química;
- Diversificação de Fontes Financeiras — com a finalidade de obter o suprimento necessário de recursos financeiros para apoiar suas prioridades organizacionais, o BADESUL ampliou, consideravelmente, suas fontes financeiras, além de ter consolidado suas linhas tradicionais de repasses. Atualmente, o Banco se constitui em agente financeiro credenciado pe-

rante as seguintes instituições federais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social —; BNDES; Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME; Investimentos Brasileiros S.A. — IBRASA; Mecânica Brasileira S.A. — EMBRAMEC; Insumos Básicos S.A. — Financiamentos e Participações — FIBASE; Banco Central do Brasil — BACEN; Caixa Econômica Federal — CEF; Banco Nacional de Habitação — BNH; Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP; Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — CEBRAE; Conselho Nacional de Petróleo — CNP; Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR. Destaca-se também que, face à carência de recursos financeiros oficiais, o BADESUL tem captado, desde 1980, recursos junto ao mercado imobiliário mediante a emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDB), que são reaplicados no financiamento de projetos enquadrados nas prioridades operacionais do Banco. No período 1979/82, ao lado da continuidade da sistemática de emissão de CDB, o Banco também iniciou a captação de recursos financeiros através da emissão de Recibos de Depósitos Bancários (RDB), debêntures e a aquisição de direitos (arrendamento mercantil).

REALIZAÇÕES 1982

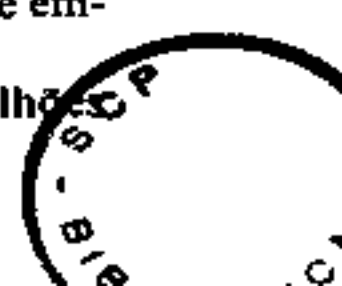
Programa: Planejamento Governamental

OBJETIVO:

promover o desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul, através do crédito de médio e longo prazos aplicado em projetos considerados prioritários de acordo com a política econômica do Governo do Estado

REALIZAÇÕES:

- recursos para capital fixo, como construções civis, compra de equipamentos ou reforço de capital de giro das empresas gaúchas, voltadas à indústria, ao comércio e serviços
Cr\$ 26,684 bilhões
- desenvolvimento agropecuário, repasse e participação de recursos próprios nos setores rurais e agroindustriais, com financiamentos destinados a investimentos fixos
Cr\$ 1,119 bilhão
- substituição de combustíveis derivados do petróleo, através do financiamento de órgãos do setor primário e do setor secundário, que pretendam substituir o petróleo por fontes alternativas
Cr\$ 116,010 milhões
- financiamentos a empreendimentos, obras e serviços de finalidades ou interesse turístico
Cr\$ 120,373 milhões
- financiamentos a produtores de materiais de construção em termos de capital fixo e giro, bem como obras de infra-estrutura energética de empresas públicas
Cr\$ 14,540 milhões



- financiamentos a estudos e projetos que visem ao desenvolvimento tecnológico das empresas gaúchas

Cr\$ 465,085 milhões

**COMISSÃO ESTADUAL DE COORDENAÇÃO
DOS NÚCLEOS DE ARTICULAÇÃO COM
A INDÚSTRIA — CECNAI**

DESEMPENHO 1979/82

A Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria — CECNAI, foi criada pelo Decreto nº 26.591, de 16 de janeiro de 1978, com os objetivos de promover o controle e a contenção progressiva das importações dos órgãos estatais, e de desenvolver ações paralelas de amparo à indústria nacional e de aperfeiçoamento de seus padrões tecnológicos, tendo em vista a nacionalização gradual dos bens ainda demandados pelo Setor Público no mercado externo.

Para alcançar estes objetivos, foram definidos dois instrumentos de ação, a saber: a Programação Anual de Importações do Estado e o Balcão de Tecnologia.

A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE IMPORTAÇÕES DO ESTADO, instituída pelo Decreto nº 29.013, de 09.07.79, consiste no levantamento completo e detalhado da pauta de importações do Setor Público para cada exercício, e na fixação de níveis máximos anuais para as operações que levem ao dispêndio de divisas, tais como importações, compra de bens importados, locações e arrendamentos mercantis, e contratação de serviços de consultoria.

O primeiro expurgo da pauta é feito sobre as propostas encaminhadas pelos órgãos importadores, tendo sido sistematicamente vetadas as operações que impliquem em gastos sem retorno econômico ou social convincente, ou que impliquem na duplicação de ativos já disponíveis no Setor Privado. O segundo expurgo é feito através da divulgação da pauta aprovada, junto aos fabricantes nacionais, interessando-os na produção de bens similares aos importados.

A Programação Anual de Importações para o exercício de 1983 sofreu, dessa forma, um decréscimo de 6,65% em relação à de 1982, e de 39,19%, em relação à 1981.

No exercício de 1982 foram redirecionadas para o mercado interno, importações programadas no valor de Cr\$ 456,3 milhões, resultando em uma economia de divisas de US\$ 3,7 milhões, aproximadamente, tomando-se o dólar ao seu valor de janeiro de 1982, época em que foi definida a pauta do exercício.

Releva notar que as compras no mercado interno mostram-se significativamente vantajosas para os órgãos estatais, face à economia de Caixa que resulta da não incidência de fretes de longa distância, Imposto sobre Operações Financeiras e Imposto de Importação. Ademais, há a ressaltar a maior rapidez da entrega, e a disponibilidade imediata de peças de reposição e de prestação de assistência técnica.

Os fatores limitantes para a obtenção de melhores resultados são a falta de escala econômica de alguns itens, a alta complexidade tecnológica de outros e, finalmente, a incompressibilidade relativa do segmento da pauta financiada por créditos externos.

A montagem do **BALCÃO DE TECNOLOGIA**, sistema de informações tecnológicas dos setores Primário e Secundário, destina-se a promover o encontro da demanda e da oferta de tecnologia no Estado do Rio Grande do Sul.

A plena transparência deste mercado trará os seguintes benefícios:

- do ponto de vista dos setores produtivos, a informação permanente e atualizada sobre todos os serviços de seu interesse, disponíveis nas Instituições de Pesquisa sediadas no Estado;
- do ponto de vista das Instituições de Pesquisa, o conhecimento dos serviços demandados, permitindo-lhes orientar as suas expansões segundo as reais necessidades do mercado;
- do ponto de vista governamental, a coleta de subsídios úteis para a formulação de diretrizes políticas de apoio ao desenvolvimento tecnológico do Estado.

O projeto está definido completa e detalhadamente, testado e pronto para o levantamento de campo já contratado com a Fundação Projeto Rondon.

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS — CONRHIRGS

DESEMPENHO 1979/82

O Conselho de Recursos Hídricos foi criado em maio de 1981, tendo sua reunião de instalação sido realizada em agosto do mesmo ano, data a partir da qual foram lançadas suas bases, iniciando-se o processo de sua implantação.

No ano de 1982 caracterizou-se pela complementação de sua estrutura organizacional e começo do funcionamento do sistema, tendo sido instalada sua Comissão Consultiva e cinco Comitês de Bacia Hidrográfica dos seis previstos. Quanto ao último, da bacia do Guaíba, o entrosamento com o Comitê de Estudos Integrados do Guaíba — CEIBG — desenvolver-se-á a partir do próximo ano, em função do trabalho conjunto relativo à iniciativa-piloto de gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do Gravataí.

Da ação dos comitês e da Comissão Consultiva resultam Recomendações que, aprovadas pelo conselho, passam a constituir Resoluções, as quais têm caráter normativo para as atividades daí decorrentes.

Destacam-se neste sentido: aproveitamento, para irrigação, das vazões excedentes do canal adutor de Rio Grande, da Companhia Rio-grandense de Saneamento — CORSAN, iniciado já na presente safra de arroz e estabelecimento de normas técnicas para utilização da planície de inundação do canal de São Gonçalo, oriundas do comitê da Lagoa Mirim; avaliação da qualidade da água para fins de aproveitamento múltiplo, nas barragens do arroio Duro, Capigui e Ernestina, tendo como base proposições dos comitês do Camaquã e Alto Uruguai, respectivamente; estudo das condições da reserva biológica do São Donato e do sistema lagunar costeiro, como proposições, respectivamente, dos Comitês do Médio e Baixo Uruguai e Vertente do Litoral Norte; projeto de pesquisa da Lagoa dos Patos, recomendação emanada da Comissão Consultiva, cujo início está previsto para março do próximo ano.

Além das atividades citadas, devem ainda ser mencionadas outras áreas de atuação do Conselho tais como: estudo das barragens do rio Uruguai; apoio às obras da barragem do Chasqueiro; apoio à antecipação da construção da barragem de Dona Francisca; inventário da área das Reservas Biológicas; participação do estudo no plano quinquenal, organizado pelos Ministérios da Agricultura e Interior, visando à incorporação de áreas ao uso agrícola; estudo do aproveitamento múltiplo das obras hidráulicas existentes; proteção das nascentes dos pequenos cursos de água e projeto piloto de gerenciamento de recursos hídricos a nível espacial de bacia hidrográfica.

Das ações do conselho se esperam reflexos a médio e longo prazos, porém, o desempenho observado, apesar do curto período de tempo indica viabilidade do esquema proposto e validade de suas teses.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL — BRDE

DESEMPENHO 1979/82

No período 1979/82, a ação da Agência de Porto Alegre do BRDE, medida em financiamentos contratados, foi altamente positiva na promoção do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

O desempenho alcançado deve-se, principalmente, a dois fatores: elevação substancial do Patrimônio Líquido do Banco e diversificação das fontes de recursos financeiros repassáveis às atividades sociais e econômicas.

O Patrimônio Líquido é de fundamental importância para os bancos de desenvolvimento não federais, visto que, por força de legislação, esta conta é tomada como base para o limite de endividamento, sendo o fator determinante do efeito de multiplicação dos recursos financeiros públicos postos à disposição das atividades econômicas através desses agentes.

No período em questão, o Patrimônio Líquido da Agência de Porto Alegre do BRDE evoluiu, de Cr\$ 1,159 bilhão, para Cr\$ 17,0 bilhões.

Concomitantemente, houve um esforço endógeno no sentido de incrementar a captação de recursos financeiros e de diversificar as fontes repassadoras, resultando em significativa expansão no lançamento de Certificado de Depósito Bancário-CDB no mercado financeiro nacional, intensificação das operações com o mercado financeiro internacional, financiamentos no âmbito da Resolução 694 para as empresas exportadoras e introdução da modalidade operacional na forma de "lease-back", lançamento de debêntures e de ações resgatáveis.

O incremento explicitado do Patrimônio Líquido é explicado pelo resultado operacional alcançado e, ainda, pela alocação de recursos do Estado ao Banco, tanto os originados de dotações orçamentárias como dos financiamentos obtidos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para capitalização do BRDE, que totalizaram Cr\$ 358,2 milhões, no período.

Neste particular, é importante salientar que o Capital Social da Agência de Porto Alegre do BRDE evoluiu de Cr\$ 322,5 milhões para Cr\$ 552,5 milhões no período, sendo a contribuição do Estado nesta evolução, da ordem de Cr\$ 150,0 milhões. Está pre-

visto, a médio prazo, um novo incremento no Capital Social do Banco, de Cr\$ 2,25 bilhões, o qual será realizado em três etapas anuais.

A atuação do BRDE na economia é denotada pelo esforço no sentido de promover o desenvolvimento de forma integrada demandando, para tanto, um substancial conhecimento das atividades econômicas e seus relacionamentos intersetoriais. Dentro deste contexto o Banco tem intensificado a elaboração de diagnósticos e estudos setoriais para, em conjunto com o meio empresarial, formular suas diretrizes e aprimorar sua ação.

A ação financiadora da Agência de Porto Alegre do BRDE, objetivo precípua de sua existência, foi significativa no período. O volume de recursos financeiros contratados evoluiu de Cr\$ 6,561 bilhões para Cr\$ 84,488 bilhões, situando-se 33,5 pontos percentuais acima do índice de inflação entre 1979/82, quando foram atendidas mais de duas mil solicitações de financiamentos.

As contratações anuais foram: Cr\$ 6,561 bilhões em 1979, Cr\$ 19,723 bilhões em 1980, Cr\$ 34,846 bilhões em 1981 e prevê-se atingir Cr\$ 84,488 bilhões em 1982, totalizando Cr\$ 145,618 bilhões, no período, equivalendo a Cr\$ 293,8 bilhões em valores corrigidos.

Em termos setoriais, foram alocados 2,4% dos recursos ao Setor Primário, 35,6% no Setor Secundário e os restantes 62,0%, no Setor Terciário.

O Setor Primário, com o qual foram contratadas um total de 159 operações, teve um aporte de recursos financeiros de Cr\$ 313,0 milhões em 1979, Cr\$ 737,1 milhões em 1980, Cr\$ 1,049 bilhões em 1981 e prevê-se atingir Cr\$ 1,360 bilhões em 1982.

Este setor foi o menos favorecido pelo BRDE devido exclusivamente, à dificuldade de obtenção de repasses para a atividade agropecuária, já que tanto as solicitações emanadas do setor ao Banco, como o esforço empreendido na busca por recursos, através do encaminhamento de solicitações ao Banco Central, atingiram valores bem superiores aos efetivamente contratados.

Deve-se ressaltar, contudo, que, na busca por estender benefícios ao maior número de produtores rurais com os escassos recursos disponíveis, o BRDE tem dado prioridade ao atendimento das solicitações emanadas de cooperativas, as quais receberam 82% dos recursos alocados ao Setor Primário no período.

Salienta-se, também, que a maior parte dos recursos dotados a este setor foram destinados a inversões fixas, confirmando a preocupação do Banco em viabilizar o uso de instrumentos de produção indispensáveis ao desenvolvimento do mesmo. As atividades mais beneficiadas no período foram: armazenagem, mecanização das cooperativas, correção de solos, avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite e de corte.

O Setor Secundário, através da contratação de 1.306 operações financeiras, absorveu Cr\$ 2,952 bilhões em 1979, Cr\$ 6,571 bilhões em 1980, Cr\$ 15,425 bilhões em 1981 e estão previstos Cr\$ 26,920 bilhões em 1982, perfazendo um total de Cr\$ 51,867 bilhões, no período.

O apoio do BRDE à indústria gaúcha foi mais concentrado nos segmentos dinâmicos dentro do setor, os quais absorveram cerca de 66% do montante de recursos con-

tratados. As atividades do grupo metal-mecânico, produtoras de material de transporte e de produtos químicos, foram as mais beneficiadas. Os segmentos ditos tradicionais absorveram os restantes 34% dos recursos, onde as indústrias de produtos alimentares, têxtil, calçados e de móveis tiveram maior apoio.

Quanto à utilização dos recursos absorvidos pelo Setor Industrial, houve maior demanda para capital de giro e saneamento financeiro, atingindo 64% do montante contratado. A demanda para investimentos e pré-investimentos foi de 34% dos recursos.

O Setor Terciário, com um total de 558 operações contratadas, recebeu Cr\$ 3,296 bilhões em 1979, Cr\$ 12,416 bilhões em 1980, Cr\$ 18.371 bilhões em 1981 e deverá atingir a Cr\$ 56,208 bilhões em 1982, somando Cr\$ 90.291 bilhões no período.

Deste montante, 81,5% foram alocados no subsetor Público e os restantes 18,5%, no subsetor Privado.

Quanto ao destino dos recursos absorvidos por este setor, 68,6% foram destinados às atividades voltadas à implantação de infra-estrutura social e econômica, 23,0% para atividades prestadoras de serviços e 8,4% para atividades comerciais.

Ressalte-se, ainda, que 69,5% do montante aplicado foram utilizados para a realização de investimentos em ativo fixo e os restantes 30,5%, para inversões em capital de giro e saneamento financeiro.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Serviços Financeiros

OBJETIVO:

contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, mediante apoio técnico e financeiro às suas atividades produtivas

REALIZAÇÕES:

— Financiamentos ao Setor Primário	Cr\$ 1,207 bilhão
— Financiamentos ao Setor Secundário	Cr\$ 26,686 bilhões
— Financiamentos ao Setor Terciário	Cr\$ 57,022 bilhões

SECRETARIA DA FAZENDA — SF

ÓRGÃOS VINCULADOS

CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL — CEE/RS
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — BANRISUL
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO RIO GRANDE DO SUL — PROCERGS
BANRISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S/A

E:

BANRISUL FINANCEIRA S/A — CRÉDITO, FINANCIAMENTO
E INVESTIMENTO
BANRISUL S/A — CORRETORA DE VALORES IMOBILIÁRIOS
E CÂMBIO
COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS

SECRETARIA DA FAZENDA

DESEMPENHO 1979/82

A Secretaria da Fazenda, caracterizada como o Órgão da Administração Pública Estadual, cuja função básica é formular e coordenar a política financeira do Estado, vem procurando adotar medidas direcionadas principalmente à contenção dos déficits orçamentários, buscando conhecer, analisar e acompanhar o comportamento das variáveis que atuam nos campos financeiro e tributário, no sentido de manipulá-las com a devida eficácia.

Dentro desta linha de ação, tem-se avaliado o desempenho global da atividade fazendária através dos resultados obtidos na relação déficit/despesa total, tendo em vista que esta relação envolve toda uma gama de elementos que agem, direta ou indiretamente, na esfera das finanças públicas. Nos últimos 4 anos, a participação do déficit na despesa total evoluiu da seguinte forma: em 1979 foi obtido um percentual de 21%, que decresceu para 18% em 1980, elevando-se novamente para 21% em 1981 e esperando-se alcançar 23% em 1982.

A manutenção destes percentuais em níveis consideráveis, apesar de todo um esforço empreendido quanto ao incremento da receita e à racionalização dos dispêndios explica-se, especialmente, pela política de estímulo às exportações emanante do Governo Federal, cujos reflexos se fazem sentir na arrecadação do ICM em consequência das desonerações fiscais incidentes sobre a principal fonte de receita própria do Estado, provocando substanciais perdas de recursos públicos estaduais. Como decorrência, as operações de crédito têm sido a única alternativa encontrada para suprir estas perdas, trazendo como consequência as sempre mais elevadas despesas com o serviço da dívida.

Durante o quadriênio 79/82, a Secretaria da Fazenda atuou através de suas diversas unidades quais sejam: a Diretoria-Geral do Tesouro do Estado, à qual se subordinam a Diretoria Administrativa, a Diretoria da Despesa, a Diretoria do Patrimônio, a Diretoria do Pagamento de Pessoal, a Coordenadoria-Geral da Arrecadação e a Coordenadoria-Geral do ICM; o Gabinete do Secretário; o Gabinete de Orçamento e Finanças; a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado; o Departamento de Compras; e o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.

Ao Gabinete do Secretário, como não poderia deixar de ser, coube a coordenação geral das atividades do Órgão, bem como a formulação da política financeira estadual, no sentido de gerir eficazmente os escassos recursos públicos.

O Gabinete de Orçamento e Finanças — GOF, direcionou seu trabalho ao aperfeiçoamento da Programação Financeira do Estado prestando, inclusive, apoio técnico

à Comissão de Programação Financeira — CPROF; à coordenação de ações referentes ao planejamento da Secretaria e ao desenvolvimento de 37 estudos e publicações, em matéria financeira e tributária, dentre os quais se destacam: O Problema da Distribuição do ICM aos Municípios (Um Modelo de Redistribuição), A Arrecadação do ICM por Setores Econômicos em 1978/1979, Finanças do Estado, A Programação Financeira no Rio Grande do Sul, O Impacto Econômico das Compras do Governo Estadual, Contribuição ao Exato Equacionamento do Problema Atinente à Reforma Tributária, Informações Econômico-Financeiras sobre o Estado do Rio Grande do Sul e Manual de Programação Financeira.

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado — CAGE, órgão de controle interno e órgão central do sistema de contabilidade e auditoria da Administração Estadual, emitiu pareceres de auditoria da totalidade das Autarquias, fundações do Estado e de Sociedades de Economia Mista, ao lado de inúmeros relatórios especiais solicitados pela alta Administração Estadual.

Além disso, instalou terminais de teleprocessamento nas Contadorias Seccionais junto às Secretarias de Estado, permitindo às unidades abreviarem os procedimentos de acompanhamento da execução orçamentária. Objetivando acelerar as atividades contábeis, desenvolveu um projeto, com a utilização dos computadores da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul — PROCERGS, realizando assim a quase totalidade das operações, além do controle total da dívida pública e dos relatórios de acompanhamento da execução orçamentária.

Editou ainda o Plano de Contas, que há muito se fazia necessário às unidades do sistema de Contabilidade e Auditoria, bem como o Ementário para Classificação da Despesa e o Classificador de Gastos necessários à execução orçamentária da despesa.

Através da Diretoria de Pagamento de Pessoal foram realizadas ações que envolveram o recadastramento de funcionários ativos, inativos e pensionistas, correspondendo a um verdadeiro censo do pessoal do Estado. Iniciou-se a automação das folhas de pagamento, permitindo a correção automática dos vencimentos dos funcionários, quando do reajustamento geral. Foi ativado o Banco de Dados de Pessoal, que mantém um cadastro dinâmico de informações pessoais, funcionais e financeiras reduzindo, desta forma, o tempo de serviço e o número de pessoas envolvidas no pagamento de pessoal. Foi incluído, ainda, na folha dos funcionários, as vantagens conferidas pelo pagamento dos rendimentos do PASEP.

Através da Diretoria da Despesa foram efetuados os controles dos saldos bancários, com a implantação de controles de ingressos e desembolsos do Tesouro do Estado e dos saldos bancários da Administração Direta e Indireta. Foi realizada, ainda, a automação do pagamento de contas, fornecendo uma visão geral das contas a pagar e efetuando automaticamente as respectivas retenções obrigatórias, bem como o pagamento dos resíduos do Fundo de Participação dos Municípios, permitindo às Prefeituras saberem, com antecedência, da disponibilidade dos recursos que lhes são destinados.

Coube à Diretoria de Patrimônio o registro de bens patrimoniais, através do cadastramento eletrônico de imóveis; o cadastramento de terrenos aforados; a realização de mecanismos de controle de desapropriações administrativas e judiciais; e a modernização do Registro de Tombos.

A Coordenadoria-Geral da Arrecadação, dentro da preocupação de aperfeiçoar a sua estrutura, criou diversas Coordenadorias, elevando-se para 17 o número das Coordenadorias Regionais. Foram ainda concluídas 15 Exatorias, sendo 12 em municípios do Interior e 3 na Capital. No sentido de agilizar os mecanismos arrecadadores, a Coordenadoria-Geral da Arrecadação voltou-se à descentralização da entrada de dados através da criação de 6 Pólos Regionais de Controle de Documentos — PRC, à implantação de terminais de computação nos Setores de Orientação e controle da Arrecadação e de Controle da Dívida Ativa, à adoção do Documento de Crédito — DOC e do Documento de Ingresso de Receitas — DIR, atividades estas que proporcionaram excelentes resultados em termos de controle de ingressos e de recolhimentos, bem como de rapidez no processamento da arrecadação do Estado, permitindo a programação dos pagamentos de acordo com as disponibilidades financeiras.

A Coordenadoria-Geral do ICM atingiu seu objetivo de descentralização de serviços, através da inauguração de Coordenadorias Regionais de Fiscalização nos bairros de Porto Alegre. Foram instalados terminais de Cadastro Geral dos Contribuintes, para o controle do crédito tributário, nas repartições que atendem aos contribuintes no eixo rodoviário Pelotas — Porto Alegre — Caxias do Sul, que concentram cerca de 60% do valor adicionado do ICM ao Estado. Outras ações realizadas pela Coordenadoria-Geral do ICM envolvem: a implantação do Sistema de Controle e Fiscalização do Setor Primário — SEPRIM, o Programa de Promoção Tributária “ICM Pró-Desenvolvimento”, o “Acordo Especial da Bebida”, a consolidação do Regulamento do ICM, Manual do Imposto Único sobre Minerais, edição de relatórios estatísticos contendo dados de natureza econômico-fiscais relativos aos períodos 1975/79/80. Em termos de obras, foi concluída a construção do Posto Fiscal de Estreito-Marcelino Ramos e iniciada a construção do Posto Fiscal de Torres, buscando melhorar a infra-estrutura de fiscalização.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO

exercer o controle dos bens do Estado, mediante o registro administrativo dos bens móveis da administração direta, e a execução da política do sistema de material

REALIZAÇÕES:

- | | |
|---|----------------------|
| — aquisição de materiais pelo fundo rotativo | 7.120.701 unidades |
| — aquisição de materiais | 2.486.659 unidades |
| — aquisição de materiais importados | 376.053.681 unidades |
| — aquisição de veículos | 1.136 veículos |
| — tombamento de imóveis em 78 municípios
212 registros | |



OBJETIVO:

desenvolver atividades direcionadas aos municípios gaúchos, procurando contribuir para a eficiência da administração municipal

REALIZAÇÕES:

- continuidade da implantação do sistema “Ciata”-Ciclo IX, nos municípios selecionados em 1981
9 municípios
- apoio técnico e legal aos municípios onde já tenha sido implantado o sistema ciata em ciclos anteriores
32 municípios
- repasse do imposto de transmissão de bens imóveis aos municípios do Estado
Cr\$ 2,782 bilhões
- apuração dos índices de participação municipal no valor adicionado do ICM, mediante processamento de guias informativas
164.837 documentos
- publicação do “Relatório de Informações Financeiras Municipais”, elaborado mediante processamento de 232 sínteses da execução orçamentária
1 publicação
- treinamento de estagiários para tarefas de apuração dos índices dos municípios
100 processos
- aperfeiçoamento do sistema de apuração dos índices de participação municipal no produto da arrecadação do ICM, mediante regionalização de documentos
1 documento

Programa: Administração Financeira

OBJETIVO:

Realizar a relevação contábil e o controle interno da administração centralizada. Auditoria da administração descentralizada e a gerência da dívida pública

REALIZAÇÕES:

- elaboração do balanço geral do Estado
1 publicação
- integração dos balanços gerais de 1981 do grupo econômico estatal
1 publicação

- relatório e Parecer de auditoria das autarquias, sociedades de economia mista e de adiantamentos, auxílios, contratos e convênios 324 ações
- registro de fatos contábeis 188.335 registros
- acompanhamento das operações contábeis em processamento de dados
- desenvolvimento de Projeto lógico de execução orçamentária do Estado, processamento “on Line”
- atualização da legislação para o ementário de despesa
- atualização do plano de contas do Estado
- gestões para tomada e ingresso de novos recursos do exterior e internos, por contratos
- gestão na órbita federal para autorização de emissão extra e efetivação das ofertas públicas de ORTE-RS
- aprimoramento do acompanhamento da dívida pública, através do processamento eletrônico
- relatórios mensais de endividamento ao Banco Central e Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM 9 documentos
- fornecimento de informações técnicas escritas 2.152 ações
- implantação, através do Polymax do sistema de emissão de empenhos na contadoria seccional junto à assembléia, e do Boletim Financeiro do Tesouro do Estado.
- auditagens de almoxarifados, tesouraria, patrimônio, prestações de contas e tomadas de contas 26.265 ações
- organização de tomadas de contas de ordenadores 37 ações
- palestras e cursos de treinamento do sistema de processamento administrativo-financeiro do Estado “AFE” 6 palestras

Programa: Planejamento Governamental

OBJETIVO:

proceder à administração tributária do Estado, regionalizando a política fiscal, aperfeiçoando a legislação e assegurando o cumprimento das obrigações fiscais

REALIZAÇÕES

- instalação de Coordenadoria Regional da Arrecadação, em Alegrete
1 coordenadoria
- instalação de postos de arrecadação em Condor
1 unidade
- instalação de postos exacionais
1 unidade
- realização de cursos preparatórios para exatores recém-nomeados
2 cursos
- participação em cursos de direito administrativo e de português
4 cursos
- participação em seminários
2 seminários
- arrecadação do imposto de transmissão de bens, em todo o Estado
Cr\$ 6,252 bilhões
- implantação de sistema de cadastro de avaliação de imóveis, no interior do Estado
30 municípios
- arrecadação da taxa do menor em todo o Estado
Cr\$ 330,0 milhões
-
- consolidação do sistema “DIR” para a arrecadação da taxa de serviços diversos, através do documento de ingresso de receitas, com a criação de um subsistema
1 sistema
- arrecadação do imposto de circulação de mercadorias em todo o Estado
Cr\$ 226,0 bilhões
- arrecadação da taxa de serviços diversos em todo o Estado
Cr\$ 1,330 bilhões
- nomeação dos exatores estaduais
103 funcionários
- resultado alcançado no setor de dívida ativa, relativamente ao objetivo programado em todo o Estado
Cr\$ 1,950 bilhão
- notificação de créditos inscritos em dívida ativa em todo o Estado
5.386 ações
- realização de simpósios
3 simpósios

- implantação do sistema “SARR” — integração do sistema de arrecadação através de teleprocessamento “on line”
3 sistemas
- instalação de coordenadorias regionais da arrecadação
2 coordenadorias
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização geral do ICM em verificações fiscais de estabelecimentos de contribuintes
83.899 exames
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização geral do ICM na lavratura de autos de lançamento
15.283 peças
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização geral do ICM na exigência de tributos
Cr\$ 15,292 bilhões
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias em verificações de cargas de veículos
230.310 exames
- promoção de isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias com a lavratura de autos de lançamentos
21.159 peças
- promoção de isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias com a lavratura de outros documentos fiscais de controle
93.608 documentos
- promoção de isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias na exigência de tributos
Cr\$ 1,359 bilhão
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal
648 processos
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal: valores em litígio
Cr\$ 390,950 milhões
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal: valores de ICM julgados procedentes
Cr\$ 303,562 milhões
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal: valores de ICM julgados improcedentes
Cr\$ 87,388 milhões
- assessoramento à Procuradoria-Geral do Estado, em processos judiciais relativos ao ICM
47 processos

- **integração fisco-contribuinte, mediante orientação fiscal a contribuintes e profissionais**
10 cursos
- **treinamento e especialização de fiscais do ICM**
518 pessoas
- **elaboração e edição do “relatório de estatísticas econômico-fiscais” — II volume**
1 publicação
- **elaboração e edição da obra “Exportações do Rio Grande do Sul e os Benefícios fiscais”**
1 publicação
- **elaboração do projeto de emenda à Constituição Federal, com vistas à apresentação, na Câmara dos Deputados, de proposta de reformulação do sistema tributário nacional**
1 documento
- **estudos econômico-fiscais com vistas ao exame de incentivos fiscais**
11 estudos
- **elaboração de subsídios para publicações, pronunciamentos e conferências do Exmo. Sr. Secretário da Fazenda**
20 estudos
- **estudos e propostas de convênios, com vistas à participação do Exmo. Sr. Secretário no conselho de política fazendária**
16 estudos
- **racionalização do trabalho fiscal através da instalação de terminais de vídeo acoplados ao Banco de Dados do cadastro-geral dos contribuintes do ICM**
7 terminais
- **treinamento e especialização de ajudantes fazendários**
80 pessoas
- **recursos julgados em segunda instância: ex-offício, voluntários, reconsideração e esclarecimento**
526 processos

OBJETIVO:

proceder à Administração Financeira do Estado, gerindo a receita, bem como racionalizando e atendendo ao gasto público

REALIZAÇÕES:

- **arrecadação proveniente de laudêmios, foro anual e autorizações de uso**
Cr\$ 65,768 milhões
- **implantação de sistema de pagamentos da Administração Indireta: TV Educativa e Fundação de Assistência ao Excepcional do Rio Grande do Sul**
1.000 funcionários

- análise da execução orçamentária do exercício 1981
1 estudo
- elaboração de modelo de projeção de receita, reestimativa e projeção da receita mensal para 1982, e projeção para 1983
1 estudo
- reestimativa da receita para 1982
1 estudo
- projeção da receita para 1983
1 estudo
- estimativa do fluxo mensal de arrecadação no exercício de 1982
1 estudo
- atualização do documento “Informações Sobre o Estado do Rio Grande do Sul”
1 documento
- consolidação da legislação sobre transferências federais
1 estudo
- redação final da pesquisa conjunta gabinete de orçamento e finanças/Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, sobre a Administração Estadual do Rio Grande do Sul e as relações Inter-Governamentais
1 estudo
- análise do crescimento da arrecadação do ICM em 1982
1 estudo
- elaboração, em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do trabalho “Análise Econômico-financeira das Empresas do Estado do Rio Grande do Sul”
1 estudo
- elaboração, em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do trabalho “Consolidação das Contas do Estado”
1 estudo
- elaboração do Manual de Programação Financeira
1 publicação
- estudo referente às transferências federais ao Estado
1 estudo
- implantação, em processamento eletrônico, do Sistema de Programação Financeira-SISSPF
1 sistema

- execução da programação financeira, através de ações voltadas, principalmente, para as liberações de recursos para os Órgãos Estaduais
Cr\$ 61,518 bilhões
- apoio técnico à Comissão de Programação Financeira-CPROF, através de informações voltadas às finanças públicas Estaduais
357 processos
- participação na organização do II Seminário Rio-Grandense sobre Orçamento Público
1 seminário
- participação no III Congresso Estadual de Técnicos Contabilistas e Orçamentistas Públicos, realizado em Itanhaem - São Paulo
1 seminário
- plano para contratação de operações de crédito
1 estudo
- adaptação da classificação da Receita do Estado à portaria M 6 SOF/SEPLAN
1 estudo
- coleta de dados e legislação para edição do volume da série finanças do Estado
1 publicação
- teste de programa em Polymax, para estimativa da arrecadação mensal
1 teste
- informações sobre receitas da União e quotas recebidas pelo Estado
1 estudo
- atualização da legislação sobre Receita Orçamentária
1 estudo
- implantação de relatório de acompanhamento da execução orçamentária do Estado
- implantação de relatório de acompanhamento conjuntural
- montagem final do Volume XXXI, da série Finanças do Estado
- elaboração do fluxo mensal de receita e despesa do Estado para remessa à Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios — SAREM
- edição do manual de programação financeira
600 exemplares
- tombamento de imóveis em 117 municípios
295 registros
- elaboração da programação financeira para 1983

CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

DESEMPENHO 1979/82

A Caixa Econômica Estadual, no período 1979/82 teve em seus depósitos um aumento expressivo, passando estes de Cr\$ 7,2 bilhões em 1978 para Cr\$ 98,5 bilhões em outubro do corrente ano, atingindo um percentual de 1.267,5%, ao passo que as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTNs experimentaram uma variação da ordem de 653,2%.

Os depósitos com correção monetária, fundamentalmente representados pelas Cadernetas de Poupança, continuaram elevando sua participação no total dos depósitos. Em dezembro de 1978 esses recursos representaram 71,4% do total da Carteira e, em outubro de 1982, atingiram a significativa participação de 81,0%.

O número total de depositantes da Autarquia passou, de 1.850.734 em dezembro de 1978, para 2.619.423 em outubro de 1982, o que significa dizer que no período, 768.689 novas contas foram abertas.

Sendo a Caixa Econômica Estadual Agente do Sistema Financeiro da Habitação, vem utilizando recursos do Banco Nacional da Habitação, com a finalidade de conceder financiamentos habitacionais e, através de Programas Especiais, colaborar com as Prefeituras de municípios gaúchos em projetos de desenvolvimento urbano.

Na área do Crédito Rural, a Instituição tem buscado repasses no Banco Central do Brasil, porém numa escala muito menor.

Os valores repassados à Caixa apresentavam, nos anos do quadriênio 1979/82, os seguintes saldos: Banco Nacional de Habitação — BNH — Cr\$ 16 bilhões; Banco Central — BACEN — Cr\$ 128,9 milhões, perfazendo um total de Cr\$ 16,2 bilhões.

No que se refere ao saldo da Carteira de Operações de Crédito passou este de Cr\$ 8,3 bilhões para Cr\$ 109,4 bilhões, experimentando a expressiva variação de 1.222,9%.

Tendo em vista que a grande massa dos recursos captados pela Caixa Econômica Estadual são remunerados com correção monetária a Instituição, adaptando-se a esta realidade, a partir de 1981 começou a concentrar mais intensamente suas aplicações nos empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação. O saldo destes empréstimos, que no ano-base integrava o total da Carteira de Operações de Créditos com uma participação de 51,9%, passou a participar com 73,7% em outubro de 1982.

Merecem também atenção especial os empréstimos escolares, pois nesta modalidade foram aplicados, respectivamente, nos anos do quadriênio: Cr\$ 156,8 milhões, Cr\$ 333,7 milhões, Cr\$ 922,1 milhões e Cr\$ 2,2 bilhões, sendo que em 1982 foram financiados 53.341 estudantes. O valor médio de cada financiamento neste ano atingiu o valor de Cr\$ 40,9 mil.

Em relação ao pessoal, neste período, o número de servidores aumentou de 3.883 para 4.990.

No período 1979/82, por autorização do Banco Central do Brasil, a Caixa instalou 22 Agências e 4 Postos de Serviços e transformou a Agência Palácio da Justiça em Posto de Prestação de Serviços.

No mês de novembro passado, a Instituição conseguiu, junto ao Banco Central do Brasil, autorização para a instalação de mais 4 Postos de Prestação de Serviços, e transformação de 28 destes Postos já existentes em Agências, ficando a distribuição de filiais da seguinte maneira: 19 Agências na Capital, 116 Agências no Interior, 4 Postos de Serviços na Capital e Postos de Serviço no Interior, totalizando 144 casas.

Os valores do resultado líquido da Caixa, no quadriênio foram, respectivamente, de Cr\$ 147 milhões, Cr\$ 535 milhões, Cr\$ 604 milhões e Cr\$ 833,9 milhões, no primeiro semestre de 1982, os quais podem ser considerados como satisfatórios, tendo em vista os fins a que a mesma se propõe.

Torna-se difícil comparar tais resultados tendo em vista que a correção monetária do Patrimônio Líquido e do Ativo Imobilizado foi afetada no ano de 1980 pelo índice pré-fixado da ordem de 51,38% tendo, em 1981, atingido a 96,88%, e que em 1979 esta prática foi realizada somente no 2º semestre.

O Patrimônio Líquido evoluiu de maneira significativa apresentando uma variação nominal da ordem de 934,4% e o seu crescimento real, avaliado em função dos valores das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, atingiu 75,8%.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração Financeira

OBJETIVO:

captar recursos na comunidade rio-grandense e aplicá-los em empréstimos pessoais e habitacionais

REALIZAÇÕES:

— aplicações realizadas sob a forma de empréstimos	Cr\$ 101,912 bilhões
— saldo da carteira de depósito de poupança livre	Cr\$ 80,993 bilhões
— saldo da carteira de depósitos de livre movimentação	Cr\$ 18,063 bilhões
— saldo da carteira de empréstimos com correção monetária (empréstimos habitacionais)	Cr\$ 93,317 bilhões
— aplicações no crédito rural, com recursos repassados pelo Banco Central	Cr\$ 67,251 bilhões
— saldo da carteira de empréstimos rurais	Cr\$ 3,158 bilhões

— saldo da carteira de empréstimos sem correção monetária (empréstimos pessoais)

Cr\$ 16,723 bilhões

OBJETIVO:

aumentar o patrimônio líquido da autarquia

REALIZAÇÕES:

— saldo do patrimônio líquido da autarquia

Cr\$ 7,249 bilhões

OBJETIVO:

aumentar o número de agências e de postos de serviço no Estado

REALIZAÇÕES:

— implantação de novas agências

9 agências

**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A —
BANRISUL**

DESEMPENHO 1979/82

As rupturas ocorridas nas relações de troca a partir da elevação significativa dos preços do petróleo deflagraram um processo de desequilíbrio na economia mundial manifestado, basicamente, através de uma inflação generalizada.

A economia brasileira não ficou imune, e suas autoridades foram obrigadas a desenvolver intensiva política monetária e fiscal no sentido de buscar um controle sobre o desempenho da economia.

As medidas na área monetária foram bastante pródigas, regulamentando o controle de juros, depois sua liberação, aumentando significativamente o recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e, mais recentemente, no desenvolvimento de uma política voltada essencialmente para a captação de recursos no mercado financeiro internacional, visando ao fechamento das contas externas brasileiras.

A ativa política monetária afetou particularmente o normal desempenho dos bancos comerciais, reduzindo consideravelmente sua livre capacidade de aplicações bem como elevando significativamente as taxas ativas e passivas de juros.

Com relação ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, a filosofia de desenvolvimento que vem orientando a sua atuação está harmoniosamente atrelada às diretrizes emanadas do Plano de Governo, expressas nos objetivos globais do documento intitulado “Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul 1979/82”.

Nesse sentido, o BANRISUL está administrando e operacionalizando o Sistema



de Planejamento Global, que abrange os diversos níveis da sua hierarquia organizacional. Para sua viabilização, implementou-se, paralelamente, o Plano Empresarial Básico que estabelece os objetivos globais, a partir dos quais foram fixados os objetivos subsidiários em nível de atuação mais específica.

Para a consecução desses objetivos, foram igualmente programados, e estão sendo desenvolvidos, diversos Projetos Estratégicos e Estudos de Apoio de modo a propiciar um desempenho compatível com a missão do Banco.

Esse Sistema é permanentemente avaliado através de relatórios que possibilitam dimensionar seu desenvolvimento e sua capacidade de alimentar o processo decisório.

Quanto à Assistência Financeira às Empresas Gaúchas, o BANRISUL teve sua atenção voltada para agilizar a assistência à pequena e média empresa, num momento em que a economia atravessa uma aguda fase de dificuldades.

Tendo sido restringida a capacidade dos bancos expandirem seus empréstimos, o Banco gestionou, junto às instituições financeiras oficiais, linhas de crédito adicionais para proporcionar recursos às empresas gaúchas.

Desta forma foram significativamente ampliadas as aplicações de recursos provenientes do Banco Nacional da Habitação, o que possibilitou recursos para o financiamento de indústrias produtoras de materiais de construção, construção de habitações e sua comercialização, além de saneamento básico e infra-estrutura essencial para os núcleos habitacionais.

O saldo dessas aplicações, que no final de 1978, se situava em Cr\$ 5 bilhões, em outubro de 1982 já atingiu a soma de Cr\$ 97,1 bilhões, representando um aumento nominal de 1.842% no período.

Atenção, também, mereceu a modernização empresarial através do financiamento de máquinas e equipamentos realizado através dos recursos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. Apesar da era de incerteza atravessada pela economia, o que inclusive evidenciou uma queda no valor das novas aplicações nos últimos anos, o Banco realizou, de 1979 a outubro de 1982, 16 mil operações e elevou o saldo dessas aplicações de Cr\$ 14,0 bilhões, para Cr\$ 19,1 bilhões, no fim desse período.

A condição de Estado grande produtor agrícola, também levou o BANRISUL a apoiar decididamente esse setor, não obstante às dificuldades encontradas para obter o volume adequado de recursos numa conjuntura adversa a toda a economia.

Assim, o saldo das aplicações à agropecuária evoluiu de Cr\$ 1,7 bilhão no final de 1978, para Cr\$ 13,0 bilhões, em 31.10.82, representando um incremento nominal de 661%.

Preocupado com a modernização da agropecuária gaúcha, o BANRISUL tem apoiado as exposições e feiras, procurando, assim, incentivar a melhoria do setor.

No que tange à captação de recursos, a política restritiva de liquidez estimulou mudança na estrutura dos principais haveres financeiros reduzindo, consideravelmente, a participação dos Depósitos à vista nas operações passivas dos bancos comerciais.

A participação desses recursos, que se situava ao redor de 32% no final de 1978, teve gradativa queda de importância para se situar em apenas 18% em outubro de 1982, no BANRISUL.

Para compensar essa perda, o Banco desenvolveu esforços no sentido de aumentar a captação de recursos de repasses de instituições financeiras oficiais e do mercado financeiro internacional, cuja participação passou, de 47% para 52%, e 13% para 20%, de dezembro de 1978 a outubro de 1982, respectivamente.

Uma consequência da política monetária desenvolvida nos últimos anos, e de certa forma contingenciada, foi o estreitamento da liberdade de os bancos comerciais atuarem no mercado financeiro, já que dos depósitos captados, apenas 3% podem ser livremente aplicados. Os repasses são recursos com destinação específica e portanto, também, fogem da ação deliberada das instituições bancárias.

Dentro dessas limitações, o BANRISUL procurou buscar o maior volume possível de recursos para possibilitar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Com relação à Capitalização, uma das preocupações constantes da Administração do Banco tem sido a adequação do porte da Instituição às necessidades da economia. Assim, de um Capital Social de Cr\$ 567 milhões existente em 31.12.78, este valor passou a Cr\$ 7,7 bilhões, no final de 1982, o que foi propiciado pela incorporação de reservas num total de Cr\$ 4,3 bilhões e lançamento de ações para subscrição de Cr\$ 2,8 bilhões, durante o período 1979/1982.

A pulverização das ações em maior número possível de acionistas também tem sido política desenvolvida no Banco, cujo êxito pode ser apreciado ao observarmos que o número de 7.800 acionistas existentes em 31.12.78, foi multiplicado por mais de 10 vezes, ao se situar em 85 mil, no final de 1982.

Consoante as diretrizes fixadas na "Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul", de dotar todos os municípios do Estado e as principais praças do País e Exterior com, pelo menos, uma agência do BANRISUL, foram obtidas, junto ao Banco Central do Brasil, durante a gestão da atual diretoria, 63 novas cartas-patentes para o País e uma agência no Exterior.

Dessa forma, o número de municípios sem agências do BANRISUL foi reduzido de 53 para 13, apesar da criação de doze novos municípios no período.

Fato marcante acontecido no decorrer do quadriênio constituiu-se na abertura, ao público, da agência do BANRISUL na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, no dia 13 de setembro de 1982, identificando uma nova etapa nos negócios da economia gaúcha com o mercado internacional, e particularmente com aquele País.

Com essa agência, objetiva o Banco proporcionar suporte para os empresários gaúchos empenhados em ampliar os seus negócios com o Exterior, bem como fazer-se presente no mercado financeiro internacional para captar poupança complementar ao desenvolvimento da economia do Estado.

A convicção da importância que representa o corpo funcional na Empresa levou a Administração do Banco a investir no treinamento de seu pessoal criando, inclusive, um departamento com a finalidade específica de promover o desenvolvimento e treinamento dos recursos humanos.

Para proporcionar melhores condições de desenvolver esse trabalho foi construído um moderno Centro de Treinamento, com condições de manter em sala, ao mesmo tempo, até 400 treinandos, e com alojamento para 120 pessoas.

Durante o ano de 1979, até novembro de 1982 foi realizado o equivalente a 600 mil homens-horas de treinamento.

A implementação da tecnologia da informática e a elevação do nível do seu quadro funcional tem sido, também, uma constante na Administração do BANRISUL.

Assim, além do treinamento, o Banco também tem realizado consideráveis investimentos para agilizar o processamento das informações, objetivando a prestação de serviços a seus clientes com maior rapidez e segurança.

Desta forma, atualmente os principais serviços prestados pelo BANRISUL já estão sendo executados de forma automatizada, e boa parte das informações necessárias à gestão são produto de processamento eletrônico.

Até o final do presente ano, estarão em funcionamento treze centralizadoras, localizadas em diversos pontos do Estado e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, diretamente conectadas ao Centro de Processamento de Dados Central, em Porto Alegre, o que confere maior rapidez à execução dos serviços prestados pela Empresa.

A instalação da primeira agência "on line", em outubro deste ano, marca o empenho do BANRISUL no sentido de modernizar o processo operacional de suas atividades.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Serviços Financeiros

OBJETIVO:

ampliar a rede de agências para todos os municípios gaúchos e, quando for o caso, aumentar o seu número em praças nacionais e estrangeiras

REALIZAÇÕES:

- | | |
|---------------------------|-------------|
| — autorização de agências | 21 agências |
| — instalação de agências | 22 agências |

OBJETIVO:

continuar expandindo a captação de recursos, aumentando a sua participação no total de recursos captados no Estado

REALIZAÇÕES:

- captação de recursos financeiros

Cr\$ 291,915 bilhões

OBJETIVO:

dar prosseguimento aos financiamentos às empresas gaúchas, de modo a que possam cumprir seus programas de produção, tanto para a exportação como para o mercado interno

REALIZAÇÕES:

- financiamentos às empresas Cr\$ 227,974 bilhões

OBJETIVO:

gestionar linhas de crédito com juros diferenciados para os pequenos tomadores

REALIZAÇÕES:

- crédito para pequenos tomadores Cr\$ 18,973 bilhões

OBJETIVO:

imprimir o máximo de eficiência empresarial no uso dos recursos e técnicas de gestão

REALIZAÇÕES:

- implantação de sistemas de processamento eletrônico em diversas agências 59 agências

OBJETIVO:

buscar a maior capitalização possível, com vistas ao seu fortalecimento e capacidade competitiva

REALIZAÇÕES:

- aumento de capital mediante subscrição Cr\$ 754,0 milhões

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL —
PROCERGS**

DESEMPENHO 1979/82

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul — PROCERGS, no período de 1979/82 desenvolveu significativo trabalho propiciando, ao mercado a que atende, serviços mais eficientes e qualificados. Como órgão responsável pela execução dos serviços de processamento de dados e tratamento de informa-

ções para os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, representa tanto para o Setor Público como para a comunidade, um imprescindível elo de ligação que dinamiza a prestação de serviços por parte do Governo e agiliza o processo de tomada de decisões, com sensível redução da burocracia.

Dentro desse princípio, a PROCERGS se capacitou e realizou inúmeros serviços para, praticamente, todos os órgãos públicos do Estado, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, tais como: acompanhamento de processos em andamento no Judiciário, utilizando rede de teleprocessamento e cerca de 90 terminais, propiciando o atendimento de 550.000 pessoas e emissão de 136.000 certidões; controle de arrecadação dos tributos estaduais, agilizando o processo de arrecadação e facilitando aos contribuintes ao pagamento do ICM; cadastro de veículos, controle das transações e infrações de trânsito utilizando Banco de Dados, com terminais instalados no Departamento de Trânsito — DETRAN; Banco de Dados de Pessoal, destinado ao gerenciamento e planejamento eficaz dos recursos de pessoal do Estado, centralizando num único cadastro as informações sobre os dados funcionais e de efetividade dos 180.000 servidores; processamento diário do controle do orçamento e contabilidade da Administração Direta (Contabilidade Pública); Tráfego, Rede e Comercial (CRT), utilizando mais de 100 terminais ligados diretamente aos computadores da PROCERGS, possibilitando consultas na hora, agilizando a execução dos serviços solicitados e controlando os 200.000 números telefônicos da Região Metropolitana; controle dos saldos e movimentos bancários, cálculos de juros e correção monetária de contas de poupança, de juros de empréstimos pessoais e habitacionais; emissão instantânea de extratos de contas correntes, serviço que conta hoje, com 60 terminais instalados nas diversas agências da Caixa Econômica Estadual; Identificação Civil e Criminal, utilizando Banco de Dados e Teleprocessamento, ligando as Delegacias Regionais e demais órgãos da Polícia diretamente ao computador para as consultas ao Banco de Dados.

Tanto na área de recursos humanos como de equipamentos, o crescimento é determinado pela demanda de serviços, evitando-se a ociosidade. A Empresa funciona ininterruptamente, dia e noite, os 365 dias do ano.

Atualmente conta com 850 funcionários, sendo 76% da área técnica. Do total, 52% tem curso superior e, desses, 2% com pós-graduação, inclusive no Exterior.

Os computadores são todos de última geração: dois IBM 4341, dois BURROUGHS 6700, dois BURROUGHS 6900, 28 micros POLYMAX, 12 COBRA 400 e equipamentos Edisa para processamento bancário.

A rede de teleprocessamento é composta atualmente de 600 terminais remotos, instalados em diversos clientes.

A Empresa, no período 79/82, instalou mais 4 Unidades Regionais nas cidades de Santo Ângelo, Caxias do Sul, Alegrete e Pelotas para processamento descentralizado dos serviços de clientes da região, estando ligados com a Unidade Central em Porto Alegre.

Na PROCERGS a tecnologia representa fator estratégico, visando a colocar à disposição dos usuários soluções apoiadas nas mais modernas tecnologias existentes na área de processamento de dados, exigindo constante pesquisa e investimentos nesta área.

Neste período, obteve-se o domínio, a difusão e a aplicação de tecnologias com o Banco de Dados, teleprocessamento, linguagens de 4.ª geração orientadas para o desenvolvimento de aplicações diretamente pelo usuário final, utilização de mini e micro-computadores, engenharia de informações e outras.

Para tanto, investiu no quadriênio recursos no valor de Cr\$ 54,2 milhões, o que permitiu consolidar e estender a utilização de Banco de Dados e Teleprocessamento à maioria das aplicações.

Também, nesta gestão, realizou vários programas de treinamento e de desenvolvimento profissional capacitando técnicos e clientes a utilizar as mais avançadas técnicas no campo de processamento de dados.

Desenvolveu ainda, programas em treinamento básico, desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, destacando-se, em 1982, o treinamento para clientes e usuários.

Como resultado deste trabalho, a PROCERGS, no quadriênio, atingiu um total de 24.988 horas/treinamento para 8.026 participantes.

Para possibilitar a realização desses eventos a Companhia instalou, em 82, um moderno Centro de Treinamento, destinado à formação de mão-de-obra especializada regional, contribuindo para o recrutamento e manutenção de técnicas dentro do Estado.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

valorizar o trabalho do profissional de processamento de dados e dar prioridade ao recrutamento e manutenção de técnicos formados no Rio Grande do Sul

REALIZAÇÕES:

— treinamento básico	213 pessoas
— desenvolvimento de pessoal	2.164 pessoas
— aperfeiçoamento profissional	72 pessoas
— treinamento de clientes e usuários	204 pessoas

OBJETIVO:

dar prioridade ao atendimento das necessidades de tratamento de informa-

ções existentes nos órgãos da administração do Rio Grande do Sul, colocando à disposição soluções apoiadas nas mais modernas tecnologias existentes na área de processamento de dados

REALIZAÇÕES:

- desenvolvimento de pacotes de "software", visando ao aumento de produtividade 4 unidades
- instalações de terminais de caixa Edisa, para aplicações bancárias 1 unidade
- aplicação de metodologia de desenvolvimento de sistemas de informações em ambiente DB/DC 3 unidades
- desenvolvimento de pacote para programação interativa pelo usuário final (ADL) 1 unidade

OBJETIVO:

trabalhar com uma taxa anual de crescimento real não inferior a 10%

REALIZAÇÕES:

- faturamento de dezembro/82 Cr\$ 4,068 bilhões

BANRISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DESEMPENHO 1979/82

Na condição de empresa não bancária integrante do Sistema Financeiro Estadual, a Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. marcou seu desempenho no setor ao proporcionar liquidez para os papéis da Dívida Pública do Estado, que gozam hoje, de uma boa aceitação no mercado financeiro.

Além desta atividade precípua, de colocar, manter e assistir no mercado financeiro a Dívida Mobiliária Interna do Estado, realizou operações no que tange aos papéis das demais empresas integradas no Sistema Financeiro do Governo do Estado.

Para que atingisse este desempenho foi necessário que a Empresa se adequasse às necessidades que se impunham.

Como principais realizações deste período pode-se salientar: instalação de uma segunda dependência, desta vez em São Paulo, capital, para otimizar as operações com o mercado financeiro daquele Estado, incremento da quantidade média diária de operações que, evoluíram de 500 em 1978 para 3.500 em 1982; implantação de um moderno Centro de Processamento de Dados composto de dois computadores ED. 381 com sete

terminais, que centralizado em Porto Alegre, coordena e acompanha as operações das dependências do Rio de Janeiro e de São Paulo; implantação de um programa no Centro de Processamento de Dados que processa, além das operações normais da mesa de open, as contas correntes dos clientes, os cheques e a contabilidade; implantação de um departamento técnico que analisa e acompanha mensalmente a evolução dos balançetes e balanços de aproximadamente 150 clientes preferenciais.

Estas realizações possibilitaram à empresa apresentar um patrimônio líquido com um crescimento de 2.248,4%, um lucro operacional com um incremento de 5.631,4% e um lucro líquido com um crescimento de 4.695,6% no período.

A evolução dos compromissos de recompra e compra de títulos de renda fixa foi de 2.495,9% enquanto o imposto de renda gerado teve um crescimento de 8.662%.

O Estado do Rio Grande do Sul detém 66% do capital da empresa, sendo os 34% restantes, propriedade de acionistas privados.

A participação acionária do Estado passou de Cr\$ 33,3 milhões em 31.12.78 para Cr\$ 746,4 milhões unicamente pela incorporação de Reservas de Lucros. A evolução de sua participação foi, portanto, de 2.144%.

Neste mesmo período a distribuição de dividendos teve um crescimento de 2.347,9%, tendo o Estado recebido, pela sua participação acionária o valor de Cr\$ 402,2 milhões.

Face a administração que a Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. vem fazendo da conta Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos de Dívida Pública do Estado o Patrimônio Líquido do Fundo cresceu em 7.292,2%.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Serviços Financeiros

OBJETIVO:

buscar a maior capitalização possível, com vistas ao fortalecimento e maior capacidade produtiva do órgão.

REALIZAÇÕES:

— operações no mercado aberto, com títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, e com títulos da dívida privada do estoque próprio e de terceiros

Cr\$ 1,997 bilhões

BANRISUL FINANCEIRA S.A.

DESEMPENHO 1979/82

A captação de recursos de poupanças internas, através da colocação de letras de câmbio de seu aceite, e o redirecionamento desse fator a financiamentos para aquisição de bens de consumo, traduz a atividade precípua da Banrisul Financeira S.A.

Por esse processo, a Empresa age sobre valores que se encontram ociosos no Sistema, alocando-os, logo a seguir, a setores carentes de capital. Assim, cumpre o papel que lhe compete no processo de desenvolvimento econômico do Estado.

Por determinação das autoridades monetárias coube, no quadriênio, às Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento, significativa parcela de contribuição no movimento encetado para a contenção dos preços internos do País.

Ao início do período estas instituições tiveram as taxas de suas operações ativas tabeladas, o que vigorou até fins de 1980. Concomitantemente, nesse mesmo ano, o crescimento dessas operações ativas passou a ser limitado para cada exercício, a níveis que se situaram por volta da metade do índice inflacionário que se efetivou em cada ano.

Atuando de forma a cumprir fielmente as determinações oficiais, as ações da empresa foram direcionadas para que se atingisse uma rentabilidade satisfatória, se cumprissem os objetivos propostos e fosse aperfeiçoada a estrutura global da Instituição, seja no campo administrativo, operacional ou técnico:

Dessa maneira foi possível que os financiamentos concedidos pela Banrisul Financeira, dados como suporte, de forma direta ou indireta, às empresas gaúchas, nos quatro anos da gestão em apreciação, apresentassem um crescimento de 874%. De Cr\$ 576,12 milhões, em 31.12.78, o saldo dessas operações evoluiu para Cr\$ 5,61 bilhões na posição do Balancete de 30.11.82.

Dentre as operações de crédito realizadas, foi dispensada especial atenção aos financiamentos concedidos às Prefeituras Municipais do Estado, e ao turismo interno.

A fim de dar o respectivo suporte aos financiamentos efetuados, foram captados recursos disponíveis no mercado, por intermédio da venda de letras de câmbio de aceite da Banrisul Financeira. A rentabilidade, a liquidez e a garantia implícita no fato de pertencer, a Empresa, ao Sistema Financeiro Estadual, oferecidas aos investidores que lhe confiaram suas poupanças, possibilitaram o pronto e adequado volume de numerários que se fez necessário para o normal fluxo financeiro da mesma.

Circundado por essa filosofia, o montante dessas captações, representado pelo saldo de Títulos Cambiais, teve uma expansão de 916% no quadriênio, passando de Cr\$ 501,0 milhões no Balanço Final de 1978, para Cr\$ 5,09 bilhões, em 30.11.82.

Os esforços empreendidos se viram cristalizados na lucratividade que a Instituição passou a apresentar, sendo que o seu resultado bruto, representado pelo lucro operacional, computadas as receitas e despesas não operacionais, atingirá um índice de crescimento superior a 1.000%, do exercício de 1978, para o de 1982.

Os resultados alcançados, possibilitaram a consecução do objetivo de buscar a maior capitalização possível da Empresa com vistas ao seu fortalecimento e capacidade competitiva. Tanto é assim que seu Patrimônio Líquido, de 31 de dezembro de 1978 a 31 de dezembro de 1982, teve um crescimento superior a 1.000%, ou seja, de Cr\$ 128 milhões, em 31.12.78, o montante desses capitais próprios atingiu Cr\$ 1,5 milhão, em 31.12.82.

O Capital Social, que em 31.12.78 era de Cr\$ 60 milhões, atualmente está em Cr\$

540 milhões, evolução essa que corresponde ao crescimento de 800%. Esse valor foi atingido com sucessivos aumentos do Capital, efetuados sempre com a incorporação de reservas.

Através do aperfeiçoamento inserido nos serviços, em decorrência da adoção de técnicas de racionalização e de modernização, foi otimizada a produtividade da Financeira destacando-se, neste particular: a implantação de sistema de pagamentos das prestações dos financiamentos mediante carnês emitidos por computador; a aquisição, em 1981, de computador marca EDISA; a compra de equipamentos e mobiliário adequados à execução das atividades; a implantação da microfilmagem de documentos.

Salienta-se, ainda, a nova política de integração com o Sistema Financeiro, mediante estímulos, orientação e apoio aos gerentes do Banrisul, que dinamizaram as operações do Órgão, sobretudo pelo estabelecimento de alçadas decisórias.

Ao desenvolvimento do corpo funcional foi dispensada especial atenção. Formalizou-se o quadro de empregados com plano de carreira e de avaliação e instituiu-se plano sistemático de treinamento.

Na área social, merece destaque, no quadriênio, a assinatura de Convênio com o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — IPERGS, e a criação da Associação dos Funcionários da Banrisul Financeira.

BANRISUL CORRETORA

DESEMPENHO 1979/82

A situação da economia internacional, bem como a de nosso País, marcaram estes quatro últimos anos de atividades, como sendo, talvez, os anos de maior preocupação por parte das autoridades governamentais.

Foi dentro desta realidade nacional e internacional, que a Banrisul S/A Corretora de Valores procurou desempenhar o seu papel, não só junto ao Sistema Financeiro, mas fundamentalmente, à comunidade gaúcha.

O surgimento do Mercado a Termo, no Brasil, como solução para uma melhor comercialização das safras agrícolas e outros produtos primários, constitui-se na realidade, em uma agradável surpresa pelo desempenho alcançado.

Foi pensando neste horizonte que a Empresa montou, neste período, o Departamento de Commodities e reativou a sua área de Câmbio.

O Departamento de Commodities oferece a seus clientes, pessoas físicas e jurídicas, vender ou comprar mercadorias, para serem entregues em um mês convencional, protegendo-se dos riscos a que estão sujeitos em virtude de oscilações nos preços.

Com a finalidade de intermediar as operações de compra e venda de moedas estrangeiras para importadores e exportadores, colocou à disposição de seus clientes o Departamento de Câmbio.

A realização de um trabalho de base no Interior, inclusive com palestras de caráter didático para os exportadores, permite vislumbrar boas perspectivas de mercado para o ano de 1983.

Sendo o mercado bursátil aquele que reflete com mais rapidez os problemas econômicos que ocorrem em todo o mundo, pode-se avaliar preliminarmente as variações que no período em análise aconteceram.

A Empresa procurou oferecer a seus clientes, novas opções de investimentos (Mercado Futuro, Mercado de Opções, Debêntures, "Underwriting", Clubes de Investimentos e outros).

Fato merecedor de destaque, foi a participação no aumento de capital efetuado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

A Banrisul S/A Corretora foi intermediária na colocação de 1.573.004.827 ações relativas às sobras não subscritas pelos acionistas.

As operações de "underwriting" foram largamente realizadas de norte a sul do País. Destas operações, a Empresa participou em trinta e seis lançamentos, sendo intermediária na colocação de aproximadamente 30 milhões de títulos.

Somente no ano de 1981, co-liderou "underwritings" de onze empresas com sede no sul do País.

Participou, ainda, como Agente Fiduciário, no lançamento de Debêntures das seguintes empresas: Imcosul S/A, Maisonnave — Cia. de Participações, Cia. Industrial Rio Guaíba.

Em 1979, a venda de títulos e valores mobiliários atingiu a soma de Cr\$ 18 bilhões. Já no ano de 1980, esta rubrica alcançou o valor de Cr\$ 31 bilhões, tendo portanto, um incremento de 69,2%. No ano de 1981, o acréscimo na venda de títulos foi de 150,1% atingindo a soma de Cr\$ 78 bilhões, enquanto o ano de 1982 registrou a cifra de Cr\$ 151 bilhões, equivalente a um crescimento de 94% sobre o ano anterior.

Mesmo impossibilitado de fazer novas captações, desde 1979, o Fundo Banrisul 157 conseguiu manter-se numa situação bastante satisfatória. O Patrimônio evoluiu, de 1979 a 1982, em 189%, passando de Cr\$ 415 milhões para Cr\$ 1,2 bilhões.

O Patrimônio do Fundo Mútuo evoluiu, no mesmo período, em 208%, passando de Cr\$ 13 milhões para Cr\$ 40 milhões.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 830%, passando de Cr\$ 70 milhões, em 1979, para Cr\$ 650 milhões em 1982, enquanto o Capital passou de Cr\$ 30 milhões para Cr\$ 180 milhões, apresentando um incremento de 489%.

O Capital Social da Empresa está representado por 18.036.000 ações, sendo 9.018.000 ações ordinárias e nominativas e 9.018.000 ações preferenciais nominativas, com o valor nominal de Cr\$ 10,00.

Por sua vez, o Lucro Líquido que, em 1979 era de Cr\$ 9,5 milhões atingiu, em 1982, Cr\$ 100 milhões.

A ampliação procedida nos sistemas de processamento eletrônico de dados possibilitou um melhor atendimento nos serviços da Mesa de Operações e nas Operações em Bolsa.

A compra de máquinas e modernos equipamentos de comunicação para utilização nos serviços básicos, salientou-se entre outras melhorias realizadas durante o exercício.

COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS

DESEMPENHO 1979/82

A Companhia União de Seguros Gerais, se expandindo no setor de prestação de serviços, atua em 19 Estados, sendo 13 Sucursais e 6 Inspetorias. Teve um crescimento de 426%, no período 1979/82, demonstrando um desempenho bastante significativo. Durante o quadriênio revelou um alto grau de capitalização, aliado a uma boa situação de solvência, indicando assim acertada orientação de negócios. A Companhia vem adotando uma política de consolidação relacionada aos ramos tradicionais adaptando-se entretanto, às novas opções que este mercado oferece.

Solidificando cada vez mais sua situação no mercado segurador brasileiro, a Empresa manteve um bom nível de crescimento, chegando a auferir, em 1982, em prêmios diretos e indiretos, a quantia de Cr\$ 7,9 bilhões, o que representa um crescimento de 818,6% no quadriênio. As indenizações pagas sobre prêmios diretos e retrocessões alcançaram, em 1982, a soma de Cr\$ 2,9 bilhões.

Na Carteira de Seguros destacam-se os ramos tradicionais tais como: incêndio (32%); em vida (17%); automóveis (8%); e demais ramos (43%).

O Patrimônio Líquido teve um incremento de 559% nesta Administração, enquanto o Lucro Operacional Líquido, em 1982, atingiu Cr\$ 1 bilhão.



SECRETARIA DA AGRICULTURA — S/A

ÓRGÃOS VINCULADOS

**INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ — IRGA
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL — FZB
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS — CESA**

E RELACIONADO:

**ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL — EMATER
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A — CEASA**

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DESEMPENHO 1979/82

Para possibilitar o crescimento do produto e da renda agrícola, frente a cada vez menores oportunidades de crescimento horizontal deu-se, de um lado, continuidade ao incentivo à integração da lavoura com a pecuária e, de outro, ao desenvolvimento no Estado do Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis — PROVÁRZEAS, que incorporou 28.000 ha ao processo produtivo.

Implantou-se no Estado o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação — PROFIR, que aplicará substancial volume de recursos no Rio Grande do Sul e proporcionará novas alternativas de produção, principalmente em culturas intensivas em renda.

Deu-se ênfase ao PROGRAMA DE EXPORTAÇÃO, que pretende, através do fomento à produção adicional, promover a exportação de produtos agrícolas não tradicionalmente ofertados ao mercado externo.

Criou-se o Programa de Abastecimento de Hortigranjeiros e organizaram-se os MERCADÕES, que visam a promover a participação de agentes produtores e de cooperativas na distribuição de alimentos a preços mais favoráveis, ligando o produtor ao consumidor, provocando maior estabilidade de preços e benefícios generalizados a toda a população. Já foram inaugurados os MERCADÕES da Praia de Belas e Assis Brasil, estando previstos outros mais para o próximo ano.

A fim de atender a aspectos sociais, elaborou-se o Projeto Integrado de Promoção de Agricultores de Baixa Renda — PRÓ-RENDA, que busca alternativas para os agricultores de baixa renda, da Região Colonial de Iraí, e deverá beneficiar aproximadamente 50.000 famílias, principalmente os mini e microfunditários que se encontram na região. Por outro lado, desenvolveram-se esforços e efetuou-se o assentamento de 296 famílias, sendo 103 na Fazenda Macali, 100 na Granja Brilhante, 28 em uma área da Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura — CEMAPA, todas pertencentes ao Estado, em Ronda Alta, além de 65 famílias em gleba adquirida pelo Estado, no município de Palmeira das Missões.

Na área de Agroenergia foram desenvolvidos os estudos de alternativas energéticas aos derivados de petróleo, possibilitando definir uma estratégia agroenergética para o Estado. Para isso, foram estruturados os zoneamentos agroclimáticos para as culturas energéticas, calculada a disponibilidade de solos sem afetar a produção de alimentos, estruturado um programa de mini e microdestilarias e realizados estudos de viabilidade de destilarias e sistemas integrados de bioenergia e proteína animal. Além disso, realizou-se I Simpósio Nacional de Agroenergia e está em fase final de monta-

gem o I Sistema de Bioenergia e Proteína Animal, em Capela. Foi criado o Centro Estadual de Bioenergia para pesquisar, demonstrar e promover as alternativas energéticas a partir de biomassa. O programa de florestas energéticas está em fase de elaboração e a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, aprovou o financiamento para o Sistema Integrado de Taquari.

Na área de Produção Vegetal desenvolveram-se ações visando a ordenar e intensificar a produção de sementes fiscalizadas e certificadas, a um maior controle e fiscalização de vinhos e derivados, ao controle da Formiga Cortadeira, controle ao Serrador da Acácia Negra e erradicação do Cancro Cítrico. Foi instalado o BIRÔ DE PESTICIDAS com a finalidade de manter um sistema de informações atualizadas sobre pesticidas. Iniciaram-se, ainda, as ações na área de Agricultura Biológica, onde se prevê o aproveitamento dos resíduos de vegetais considerados hoje inaproveitados e o desenvolvimento de uma agricultura mais compatível com a disponibilidade interna de recursos.

Quanto à Produção Animal, destacam-se os trabalhos na área de defesa sanitária, através dos programas de controle da peste suína, brucelose bovina, raiva bovina e canina, e da distribuição de vacina oleosa antiaftosa, o que significará um passo importante no controle da aftosa nos campos do Estado, abrindo possibilidades do mercado internacional para as nossas carnes. No fomento da produção animal, cabe destacar a realização de feiras e exposições, particularmente a Exposição Internacional de Esteio, que já está consolidada a nível internacional.

Quanto a Recursos Naturais Renováveis, desenvolveram-se ações visando ao controle e recuperação de áreas desertificadas, iniciou-se a implantação de um sistema de conservação de solos para o Estado, e de um programa de florestamento de margens de estradas — PROÁRBOR.

No setor de Pesquisa deu-se ênfase na dinamização das Estações Experimentais, com Centros de Experimentação e Demonstração, e, através da maior integração com a Assistência Técnica, de transferência de tecnologia. Constituem-se como prioridades: a produção de sementes básicas; a pesquisa agrônômica, com atenção especial para as culturas de milho, soja, trigo, feijão, colza, olerícolas e frutículas; a pesquisa em recursos naturais renováveis; a pesquisa veterinária voltada principalmente para a sanidade de aves, suínos, bovinos e ovinos, e para a produção de vacina antiaftosa em suspensão oleosa e vacina liofilizada contra a brucelose; e a pesquisa zootécnica, com ênfase no melhoramento de bovinos de corte e leite, suínos, ovino e aves.

Na área de Pesca, consciente da necessidade de oferecer à população alternativas de fontes protéicas para alimentação, desenvolveram-se pesquisas e estudos sobre a produção de frutas, camarões, tainhas e rãs, bem como a produção de alevinos para povoamento de açudes e rios.

Os Serviços Mecanizados de Apoio à Agricultura tiveram, como desempenho prioritário, os trabalhos de captação de águas subterrâneas através da perfuração de 1.090 poços tubulares, para abastecimento rural; a construção de sistemas de irrigação e represamento de águas, através da construção de 1.080 pequenos açudes, 12 açudes grandes, 36 barragens e 31 km de canais de irrigação; a sistematização de 904 ha de lavouras, através da subsolagem, terraplenagem, nivelamento, controle de voçorocas e destocamento de lavouras.

Quanto à Legalização de Terras Públicas, dentro da faixa de fronteira, foram emitidos 3.282 títulos de propriedades de terras públicas da União, totalizando 22.211,26 ha; 1.465 títulos, no total de 16.833,22 ha, de propriedade de terras do Estado.

Na Agropecuária, os esforços estiveram concentrados na busca do aumento da produção e da produtividade. Graças ao conhecimento já disponível e gerado nas áreas de pesquisa, dinamizou-se o processo de transferência de tecnologia através da área de abrangência da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER. Intensificou-se, assim, a interiorização dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural alocando-se técnicos de nível médio em pequenas comunidades, em um trabalho junto a grupos de agricultores, o que resultou em um efeito multiplicador quanto ao número de produtores assistidos. Como resultado, de uma situação de importador de milho e feijão o Estado passou à auto-suficiência e, eventualmente, a exportador desses produtos, conseguindo-se também crescimentos significativos na atividade avícola, leiteira e na produção de maçãs e hortigranjeiros.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

planejar a produção e distribuição de material técnico a nível de produtor, e a promoção, planejamento e produção de todos os cartazes alusivos a campanhas encetadas pela Secretaria da Agricultura

REALIZAÇÕES:

- | | |
|---|---------------------|
| — edição de publicações para a Secretaria da Agricultura | 64 publicações |
| — criação e edição de cartazes | 21 cartazes |
| — impressão de cartazes para a Secretaria da Agricultura | 88.000 cartazes |
| — publicações distribuídas | 41.236 publicações |
| — confecção de impressos para a Secretaria da Agricultura | 2.766.436 impressos |

Programa: Planejamento Governamental

OBJETIVO:

assessorar o Secretário na programação, orçamento-programa e elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento agrícola, realizar estudos e pesquisas sócio-econômicos, e acompanhar e analisar o comportamento conjuntural da economia agrícola do Rio Grande do Sul



REALIZAÇÕES:

- projeto de reassentamento de agricultores nas fazendas Macali, Brilhante, Coirollo e CEMAPA, em andamento 100%
- programa de aproveitamento de várzeas irrigáveis: várzeas a serem incorporadas 24.400 ha
- programa de aproveitamento de várzeas irrigáveis: treinamento de técnicos de nível médio, superior e de produtores 51 pessoas
- programa de aproveitamento de várzeas irrigáveis: reuniões com bancos para a elaboração de projetos e relatórios 10 reuniões
- programa de aproveitamento de várzeas irrigáveis: reuniões com bancos para a elaboração de projetos e relatórios 2 documentos
- relatório de acompanhamento conjuntural, promoção e comercialização dos produtos da lavoura: alho, arroz, batatinha, cebola, feijão, maçã, mandioca, milho, soja, tomate e trigo 11 documentos
- relatório de acompanhamento conjuntural da produção e comercialização de bovinos de corte e de leite, avicultura, suinocultura, ovinocultura 5 documentos
- estudos dos custos variáveis, em relação aos valores básicos de custeio, e dos custos de pecuária 100%
- aprimoramento das informações básicas do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola 75%
- coleta, armazenagem e análise de estatísticas contínuas de produção agrícola, pecuária e preços de insumos e produtos 100%
- programa de agroenergia: elaboração do programa definitivo 100%
- programa de agroenergia: implantação de duas unidades experimentais 70%
- subprograma de florestamento energético: elaboração do programa defi-

- nitivo — implantação de unidade experimental em silvicultura e levantamento de áreas preferenciais 50%
- subprograma de óleos vegetais: elaboração do programa definitivo 50%
- subprograma de biodigestores rurais: elaboração do programa definitivo 80%
- subprograma de biodigestores industriais: elaboração do programa definitivo 80%
- programa de promoção de agricultores de baixa renda: determinação de áreas prioritárias para elaboração de novos projetos 50%
- programa de promoção de agricultores de baixa renda: negociação junto à Secretaria de Planejamento do Paraná e Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID 75%
- programa de promoção de agricultores de baixa renda: montagem de estruturas técnico-administrativas para execução 30%
- organização, coordenação e manutenção do sistema de acompanhamento e avaliação de programas e projetos e de desempenho global da Secretaria do Estado 27 documentos
- organização de cursos de elaboração, execução e controle orçamentário para funcionários da Secretaria, em Porto Alegre 1 curso
- assessoramento jurídico aos projetos, programas e atividades da Secretaria da Agricultura, em 1982 100%
- programas e recursos para o setor agrícola em 1983: levantamento e consolidação 100%
- programa de exportação de produtos agrícolas nas culturas tradicionais: elaboração dos subprogramas de uva e morango 2 subprogramas
- programa de abastecimento: estudo de viabilidade dos mercados, consolidação e implantação dos mercados da Praia de Belas e Passo da Areia 2 unidades

Programa: Organização Agrária

OBJETIVO:

desenvolver, permanentemente, a infra-estrutura agrária, visando a legalizar terras públicas, captar águas, sistematizar lavouras e realizar trabalhos geográficos e cartográficos, no Estado

REALIZAÇÕES:

- legalização de terras públicas através de concessões de lotes 3.694 lotes
- legalização de terras públicas através da titulação de lotes 3.165 lotes
- execução de trabalhos geográficos e cartográficos, através da elaboração do mapa político (5.000 mapas) do Rio Grande do Sul, na escala 1:100.000 100%
- captação de águas subterrâneas, através de perfuração de poços tubulares profundos 276 obras
- sistematização de lavouras, através de subsolagem de solos compactados, no norte do Estado 2.254 horas
- terraplenagem para instalações de agroindústrias no Rio Grande do Sul 3.374 horas
- captação de águas de superfície, através da construção de açudes e bebedouros, no Estado 247 obras
- captação de água de superfície, através da construção de barragens, no Estado 18 obras
- execução de trabalhos geográficos e cartográficos, através da elaboração de mapa político (5.000 mapas) do Rio Grande do Sul, na escala 1:250.000 100%
- execução de trabalhos geográficos e cartográficos, através da elaboração de mapa político (5.000 mapas) do Rio Grande do Sul, na escala 1:750.000 100%

Programa: Produção Vegetal

OBJETIVO:

estimular o dinâmico modelo atual, de modo a que proporcione todos os benefícios de que é capaz

REALIZAÇÕES:

- testes de resistência a moléstias de importância econômica para o feijão, no Rio Grande do Sul 50%
- estudos do controle de insetos no feijão armazenado 80%
- controle da cigarrinha verde na cultura do feijão, no Rio Grande do Sul 25%
- sistema de produção na cultura de feijão em consórcio 45%
- estudo da patologia de sementes de feijão 80%
- introdução de avaliação de produtividade e atualização de variedades em cruzamentos para a obtenção de melhores variedades de feijão para o Estado 70%
- estudo do agente causal e controle de moléstias foliares na cultura do milho 60%
- estudos genéticos e citogenéticos na cultura do milho 70%
- estudo da eficiência de dois herbicidas, dos emergentes ao controle de gramíneas, na cultura do feijoeiro 80%
- obtenção de linhagens híbridas e sintéticas de milho 80%
- sistemas de produção de milho consorciado com outras culturas, no Rio Grande do Sul 90%
- manejo e conservação do solo na cultura do milho, no Rio Grande do Sul 90%



- exigências climáticas para a cultura do milho, no Rio Grande do Sul 80%
- avaliação da produtividade de cultivares de milho, no Rio Grande do Sul 80%
- estudo da ação de produtos reguladores do crescimento no milho, na Depressão Central 70%
- ação de produtos químicos no controle de plantas daninhas na cultura do milho 100%
- melhoramento de variedades de milho comuns e locais 70%
- estabelecimento de tecnologia mais eficiente no aproveitamento de fertilizante químico pelo milho, no Rio Grande do Sul 100%
- criação e avaliação da produtividade de cultivares de milho 70%
- controle das principais moléstias fúngicas do trigo, por meio da resistência da variedade, e por meio de aplicação de fungicidas 80%
- estudo dos danos causados ao trigo por pulgões, seu controle químico e estudos de combate biológico aos pulgões 90%
- estudos do efeito do adubo não utilizado pelo trigo na rotação de culturas e no plantio sucessivo de culturas em solos com alta fertilidade 55%
- criação de novas variedades de soja e avaliação de produtividade para as condições do Rio Grande do Sul 100%
- estudo, em condições artificiais, da interação horas de luz por dia versus temperatura controlada, em variedades de soja 60%
- quantificação das exigências climáticas da soja, na Depressão Central 70%
- interação de práticas culturais para a soja hidromórfica 75%

- estudo do rebrotamento da *Euphorbia Heterophylla* 75%
- estudo do controle de plantas daninhas na cultura da soja, por meio de produtos químicos 90%
- avaliação da aplicação concomitante de doses crescentes de potássio e calcário, nas culturas de soja e trigo 40%
- obtenção e seleção de estirpes mais eficientes de bactérias fixadoras de nitrogênio em soja 80%
- efeitos do uso de inoculação da soja com bactérias fixadoras de nitrogênio 85%
- determinação da época da maturação fisiológica da semente de soja 75%
- determinação de variedades de soja resistentes à moléstia "Mancha Par-da" 75%
- controle do percevejo em soja, por meio de produtos químicos 85%
- controle de lagartas em soja, por meio de produtos químicos, estudando seu efeito sobre os inimigos naturais da lagarta 85%
- avaliação, a campo, da incidência de moléstias em variedades de soja 90%
- levantamento, visando a determinar a qualidade de sementes de forrageiras utilizadas no Rio Grande do Sul 65%
- avaliação da produtividade e determinação de épocas de plantio de alho 65%
- verificação do efeito, da adubação nitrogenada do boro e da matéria orgânica, no alho 70%
- verificação do efeito da adubação com nitrogênio, fósforo, potássio e calagem, em alho 70%
- controle de ervas daninhas por herbicidas, na cultura do alho 80%

- **determinação de herbicidas a serem aplicados em viveiros e no local definitivo, na cultura da cebola** 80%
- **determinação de zonas de produção de sementes de cebola, no Rio Grande do Sul** 80%
- **avaliação da produtividade de variedades de tomate no Rio Grande do Sul** 75%
- **criação de variedades precoces de cebola para o Rio Grande do Sul** 60%
- **criação de variedades de cebola de ciclo médio para o Rio Grande do Sul** 60%
- **obtenção de híbridos de cebola para o Rio Grande do Sul** 50%
- **criação de variedades de cebola para fins industriais, para o Rio Grande do Sul** 50%
- **determinação do melhor espaçamento na cultura da mandioca, no Rio Grande do Sul** 65%
- **hibridação e seleção de clones de mandioca** 50%
- **determinação das variedades de mandioca melhor adaptadas às diferentes regiões do Rio Grande do Sul** 75%
- **introdução, avaliação de produtividade e multiplicação de variedades de mandioca, no Rio Grande do Sul** 80%
- **avaliação da produtividade de variedades de sorgo, no Rio Grande do Sul** 75%
- **estudo e controle das ervas daninhas, na cultura do sorgo por herbicidas** 90%
- **determinação das exigências climáticas para a cultura do sorgo** 65%
- **implantação e coleta de dados de coleção de variedades de macieira** 90%
- **criação de novas variedades de pessegueiro** 60%

- **determinação do melhor espaçamento em citros** 90%
- **efeitos do clima na qualidade dos frutos cítricos** 75%
- **controle químico do agente causal da queda dos frutos jovens de citros** 85%
- **influência das condições climáticas no desenvolvimento da população e controle do açúcar da falsa ferrugem em citros** 85%
- **adubação com macro e micronutrientes em citros** 75%
- **seleção de clones nucleares e variedades em citros** 90%
- **seleção de porta-enxertos para citros** 95%
- **introdução e seleção de plantas cítricas, visando à resistência ao cancro** 20%
- **influência das condições climáticas no desenvolvimento da mosca das frutas** 85%
- **estudo da cultura do abacaxi em solos de baixa fertilidade** 85%
- **estabelecimento de melhores técnicas de produção de mudas de abacaxi** 75%
- **estudos visando à ampliação da época de produção de abacaxi, no Rio Grande do Sul** 85%
- **banco ativo de germoplasma, introdução, manutenção, avaliação e difusão de variedades de citros, no Rio Grande do Sul** 90%
- **controle da “gomose”, moléstia do abacaxizeiro** 75%
- **combate à “broca”, praga do fruto do abacaxizeiro** 75%
- **avaliação de produtividade de variedades de beterraba açucareira, na Depressão Central** 75%

- **determinação de épocas de semeadura em beterraba, na Depressão Central** 85%
- **determinação de níveis de potássio em solo podzólico vermelho-amarelo, para beterraba açucareira** 55%
- **determinação da melhor época de semeadura de girassol em diferentes locais** 85%
- **determinação de melhor espaçamento e densidade de semeadura em girassol** 55%
- **efeito da aplicação de diferentes níveis de nitrogênio, fósforo e potássio na adubação do girassol** 45%
- **avaliação da adaptação do girassol em quatro regiões do Rio Grande do Sul** 60%
- **determinação da flutuação da ocorrência das pragas do girassol e seu controle por produtos químicos e por bacilos** 60%
- **adaptação, manejo e controle de pragas e doenças, em colza** 75%
- **comportamento da semente de pasto italiano em câmara com umidade controlada, e em armazenagem, com a finalidade de estabelecer as melhores condições de armazenamento** 80%
- **criação e avaliação da produtividade de variedades de triticales** 75%
- **identificação de análise de laboratório de sementes de invasoras das diferentes culturas do Estado** 90%
- **flutuação populacional de insetos artrópodes, associados à cultura da colza: avaliação de danos e controle químico das principais pragas** 60%
- **controle de invasoras em pomar de citros** 85%
- **controle químico de plantas daninhas em videira** 75%

- estudo da influência da irradiação na agricultura 75%
- estudo da biologia e controle de espécies de formigas, e sua distribuição geográfica, no Rio Grande do Sul 90%
- teste com diferentes inseticidas granulados no controle das pragas do solo, em milho 70%
- estudo de manejo, nutrição, economia, tecnologia e competição de marcas comerciais, em aves 50%
- determinação do valor reprodutivo dos suínos testados através da progênie 70%
- teste com diferentes inseticidas granulados, no controle das pragas do solo, em milho 70%
- caracterização botânica de variedades de soja, em comparação de sistemas de aplicações de herbicidas, em soja 70%
- conservação de hortigranjeiros por irradiação, e estudo da eficiência e seletividade de herbicidas, na cultura do alho 40%
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados produzidos ou comercializados no estado, visando à melhoria do produto, e evitando a fraude e falsificação 5.397 visitas
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados produzidos ou comercializados no Estado, visando à melhoria do produto, e evitando a fraude e falsificação 24.752 amostras
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados produzidos ou comercializados no Estado, visando à melhoria do produto, e evitando a fraude e falsificação 165.556 exames
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados produzidos e comercializados no Estado, visando à melhoria do produto, e evitando a fraude e falsificação. 4.521 certidões
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados pro-



- duzidos e comercializados no Estado, visando à melhoria do produto, e evitando a fraude e falsificação
3 levantamentos
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados produzidos ou comercializados no Estado, visando à melhoria do produto e evitando a fraude e falsificação
3.895 produtos
- expedição de guias para liberação de vinhos e derivados produzidos ou comercializados no Estado, evitando a fraude e falsificação do produto
76.623 documentos
- comercialização de vinhos e derivados no Estado do Rio Grande do Sul
139.598.259 litros
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerarem um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias no Estado
6.804 visitas
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerarem um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias no Estado
14.880 estudos
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerarem um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias no Estado
99 municípios
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerarem um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias no Estado
120 impressos
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerarem um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias no Estado
7 plantas
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerarem um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias no Estado
86 casos
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerarem um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias no Estado
9.900 propriedades
- combate obrigatório ao serrador da acácia negra, no Estado, para evitar os prejuízos causados pelo inseto “onsideres impluviata”
1.929 lotes
- combate obrigatório ao serrador da acácia negra, no Estado, para evitar prejuízos causados pelo inseto “onsideres impluviata”
9.508.750 plantas

- combate obrigatório ao serrador da acácia negra, no Estado, para evitar os prejuízos causados pelo inseto “*onsideres impluviata*”
123 visitas
- combate obrigatório ao serrador da acácia negra, no Estado, para evitar os prejuízos causados pelo inseto “*onsideres impluviata*”
18 encontros
- combate obrigatório ao serrador da acácia negra, no Estado, para evitar os prejuízos causados pelo inseto “*onsideres impluviata*”
3.803 km²
- multas e intimações expedidas, pelo serviço responsável, a proprietários que infringiram as determinações que obrigam ao combate à acácia negra no Estado
654 documentos
- levantamento, erradicação e revisão de ocorrências de cancro cítrico, no Estado do Rio Grande do Sul
4 municípios
- levantamento, erradicação e revisão de ocorrências de cancro cítrico, no Estado do Rio Grande do Sul
62.703 plantas
- levantamento, erradicação e revisão de ocorrências de cancro cítrico, no Estado do Rio Grande do Sul
4.888 visitas
- produção, fiscalização e certificação de sementes, mudas e bulbos de cebola, no Estado do Rio Grande do Sul
234 registros
- produção, fiscalização e certificação de sementes, mudas e bulbos de cebola, no Estado do Rio Grande do Sul
279 visitas
- produção, fiscalização e certificação de sementes, mudas e bulbos de cebola, no Estado do Rio Grande do Sul
900 toneladas
- produção, fiscalização e certificação de sementes, mudas e bulbos de alho, no Estado do Rio Grande do Sul
509 toneladas
- produção, fiscalização e certificação de sementes, mudas e bulbos de alho, no Estado do Rio Grande do Sul
10 registros
- produção, fiscalização e certificação de sementes, mudas e bulbos de alho, no Estado do Rio Grande do Sul
426 visitas

- produção, fiscalização e certificação de sementes de milho-sorgo, no Estado do Rio Grande do Sul
14.390 toneladas
- produção, fiscalização e certificação de sementes de milho-sorgo, no Estado do Rio Grande do Sul
15 registros
- produção, fiscalização e certificação de batata-semente, no Estado do Rio Grande do Sul
1.063 toneladas
- produção, fiscalização e certificação de batata-semente, no Estado do Rio Grande do Sul
221 visitas
- produção, fiscalização e certificação de batata-semente, no Estado do Rio Grande do Sul
28 registros
- produção de calcário moído, visando à sua utilização e à correção dos solos, na região do Planalto Médio
4.139 toneladas
- comercialização de fuller e calcário moído produzido pela unidade de moagem de calcário, em Carazinho, na zona do Planalto Médio
3.589 toneladas
- fomento à apicultura no Estado, objetivando a formação de técnicos através de cursos ministrados pelo Parque Apícola de Taquari
610 técnicos
- incentivo à apicultura gaúcha, através da multiplicação de plantas melíferas realizada no Parque Apícola de Taquari
14.500 plantas
- produção de mel ocorrida no Parque Apícola de Taquari, durante o exercício financeiro que transcorre
430 kg
- fomento à apicultura no Estado, através da produção de cera laminada, para revenda aos apicultores
16.508 kg
- fomento à apicultura no Estado, através da produção de colmeias, para revenda aos apicultores
317 peças

- incentivo ao desenvolvimento da apicultura gaúcha, através de rainhas selecionadas, realizado pelo Parque Apícola de Taquari
300 animais
- treinamento e qualificação de aradores e tratoristas, realizado no Centro de Treinamento da Mecanização da Lavoura — São Sebastião do Cai
14 cursos
- treinamento e qualificação de aradores e tratoristas, realizado no Centro de Treinamento da Mecanização da Lavoura — São Sebastião do Cai
318 alunos
- fomento à produção de porta-enxertos híbridos de macieira, e multiplicação de rosáceas, na Estação Experimental de Farroupilha
7.027 mudas
- fomento à produção de porta-enxertos híbridos de macieira, e multiplicação de rosáceas, na Estação Experimental de Farroupilha
4 projetos
- prestação de serviços relativos ao controle da formiga cortadeira no Estado do Rio Grande do Sul
98 visitas
- palestras realizadas pelo setor responsável, com agricultores, visando ao combate à formiga cortadeira
766 encontros
- folhetos e cartazes elaborados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, objetivando o combate à formiga cortadeira
5.000 impressos
- atendimentos efetuados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, no combate à formiga cortadeira
11.624 atendimentos
- demonstrações efetuadas pelo setor responsável, objetivando o combate à formiga cortadeira no Estado
766 reuniões

Programa: Produção animal

OBJETIVO:

estimular o dinâmico modelo atual, de modo a que proporcione todos os benefícios de que é capaz

REALIZAÇÕES:

- influência de duas épocas de cobertura sobre a produção de cordeiros ideal 85%
- estudo de manejo, nutrição, tecnologia e competição de marcas comerciais em aves 75%
- determinação do valor reprodutivo dos suínos testados através da progênie 70%
- avaliação de duas forrageiras — “Panicum” e “Setaria” — sob o efeito de leguminosas e doses de nitrogênio 75%
- melhoramento e avaliação de duas forrageiras — “Festuca” e “Falaris”, para uso da alimentação animal 85%
- seleção de bovinos de corte, baseada em teste de avaliação e teste de progênie das raças Hereford, Charolês e Aberdeen Angus 85%
- verificação do desempenho reprodutivo de fêmeas F2 Threecross, Aberdeen Angus, em comparação com fêmeas Hereford 85%
- verificação do desempenho reprodutivo de fêmeas cruzadas F1 Guzera-Devon, Santa Gertrudis-Devon, Limousine-Devon e Devon puras 85%
- teste de progênie visando ao melhoramento do rebanho leiteiro da raça Holandesa, no Estado 70%
- avaliação de subprodutos do arroz na alimentação de suínos 70%
- estudo de diferentes níveis de cálcio e fósforo em rações para poedeiras 70%
- estudo de diferentes níveis de composição protéica e energética nas dietas para frangos de corte 70%

- estudo da utilização de resíduos da soja e arroz em rações de manutenção para ruminantes 70%
- estudo sobre cruzamento industrial ovino 70%
- estudo da influência de dois níveis de nutrição nas fases final de gestação e inicial de lactação, de ovelhas Ideal 50%
- efeitos fisiológicos da soja tostada sobre o desenvolvimento de porcos em fase de recria e terminação 70%
- efeito de cortinas vegetais e pequenos bosques no desempenho dos animais e na disponibilidade de produtos florestais 50%
- melhoramento genético de bovinos Charolês, quanto à eficiência reprodutiva 45%
- avaliação de campo nativo sob o efeito de calcário, leguminosas e doses de nitrogênio, relacionado à carga animal 70%
- avaliação de gramíneas e leguminosas, controle de invasoras e pragas, estudo de pastagens naturais e desempenho animal 70%
- métodos de estabelecimento e manejo de forrageiras 70%
- efeito do Rufião macho e do desmame na taxa de fecundidade de vacas Devon 70%
- sistema de produção de bovinos de corte na região da campanha 70%
- teste de reprodutores machos Charolês importados versus nacionais 70%
- avaliação genética de características reprodutivas de fêmeas puras de origem da raça Charolesa da Estação de Tupanciretã — Rio Grande do Sul 80%

- avaliação da produção de leite à base de pastagem cultivada e feno 40%
- resistência de bovinos à moléstia “tristeza parasitária” 80%
- estudo da ecologia do carrapato e avaliação dos carrapaticidas em uso no Rio Grande do Sul 85%
- estudo da patogenicidade e antigenicidade de germes causadores da moléstia “cerato-conjuntivite infecciosa” dos bovinos 85%
- avaliação de esquemas de vacinação contra a “colibacilose” dos suínos 90%
- isolamento e caracterização dos agentes causadores da “leptospirose” em suínos, no Estado visando à produção de vacinas 85%
- detecção da presença de anticorpos contra a “Doença de Aujeszky” em suínos, visando a identificar animais portadores da mesma 80%
- prevalência de micotoxinas e organoclorados em matérias-primas e rações de consumo avícola 85%
- avaliação da imunogenicidade de vacinas contra a bronquite infecciosa 85%
- isolamento e sorologia de amostras patogênicas de bactéria causadora da moléstia “foot-rot” dos ovinos no Rio Grande do Sul 85%
- importância da tireóide fetal nos mecanismos desencadeantes do parto bovinos e identificação de fatores que contribuem na infertilidade das vacas 60%
- divulgação de material impresso, sob a forma de revistas e boletins técnicos: tiragem anual 50.000 exemplares

OBJETIVO:

estimular o desenvolvimento do setor pecuário, de modo a propiciar-lhe todos os benefícios de que é capaz, com uma perfeita integração lavoura-pecuária

REALIZAÇÕES:

- estocagem de peixes adultos para produção de alevinos e pesquisa no Centro de Aquacultura de Viamão
- combate e vigilância da febre aftosa, através de vacinações quadrimestrais, assistência a rebanhos afetados e controle de trânsito em todo o Estado, durante o ano
34.243.441 animais
- combate e vigilância da febre aftosa, através de vacinações quadrimestrais, assistência a rebanhos afetados e controle de trânsito em todo o Estado, durante todo o ano
839.085 rebanhos
- controle dos rebanhos afetados por febre aftosa (focos)
116 municípios
- controle de trânsito de bovinos, para evitar a difusão da febre aftosa, através da emissão dos certificados para movimentação de bovinos
116 ações
- vacinação de ovinos
1.719.793 animais
- combate e vigilância à peste suína, através da vacinação e sorologia, aplicados de forma sistemática em todo o Estado
212 municípios
- combate e vigilância à peste suína, através da vacinação e sorologia, aplicadas de forma sistemática em todo o Estado
122.287 rebanhos
- combate e vigilância à peste suína, através da vacinação e sorologia, aplicados de forma sistemática em todo o Estado
1.856.507 animais
- combate à peste suína, através da vigilância epidemiológica com sorologia, em granjas e frigoríficos, em todo o Estado
14.013 ações
- combate à peste suína, através da vigilância epidemiológica, com coleta de soros
72 rebanhos
- combate à raiva dos herbívoros em todo o Estado, visando ao controle da enfermidade
13.945 animais



- combate às furnas, com morcegos, visando a controlar a raiva dos herbívoros em todo o Estado, durante todo o ano
371 ações
- combate ao morcego hematófago, visando a diminuir a incidência da raiva dos herbívoros em todo o Estado, durante o ano
2.713 animais
- combate à raiva dos herbívoros, através de tratamento com anticoagulantes intramusculares em todo o Estado
8.817 animais
- combate à raiva canina, através da vacinação de cães em todo o Estado
829.247 animais
- combate à brucelose bovina, através da vacinação de terneiras com idade de 4 a 8 meses
705.772 animais
- combate à brucelose bovina, através de testes para identificação de propriedades e bovinos com reagentes positivos, em todo o Estado
48.268 animais
- combate à brucelose bovina, através de testes para a identificação de propriedades e bovinos com reagentes positivos, em todo o Estado
3.934 propriedades
- combate à tuberculose bovina, através de testes para a identificação de propriedades e bovinos com reagentes positivos, em todo o Estado
4.407 propriedades
- combate à brucelose bovina, através de testes para a identificação de propriedades e bovinos com reagentes positivos, em todo o Estado
76.050 animais
- seleção zootécnica de rebanhos bovinos, ovinos e suínos, através de atendimentos a propriedades e criadores, em todo o Estado, durante todo o ano
8.068 ações
- seleção zootécnica dos rebanhos bovinos, ovinos e suínos, através de atendimentos a propriedades e criadores, em todo o Estado, durante todo o ano
4.681 propriedades
- seleção zootécnica dos rebanhos bovinos, ovinos e suínos, através de atendimentos a propriedades e criadores, em todo o Estado, durante todo o ano
90.732 animais
- assistência zootécnica ao plantel de aves, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
210 ações

- assistência zootécnica ao plantel de aves, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
112 propriedades
- assistência zootécnica ao plantel de aves, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
927.280 animais
- assistência zootécnica ao plantel de coelhos, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
10 ações
- assistência zootécnica ao plantel de coelhos, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
3 propriedades
- assistência zootécnica ao plantel de coelhos, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
59 animais
- assistência às forrageiras, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
975 ações
- assistência às forrageiras, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
432 propriedades
- assistência às forrageiras, através do atendimento a propriedades e criadores, durante todo o ano
77.010 Ha
- implantação de clubes para a integração e troca de experiências entre agricultores e produtores, visando à agilização do programa lavoura-pecuária
60 ações
- implantação de clubes para a integração e troca de experiências entre agricultores e produtores, visando à agilização do programa lavoura-pecuária
603 reuniões
- implantação de clubes para a integração e troca de experiências entre agricultores e produtores, visando à agilização do programa lavoura-pecuária
680 ações
- execução do programa de melhoramento bovino-promébo, em propriedades do Estado
92 propriedades

- execução do programa de melhoramento bovino-promoção, em propriedades de todo Estado
10.300 animais
- assistência técnica direta a produtores
390.600 km
- fomento para as práticas zootécnicas, através das exposições e feiras de animais realizadas todo o ano
104 eventos
- fomento às práticas zootécnicas, através das exposições e feiras animais
41.200 animais
- fomento zootécnico aos criadores, através da criação de animais para obter melhores resultados econômicos, realizado nas estações de fomento, durante todo o ano
2.810 animais
- fomento zootécnico aos criadores de bovinos de leite, para a conservação da produção de leite, realizado nas estações de fomento, durante todo o ano
117.500 litros
- fomento zootécnico aos criadores, para o desenvolvimento da produção agrícola de utilidade na alimentação dos animais, realizado nas estações de fomento, durante todo o ano
300 toneladas
- fomento zootécnico aos criadores, para o desenvolvimento da produção florestal de utilidade para abrigo dos animais a campo, realizado nas estações de fomento, durante todo o ano
17.500 mudas
- fomento zootécnico aos criadores, através da produção de forragem para a produção animal, realizado nas estações de fomento, durante todo o ano
405 Ha
- fomento zootécnico aos criadores, através de cursos para a produção animal, realizado nas estações de fomento, durante todo o ano
47 cursos
- melhoramento de rebanhos pela inseminação artificial, através de exames de espermogramas, realizados em todo o Estado
750 exames
- melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, através de exames andrológicos realizados em todo o Estado
44 exames

- **melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, através de coleta para exames bacteriológicos, em todo o Estado**
44 ações
- **melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, através de coleta para pesquisa de vibriose, em todo o Estado**
132 ações
- **melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, com coleta para pesquisa de trichomonose, em todo o Estado**
132 ações
- **melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, com coleta para pesquisa de brucelose, leptospirose e tuberculose**
44 ações
- **melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, através da coleta de sêmen para industrialização e comercialização, na central de inseminação, em Esteio**
936 ações
- **melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, através do número de doses de sêmen manipuladas na central de inseminação de Esteio**
129.471 doses
- **melhoramento de rebanho pela inseminação artificial, através do número de doses de sêmen industrializado na central de inseminação, em Esteio**
101.414 doses
- **melhoramento de rebanhos pela inseminação artificial, através do número de doses de sêmen desprezados, dos que foram manipulados**
28.057 doses
- **desenvolvimento da economia pecuária, através da realização de exposições, remates e feiras agropecuárias no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio**
14 eventos
- **exposições e promoções realizadas no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio, com a finalidade de aproveitamento das instalações existentes**
48 eventos
- **desenvolvimento da economia pecuária, através de fardos de palha de arroz e feno, com a finalidade de serem utilizados nas exposições, feiras e remates no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio**
42.500 ações
- **desenvolvimento da economia pecuária, através do recolhimento e estocagem de esterco animal, com a finalidade de adubação das lavouras de pastagens do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio**
200 toneladas

- desenvolvimento da economia pecuária, através do recolhimento e estocagem de serragem, com a finalidade de ser utilizada com os animais nas exposições, feiras e remates no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio
80 toneladas
- plantio de pastagens para a alimentação dos animais das exposições, feiras e remates, central de inseminação artificial e premunicação, existentes no Parque de Esteio
160 toneladas
- preparo e fornecimento de refeições aos funcionários do Parque Estadual de Esteio "Assis Brasil", e da central de inseminação artificial
15.000 refeições

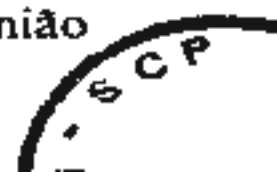
OBJETIVO:

executar a política estadual da pesca marítima e interior, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, estimulando e apoiando o desenvolvimento da indústria da pesca e incentivando a prática da aquacultura junto ao produtor rural

REALIZAÇÕES:

- instalação de um centro de aquacultura, com finalidade de produção de alevinos e realização de pesquisas, no município de Viamão
1.371 m²
- estocagem de peixe adulto para a produção de alevinos e pesquisa, no centro de aquacultura de Viamão
722 unidades
- estocagem de matrizes de rã-touro gigantes para pesquisas e produção de girinos, em ranário de Viamão
40 animais
- distribuição de girinos para produtores rurais, em diversos municípios
23.000 unidades
- pesquisa sobre adaptabilidade de rã-touro gigantes no Rio Grande do Sul, no município de Viamão
1.380 horas técnicas
- atendimento de consultas sobre ranicultura a produtores rurais de todo o Estado
349 consultas
- produção de alevinos de jundiá, cará, peixe-rei e carpa, distribuídos a produtores rurais, para povoamento de açudes, em diversos municípios
28.480 unidades
- produção de alevinos para repovoamento de águas naturais, compreendendo três espécies de peixes, no município de Osório
200.000 unidades

- coletas em açude povoado com carás, para estudo de sua biologia, a fim de fornecer subsídios para sua criação
11 unidades
- pesquisa sobre a criação de jundiá, em confinamento em açudes, a partir de visitas técnicas, a fim de fornecer subsídios para a sua criação
9 ações
- envio de questionários para criadores de jundiá em açudes, a fim de estudar condições em sua criação
110 questionários
- obtenção de ovos de camarão em laboratório, para pesquisa e cultivo experimental, em Rio Grande
1.600.000 unidades
- liberação de pós-larvas de camarão em cerco para cultivo experimental, em Rio Grande
250.000 unidades
- construção de cerco em águas estuarinas, para cultivo experimental de camarão e peixe, em Rio Grande
536 m
- coletas para estudo das condições ambientais de águas estuarinas, para cultivo experimental de peixes e camarão, em Rio Grande
592 unidades
- estocagem de peixe-rei e tainha em cerco, visando ao cultivo experimental e pesquisa, em Rio Grande
11.015 unidades
- marcação e confinamento de peixes em cerco, para estudo de crescimento, em Rio Grande
92 unidades
- atuação, junto aos diversos segmentos da pesca comercial, para efetivação do desenvolvimento do setor, atualização de estatísticas, e atendimento de solicitações de informações
5.000 horas técnicas
- informações ao produtor rural sobre piscicultura, através de palestras, consultas pessoais, correspondência e visitas a propriedades
954 consultas
- aperfeiçoamento técnico do corpo de funcionários, através de cursos, estágios e congressos
1.168 horas/aula
- participação em reunião de nível nacional, promovida pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, para avaliação da exploração do camarão na região sudeste-sul do Brasil
1 reunião



- participação na Expointer, com montagem de estande e divulgação da piscicultura
1 evento
- viagem de técnico, dentro do programa de intercâmbio técnico em piscicultura, com a província de Shiga, no Japão
30 dias
- intercâmbio técnico em piscicultura, com a presença de doze especialistas japoneses, dentro do convênio de amizade entre o Estado e a província de Shiga
1.290 horas técnicas
- análise da pesca artesanal do bagre, através de amostras semanais, com o objetivo de fornecer subsídios para sua regulamentação
13 amostras
- elaboração de carta-consulta, a fim de solicitar financiamento ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. — BNCC, para construção de estações de piscicultura
3 projetos
- edição da cartilha “Crie Peixe”, para divulgação da piscicultura junto ao produtor rural
5.000 exemplares
- publicação, em periódicos científicos, de trabalhos redigidos por técnicos do departamento
4 obras

Programa: Preservação de recursos naturais renováveis

OBJETIVO:

estudar, promover, fomentar e fiscalizar a racional utilização dos recursos naturais renováveis, preservando e conservando o solo, água, fauna e flora

REALIZAÇÕES:

- manejo de bacias hidrográficas em Tapes, Santo Ângelo, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga e Lajeado
5 ações
- instalação de novas agências conservacionistas — em estudo
2 agências
- realização de campanhas promocionais sobre conservação do solo, em 29 municípios
6 campanhas
- reciclagem de professores em educação ecológica e conservação do solo, em 13 municípios
636 professores

- realização de cursos para agricultores em conservação de solo, em 8 municípios 8 cursos
- cursos para técnicos em conservação do solo, realizados em Cruz Alta, Pelotas, Bagé e Ibirubá 4 cursos
- unidades demonstrativas em propriedades com utilização racional dos recursos naturais renováveis, em 20 municípios 25 campanhas
- palestras proferidas sobre utilização racional dos solos, em 29 municípios 505 campanhas
- reuniões com agricultores sobre utilização racional dos solos, em 28 municípios 522 reuniões
- visitas efetuadas a agricultores e lideranças rurais, em 28 municípios 4.399 visitas
- divulgação e propaganda em práticas conservacionistas pela imprensa falada, em 28 municípios 506 ações
- divulgação e propaganda em práticas conservacionistas pela imprensa escrita, em 28 municípios 350 ações
- divulgação e propaganda em práticas conservacionistas pela imprensa televisada em Porto Alegre, Erechim, Cruz Alta, Bagé, Santa Maria e Passo Fundo 35 ações
- locação de terraços, em 28 municípios 8.279 km
- locação de canais escoadouros, em 28 municípios 2.769 ações
- locação de estradas internas, em 28 municípios 315 km
- controle e estabilização de voçorocas, em 28 municípios 552 ações
- implantação de culturas em contorno, com faixas de proteção, em 28 municípios 5.784 Ha
- melhoramento de pastagens, em 28 municípios 105.000 Ha

- rotação de culturas, em 28 municípios 11.906 Ha
- manutenção de terraços, em 28 municípios 12.916 km
- recuperação de áreas em processo de desertificação, nos municípios de Alegrete, Santiago, Santana do Livramento, Itaqui, São Francisco de Assis e Quaraí 150 Ha
- atendimento a agricultores em conservação do solo 5.399 atendimentos
- coleta de sementes de essências florestais e ornamentais destinadas à produção de mudas e distribuição em campanhas educacionais 750 kg
- produção de mudas destinadas aos programas de florestamento e reflorestamento estaduais 624.400 mudas
- implantação de viveiros municipais, visando à produção de mudas destinadas à arborização urbana, defesa ecológica e reflorestamento em pequenos e médios imóveis rurais 6 viveiros
- distribuição de mudas em pequenos e médios imóveis rurais, visando a proporcionar, ao proprietário rural, uma fonte de material lenhoso e matéria-prima florestal 1.050.000 mudas
- coleta de sementes nos municípios de Barracão, Planalto e Tenente Portela 4.600 kg
- produção de mudas, no município de Barracão 700.000 mudas
- preservação de áreas, em 8 municípios 37.662 Ha
- conservação de estradas e tropeiras, em 6 municípios 192 km

OBJETIVO:

executar pesquisa e experimentação agronômica, zootécnica e veterinária, e em recursos naturais renováveis no Estado, em caráter permanente, visando à solução dos problemas inerentes às áreas em referência

REALIZAÇÕES:

- levantamento detalhado dos tipos de solo da estação experimental de Júlio de Castilhos projeto a ser realizado no exercício de 1982 85%
- desenvolvimento de métodos para beneficiamento, secagem, conservação e análise de germinação de sementes florestais 85%
- levantamento detalhado dos tipos de solos da estação experimental de Santo Augusto 65%
- seleção de árvores para coleta de sementes, e formação de áreas de produção de sementes de essências florestais nativas 85%
- seleção de espécies de eucaliptos mais adaptadas a diferentes regiões do Estado 85%
- determinação das características físico-mecânicas e preservação de madeira de espécies florestais 85%
- levantamento de essências florestais de interesse econômico para o Estado 85%
- determinação da distância entre as árvores, no plantio de algumas essências florestais do Estado 85%
- avaliação da produção de combustível obtido da destilação do carvão vegetal 45%
- práticas mecânicas e culturais para o aumento da infiltração e retenção da água em latos solo roxo distrófico argiloso 85%
- influência de sistemas de manejo do solo nas perdas por erosão, na sucessão trigo-soja, com chuva artificial 85%
- estudo das perdas por erosão sob precipitação natural, em solos do Rio Grande do Sul 85%
- estudo da erosão em cinco diferentes solos do Estado 85%

- avaliação da erosividade das chuvas no Estado 85%
- investigação sobre sombreamento e época de plantio de palmito 85%
- levantamento de tipos de erva-mate, recuperação de ervais e estudos de espaçamento 85%
- experimentação com adubação, espaçamento, época de semeadura, sombreamento e secagem de essências florestais 45%

INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ — IRGA

DESEMPENHO 1979/82

Antigas reivindicações da lavoura arrozeira, gerenciadas pelo IRGA junto ao Governo Federal, lograram êxito nessa Administração, através de Portarias Ministeriais, podendo ser salientado, nesse sentido:

- a criação da classe de arroz longo fino, caracterizada pelas variedades americanas, do tipo Patna, ultimamente desenvolvidas pelo Instituto;
- a tipificação do arroz, baseada em valores, correspondentes a pontos, como é enpregada na classificação do café;
- o estabelecimento da embalagem do arroz beneficiado, em volume unitário, que passará de 60 para 50 kg, para amenizar o trabalho de estiva e desestiva, atendendo à recomendação da Organização Internacional do Trabalho — OIT;
- a fixação do preço mínimo para o arroz, com base no padrão mais comum à maior parcela da produção nacional, no Tipo 3, ao invés do Tipo 2, com rendimento de 40% de grãos inteiros e 28%, de quebrados.

Nas pesquisas desenvolvidas pela Autarquia, destaca-se o lançamento das cultivares IRGA/409 e IRGA/410 realizado conjuntamente pelo IRGA e pela Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual — UEPAE/Pelotas, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola-EMBRAPA. Esta cultivar notabiliza-se pela alta produtividade, ciclo médio e estatura superior às demais cultivares desenvolvidas atualmente no Estado. Estima-se que cerca de 40% da área cultivada de arroz, foi semeada utilizando essas variedades.

Entre as atividades desenvolvidas pela Autarquia em 1982, a que mais se destacou foi a pesquisa sobre a utilização de gasogênio como fonte alternativa de energia, para a lavoura de arroz.

O gaseificador a lenha, após ter sido testado durante 800 horas, foi lançado oficialmente como substituto do motor diesel para a irrigação.

OBJETIVO:

formar, com o Governo Federal, estoque regulador de arroz, utilizando recursos do Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil

REALIZAÇÕES:

- compras de arroz beneficiado para formação de estoque regulador, com recursos do Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil
2.828.894 sacas
- compras de arroz em casca para formação de estoque regulador, com recursos do Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil
1.402.136 sacas
- vendas de arroz beneficiado do estoque regulador formado em 1981
1.500.604 sacas
- vendas de arroz beneficiado do estoque regulador formado em 1982
588.392 sacas

Programa: Promoção e Extensão Rural

OBJETIVO:

organizar e incrementar a pesquisa e assistência técnica, de forma a desempenharem papel de veículo às transformações necessárias

REALIZAÇÕES:

- atendimento a lavoureiros nos escritórios regionais
8.552 pessoas
- assistência a lavoureiros de baixa produtividade
349 pessoas
- assistência a nível de lavoura, por solicitação do orizicultor, abrangendo 31 zonas
3.228 pessoas
- realização de palestras e reuniões com produtores sobre técnicas de produção de arroz
64 palestras
- realização de palestras e reuniões com produtores sobre técnicas de produção de arroz
1.607 pessoas
- divulgação de artigos técnicos
14 artigos
- realização da semana ruralista arrozeira
3 eventos

- realização de dia de campo em três municípios, com apresentação de resultados
3 eventos
- realização de dia de campo, com apresentação de resultados
560 produtores
- elaboração de anteprojeto de exploração e reforma de açudes
549 anteprojetos
- elaboração de anteprojeto de exploração e reforma de açudes
30.390 ha
- nivelamento de canais de lavouras arrozeiras por solicitação de lavoureiros
897.528 m
- elaboração de projeto de instalação e recalque de água
121 projetos
- elaboração do projeto de instalação e recalque de água
14.905 ha
- produção de sementes selecionadas para revenda
42.000 sacas
- análises laboratoriais de sementes e solo
11.224 análises
- sistematização de solos, visando ao maior rendimento da produção de arroz
6.689 ha
- lavouras demonstrativas de irrigação: milho, soja, sorgo
3 lavouras
- melhoramento genético: hibridações controladas, coleções e introduções de linhas puras, ensaios preliminares e avançados de rendimento, viveiros internacionais, semente genética, etc.
9 experimentos
- regionalização: experimentos geográficos instalados em cinco regiões orizícolas do estado
4 experimentos
- agroindústria: testes de máquinas e equipamentos utilizados na lavoura e indústria do arroz
4 experimentos
- arroz de sequeiro: comparativo de cultivares de arroz de sequeiro e introdução de novas cultivares
1 experimento

- rizipiscicultura: viabilidade de criação de peixes em associação com arroz irrigado
1 experimento
- entomologia: fontes de resistência vegetal para pragas, testes comparativos de inseticidas, controle químico de pragas.
3 experimentos
- nematologia: fontes de resistência vegetal a nematóides, controle químico de nematóides e novos testes de nematicidade
2 experimentos
- irrigação e drenagem: experimentos de manejo de água de irrigação e sistemas de drenagem
1 experimento
- controle de ervas daninhas: testes de herbicidas novos, comparativos de herbicidas, misturas de herbicidas, controle químico de arroz vermelho e preto e determinação de invasoras
4 experimentos
- fitopatologia: experimentos de resistência vegetal a moléstias, testes de fungicidas novos, mistura de fungicidas, épocas de aplicações de fungicidas e viveiro de moléstias
4 experimentos
- fertilidade de solo e nutrição de plantas: experimentos com macro e microelementos do solo, levantamento nutricional do solo e planta, calibração de análises de solo
10 experimentos
- práticas culturais: experimentos de densidades de semeadura, espaçamento, sistema de semeadura, ponto de colheita e rotação de culturas
4 experimentos
- agroclimatologia: experimentos de épocas de semeaduras contínuas e experimentos geográficos
2 experimentos
- cursos de treinamento sobre lavoura de arroz e maquinária agrícola, realizados pelo centro de treinamento de mão-de-obra rural do IRGA
101 cursos
- projeto para constituição de um fundo para aquisição de terras, pelas cooperativas, visando a beneficiar o produtor cooperativado arrendatário
1 unidade
- divulgação, junto aos lavoureiros, de trabalhos e estudos sobre a rizicultura, através da publicação da revista lavoura arroeira, com sete edições anuais
61.240 publicações

OBJETIVO:

gestionar, junto ao Governo Federal, a criação de um sistema de financiamento para a aquisição de módulos rurais, em busca de escalas adequadas de produção

REALIZAÇÕES:

- elaboração de projeto para constituição de fundo para aquisição de terras pelas cooperativas, visando a beneficiar o produtor arrendatário cooperativado

1 unidade

OBJETIVO:

dar assistência técnica aos outros estados e elaborar projetos de desenvolvimento da orizicultura com outras entidades estaduais, ou de outros estados

REALIZAÇÕES:

- projeto de assistência técnica, com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, para desenvolvimento da orizicultura no Vale do São Francisco, através da utilização de recursos da Companhia

1 projeto

**FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA
DO RIO GRANDE DO SUL — FZB**

DESEMPENHO 1979/82

A atuação da Fundação Zoobotânica, no período 1979/82, centrou-se em atividades ligadas ao desenvolvimento de projetos voltados para a preservação do meio ambiente, através de Convênios com outras instituições, além da realização de estudos e pesquisas, edição de publicações, promoção de diversos eventos, conservação e enriquecimento do acervo dos museus e biblioteca sob sua responsabilidade, e execução de outras ações vinculadas aos seus objetivos.

Durante este período, deu-se a ocupação efetiva do prédio anteriormente destinado à TV Educativa do Estado, em área do Jardim Botânico, envolvendo a instalação da Administração Central da Fundação e dos laboratórios de pesquisa do Museu de Ciências Naturais, numa área total de 1.483m².

Através de convênio firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, foi desenvolvido o projeto "Levantamento e Inventário da Flora e da Fauna da Área da Grande Porto Alegre — Prognósticos Ecológicos", tendo por objetivo a apresentação de um diagnóstico completo, bem como um minucioso trabalho descritivo das medidas a serem tomadas quanto à manutenção das áreas que devem ser preservadas e quanto à recuperação de áreas já depredadas. Em virtude dos resultados obtidos, foi firmado novo convênio com a FINEP (1981/1983), tendo em vista o melhoramento do meio ambiente na área da Grande Porto Alegre.

Com o objetivo de realizar pesquisa com a fauna cinegética do Estado foram desenvolvidas, em convênio com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, sucessivas etapas do Projeto Pró-Fauna, pelo qual foram obtidas informações

básicas que já estão sendo utilizadas na elaboração das Portarias de Caça do Rio Grande do Sul.

Entre os projetos desenvolvidos destacam-se, ainda, os destinados à avaliação das condições ambientais na área de implantação do III Pólo Petroquímico — onde foi realizada a identificação de bio-indicadores de poluição — e na área do Complexo do Carvão do Rio Grande do Sul, bem como um projeto visando a incrementar a pesquisa básica e aplicada em áreas de reflorestamento da Rio Grande Companhia de Celulose do Sul — RIOCELL.

Com relação às promoções levadas a efeito pela Fundação, são de destacar as seguintes: Sinfonia da Natureza — Concertos de Outono e Primavera, reunindo em suas 6 audições, cerca de 50.000 pessoas; realização de Cursos, Palestras, apresentação de audiovisual e visitas orientadas ao Jardim Botânico e Parque Zoológico, para estudantes e a comunidade em geral; participação em feiras e exposições: Mercado das Flores, envolvendo 5 anos consecutivos de exposição — feira de plantas e material de jardinagem; Semana de Debates Ecológicos, em conjunto com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Associação Riograndense de Imprensa e Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

No decorrer do quadriênio, 357.753 pessoas visitaram o Jardim Botânico e 2.231.216 pessoas visitaram o Parque Zoológico. Foram, também, concluídas 120 pesquisas, 71 estão em andamento, e foram promovidas 805 excursões de coletas científicas.

O museu de Ciências Naturais reuniu, no período, 458.688 amostras, e o Parque Zoológico, 10.390 exemplares, enquanto a Biblioteca enriqueceu o seu acervo com 295 volumes, 1.580 obras, 1.235 periódicos, 1.375 folhetos e 889 mapas.

Dentre as outras atividades relacionadas com os objetivos da Fundação Zoobotânica e desenvolvidas no período, podem ser salientadas: a criação da Reserva Biológica do Ibicuí-Mirim (Estudos Preliminares da Flora e Fauna por solicitação da Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN); a realização de pesquisas básicas com apoio financeiro de diversas entidades (Conselho Nacional de Pesquisa — CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — FAPERGS, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, entre outras); a organização e instalação do orquidário, no Jardim Botânico, num total de, aproximadamente, 1.000 espécies; a organização do recanto de plantas suculentas, no Jardim Botânico; a elaboração do Projeto Flora, objetivando o estudo global da Flora do Rio Grande do Sul, dentro do Programa Nacional de Flora, do CNPq; a realização de estudo sobre a Dinâmica do Pinheiro — Brasileiro; a identificação das espécies de plantas do Jardim Botânico; o plantio de 68.500 mudas de espécies anuais de plantas, na área do Jardim Botânico; a entrega ao público de 35.124 mudas de plantas de várias espécies; a produção de 442 m³ de biofertilizante; a participação no Programa de Preservação e Desenvolvimento dos Recursos Naturais Renováveis, lançado pelo Governo do Estado; a realização de obras de ampliação de vários recintos do Parque Zoológico, bem como construção de estufa, casa de vegetação e galpão de trabalho para a produção de mudas, e instalação de câmara fria e água aquecida com energia solar; implantação de lavouras para produção de forragem, no Parque Zoológico; a reprodução e destinação de 500 animais nativos para repovoamento de reservas biológicas; a produção e plantio de 200.000 mudas de flores e arbustos, bem como de 10.000 mudas de essências nativas, no Parque Zoológico.

Programa: Ciência e Tecnologia

OBJETIVO:

implantar, através da pesquisa técnico-científica, um banco de dados de recursos naturais do Rio Grande do sul, e manter coleções científico-educativas da flora, fauna e minerais, objetivando a preservação das espécies e dos sistemas selvagens

REALIZAÇÕES:

- identificação de componentes da fauna e flora do estado, para pessoas físicas e jurídicas, com vistas ao conhecimento do patrimônio natural do Estado
392 exemplares
- relatórios de atividades técnico-científicas relacionadas ao estudo dos recursos naturais do Estado
119 relatórios
- intercâmbio técnico-científico de informação e material biológico, com outras instituições e especialistas
7.331 informações
- participação em reuniões administrativas, de comissões redatoriais e de entidades científicas
1.018 reuniões
- aperfeiçoamento profissional de pesquisadores, através de estágios de cursos de pós-graduação, participação em congressos, simpósio e eventos similares em diversas cidades brasileiras
1.083 dias
- incremento do acervo das coleções científicas
20.191 unidades
- bolsas e auxílios recebidos para pesquisa científica
34 unidades
- expedições científicas para coleta de dados e mostras de material biológico de várias localidades do Estado
206 dias
- elaboração de projetos de pesquisa biológica para empresas ou órgãos públicos
148 horas
- estudo de microalgas de lagoas do Município de Tramandaí
8%
- avaliação qualitativa e quantitativa de microalgas da Represa de Águas Belas, no Município de Viamão — Rio Grande do Sul

- estudo de microalgas (Diatomáceas) sobre uma alga vermelha (*Hypnea musciformis*) no Município de Torres — Rio Grande do Sul 12%
- estudo, em laboratório, do crescimento da população de uma microalga verde (*Monoraphidium contortum*), e isolamento e manutenção de estoque de microalgas de águas doces do Rio Grande do Sul 70%
- inventário de algas microscópicas verdes (desmídias) da Grande Porto Alegre — Rio Grande do Sul 8%
- estudo do gênero *Sidal* (malvaceae) no Rio Grande do Sul 10%
- estudo das apocináceas do Rio Grande do Sul — subfamílias plumerioidae, em regiões da encosta inferior do Nordeste e Depressão Central 30%
- estudo das leguminosas forrageiras ou invasoras do Rio Grande do Sul — gênero *Aeschynomene* 15%
- estudo da vegetação espontânea, herbácea e subarborescente do Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul 65%
- levantamento de dados sobre plantas medicinais do Rio Grande do Sul 45%
- estudo morfológico e histológico de moluscos terrestres (veronicellidase), como contribuição à identificação da malacofauna sul-rio-grandense 13%
- biologia de moluscos terrestres (veronicellidase) do Rio Grande do Sul 5%
- identificação de parasitos trematódeos em fase de infestação, e seus respectivos hospedeiros intermediários, tendo em vista a saúde pública, animal e aspectos econômicos 5%
- estudo de caracol aquático na zona litorânea do Rio Guaíba — Vila Elza —, como subsídio ao conhecimento das condições ecológicas do meio em que vivem 31%
- biologia do caracol hidrobídeo no Rio Guaíba, como subsídio ao conhecimento dos moluscos do Rio Grande do Sul 10%
- estudo da esponja de água doce — *Corvus pongilla boh mii* — em dois ambientes distintos 13%

- identificação de parasitos trematódeos de gado e de seus respectivos hospedeiros intermediários, tendo em vista a saúde animal e os aspectos econômicos 10%
- identificação de moluscos terrestres australianos, recebidos para estudo no Museu de Ciências Naturais 5%
- bio-ecologia e sistemática das espécies de gênero *diplodon* (bivalvia, *hiriiidae*), como subsídio para a taxonomia dos moluscos límnicos neotrópicais 65%
- moluscos (*physidae*) nos meios límnicos de Porto Alegre 4%
- estudo da fauna de esponjas dos rios da América do Sul, com ênfase atual nos da Amazônia Venezuelana 10%
- estudo das variações geográficas da esponja de água doce — *trochospongilla repens* — visando a sua redescrição científica 13%
- identificação das esponjas de água doce no Rio Grande do Sul, em vários rios, como suporte para a indicação de qualidade das águas 55%
- estudo das esponjas marinhas do Atlântico sul brasileiro, tendo em vista fornecer dados para a caracterização destas comunidades bentônicas 15%
- registro de novas ocorrências de esponjas de água doce para a região Amazônica 40%
- estudo das espécies de um grupo de crustáceos, pragas que atacam peixes de água doce, procurando estabelecer a genealogia desse grupo 22%
- identificação zoogeográfica e ecológica de crustáceos ectoparasitos de peixes de água doce e marinhos do Estado, objetivando avaliar sua participação predatória nos ecossistemas locais 3%
- conhecimento de um grupo de aranhas terrícolas que vivem em solos arenosos da orla marítima do Rio Grande do Sul — Torres
- estudo morfológico de um grupo de aranhas arborícolas, visando ao inventário da aracnofauna do Estado — Montenegro e Triunfo

- hábitos alimentares e ciclo-reprodutivos de algumas espécies de morcegos 8%
- estudo descritivo e comparativo da osseologia craniana de cobras dormideiras 5%
- análise da variação geográfica em jararaca da praia 15%
- estudo osteológico comparativo dos anfíbios do Rio Grande do Sul 20%
- estudo de um grupo de aranhas específicas de áreas florísticas naturais, em bom estado de preservação, no Rio Grande do Sul 33%
- identificação, catalogação e acondicionamento das coleções de aranhas do Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul 39%
- análise das fases pós-embrionárias das espécies sul-río-grandenses de um gênero de baratas d'água 16%
- influência dos crustáceos parasitas das guelras dos peixes do Delta do Jacuí, no desenvolvimento e morte dos hospedeiros 20%
- revisão de um subgênero de besouros, usando técnicas numéricas computadorizáveis, objetivando a melhor classificação filogenética do grupo 8%
- conhecimento dos insetos ocorrentes na região ribeirinha do Rio dos Sinos, nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo 10%
- conhecimento das espécies de microcrustáceos encontrados no zooplâncton do Delta do Jacuí 4%
- diversidade e similaridades de comunidades de uma família de percevejos terrestres de São Jerônimo, Butiá, e General Câmara 10%
- atividades de pesquisa científica no Jardim Botânico de Porto Alegre 30%

Programa: Preservação de Recursos Naturais Renováveis

OBJETIVO:

realizar estudos, administrar áreas e assessorar entidades públicas e privadas, visando ao uso racional dos recursos naturais e à preservação da qualidade de vida

REALIZAÇÕES:

- emissão de parecer técnico-científico sobre material biológico ou área natural em território brasileiro — Rio Grande do Sul
2 pareceres
- inventário de microalgas (exclusive diatomáceas, desmídias e euglenofíceas) da área de influência do complexo do carvão em São Jerônimo
70%
- levantamento de algas microscópicas (diatomáceas) da área de influência do complexo do carvão, em São Jerônimo
71%
- avaliação da comunidade de microalgas de substrato artificial, no Arroio do Conde, na área de influência do complexo do carvão em São Jerônimo
20%
- levantamento de algas microscópicas verdes (euglenofíceas) na área de influência do complexo do carvão, em São Jerônimo
70%
- avaliação de algumas condições físicas e químicas da água do Arroio do Conde, na área de influência do complexo do carvão, em São Jerônimo
60%
- levantamento de algas microscópicas verdes (desmídias), da área de influência do complexo do carvão, em São Jerônimo
70%
- levantamento preliminar da flora terrestre na área de influência do complexo do carvão do Rio Grande do Sul
80%
- levantamento de líquens, como subsidio à bioindicação da qualidade do ar na área de influência do complexo do carvão do Rio Grande do Sul
90%
- estudo de líquens foliáceos na área de influência do complexo do carvão do Rio Grande do Sul (Butiá, General Câmara, São Jerônimo)
40%

- estudo de líquens arborescentes, na área de influência, do complexo do carvão do Rio Grande do Sul (Butiá, General Câmara, São Jerônimo) 40%
- pesquisa para avaliação da produção de biomassa do bentos animal, sob a orla de vegetação aquática das ilhas do Delta do Jacuí 40%
- levantamento das esponjas do Rio Jacuí, na área do complexo do carvão, para monitoramento de eventuais modificações da qualidade da água após implantação do complexo 80%
- levantamento da fauna límnic de cercarias (tremadodeos) da área do complexo do carvão (Butiá, General Câmara, São Jerônimo) 80%
- levantamento da malacofauna límnic da área do complexo de carvão, como parâmetro de comparação da qualidade da água após implantação do complexo (Butiá, São Jerônimo, General Câmara) 80%
- levantamento da malacofauna terrestre da área do complexo do carvão, como parâmetro de comparação ambiental após a implantação do complexo (Butiá, General Câmara, São Jerônimo) 80%
- conhecimento da fauna de crustáceos límnicos na área de influência do complexo do carvão no Rio Grande do Sul, visando ao aconselhamento para preservação ecológica 90%
- conhecimento da fauna de aracnídeos da área de influência do complexo do carvão visando à emissão de recomendações para preservação ecológica 90%
- conhecimento da fauna de miriápodos da área de influência do complexo do carvão no Estado, visando à emissão de recomendações para preservação ecológica 90%
- conhecimento dos hemipteros límnicos da área de influência do complexo do carvão no Estado, visando ao aconselhamento para preservação ecológica 90%
- conhecimento da fauna de insetos terrestres da área de influência do complexo de carvão, visando à emissão de recomendações para preservação ecológica 90%

- efeitos da alteração de fatores abióticos sobre peixes do Rio Cai, no Rio Grande do Sul 40%
- estudos das aves dos parques de Itapuã e Viamão, no Rio Grande do Sul: biologia e anilhamento 44%
- estudo da biologia de tartarugas do Delta do Jacuí 44%
- estudo da fauna de peixes na área de influência do complexo do carvão (Butiá, General Câmara, São Jerônimo) 80%
- levantamento de vertebrados terrestres ocorrentes na área de influência do complexo do carvão (Butiá, General Câmara, São Jerônimo) 80%
- estudo da pressão de caça no Rio Grande do Sul, na temporada de 1982 60%
- criação e reprodução de perdigão (*Rynchotus rufescens*) em cativeiro do parque zoológico, em Sapucaia do Sul 50%
- estudo do ciclo reprodutivo de perdiz (*Nathura maculosa*) no Rio Grande do Sul 40%
- estudo das dietas de marreca piadeira (*noracygna viduata*) e marreca caneleira (*derdrocygna bicolor*), no Rio Grande do Sul 60%
- crescimento de perdigão (*Rynchotus rufescens*) em cativeiro, no Parque Zoológico 60%
- estudo da pressão de caça sobre perdiz (*Nathura maculosa*), de 1976 a 1981, no Rio Grande do Sul 60%
- considerações sobre o uso do solo e sua influência sobre o ecossistema campo, na zona da campanha do Rio Grande do Sul 50%
- estudo das raças geográficas de perdiz existentes no Estado 50%
- criação de perdiz em cativeiro 50%

- anilhamento de aves de banhado do Rio Grande do Sul 20%
- registro de baratas silvestres que ocorrem no setor centro-sul-sudeste do Rio Grande do Sul, objetivando a organização de um catálogo 7%
- amostrar, registrar e observar os besouros da área do complexo carboquímico para comparação posterior à instalação industrial 12%
- caracterização de refúgios e criadouros naturais da fauna límnicca do Parque Estadual Delta do Jacuí, do Rio Grande do Sul: moluscos e trematódeos 13%
- anatomia comparada de crânios de mamíferos recentes e fósseis — Brasil 50%

OBJETIVO:

expor espécimes de flora, fauna e minerais, manter áreas verdes e prestar serviços para a comunidade, através do desenvolvimento de atividades educativas, culturais, recreativas e de lazer, no âmbito do Museu de Ciências Naturais-Jardim Botânico-Parque Zoológico

REALIZAÇÕES:

- atendimento à comunidade, estudantes, leigos e imprensa em geral, sobre assuntos correlatos à atividade do Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul 6.668 atendimentos
- manutenção do Parque Zoológico e atendimento ao público visitante 665.000 pessoas
- manutenção e reprodução do acervo animal, visando à exposição ao público e à reposição de matrizes 2.613 animais
- enriquecimento do acervo animal, através de permutas e aquisições 1 animal
- reprodução de espécimes da fauna nativa, visando a repovoar ambientes naturais 100 animais
- construção de viveiro para pássaros 64 m²
- construção de recinto moderno para abrigar uma família de chipanzés

- construção de recinto moderno para jacarés-de-papo-amarelo
- construção de novas churrasqueiras para o uso do público visitante
180 unidades
- construção de novo sanitário público em área central ao Parque Zoológico
70 m²
- ampliação da área de estacionamento de automóveis, visto que a atual abriga 1.200 unidades
1.500 unidades
- recebimento de animais da comunidade, para atendimento médico-veterinário
138 animais
- produção de forragem volumosa para consumo dos animais, a fim de reduzir despesas com alimentação
120.000 kg
- produção de mudas de plantas ornamentais e exóticas, para manter o aspecto paisagístico do Parque Zoológico
75.000 unidades
- produção de mudas de essenciais naturais, para enriquecer e substituir a atual cobertura vegetal, constituída principalmente de eucaliptos
6.000 unidades
- construção de amplo viveiro para hárpias
50m²
- produção de mudas em geral, no Jardim Botânico de Porto Alegre
5.604 mudas
- plantio de mudas de espécies perenes, no Jardim Botânico de Porto Alegre
10.499 mudas
- plantio de mudas de espécies anuais, no Jardim Botânico de Porto Alegre
9.000 mudas
- organização de ambientes específicos, em função de determinados grupos vegetais, no Jardim Botânico de Porto Alegre
1 unidade
- conservação do Jardim Botânico de Porto Alegre
6.000 m²
- visita pública ao Jardim Botânico de Porto Alegre
15.217 pessoas

- visitação de estudantes ao Jardim Botânico de Porto Alegre
3.134 alunos
- produção de composto orgânico para o Jardim Botânico, em Porto Alegre
54 m³
- sinfonia da natureza — concertos de Outono e Primavera realizados nos meses de maio e novembro, visando proporcionar à comunidade, momentos de lazer e cultura
1 evento
- III semana de debates ecológicos, promoção da Fundação Zoobotânica, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Associação Riograndense de Imprensa e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, versando sobre poluição industrial, hídrica, visual e agrícola, dirigindo-se a estudantes e estudiosos
1 palestra
- atendimento a estudantes de I e II graus de escolas municipais, estaduais e particulares, com apresentação de audiovisual anterior à visita ao Jardim Botânico de Porto Alegre
5.415 alunos
- encerramento, no Jardim Botânico, da semana nacional do meio ambiente, com lançamento da publicação “aves silvestres do Rio Grande do Sul”
1 publicação
- participação da Fundação na Expointer, com exposição de painéis contendo informações sobre atividades do museu, nascimento de filhote de girafa e de chipanzê
1 evento
- inauguração de recanto de plantas suculentas no Jardim Botânico — cerimônia incluída na programação oficial da festa anual das árvores, em Porto Alegre
1 evento
- mercado das flores: exposição de plantas e material de jardinagem, com 18 expositores, e promoções paralelas (“Pintando a Natureza” e “Cine Viagem”) atingindo cerca de 40.000 pessoas
1 evento
- lançamento da campanha “Conhecer para Preservar”, com o objetivo de conscientizar a comunidade, através da criança, sobre a importância da ave na natureza, atingindo todo o Estado
1 evento
- participação na Eco-Exposição I, mostra de tecnologia ambiental de Porto Alegre, através de painéis ilustrativos com informações sobre as atividades desenvolvidas com vistas à preservação do meio ambiente
1 evento

Programa: Ensino Superior

OBJETIVO:

editar obras científicas e de divulgação, organizar e manter material bibliográfico, disseminar a informação e exercer atividades de ensino e orientação em nível de graduação e pós-graduação, no campo das ciências naturais

REALIZAÇÕES:

- cursos ministrados na área de ciências naturais, no Estado e no País
459 horas/aula
- publicação de artigos em periódicos científicos especializados, ou em revistas de divulgação
24 artigos
- orientação técnico-científica a estagiários, bolsistas e pós-graduados, no Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul
4.377 horas
- edição da revista científica "Iheringia", Série Zoológica, Botânica e Geológica
2 publicações
- edição, pela Fundação Zoobotânica, de publicação sobre aves silvestres do Rio Grande do Sul, e apresentação de 105 fotos de aves, com informações sobre as espécies
1 publicação
- edição da publicação "Roteiro de Visitação do Zoo", com tiragem de 5.000 exemplares, contendo informações com fotos das espécies mais significativas e relação das opções de lazer (mapa)
1 publicação
- edição, pela Fundação Zoobotânica, da publicação "Natureza em Revista", com tiragem de 13.000 exemplares e destinada aos caçadores, com apresentação dos resultados obtidos pelo projeto pró-fauna, resultante de convênio entre esta Fundação e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF
1 publicação
- aquisição, por compra, doação ou permuta, registro e processamento técnico de livros
231 livros
- divulgação dos livros incorporados ao acervo da biblioteca, por intermédio do boletim bibliográfico
6 livros
- aquisição de periódicos por compra, doação ou permuta, registro de fascículos e processamento técnico
2.893 periódicos

- distribuição do periódico “Iheringia”, por intercâmbio com instituições afins e congêneres
956 periódicos
- elaboração do índice dos artigos do periódico “Iheringia”, série zoológica (índices sistemático e de autor)
23 periódicos
- participação no catálogo coletivo regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do fornecimento de cópias do fichário de registro da coleção de periódicos da biblioteca
46 periódicos
- divulgação dos fascículos de periódicos recebidos pela biblioteca, por intermédio do boletim bibliográfico que circula entre os pesquisadores
5 periódicos
- aquisição de folhetos por compra, doação ou permuta: registro e processamento técnico
144 impressos
- aquisição, registro e processamento técnico de mapas
22 mapas
- montagem do material reprografado em forma de folhetos, registros e processamento técnico
106 documentos
- comutação bibliográfica-serviço de recuperação de cópias de documentos obtidos junto a instituições similares e afins
166 documentos
- levantamento bibliográfico a pedido de pesquisadores e de instituições
1 documento
- empréstimo local e domiciliar de livros, folhetos e periódicos, visando à divulgação da informação
8.160 empréstimos
- empréstimos entre bibliotecas: livros e periódicos
104 empréstimos
- cadastramento dos pesquisadores no Bracaris — Sistema Brasileiro de Informação sobre Pesquisa Agrícola (em andamento)
42 usuários
- assessoramento bibliográfico: orientação do usuário na elaboração de trabalhos científicos
67 usuários
- atendimento ao usuário por consulta local, por telefone e por cartas
1.835 usuários
- atendimento ao usuário por empréstimo de documentos da biblioteca e de outras bibliotecas
692 usuários

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS — CESA

DESEMPENHO 1979/82

Com o propósito de promover a orientação tecnológica em favor do desenvolvimento do produtor agrícola, a CESA, no período 1979/82, realizou diversos cursos, seminários e palestras sobre armazenagem e assuntos correlatos. Publicou, também, o "Manual sobre Aeração de Grãos", "Beneficiamento e Armazenamento de Grãos", "Farelos e Vegetais", além de ter produzido a matéria "Armazenamento de Grãos", que integra o 5º volume da 2ª edição da "Cartilha do Agricultor", editada pela Secretaria da Agricultura.

No apoio direto à produção, os agrônomos da Companhia realizaram 4.628 visitas aos agricultores e usuários da Rede Operacional.

Com a Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, a CESA participa do Comitê que vai definir as normas para construção e operação de silos e secadores para grãos.

Na área de Pesquisa, entre outros trabalhos, foi executada a observação sobre o resfriamento de grãos, pela aeração, nas Unidades de Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul. Foram ainda realizados estudos com vistas a melhorar qualitativamente o armazenamento de soja, objetivando favorecer o posterior processamento industrial deste grão. Em conjunto com a Fundação de Ciência e Tecnologia — CIENTEC — é realizado, ainda, o "Controle Sistemático de Resíduos de Defensivos Agrícolas em Trigo e Soja", que procura quantificar, ao longo de 1982/83, o nível dos resíduos existentes nestes produtos.

Através de Convênio celebrado entre a CESA, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — DEPRC e a Empresa de Portos do Brasil, S.A. — PORTOBRÁS, foi assegurado, à Companhia, o direito de operar o Silo Elevado de 130.000t, integrante do Terminal Trigo — Soja, implantado pela PORTOBRÁS em Rio Grande. Esta unidade, acrescida do Silo da CESA já existente naquele município (60.000t), permite um aumento considerável na capacidade de armazenagem dos excedentes exportáveis do Estado.

Em Convênio com a Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM, a CESA, a partir de 1982, passou a operar, no Rio Grande do Sul, o Centro Integrado de Comercialização Agrícola — CICOA.

Estruturado de modo a se valer da Rede Operacional da CESA, este Centro proporciona o acesso dos pequenos produtores aos canais de comercialização reunindo, mesmo à distância, compradores e vendedores potenciais. Integrado ao Sistema Nacional coordenado pela CIBRAZEM, o CICOA, além de levar as ofertas gaúchas a outras regiões do País, transaciona os produtos originários dos demais Estados. No curto espaço de 6 meses, ainda em fase de implantação, o CICOA registrou 87 negócios, envolvendo 4.614.209 Kg de produtos, como soja (principalmente a preço futuro), milho, arroz e outros.

Atendendo à política dos Governos Federal e Estadual, no sentido de reduzir as importações de petróleo, a CESA adotou a queima de lenha como uma solução energética alternativa, de forma a substituir todo óleo combustível empregado na secagem de

grãos. Para garantir o auto-abastecimento de seus 62 secadores, a Companhia optou pelo reflorestamento, implantando 430,4 hectares de Hortos Florestais próprios nos municípios de Tapejara, Santo Ângelo, Cruz Alta e Camaquã.

A médio prazo a CESA espera contar com o corte escalonado de 60 hectares anuais de eucaliptos, o que equivale a aproximadamente 18.000 m³ de lenha.

De 1980 a 1982 foram secados 1.359.876t de grãos representando, pelo uso progressivo da lenha, em comparação com o custo do óleo combustível, uma economia superior a Cr\$ 192,0 milhões.

Diante de um quadro desfavorável no que tange à participação de Capital de Terceiros no Capital da Empresa, fruto de financiamentos tomados para investir na expansão da rede de unidades armazenadoras, de vital importância para a economia agrícola gaúcha, a CESA voltou-se, com muita ênfase, ao capítulo do Saneamento Financeiro, para o qual contou com o integral apoio do Conselho de Governo do Estado do Rio Grande do Sul (reuniões realizadas em dezembro/79 e junho/81), e que culminaram com as seguintes medidas principais:

— operação de venda-arrendamento em retorno, ou "lease-back" com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul-BRDE, pelo prazo de 10 anos, a qual cobriu a dívida da Companhia para com aquele Banco, da ordem de Cr\$ 976,6 milhões (preços de agosto de 1981);

— liquidação da dívida com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no montante de Cr\$ 410,7 milhões;

— aporte de Cr\$ 200,0 milhões, por parte da CIBRAZEM (outubro de 1980), convertidos em participação acionária no Capital da Companhia;

— participação acionária do BRDE, em Cr\$ 150,0 milhões (fevereiro de 1980) no Capital da CESA, destinados à liquidação de débitos da Companhia junto àquele Banco;

— participação acionária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Cr\$ 36,3 milhões (1980), destinados à liquidação de débitos da Companhia junto ao BANRISUL.

No decorrer do período 1979/82, foram investidos, pela CESA, Cr\$ 2,97 bilhões (a preços de 1982), assim distribuídos: Cr\$ 1,67 bilhões em Armazenagem a Meio Ambiente, envolvendo ampliações dos Silos de Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, São Gabriel e Santa Bárbara do Sul, e a construção do Silo de Garibaldi; Cr\$ 829,4 milhões em Armazenagem em Ambiente Controlado, correspondendo a um acréscimo de 65.800 m³ na capacidade de armazenamento e envolvendo a ampliação do Frigorífico Polivalente de Caxias do Sul e a construção do Frigorífico Polivalente de Pelotas, ambos em andamento; Cr\$ 83,2 milhões em Hortos Florestais; Cr\$ 251,4 milhões em Conservações e Melhorias; Cr\$ 139,3 milhões em Reaparelhamento Administrativo-Operacional.

Com relação à atuação no mercado armazenador, foi a seguinte a situação, entre 1979 e 1982:

— Armazenagem a Meio Ambiente — recebimento de 2.347.239t de trigo, 1.644.835t de soja e 2.483.579t de outros produtos;

— Armazenagem em Ambiente Controlado — recebimento de 13.621 “pallets” de produtos refrigerados (maçã, ameixa, uva, pêssego, etc.) e de 12.772t de produtos congelados (carnes e aves).

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Produção Vegetal

OBJETIVO:

formar Hortos Florestais com o total de 600 hectares de terras, visando ao auto-abastecimento de lenha para os 61 secadores de grãos da companhia

REALIZAÇÕES:

— formação de Hortos Florestais nos municípios de Tapejara, Santo Ângelo, Cruz Alta, Camaquã

180 ha

Programa: Abastecimento

OBJETIVO:

implementar os investimentos e medidas indicados para melhorar a qualidade do processo de comercialização

REALIZAÇÕES:

— ampliação da capacidade armazenadora de grãos nas unidades localizadas nos municípios de Lagoa Vermelha, São Gabriel e Santa Bárbara do Sul

11.550 toneladas

— ampliação da capacidade armazenadora a frio: edificação do frigorífico de Pelotas, com 34.000 m³ de área de estocagem

2.576 m³

— ampliação da capacidade armazenadora a frio do frigorífico de Caxias do Sul, através da edificação de prédio complementar, com área total de 19.800 m³

2.970 m³

OBJETIVO:

preservar a produção agrícola do Rio Grande do Sul, conservando os produtos perecíveis ou deterioráveis

REALIZAÇÕES:

- armazenagem a frio. Em “pallets”, dos produtos refrigerados: maçã, pêssego, ameixa, uva e outros, no município de Caxias do Sul
7.833 unidades
- armazenagem a frio de produtos congelados (carnes e ovos)
1.720 toneladas
- armazenamento de grãos: recebimento de soja
392.528 toneladas
- armazenamento de grãos: recebimento de trigo
578.221 toneladas
- armazenamento de grãos: recebimento de outros produtos
389.570 toneladas
- visita a agricultores e usuários da rede operacional, com finalidade de prestar orientação técnica para pré-armazenagem
2.610 visitas

**ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL — EMATER/RS**

DESEMPENHO 1979/82

Entre as atividades realizadas pela EMATER/RS, no período 1979/82, são de destacar aquelas vinculadas a dois grandes objetivos, a saber: o de concorrer para o auto-abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul em produtos alimentares, e o de estabelecer uma nova estratégia e maior abrangência da assistência técnica e extensão rural, para levar conhecimentos ao homem do campo.

Com relação ao auto-abastecimento do Estado, a EMATER/RS dirigiu sua atenção a todos os produtos alimentares básicos, com ênfase especial no feijão e no milho.

No caso do feijão, as quedas da área cultivada e do rendimento, bem como a ocorrência de sucessivas frustrações de safras, levaram o Estado e o País a uma crise de abastecimento deste produto, no início da atual Administração.

Por orientação da Secretaria da Agricultura a EMATER/RS concentrou seus esforços no aumento da produção, estimulando os produtores a aumentarem a área cultivada, utilizando as facilidades creditícias oferecidas para a cultura. Este esforço foi organizado através da campanha “Tratamento de Choque à Produção Rio-grandense de Feijão”, que atingiu mais de 50% da área cultivada e cerca de 75.000 produtores. Complementarmente ao esforço de mobilização do produtor, foram instaladas dezenas de unidades demonstrativas, visando a divulgar novas sementes e técnicas de cultivo, capazes de melhorarem a produtividade da cultura.

Paralelamente, a EMATER/RS desenvolveu um programa de apoio à comercialização de feijão junto a 4 Cooperativas. Com recursos do Projeto EMBRATER/BIRD, estas recebem um caminhão cada uma, subsidiado em 74% de seu valor, para realizarem a compra do produto diretamente no interior dos municípios. Da mesma forma, integradamente à Companhia Estadual de Silos e Armazéns — CESA, e à Comissão de Financiamento da Produção — CFP, procurou-se equacionar problemas localizados de excesso de oferta, de forma a evitar o aviltamento de preços.

Em decorrência desse esforço, a área cultivada anual (2 safras) reagiu e ultrapassou os 210.000 ha. A queda dos rendimentos foi detida, e há uma tendência à sua estabilização ou crescimento. Assim, 1.306 produtores líderes, assistidos pela EMATER obtiveram, em suas unidades demonstrativas, um rendimento médio de 1.545Kg/ha, na safra de 1982. Neste mesmo ano, o Estado se auto-abasteceu, em termos de feijão.

Com relação ao milho, ao início da atual Administração, este produto apresentava-se como uma cultura quase que exclusivamente de subsistência, voltada para as necessidades internas dos estabelecimentos produtores, com rendimentos estacionados em baixo nível, e com poucas perspectivas. As frustrações de safras de 1978 e 1979 geraram uma crise de abastecimento de grandes proporções, especialmente para a avicultura industrial, então em fase de vigorosa expansão.

Em 1979, a EMATER, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Agronômicas — IPAGRO, iniciou o Programa Integrado de Transferência de Tecnologia em milho. Posteriormente, este Programa passou a ser integrado, também, por outras instituições como a Companhia Estadual de Silos e Armazéns — CESA, cooperativas, agências bancárias, organizações municipais e empresas privadas.

Hoje, a EMATER/RS tem cerca de 600 extensionistas envolvidos na assistência a produtores de milho, tendo, na safra 1981/1982 instalado cerca de 2.500 unidades demonstrativas que atingiram um rendimento médio de 5.074 Kg/ha. Foram atingidos diretamente 117.022 produtores, sendo que, cerca da metade destes, assistidos regularmente, atingiram uma produtividade de 3.219Kg/ha em 1981, e 2.589Kg/ha em 1982, este um ano em que houve seca.

O resultado geral é conhecido: em 1980, pela primeira vez, o Estado ultrapassou a marca de 3 milhões de toneladas de produção. Em 1981, ultrapassou 3,8 milhões de toneladas, atingindo um rendimento superior a 2 toneladas por hectare, também sem precedentes.

O milho hoje é uma cultura economicamente importante, inserida dentro do esquema de diversificação da lavoura estadual. Têm sido realizados ganhos tecnológicos considerados permanentes e há, ainda, um amplo potencial para novos avanços. As criações que dependem deste cereal acham-se abastecidas.

Por outro lado, divulga-se e restaura-se o uso do milho como importante alimento para o homem, especialmente o homem rural.

Objetivando a adoção de uma nova estratégia de prestação de assistência técnica aos produtores rurais, bem como a obtenção de maior abrangência nesta área de atuação, foi elaborado o Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, como resposta do Governo Estadual ao desafio representado pelo grande número de pequenos produtores rurais do Estado — mais de 300.000 —, o alto custo dos insumos, os preços baixos, o desgaste dos solos, o uso de agrotóxico e a má comercialização, entre outros problemas.

Abrindo escritórios da EMATER em 20 municípios onde esses não existiam, e instalando um programa de assistência intensiva em 52 municípios, o Plano reformulou conceitos e propôs diversas inovações à assistência técnica tradicional.

Cerca de 300 técnicos agrícolas passaram a residir nas próprias comunidades ru-

SCP

rais, geralmente em casas de agricultores. Integrados ao dia-a-dia dos produtores, com eles identificam e discutem os problemas existentes, levando esses problemas a seus supervisores (agrônomos, veterinários ou zootecnistas), os quais propõem programas de trabalho para superá-los.

Este método de trabalho, somado à organização de produtores em grupos e ao estímulo à cooperativização, vem dando uma nova dimensão à assistência técnica prestada pela EMATER ao pequeno produtor. Assim, no ano agrícola 1980/81, foram atingidos, diretamente pela EMATER, 120.497 produtores, 48.785 senhoras e 18.374 jovens, num total de 187.656 pessoas, bem como 2.770 Grupos e Clubes, envolvendo 60.374 participantes. Esta situação evoluiu, no ano agrícola 1981/82, para 188.928 produtores, 81.407 senhoras e 25.920 jovens atendidos diretamente, e 6.072 Grupos e Clubes, com um total de 116.596 participantes.

Deve-se levar em conta, ainda, que o Plano permitiu reduzir o custo por produtor atendido, e que os resultados obtidos em produtividade das culturas e criações equivalem aos da assistência técnica tradicional.

Dentro da área de extensão rural foi, ainda, dado destaque ao aumento de produtividade, à redução de custos e perdas, à preservação de recursos naturais e ao bem-estar da família rural.

Sendo o aumento da produtividade das lavouras e criações um dos objetivos perseguidos pela Administração Estadual, a EMATER, seus produtores assistidos e líderes têm provado que isso é possível, o que se pode comprovar através da comparação entre a produtividade média do Estado nos principais produtos agrícolas, e a produtividade obtida pelos produtores assistidos e unidades demonstrativas do Órgão.

Assim, a produtividade média do Estado, por produto, é a seguinte: arroz — 4,364 Kg/ha; feijão — 0,688 Kg/ha; milho — 1,700 Kg/ha; soja — 1,192 Kg/ha; trigo — 1,187 Kg/ha; uva — 11,116 Kg/ha; citrus — 17,491 Kg/ha; pêssego — 5,500 Kg/ha; alho — 2,683 Kg/ha; batata — 5,376 Kg/ha; bovinos de corte — 0,035 Kg/ha/a; bovinos de leite — 1,034 l/vaca/a; lã (velo) — 2,955 g/cab/a; suínos — 0,054 Kg/cab/a.

Para os produtores assistidos e unidades demonstrativas estes valores, por produto, são os seguintes, respectivamente: arroz — 4,857 Kg/ha e 6,387 Kg/ha; feijão — 0,887 Kg/ha e 1,545 Kg/ha; milho — 2,589 Kg/ha e 5,074 Kg/ha; soja — 1,354 Kg/ha e 1,934 Kg/ha; trigo — 1,294 Kg/ha e 1,653 Kg/ha; uva — 15,965 Kg/ha e 18,665 Kg/ha; citrus — 21,995 Kg/ha e 35,000 Kg/ha; pêssego — 7,208 kg/ha e 15,983 Kg/ha; alho — 3,598 Kg/ha e 3,953 Kg/ha; batata — 8,468 Kg/ha e 14,222 Kg/ha; bovinos de corte — 0,047 Kg/ha/a e 0,061 Kg/ha/a; bovinos de leite — 1,734 l/vaca/a e 2,547 l/vaca/a; lã (velo) — 3,181 g/cab/a e 3,334 g/cab/a; suínos — 0,089.

Como se pode observar, há uma diferença considerável, favoravelmente à área de atuação da EMATER.

Com relação à redução de custos e perdas, as campanhas "Evite Perdas na Colheita da Soja", iniciadas pelo Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura, e hoje continuadas pela EMATER vêm, gradualmente, criando uma consciência de que as perdas podem, e devem, ser evitadas. Estima-se que, anualmente, sejam, recuperadas cerca de 20.000t de soja, graças a essas campanhas.

Atividade semelhante vem sendo desenvolvida em relação ao milho armazenado, difundindo-se o uso de paióis melhorados e de silos subterrâneos.

O uso de recursos internos do estabelecimento, como palhas, esterco, produção própria de madeira, uso de energia alternativa, produção própria de grãos, auto-abastecimento alimentar constituiu-se em atividade intensamente estimulada pela extensão rural, visando a reduzir os custos de produção e reduzir a dependência externa do pequeno produtor e, desta forma, aumentar sua segurança e sua renda líquida.

Cabe destacar a difusão do uso de biogás, ainda em fase de adaptação de desenvolvimento de tecnologia. A EMATER, nesse sentido, já instalou 265 biodigestores, 12 dos quais estão acionando, inclusive, motores estacionários adaptados.

Dentro da linha de trabalho relativa à preservação de recursos naturais, destacam-se o controle integrado de pragas, e o projeto de uso, manejo e conservação do solo e da água.

Controle integrado, em 1981/82, foi trabalhado em 115 municípios, por 489 extensionistas da EMATER/RS. Os produtores assistidos utilizaram um conjunto de técnicas e procuraram reduzir, ao máximo, o emprego de químicos realizando, em média, como resultado, 0,72 aplicações de defensivos, enquanto os que não adotaram o método fizeram uma aplicação média de 1,53. Isso representou uma economia de Cr\$ 22 mil por produtor assistido, e menos problemas de saúde para os produtores, e danos ao meio ambiente.

Já em conservação do solo e água, cabe destacar que dos 38.521 produtores assistidos neste projeto, 19.190 não queimaram suas restevas, 21.667 estão utilizando o solo de acordo com sua capacidade de uso, 12.908 estão realizando adubação orgânica e 3.716 estão utilizando a técnica de cultivo mínimo.

No que diz respeito ao bem-estar da família rural, esta importante linha do trabalho extensionista obteve destacadas realizações no ano agrícola 1981/82, no qual 23.112 hortas e hortões domésticos, e 6.679 pomares domésticos foram assistidos.

Na Região de Santa Rosa consolidou-se o trabalho de saneamento básico rural. Com a participação da Secretaria Estadual da Saúde, Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Companhia Rio-grandense de Saneamento e entidades locais foi executado, pelos extensionistas da EMATER, um amplo trabalho de mobilização da população do meio rural, no sentido de ser levantada a situação da água de abastecimento familiar e a situação da população, quanto à infestação com verminoses. Esta trabalho alcançou 120 comunidades de 27 municípios da Região.

Com resultados capazes de preocupar a população e lideranças locais, este levantamento deu base e motivação para todo um trabalho de saneamento básico rural que agora está sendo desenvolvido na área do Programa.

Procurando diagnosticar com maior precisão a situação alimentar de seu público-alvo, a EMATER/RS, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência, realizou o levantamento antropométrico de crianças do meio rural rio-grandense. O levantamento abrangeu 13.692 crianças na faixa etária de 1 a 6 anos, e 19.318 crianças, na faixa de 7 a 14 anos. A análise preliminar dos dados indica que os padrões de altura e peso das crianças participantes estão abaixo do normal estabelecido para a idade.

Paralelamente foi feita outra pesquisa, sobre avaliação da dieta do escolar. Com auxílio da rede de Ensino, foram pesquisadas as dietas de 17.563 alunos de ambos os sexos, em escolas do meio rural. Os resultados preliminares indicam elevados índices de carência de proteína animal e baixo consumo de hortaliças e frutas.

Ambos os levantamentos indicam uma só direção: é preciso redobrar os esforços em prol da educação alimentar e produção de alimentos para a população de baixa renda rural.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Promoção e Extensão Rural

OBJETIVO:

melhorar a produção, produtividade, renda, organização e qualidade de vida dos produtores rurais e suas famílias, através da assistência direta a produtores, senhores, senhoras e jovens, no Rio Grande do Sul.

REALIZAÇÕES:

- assistência direta a produtores, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82
188.928 pessoas
- assistência direta a Famílias, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82
81.407 pessoas
- assistência regular a jovens, em 145 municípios, no ano agrícola 81/82
25.920 pessoas
- organização e/ou assistência a grupos de produtores, em 177 municípios. No ano agrícola 81/82, com 57411 participantes.
3.600 unidades
- organização e/ou assistência a grupos e clubes de jovens, em 145 municípios. No ano agrícola 81/82, com 36.411 participantes
1.621 unidades
- organização e/ou assistência a grupos e clubes de jovens, em 145 municípios. No ano agrícola 81/82, com 22.774 participantes
851 unidades
- organização e/ou assistência a associações de prestação de serviços e assistência técnica, em 13 municípios de Estado, no ano agrícola 81/82, com 700 participantes
11 unidades
- assistência a cooperativas, envolvendo 56.136 associados. Em 20 municípios, no ano agrícola 81/82
21 unidades

- assistência à colônia de pescadores, com 4032 associados, em 6 municípios, no ano agrícola 81/82
6 unidades
- organização de feira do produtor, para venda de excedentes da produção em 53 municípios, no ano agrícola 81/82, considerando-se as 28 já existentes
53 unidades
- assistência a escolas em 177 municípios. No ano agrícola 81/82, atingindo 4889 professores e 56984 alunos
2.629 unidades
- assistência a 857 produtores de arroz (20035 ha), em 14 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
4.857 Kg/ha
- aplainamento do solo nas lavouras de arroz de 291 produtores assistidos, em 14 municípios, no ano agrícola 81/82
5.572 ha
- controle de invasoras na lavoura de arroz por 630 produtores assistidos, em 14 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
14.279 ha
- assistência a 1152 produtores de batata-inglesa, 1ª e 2ª safras (3505 ha). Em 6 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
8.468 Kg/ha
- uso de semente melhorada na cultura da batata-inglesa, por 488 produtores assistidos, em 6 municípios, no ano agrícola 81/82
955 ha
- controle fitossanitário da cultura da batata-inglesa, por 963 produtores assistidos, em 6 municípios, no ano agrícola 81/82
2.321 ha
- assistência a 22899 produtores de feijão, 1ª e 2ª safras (50137 ha), em 105 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
887 Kg/ha
- uso de cultivares de melhor qualidade na lavoura de feijão, por 12890 produtores assistidos, em 105 municípios, no ano agrícola 81/82
24.051 ha
- uso de adubação de manutenção na lavoura do feijão, por 13429 produtores assistidos, em 105 municípios, no ano agrícola 81/82
20.736 ha

- uso de semente própria na lavoura de feijão por 13.511 produtores assistidos, em 105 municípios, no ano agrícola 81/82
29.706 ha
- assistência a 54635 produtores de milho (324268 ha) em 162 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
2.589 Kg/ha
- uso de cultivares indicados na lavoura de milho, por 43367 produtores assistidos, em 162 municípios, no ano agrícola 81/82
245.998 ha
- armazenamento adequado do milho, por 23935 produtores assistidos, em 162 municípios, no ano agrícola 81/82
256.661 toneladas
- assistência a 79 produtores de colza (514 ha), em 16 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
846 Kg/ha
- assistência a 1152 produtores de bata-inglesa, 1ª e 2ª safras (3505 ha), no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
1.354 Kg/ha
- diminuição no índice em percentual, de perdas na colheita da soja mecanizada, por 11990 produtores assistidos, numa área de 311877 ha, em 95 municípios, no ano agrícola 81/82
6%
- instalação de armadilhas luminosas para controle de pragas da soja, por 878 produtores assistidos, numa área de 11725 ha, em 106 municípios, no ano agrícola 81/82
1.927 unidades
- controle de invasores na lavoura de soja, por 16327 produtores assistidos, em 106 municípios, no ano agrícola 81/82
299.838 ha
- assistência a 2009 produtores de trigo (53163 ha), em 55 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
1.249 Kg/ha
- uso da prática rotação de culturas, visando à redução das doenças e pragas que atacam a cultura do trigo, por 904 produtores assistidos, em 55 municípios, no ano agrícola 81/82
25.573 ha
- controle biológico da lavoura de trigo, por 57 produtores assistidos, em 55 municípios, no ano agrícola 81/82
2.132 ha

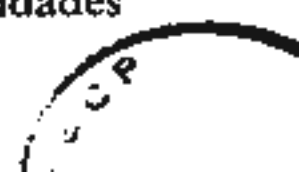
- assistência a 191 produtores de mandioca (757 ha), em 3 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
20.668 Kg/ha
- controle de pragas e doenças em olericultura, por 1.921 produtores assistidos, em 52 municípios, no ano agrícola 81/82
3.679 ha
- assistência a 48 produtores de abacaxi (183 ha), no município de Osório, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
14.000 Kg/ha
- adubação de manutenção na lavoura de abacaxi, por 46 produtores assistidos, no município de Osório, no ano agrícola 81/82
129 ha
- assistência a 547 produtores de banana (1497 ha), nos municípios de Osório e Torres, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
10.663 Kg/ha
- uso do desbaste na lavoura de banana, por 433 produtores assistidos, nos municípios de Osório e Torres, no ano agrícola 81/82
1.049 ha
- assistência a 7564 produtores de uva (17093 ha), em 15 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
15.965 Kg/ha
- adoção da poda seca e verde na cultura de uva, por 3.040 produtores assistidos, em 15 municípios, no ano agrícola 81/82
5.124 ha
- assistência a 287 produtores de maçã (691 ha), em 6 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
14.585 Kg/ha
- utilização da poda verde e seca na cultura da maçã, por 249 produtores assistidos, em 6 municípios, no ano agrícola 81/82
464 ha
- assistência a 1496 produtores de citrus (2862 ha), em 10 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
21.995 Kg/ha
- controle de pragas e doenças na cultura de citrus, por 610 produtores assistidos, em 10 municípios, no ano agrícola 81/82
1.807 ha
- assistência a 74 produtores de aspargos (87 ha), no município de Pelotas, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
2.103 Kg/ha

- assistência a 152 produtores de morango (111 ha), em 3 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
3.982 Kg/ha
- assistência a 655 produtores de frutíferas (1033 ha) em 17 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
8.950 Kg/ha
- assistência a 333 produtores de pêsego (1403 ha), em 4 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade
7.208 Kg/ha
- assistência a 362 produtores de aves de corte, em 7 municípios, no ano agrícola 81/82
19.588.000 cabeças
- assistência a criadores de aves para postura (584.000 aves), em 5 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar a produtividade em ovo/ave/ano
250 unidades
- controle sanitário dos rebanhos de aves de corte e postura, por 362 produtores assistidos, em 7 municípios, no ano agrícola 81/82
19.251.000 animais
- manejo de pintos, por 353 produtores assistidos, em 7 municípios, no ano agrícola 81/82
14.315.000 cabeças
- assistência a 2065 criadores de bovinos de corte, em 40 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar o atual nível de produtividade
48 Kg/ha/ano
- controle de verminose do rebanho de corte, por 1.121 produtores assistidos, em 40 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
335.730 animais
- manejo da reprodução no rebanho bovino de corte, por 961 produtores assistidos, em 40 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
217.839 animais
- criação correta da terneira, por 2901 produtores assistidos no projeto "Bovino de Leite", em 89 municípios, no ano agrícola 81/82
11.605 animais
- assistência a 1139 produtores de leite, em 89 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar o atual nível de produtividade
1.733 litros/vaca/ano
- assistência a 1692 produtores, em 89 municípios, para a produção de silagem, no ano agrícola 81/82
62.528 toneladas

- assistência a 1148 criadores de ovinos, em 26 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar o atual nível de produtividade
3.181 Gr/velo/ano
- utilização de carneiros melhoradores, por 711 produtores, em 26 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
4.656 animais
- adequação da época de cobertura de ovelhas, por produtores assistidos, em 26 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
544 pessoas
- assistência a 12405 criadores de suínos, em 93 municípios, no ano agrícola 81/82, visando a elevar o atual nível de produtividade
13 leitões p/ano
- uso de alimentação correta para o rebanho suíno, por 8397 produtores assistidos, em 93 municípios, no ano agrícola 81/82
177.795 toneladas
- adoção do conjunto de práticas relacionadas com o manejo dos leitões, por 7188 produtores assistidos, em 93 municípios, no ano agrícola 81/82
320.988 animais
- introdução de alevinos, por 627 produtores assistidos, no projeto "piscicultura", em 680 açudes com 1091 ha, em 33 municípios, no ano agrícola 81/82
451.053 animais
- melhoria da apresentação do produto da pesca, através de métodos de captura, conservação a bordo e manipulação do pescado por pescadores assistidos, em 6 municípios, no ano agrícola 81/82
412 pessoas
- produção do pescado, por 697 pescadores assistidos no projeto "Pesca Artesanal", em 6 municípios, no ano agrícola 81/82
12.959 toneladas
- inspeção da produção de sementes fiscalizadas nas culturas de trigo, cevada, feijão, forrageiras e colza de 650 produtores, em 13 municípios, no ano de 1982
98.403 ha
- realização de inspeção em unidades de beneficiamento de sementes, em 13 municípios, no ano de 1982
3.615 unidades
- assistência a 37 produtores de sorgo granífero, nos municípios de Bagé e Dom Pedrito, no ano agrícola 81/82, visando a elevar o nível atual de produtividade
3.000 Kg/ha

- atendimento a 19.190 produtores assistidos, na prática de eliminação de queimadas, em 166 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
256.223 ha
- uso adequado do solo, por 21667 produtores, em 166 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
262.383 ha
- uso de adubação orgânica/verde, por 12908 produtores assistidos, em 166 municípios do Estado, no ano agrícola 81/82
49.827 ha
- adoção da prática de terraceamento, por 10471 produtores assistidos, em 166 municípios, no ano agrícola 81/82, visando ao controle da erosão
140.863 ha
- implantação de biodigestores (unidades a atingir), em 62 municípios do Estado, até o fim do ano agrícola 81/82, considerando-se os 109 já existentes
208 unidades
- instalações de hortas e hortões pelas famílias assistidas no projeto "alimentação", em 145 municípios, no ano agrícola 81/82
23.112 famílias
- adoção da prática cuidadosa com a grua, pelas famílias assistidas no projeto "saúde", em 144 municípios, no ano agrícola 81/82
8.542 famílias
- instalação de hidrossanitários e privadas higiênicas pelas famílias assistidas no projeto "habitação", em 129 municípios, no ano agrícola 81/82
8.264 famílias
- melhoria da captação de águas pelas famílias assistidas no projeto "habitação", em 129 municípios, no ano agrícola 81/82
2.866 famílias
- realização de reuniões para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
35.283 reuniões
- realização de visitas para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
487.429 visitas
- realização de demonstrações técnicas para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
28.072 unidades

- realização de programas de rádio, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
5.330 unidades
- distribuição de material educativo para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
156.757 unidades
- elaboração de artigos de jornal para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
3.058 unidades
- realização de dias de campo, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo jovens e adultos
270 unidades
- realização de cursos e treinamentos para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo jovens e adultos
1.480 unidades
- realização de campanhas para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
474 unidades
- realização de semanas para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
177 unidades
- realização de concursos de produtividade, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
213 unidades
- realização de encontros e seminários, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 40 municípios, no ano agrícola 81/82
40 unidades
- instalação de demonstrações de resultados, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo jovens e adultos
931 unidades
- instalação de unidades demonstrativas para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
6.010 unidades



- instalação de unidades de observação, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
1.195 unidades
- realização de exposições e exposições-feiras, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
210 unidades
- realização de programas de televisão, para o alcance dos objetivos e metas do programa, por 5 municípios, no ano agrícola 81/82, atingindo adultos e jovens
170 unidades
- realização de excursões, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82
1.013 unidades
- utilização de crédito rural orientado, por 13229 produtores assistidos, com 13229 planos de crédito, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82
Cr\$ 4,339 bilhões
- utilização de produtores líderes, devidamente treinados para atuarem como agentes multiplicadores, em 73 municípios, no ano agrícola 81/82, junto a 6702 produtores
400 pessoas
- produção, pelo escritório central, de material educativo impresso, dirigido a produtores, famílias e jovens de 177 municípios, no ano agrícola 81/82
1.413.000 unidades
- elaboração de programas radiofônicos, pelo escritório central, dirigidos ao público rural, para difusão diária em 15 emissoras, no ano agrícola 81/82
191 unidades
- realização de filmetes de 30 segundos cada, com 15 inserções para veiculação estadual, no ano agrícola 81/82
2 unidades
- elaboração do jornal "O Agricultor", pelo escritório central, dirigido ao produtor rural e sua família, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82
360.000 exemplares
- realização de cursos e treinamentos, pelo escritório central, dirigidos aos técnicos, no ano agrícola 81/82
1.279 pessoas

- elaboração de foguetes, jingles e spots, pelo escritório central, com mensagens para radiodifusão em 70 emissoras de 70 municípios, no ano agrícola 81/82
26 unidades
- assistência direta a produtores, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
156.165 produtores
- assistência direta a famílias, em 177 municípios, no ano agrícola 81/82
83.012 famílias
- assistência direta e regular a jovens, em 161 municípios, no ano agrícola 82/83
28.400 pessoas
- organização e/ou assistência a grupos de produtores, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, com 65817 participantes
3.506 grupos
- organização e/ou assistência a grupos e clubes de senhoras, em 159 municípios, no ano agrícola 82/83, com 43.239 participantes
1.739 grupos
- jovens, em 161 municípios, no ano agrícola 82/83, com 29610 participantes
993 grupos
- organização e/ou assistência a associações de prestação de serviços e assistência técnica, em 11 municípios, no ano agrícola 82/83, com 702 participantes
12 associações
- assistência a cooperativas, envolvendo 62800 associados, em 20 municípios, no ano agrícola 82/83
29 cooperativas
- assistência a clubes de integração e troca de experiências (CITES), de produtores, em 33 municípios, no ano agrícola 82/83
28 grupos
- organização de feira do produtor para venda de excedentes da produção, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
73 unidades
- assistência a escolas, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo 5238 professores e 74352 alunos
2.720 escolas
- aplainamento do solo na lavoura de arroz, por 398 produtores assistidos, em 18 municípios, no ano agrícola 82/83
2.220 ha

- controle de invasoras na lavoura do arroz, por 758 produtores assistidos, em 18 municípios, no ano agrícola 82/83
998 ha
- uso de semente melhorada na cultura da batata-inglesa, por 609 produtores assistidos, em 6 municípios, no ano agrícola 82/83
695 ha
- controle de doenças da cultura da batata-inglesa, por 852 produtores assistidos, em 6 municípios, no ano agrícola 82/83
1.169 ha
- uso de cultivar de melhor qualidade na lavoura de feijão, por 14396 produtores assistidos, em 112 municípios, no ano agrícola 82/83
23.041 ha
- uso de adubação de manutenção na lavoura do feijão, por 13008 produtores assistidos, em 112 municípios, no ano agrícola 82/83
14.932 ha
- uso de semente própria na lavoura de feijão, por 14278 produtores assistidos, em 112 municípios, no ano agrícola 82/83
27.394 ha
- uso de cultivares indicados na lavoura do milho, por 54546 produtores assistidos, em 163 municípios, no ano agrícola 82/83
210.547 ha
- adubação de manutenção na lavoura do milho, por 48.007 produtores assistidos, em 163 municípios, no ano agrícola 82/83
162.123 ha
- instalação de armadilhas luminosas para controle das pragas da soja, por 2311 produtores assistidos, em 111 municípios, no ano agrícola 82/83
560 unidades
- controle de invasoras na lavoura de soja, por 21564 produtores assistidos, em 111 municípios, no ano agrícola 82/83
53.755 ha
- uso da prática de diversificação de cultivar na cultura do trigo, por 2682 produtores assistidos, em 67 municípios, no ano agrícola 82/83
64.730 ha
- adubação de manutenção na lavoura de mandioca, por 349 produtores assistidos, em 15 municípios, no ano agrícola 82/83
815 ha
- uso de melhor época de plantio do alho, por 290 produtores assistidos, em 13 municípios, no ano agrícola 82/83
72 ha

- uso de adubação química e orgânica na lavoura de cebola, por 785 produtores assistidos, em 4 municípios, no ano agrícola 82/83
1.249 ha
- assistência a 174 produtores de tomate-inverno de mesa (172 ha), em 5 municípios, no ano agrícola 82/83, visando a elevar a produtividade
32.907 Kg/ha
- controle de doenças na cultura do tomate-verão e tomate-inverno de mesa, por 1058 produtores assistidos, em 11 municípios, no ano agrícola 82/83
113 ha
- assistência a 3096 produtores de olerícolas, em 63 municípios, no ano agrícola 82/83
2.330 ha
- uso de adubação orgânica e química em olericultura, por 2484 produtores assistidos, em 63 municípios, no ano agrícola 82/83
1.456 ha
- uso de irrigação por aspersão e em sulcos, em olericultura, por 985 produtores assistidos, em 63 municípios, no ano agrícola 82/83
638 ha
- uso da prática indução floral, na cultura do abacaxi, por 57 produtores assistidos, no município de Osório, no ano agrícola 82/83
79 ha
- uso de adubação de manutenção na cultura do abacaxi, por 57 produtores assistidos, no município de Osório, no ano agrícola 82/83
106 ha
- uso de desbrote na cultura da banana, por 504 produtores assistidos, nos municípios de Osório, Taquara e Torres, no ano agrícola 82/83
251 ha
- preparo de caldas fúngicas para o controle adequado de doenças da cultura da uva, por 5176 produtores assistidos, em 22 municípios, no ano agrícola 82/83
3.816 ha
- utilização de poda seca e verde na cultura da uva, por 4984 produtores assistidos, em 22 municípios, no ano agrícola 82/83
6.433 ha
- utilização da poda seca na cultura da maçã, por 312 produtores assistidos, em 11 municípios, no ano agrícola 82/83
593 ha
- controle de doenças e pragas na cultura de citrus, por 858 produtores assistidos, em 13 municípios, no ano agrícola 82/83
1.750 ha



- uso de adubação orgânica na cultura de citrus, por 635 produtores assistidos, no ano agrícola 82/83
351 ha
- utilização da poda seca na cultura do pêsego, por 325 produtores assistidos, no ano agrícola 82/83
1.202 ha
- assistência a 413 criadores de aves de corte, em 6 municípios, no ano agrícola 82/83
2.874.000 cabeças
- assistência a criadores de aves de postura, em 4 municípios, no ano agrícola 82/83, visando a alcançar a produtividade de 250 ovos/ave/ano
114.000 cabeças
- controle sanitário dos rebanhos de aves de corte e postura, por 413 produtores assistidos, no ano agrícola 82/83
2.420.000 cabeças
- uso da prática “manejo dos pintos”, por 377 produtores assistidos, no projeto “aves de corte e postura” no ano agrícola 82/83
2.441.000 cabeças
- uso da prática “desmame antecipado dos terneiros do rebanho bovino de corte”, por 1585 produtores assistidos, em 44 municípios, no ano agrícola 82/83
4.812 cabeças
- uso de mineralização do rebanho bovino de corte, por 2009 produtores assistidos, em 44 municípios, no ano agrícola 82/83
19.954 ha
- plantio de pastagens anuais e perenes, por 10412 produtores de leite assistidos, em 99 municípios, no ano agrícola 82/83
19.954 ha
- criação correta de terneira, por 3917 produtores assistidos em bovinos de leite, em 99 municípios, no ano agrícola 82/83
5.507 cabeças
- aquisição de reprodutores melhoradores, por 1046 criadores de ovinos assistidos, em 35 municípios, no ano agrícola 82/83
743 cabeças
- utilização da prática “desmame antecipado dos cordeiros”, por produtores assistidos, em 35 municípios, no ano agrícola 82/83
23 produtores
- adoção do conjunto de práticas relacionadas com o manejo dos leitões, por 11064 produtores assistidos, em 91 municípios, no ano agrícola 82/83
201.749 cabeças

- uso de reprodutores machos de melhor qualidade, por 5697 criadores assistidos de suínos, em 91 municípios, no ano agrícola 82/83
6.930 cabeças
- assistência a 56970 produtores no projeto “uso, manejo e conservação do solo”, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, visando a uma exploração racional das terras
620.021 ha
- eliminação de queimadas, por 33780 produtores assistidos, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
255.820 ha
- uso de adubação orgânica e verde, por 26465 produtores assistidos, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
84.437 ha
- uso da prática de terraceamento, por 15247 produtores assistidos, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
161.871 ha
- utilização da prática “uso adequado do solo”, por 29334 produtores assistidos, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
325.478 ha
- implantação de biogestores em 177 municípios, até o final do ano agrícola 82/83, considerando-se os 208 já existentes
208 unidades
- instalação de ariete hidráulico, roda de água e turbina hidráulica por 121 produtores assistidos, em 15 municípios, no ano agrícola 82/83
67 unidades
- assistência a 2291 produtores, em 67 municípios, no ano agrícola 82/83, levando-os a usar a tecnologia mais racional e econômica da mecanização e tração animal
19.026 ha
- assistência a 344 produtores, no Projeto Provárzeas, em 8 municípios, no ano agrícola 82/83, visando a incorporar várzeas não utilizadas, ou subexploradas, ao processo produtivo
99 ha
- instalação de hortas e hortões, por 35717 famílias assistidas, em 159 municípios, no ano agrícola 82/83, visando à produção de alimentos para suprir as deficiências alimentares
7.261 unidades
- criação de aves, vacas, suínos, coelhos, cabras e abelhas, por famílias assistidas, em 159 municípios, no ano agrícola 82/83, visando à produção de alimentos para subsistência
15.891 famílias

- proteção das fontes de água por famílias assistidas de 159 municípios, no ano agrícola 82/83, com vistas a uma melhor saúde
5.535 famílias
- instalação de fossas de pedra para o destino das águas servidas, por 6889 famílias assistidas, em 159 municípios, no ano agrícola 82/83
2.882 unidades
- instalação de hidrossanitários, por 6908 famílias assistidas, em 149 municípios, no ano agrícola 82/83, visando a um melhor aspecto da habitação, e conseqüente melhoria de saúde
2.104 unidades
- construção de banheiros rústicos, por 4481 famílias assistidas, em 149 municípios, no ano agrícola 82/83
2.122 unidades
- realização de reuniões, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
13.516 reuniões
- realização de visitas, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
252.625 visitas
- realização de demonstrações técnicas, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
16.446 unidades
- realização de programas de rádio, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
3.405 programas
- distribuição de material educativo, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
114.630 exemplares
- elaboração de artigos de jornal, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
1.681 unidades
- realização de dias de campo, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 77 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
98 unidades
- realização de cursos e treinamentos, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo 27249 adultos e jovens
603 cursos

- realização de campanhas, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
336 campanhas
- realização de semanas, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, atingindo adultos e jovens
208 unidades
- realização de concursos de produtividade, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
164 concursos
- instalação de unidades demonstrativas, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
5.627 unidades
- instalações de demonstrações de resultados, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
672 unidades
- instalação de unidades de observação, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83, atingindo adultos e jovens
782 unidades
- realização de programas de televisão, para o alcance dos objetivos e metas do programa de promoção e extensão rural, no Rio Grande do Sul
73 programas
- realização de excursões, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
186 unidades
- realização de exposições e exposições-feiras, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 161 municípios, no ano agrícola 82/83, por jovens rurais
43 eventos
- realização de encontros e seminários, para o alcance dos objetivos e metas do programa, em 10 municípios, no ano agrícola 82/83, junto a 340 jovens rurais
28 encontros
- utilização de crédito rural orientado, por 15290 produtores assistidos, com 15290 planos de crédito, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
Cr\$ 2,796 bilhões

- utilização de produtores líderes, devidamente treinados para atuarem como agentes multiplicadores, em 142 municípios, no ano agrícola 82/83, junto a 26942 adultos e jovens
1.659 produtores
- produção, pelo escritório central, de material educativo impresso, dirigido a produtores, famílias e jovens de 177 municípios, no ano agrícola 82/83
400.000 exemplares
- elaboração de programas radiofônicos, pelo escritório central, dirigido ao público rural, para difusão diária em 14 emissoras do interior do Estado, no ano agrícola 82/83
120 programas
- elaboração de jingles, spots, foguetes, pelo escritório central, com mensagens para radiodifusão em 70 emissoras, de 70 municípios, no ano agrícola 82/83
11 unidades
- elaboração do jornal "O Agricultor" pelo escritório central, dirigido ao produtor rural e sua família, em 177 municípios, no ano agrícola 82/83
200.000 exemplares
- produção, pelo escritório central, de comerciais tecnológicos de 30 segundos cada, em vídeo teipe, para veiculação estadual em 11 emissoras de televisão no ano agrícola 82/83
3 programas
- produção, pelo escritório central, de audiovisuais, para utilização pelos técnicos de campo, de 177 municípios, no ano agrícola 82/83
3 unidades
- organização e montagem, pelo escritório central, de estandes para exposições e feiras de âmbito estadual, para apoio às atividades de campo, no ano agrícola 82/83
1 evento
- realização de cursos e treinamentos, pelo escritório central, dirigidos aos técnicos de campo, no ano agrícola 82/83
461 técnicos

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
DO RIO GRANDE SUL S.A. — CEASA/RS**

DESEMPENHO 1979/82

Entre as atividades desenvolvidas no período, pela CEASA/RS, é de destacar, no ano de 1979, a realização de um Curso sobre o Pêssego, no município de Pelotas, ministrado por técnicos do próprio Órgão, da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER e COSULAGRI, objetivando uma melhor qualidade do produto e uma maior produção.

Em 1980, foram recuperados diversos pavilhões da CEASA, os quais acusavam problemas de adensamento, o que não apresentava segurança ao usuário, constituindo motivo de preocupação.

Com o apoio do Serviço de Classificação de Produtos de Origem Vegetal — CLAVESUL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, Delegacia Federal da Agricultura — DFA/RS, EMATER/RS, Secretaria da Agricultura e várias cooperativas, foi fundada a Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros — CCGH, com o fim de reduzir a intermediação e fortalecer o produtor.

Foi, ainda, realizada uma Campanha Estadual de Classificação e Padronização do Tomate, em atividade conjunta desenvolvida pela CEASA/RS, EMATER/RS e INCRA, com especial atenção à classificação e padronização do produto.

Durante o exercício de 1981, foi realizado treinamento para produtores. No mesmo período, a Diretoria da CEASA/RS, em consequência da evolução da comercialização de hortigranjeiros, preocupou-se em levar, ao produtor, esclarecimentos e instruções sobre as necessidades e exigências do mercado.

Entre as atividades relativas ao ano de 1982, por fim, merecem destaque: o desenvolvimento do Programa Estadual de Feiras da Comunidade; a pré-operação do Centro Regional de Caxias do Sul; o estabelecimento das estruturas de Abastecimento dos municípios de Uruguaiana e Bagé; a realização de treinamento para técnicos da EMATER/RS; a implantação do Projeto SACOLÃO, no município de Canoas (Vilas Mathias Velho e Niterói).

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Abastecimento

OBJETIVO:

implementar os investimentos e medidas indicados para melhorar a qualidade do processo de comercialização

REALIZAÇÕES:

- acompanhamento conjuntural da produção e comercialização de doze produtos: alho, batata, cebola, tomate, cenoura, repolho, chuchu, pimentão, abóbora, abacaxi, banana e laranja
12 relatórios
- publicação de boletim mensal, com informações de 108 produtos, sobre procedência e quantidade comercializadas na CEASA/RS, em todos os municípios do Estado
12 boletins
- levantamento da estrutura de abastecimento dos municípios de Uruguaiana e Bagé, através de censo de hortigranjeiros
2 relatórios

- elaboração de trabalhos de pré-operação da CEASA de Caxias do Sul, visando a concentrar os produtos hortigranjeiros a nível de atacado, para comercialização
I projeto
- treinamento de produtores, com vistas a dar orientação quanto ao processo de comercialização, necessidades no mercado, classificação, embalagem, qualidade dos produtos e preços
100 cursos
- treinamento para técnicos da EMATER/RS, visando a esclarecer sobre as exigências do mercado, necessidade de melhorar a qualidade do produto, bem como de maior produção no Rio Grande do Sul
60 cursos
- implantação do projeto "SACOLÃO", que objetiva estimular o consumo de frutas e legumes de alto valor nutritivo, em substituição aos alimentos de custo elevado para as populações carentes nas vilas Mathias Velho e Niterói
2 projetos

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO — SIC
ÓRGÃOS VINCULADOS

CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL — VINOSUL
AÇÚCAR GAÚCHO S/A — AGASA
COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
E COMERCIAL — CEDIC
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS
E CORRELATOS — CORLAC
PRODUTOS GAÚCHOS S/A — PROGASA

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESEMPENHO 1979/82

A Secretaria da Indústria e Comércio, de acordo com as diretrizes da "Política de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul" realizou, no período, atividades voltadas para o fomento dos setores industrial e comercial do Estado.

Tendo como objetivo a implementação do Programa Nacional do Alcool no Estado, foram realizados diversos trabalhos visando à divulgação e desenvolvimento dessa atividade, na qual o Rio Grande do Sul não possui tradição. Destacam-se, entre estes: o zoneamento das matérias-primas para obtenção do álcool e das áreas para implantação de destilarias; a realização do estudo de viabilidade técnico-econômica do Anteprojeto de Implantação e Modernização da Unidade Produtora de Alcool da Açúcar Gaúcho S.A. - AGASA, realizado em conjunto com técnicos dessa Companhia e da SACARO—TÉCNICA, e prestação de assessoramento para a elaboração de projeto de viabilidade técnico-econômica da Fazenda Capela; o cadastramento de empresas fornecedoras de equipamentos para destilarias e instituições de pesquisa, e desenvolvimento tecnológico no campo energético; o levantamento de alambiques e destilarias; a elaboração de perfis de microdestilarias de 1.000, 2.000, 3.000, 4.000 e 5.000 litros/dia de capacidade; a realização de palestras, atendimento a empresários e participação em congressos e seminários sobre o PROÁLCOOL.

Dentro do Programa Metal-Mecânico, que abrange os ramos mecânico, metalúrgico, material de transporte e eletroeletrônico, foram realizados os seguintes trabalhos e atividades: elaboração de um diagnóstico do setor Metal-Mecânico do Estado; participação nas atividades desenvolvidas a partir do Convênio nº 02/79, firmado entre os Governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul — BRDE, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — BADESUL, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — BADESC, e Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — BADEP, com o objetivo de consolidar e aperfeiçoar a estrutura industrial do setor; participação no grupo de estudos, coordenado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, para consolidação do Pólo Metal-Mecânico da Região de Caxias do Sul; elaboração de um diagnóstico do setor de Máquinas e Implementos Agrícolas; realização de estudos sobre o setor Eletroeletrônico, com vistas a detectar as oportunidades de investimento no Estado.

Objetivando a promoção da implantação do Complexo Metalúrgico do Cobre, no Estado, foram realizados, no início do período, estudos sobre a Verticalização da Metalurgia do Cobre e sobre "Aspectos do Mercado e das Indústrias de Transformação do Cobre e suas Ligas no Rio Grande do Sul", bem como o acompanhamento e apoio ao projeto da Eluma S.A. em seus estudos para a implantação em território gaúcho.

Foi realizado, em 1981, um levantamento de empresas do setor de Plásticos de São Paulo e Rio de Janeiro, com vistas a investimentos no Estado para o consumo de matérias-primas do III Pólo Petroquímico. Dando continuidade ao levantamento das oportunidades e possibilidades de investimentos realizados com a 3ª Geração, em 1982, efetivou-se uma pesquisa entre as empresas gaúchas do setor, com o objetivo de determinar o consumo de matérias-primas de origem petroquímica, a tipologia de produção daí decorrente e a situação econômico-financeira desta indústria.

Em 1979/80, foi elaborada a Justificativa para a Implantação de uma Unidade de Laminação a Frio e de Revestimento no Estado, por uma comissão formada pela Secretaria da Indústria e Comércio, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul — FIERGS, Associação do Aço do Rio Grande do Sul — AARS, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul — BRDE, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — BADESUL, e Aços Finos Piratini. Este estudo foi encaminhado, ainda em 1980, ao Ministério da Indústria e Comércio, sendo realizada, em 1982, atualização dos dados da Justificativa, pela SIC.

Objetivando o aperfeiçoamento dos instrumentos de incentivo aos novos empreendimentos foi formada, em 1980, uma comissão composta pela Secretaria da Indústria e Comércio, pela Secretaria da Fazenda, BRDE, BADESUL e Secretaria de Coordenação e Planejamento, que fez uma avaliação do Fundo Operação Empresa — FUNDOPEM, sugerindo a utilização de novo método de concessão de incentivos. Esses estudos resultaram no Projeto de Lei que objetiva a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial — FDI, que desde aquele ano está em discussão na Assembleia Legislativa.

Durante o quadriênio, foi elaborado o Cadastro das Cooperativas do Rio Grande do Sul, abrangendo dados sobre capital social, patrimônio líquido, número de empregados, número de associados, produção e área de ação de 128 cooperativas, das 307 visitadas. Com base nas informações levantadas através dos questionários enviados às mesmas, foi elaborado o relatório de pesquisa, contendo dados de 85 cooperativas de produção, 28 cooperativas de consumo e 15 cooperativas de serviços.

Visando a detectar as deficiências e potencialidades da economia rio-grandense a nível de regiões, foi desenvolvido o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião — PROMIR, que se propõe a analisar cada uma das 24 microrregiões do Estado, desde o ponto de vista de sua estrutura econômica, suas condições sociais e de infra-estrutura traçando, a partir daí, um perfil de suas potencialidades na indústria — principalmente na agroindústria — e no comércio. O PROMIR iniciou em outubro de 1979, tendo sido concluídos, até o final do quadriênio, os estudos referentes a 16 microrregiões, a saber: Colonial do Baixo Taquari, Vale do Jacuí, Santa Maria, Colonial do Ijuí, Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul, Campos de Vacaria, Colonial da Encosta da Serra Geral, Lagoa dos Patos, Triticultura de Cruz Alta, Passo Fundo, Campanha, Litoral Oriental da Lagoa dos Patos, Colonial do Alto Jacuí, Vinicultura de Caxias do Sul, Colonial do Alto Taquari e Fumicultura de Santa Cruz do Sul.

Dentro do mesmo espírito norteador do Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial por Microrregião, isto é, de criar condições e instrumental para a desconcentração industrial no Estado, procurou-se realizar uma ação conjunta com os municípios, através de seus Executivos e de suas Associações Comerciais e Industriais, no âmbito de localização industrial. Essa ação abrangeu, desde a discussão sobre formas de atração de investimentos até a elaboração de planos diretores de ocupação de Áreas Industriais e auxílio financeiro à implantação da infra-estrutura básica, passando pela

seleção de sítios para a localização industrial e pela definição de perfis industriais preferenciais, entre outros. Os municípios de Alegrete, Bagé, Frederico Westphalen, Camapuã, Santa Rosa, Passo Fundo, Carazinho, Encruzilhada do Sul, Torres, Santo Ângelo e Tapera foram auxiliados dessa forma.

No final do período considerado, deu-se início ao Plano de Localização Industrial de Lajeado e ao Plano Integrado de Ação para Gualba e Barra do Ribeiro.

Dentro do objetivo de concluir os Distritos Industriais em implantação foi obtido, em 1980, um financiamento de 609.464 ORTN junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para aplicação nos Distritos Industriais de Cachoeirinha, Gravataí e Rio Grande, através da Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CEDIC. Os demais Distritos Industriais — Alvorada, Viamão, Bagé e Santa Maria — fora das prioridades estabelecidas pelo BNDES, não tiveram o mesmo nível de aceleração na implantação de sua infra-estrutura.

No conjunto dos seis Distritos Industriais acima nomeados, no período de 1979 a 1982, iniciaram suas operações 23 empresas, com 3.249 empregados.

De acordo com a Lei nº 6.595, e o Decreto nº 22.964 que a regulamenta, foram concedidos Cr\$ 595,7 milhões em incentivos materiais a 38 empresas, situadas nos municípios de Cachoeirinha, Gravataí, Rio Grande, Santa Maria, Bom Retiro do Sul, Bento Gonçalves, Passo Fundo e Canoas.

Com vistas a promover as exportações gaúchas, a SIC vem prestando assessoramento a empresários, através da orientação quanto ao tratamento fiscal e aduaneiro dos produtos no Brasil e no país importador, do fornecimento de perfil do mercado importador, da identificação de oportunidades reais de negócios e da participação em feiras e exposições. Essa assessoria é dada diretamente à empresa, ou através de jornadas, seminários e mesas redondas.

Neste período foram criados dois consórcios de exportação: um, de máquinas e implementos agrícolas e outro, de máquinas para fabricação de calçados, constituindo uma iniciativa pioneira no Estado, que viabilizou a colocação de produtos no mercado internacional, concorrendo para a diversificação da pauta exportadora gaúcha e criando uma demanda efetiva para estes setores. Como instrumento de apoio, foram publicados dois manuais técnicos e, ainda, o Guia de Exportação 1982/83, edição bilingue em inglês e espanhol.

Objetivando atrair novos investimentos, foi realizado um trabalho voltado à divulgação do Estado. Nesse sentido, a SIC participou em feiras nacionais e internacionais, destacando-se a Feira de Hannover nos anos de 1980 e 1981. Foram organizadas no período, sete missões empresariais ao Exterior, proporcionando contatos em países da Europa — como França, Holanda, Alemanha e Espanha — nos Estados Unidos, no Japão, na China, na Coreia, no Equador e no Peru. Por outro lado, de 1979 a 1982, foram recebidas onze missões estrangeiras que participaram de “Workshops” com empresários locais, e às quais foi proporcionada uma ampla visão das oportunidades de negócios oferecidos pelo Rio Grande do Sul. Em 1981, o Estado sediou o 6º Encontro Teuto-Brasileiro, com a presença de diversos empresários estrangeiros. Dentro do mesmo objetivo, foram publicadas informações básicas sobre o Estado, entre as quais destacam-se “Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios do Rio Grande do Sul” e “Venha Crescer com o Rio Grande”, editado em português, inglês e alemão.

O Programa das Feiras da Comunidade, iniciado em janeiro de 1982, objetiva a melhoria do estado nutricional das famílias de baixa renda das vilas e bairros da Região Metropolitana de Porto Alegre, através de um sistema de abastecimento direto, a preços de atacado. Desse Programa, coordenado pela Secretaria da Indústria e Comércio participam, ainda, a Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação Sul-Riograndense de Assistência, Instituto Riograndense de Arroz, Casa Militar, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul — CEASA/RS e Cia. Brasileira de Alimentos — COBAL. Após algumas reformulações na sistemática com que vinha operando, o Programa foi retomado, estando o abastecimento sendo realizado através de carreta da COBAL em oito vilas, a saber: Nazaré, Tio Zeca, Beco do Adelar, Nossa Senhora das Graças, Cruzeiro do Sul, Tronco, São José Comunitária e Campo da Tuca atendendo, em média, a 1.500 famílias por semana.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Indústria

OBJETIVO:

estudos para industrialização do cobre no Estado

REALIZAÇÕES:

— elaboração de estudo sobre o cobre no Estado

15%

OBJETIVO:

promover a implantação e a expansão do parque de indústrias petroquímicas de transformação final, com vistas ao desenvolvimento do atual parque transformador de plásticos e elatômeros, e à instalação de novas unidades fabris.

REALIZAÇÕES:

— trabalho de análise dos questionários recebidos

70%

OBJETIVO

promover a implantação e a expansão de indústrias eletrônicas, associando o apoio via coordenação, promoção e concessão de incentivos financeiros e materiais de assistência tecnológica nos ramos de computação, instrumentação e eletrônica geral

REALIZAÇÕES:

— estudo do setor eletroeletrônico, visando à implantação de indústrias no Estado

10%

OBJETIVO:

promover a complementação da estrutura industrial metal-mecânica do Estado, com vistas à promoção de produtos da indústria mecânica leve e de precisão, e ao fechamento de outros vazios do parque estadual.

REALIZAÇÕES:

- atualização de justificativas e acompanhamento de estudos para implantação de laminador de aço a frio no Estado. 1 estudo
- consolidação da indústria metal-mecânica na região de Caxias do Sul 15%
- estudo do setor de implementos e máquinas agrícolas 1 estudo

OBJETIVO:

promover novos investimentos e prestar orientação técnica ao setor industrial, com vistas à descentralização industrial e à consolidação e inovação das empresas

REALIZAÇÕES:

- recebimento de missões estrangeiras e promoção de contatos com empresas gaúchas 3 promoções
- estudos e contatos para a implantação do fundo de desenvolvimento industrial 5 levantamentos
- formação de cadastro de empresas gaúchas com vistas à associação com empresas estrangeiras com nova tecnologia 20%
- atendimento a empresários e fornecimento de informações a outros órgãos governamentais 121 reuniões

OBJETIVO:

realizar estudos e pesquisas necessários à formulação e execução da política de áreas e distritos industriais, bem como estudos e medidas imprescindíveis à criação e implementação dos mesmos

REALIZAÇÕES:

- assessoria às prefeituras e às associações comerciais e industriais de Lajeado, Santo Ângelo e Torres, sobre implantação de áreas industriais 3 reuniões

- elaboração do plano diretor da área industrial de Alegrete 100%
- elaboração do plano diretor da área industrial de Passo Fundo 20%
- análise de faturas e propostas relativas à implantação de distritos industriais e à execução de infra-estrutura em áreas de empresas 23 estudos
- acompanhamento de incentivos materiais previstos no Decreto nº 22.964/73, controle de prazos, construção de instalações, situação econômico-financeira e ocupação de distritos industriais 58 estudos
- análise de cartas-consultas das empresas, para enquadramento preliminar dos distritos industriais 15 empresas
- análise de projetos econômicos, com vistas à concessão de incentivos materiais 8 projetos
- elaboração de um plano de localização industrial para o município de Lajeado 30%
- assessoria à associação comercial de Tapes, sobre implantação de uma área industrial naquele município 1 reunião

OBJETIVO

realizar estudos com vistas ao estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento regional integrado

REALIZAÇÕES:

- elaboração de um plano integrado de ação para Guaíba e Barra do Ribeiro 30%
- realização de seis estudos microrregionais, abrangendo aspectos geográficos, demográficos, de infra-estrutura, econômicos e oportunidades industriais, por microrregião 80%
- elaboração de três perfis agroindustriais 40%

Programa: comércio

OBJETIVO:

realizar estudos e pesquisas, visando à otimização dos processos de comercialização externo e interno, tanto a nível de produto, quanto de matéria-prima

REALIZAÇÕES:

- análise econômico-financeira das cooperativas de produção 1 estudo
- implantação e acompanhamento do programa das feiras da comunidade 54 eventos
- assessoramento a empresários quanto à sistemática de comercialização externa e interna 41 empresários
- pesquisa de produtos no mercado internacional 4 levantamentos
- perfil de países e blocos econômicos 17 estudos
- divulgação de oportunidades comerciais no país e exterior 1.328 ações
- Assessoramento a empresas que desejam promover feiras e exposições 6 empresas
- adequação do setor de móveis ao mercado interno e externo, compreendendo 3 etapas: diagnóstico, elaboração de projetos específicos e execução 15%

CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL — VINOSUL

DESEMPENHO 1979/82

A Central Vitivinícola do Sul — VINOSUL, no período 1979/82, prosseguiu na sua ação de exercer, em caráter supletivo da iniciativa privada, atividades reguladoras e orientadoras do setor vitivinícola e da fruticultura em geral, absorvendo excedentes de uva e/ou vinho, quando necessário.

Exerceu, ainda, atividades no setor industrial, pela concentração de sucos de uva e de outras frutas, em forma de prestação de serviços aos estabelecimentos existentes no Estado, o que representa sensível apoio governamental ao desenvolvimento da produção e comercialização de sucos concentrados, pela iniciativa privada beneficiando, assim, os setores da produção primária e secundária.

Assim, fiel às metas governamentais no que diz respeito ao desenvolvimento da



agroindústria no Estado, desempenhou atividades que beneficiaram direta e indiretamente o produtor colonial de uva.

Em 1981, através de convênio firmado com a Comissão de Financiamento da Produção, passou a adquirir e industrializar uvas, em virtude do setor industrial não assegurar, ao produtor, preço mínimo e pagamento no prazo oficial.

Em 1982, novamente em convênio com a Comissão de Financiamento da Produção, recebeu e industrializou 68.935.375 kg de uva, ação essa que amparou 5.624 produtores coloniais, com parreiras em 24 municípios no Estado. Na operação, foram usadas 26 cantinas entre grandes, médias e pequenas, além de 5 exclusivamente para armazenamento de vinho e mosto sulfitado.

Quanto às atividades industriais, a Empresa, em suas duas unidades concentradoras localizadas nos municípios de Bento Gonçalves e Caxias o Sul, pela modalidade de prestação de serviços, concentrou para a iniciativa privada sucos num total de 37.093.202 litros, com destaque para o de uva, mas operando também regular litragem de suco de maçã, de limão e, em caráter experimental, de laranja.

Prestou, ainda, serviços de armazenagem de mosto sulfitado e vinho, num volume de 3.234.650 litros.

Foram, também, desenvolvidos estudos objetivando encontrar alternativas para a substituição do óleo combustível utilizado nas caldeiras.

Em cumprimento a uma das metas prioritárias do Governo, a da preservação do meio ambiente, contratou com a CIENTEC projetos para a implantação, nas unidades concentradoras, de sistema para tratamento dos efluentes industriais. Em 1981, foi executado o projeto na unidade de Bento Gonçalves, atualmente em andamento, sob controle do Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde para, uma vez comprovada a eficiência do processo, liberar a construção do similar na concentradora de Caxias do Sul, o que deverá ocorrer no 1º semestre de 1983.

Em virtude das intervenções que vem realizando no que diz respeito à absorção de excedente de uva a VINOSUL construiu, no início de 1982, na unidade concentradora de Caxias do Sul, a 1ª fase do sistema de recebimento e industrialização da mesma. Dessa forma adquiriu condições para controlar diretamente as cantinas de terceiros, quando contrata para idêntica atividade.

Dentre outras atividades, participou de encontros voltados à problemática da vitivinicultura nacional e rio-grandense, bem como em reuniões, objetivando a introdução de alterações na legislação sobre o setor.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Indústria

OBJETIVO:

exercer atividades reguladoras da produção vitivinícola através da absorção de excedentes de uva e vinho, objetivando impedir aviltamento de preços

REALIZAÇÕES:

- execução e conclusão do sistema de recebimento e industrialização de excedentes de uva, na unidade concentradora de Caxias do Sul, para processar 200.000 kg/dia 100%
- convênio firmado com a Comissão de Financiamento da Produção — CFP, objetivando recebimento do excedente da safra de uva 1 convênio

OBJETIVO:

complementar a unidade concentradora de sucos de Caxias do Sul, com o sistema de recebimento e moagem de uva, objetivando apoio ao viticultor, através da absorção de uvas excedentes, na microrregião colonial italiana, quando ocorrer o problema

REALIZAÇÕES:

- obra projetada e executada com o objetivo de implementar o programa de agroindústria do Estado, em apoio ao setor primário da vitivinicultura, na região de Caxias do Sul 1 obra

OBJETIVO:

prestar serviços, pela concentração de suco de uva e de outras frutas, destilação de vinhos, borras líquidas e bagaço de uva, e armazenamento de sucos e vinhos, para as empresas

REALIZAÇÕES

- concentração de suco de uva e outras frutas, como prestação de serviços a vinicultores da região 9.852.330 litros
- armazenamento para terceiros, de suco de frutas e vinho, nas filetas das unidades concentradoras 3.234.650 litros

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. — AGASA**DESEMPENHO 1979/82**

Atendendo aos objetivos traçados para o quadriênio, a Açúcar Gaúcho S.A. — AGASA em 1980, deu início à implantação da primeira destilaria de álcool carburante do Rio Grande do Sul buscando, não só abrir as portas do PROÁLCOOL ao Estado, como também demonstrar a viabilidade técnica e econômica do empreendimento e motivar a iniciativa privada gaúcha a participar do programa energético nacional.

A consecução desta meta foi plenamente atingida estando a AGASA, atualmente,

produzindo em torno de 2.000.000 de litros por safra, com a capacidade diária de 25.000 litros, exemplo este seguido por diversos empresários do Estado.

Visando a assegurar o abastecimento industrial, vem desenvolvendo um trabalho básico junto à comunidade canavieira, de fomento à produção e aumento da produtividade. Como resultado desse esforço a produção obtida no quadriênio foi de 461.696t de cana, 33.273t de açúcar, 12.942t de melaço e 4.757m³ de álcool.

Cabe ainda destacar, no campo da assistência técnica, o elevado esforço emprestado pela AGASA no intuito de melhorar as condições de escoamento da produção canavieira até a indústria.

Para tanto dispõe, em caráter permanente, de dois tratores de esteira e uma moto-niveladora, com os quais foi possível realizar, no período considerado, a abertura e conservação de 253,7km de estradas de lavoura, e até mesmo municipais.

Para financiar a implantação da lavoura canavieira contou com a colaboração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o que lhe permitiu alcançar os objetivos no tocante ao plantio de cana-de-açúcar. Em convênio com a Associação dos Fornecedores de Cana da região, participa de plano de assistência social que beneficia a comunidade canavieira vinculada à AGASA, composta por cerca de 1.200 famílias.

Com tal objetivo, é mantido um ambulatório médico, farmacêutico e odontológico para o atendimento desta comunidade.

REALIZAÇÕES 1982:

Programa: Indústria

OBJETIVO:

industrializar 130.000t de cana-de-açúcar, e produzir, 175.000 sacos de 50kg de açúcar, 2.250.000l de álcool hidratado e 2.500t de melado.

REALIZAÇÕES:

- industrialização da cana-de-açúcar. 45.714 toneladas
- produção de açúcar. 57.011 sacas
- produção de álcool. 800.000 litros
- produção de melado. 1.441 toneladas
- plantio próprio de cana-de-açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha. 30 ha
- assistência técnica no plantio de 788 ha de cana-de-açúcar, abrangendo 450 fornecedores, nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório. 788 ha

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL — CEDIC

DESEMPENHO 1979/82

A CEDIC, ciente de seu papel e da responsabilidade como executora da política de industrialização do Estado procurou, através de uma implantação racional de Distritos Industriais concatenar sua atividade principal com os anseios sociais e políticos da comunidade rio-grandense.

Atendendo ao chamado formulado na Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja principal meta é a compatibilização do crescimento industrial com o meio ambiente a CEDIC, através de uma sistemática prestação de serviços técnicos, contribuiu com uma parcela bastante significativa no desenvolvimento equilibrado do Estado, impulsionando e orientando investimentos no Setor Secundário.

Os benefícios, de forma direta, traduziram-se no uso racional do espaço físico, social e ecológico, e no aumento da oferta de empregos. De forma indireta, traduziram-se no aperfeiçoamento dos fatores de produção, na introdução de novas tecnologias industriais no mercado gaúcho e no aumento da receita tributária.

Como uma das principais atividades da CEDIC, atendendo à política governamental, destaca-se a implantação de Distritos Industriais.

Para efeito de classificação, dividem-se os Distritos Industriais em dois tipos, conforme sua localização: os da Região Metropolitana e os do Interior do Estado. Os primeiros localizam-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se destacam os Distritos Industriais de Cachoeirinha, Gravataí e Alvorada-Viamão, sob a responsabilidade da CEDIC. Os segundos são os voltados para a interiorização do desenvolvimento industrial do Estado destacando-se, sob a responsabilidade direta da CEDIC, os empreendimentos em Rio Grande, Santa Maria e Bagé.

No período compreendido entre 1979 e 1982 foram desenvolvidos, pela CEDIC, projetos e obras nos diversos Distritos Industriais.

No Distrito Industrial de Cachoeirinha, voltado para o atendimento de empresas de pequeno e médio porte, do setor Metal-Mecânico, foi complementada a infraestrutura básica, com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. Dentre os estudos e projetos realizados neste Distrito, podem ser destacados: o projeto de engenharia final de pavimentação da Rua 5; o projeto de implantação das redes de esgotos pluvial e sanitário no limite de fundo das quadras A, C e E, e a reavaliação do projeto de engenharia final da Avenida Frederico Ritter; a reavaliação do projeto de engenharia final da Estrada Canoas — Cachoeirinha; estudos para o aproveitamento do lixo para aterro sanitário; projeto básico para a implantação do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Distrito.

Nas obras de infra-estrutura realizadas no Distrito, cabe salientar: a implantação do reservatório elevado e o "booster", permitindo o completo atendimento à indústria, no que se refere ao abastecimento de água; a implantação da rede de distribuição de água junto à Estrada Canoas-Cachoeirinha; as redes de esgoto pluvial e cloacal nos fundos dos lotes das quadras A, C e E; a complementação da rede de distribuição de energia elétrica em 22 KV.

Destaca-se, também, como uma importante contribuição para a comunidade dos municípios de Cachoeirinha e Canoas, bem como para o próprio Distrito Industrial, a pavimentação da Estrada Canoas-Cachoeirinha, no trecho compreendido entre a Avenida Frederico Ritter e o Arroio Brigadeiro. Juntamente com a pavimentação da referida via, foi complementada a pavimentação da Avenida Frederico Ritter, determinando, assim, um inegável peso econômico no desenvolvimento do município de Cachoeirinha.

Com relação à implantação de indústrias no Distrito Industrial verifica-se que, em 1979, existiam 8 indústrias implantadas e 11, em implantação, situação essa que, em 1982, passou a um total de 20 indústrias implantadas, e 25 em fase de implantação.

O Distrito Industrial de Gravataí, voltado para o atendimento de empresas de médio e grande porte, do setor Metal-Mecânico e Eletrônico alcançou, nos últimos três anos, idêntico grau de maturidade ao de seu congênere Cachoeirinha com a conclusão dos trabalhos de implantação de sua infra-estrutura básica.

Dentre os estudos e projetos realizados pelo corpo técnico da CEDIC, destacam-se: a reavaliação do projeto de engenharia final de pavimentação e da rede de esgotos pluviais e cloacais nos eixos secundários A, B e D; o estudo e projeto de terraplenagem da indústria Wotan; o estudo e projeto de implantação da rede coletora de esgoto cloacal, bem como o projeto básico do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos, a ser implantado neste Distrito.

Quanto às obras de infra-estrutura realizadas, cumpre mencionar a pavimentação em concreto asfáltico e a implantação das redes coletoras dos esgotos pluviais e cloacais nos eixos secundários A, B e D, com o que foi concluída a infra-estrutura básica referente ao Sistema Viário do Distrito. Foi executada, também, pela CEDIC, a terraplenagem do platô industrial da Wotan.

Em decorrência da complementação da infra-estrutura básica neste Distrito, verificou-se um grande afluxo de novas indústrias. Assim, em 1979, existiam 6 indústrias implantadas e 3 em fase de implantação, enquanto em 1982, já existem 11 indústrias implantadas e 6 em implantação. Cabe destacar que as indústrias implantadas no Distrito Industrial de Gravataí são, em sua maioria, consideradas de grande porte.

O terceiro e último Distrito Industrial Metropolitano, sob a responsabilidade da CEDIC, é o de Alvorada-Viamão, o qual conta atualmente com 90% de sua área desapropriada sendo que 70% dessa área foi paga no período de 1979 a 1982, e os restantes 10% estão em fase final de desapropriação.

Seu Plano Diretor, bem como os projetos de engenharia final do Sistema Viário Básico, tiveram seus trabalhos iniciados no decorrer de 1982, face à crescente solicitação de lotes industriais nos Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí. Seu perfil industrial adota um zoneamento tipo polissetorial, para pequena e média empresa, com vistas ao atendimento de indústrias do gênero tradicional, cuja principal característica é a grande absorção de mão-de-obra. Os objetivos principais desse Distrito Industrial são os de propiciar melhores condições de vida às populações de Alvorada e Viamão, através do aumento da oferta de empregos, além de fomentar a industrialização de forma descentralizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, bem como de elevar a produtividade, modernizar as indústrias da região e reduzir os custos de produção.

Dentre os Distritos Industriais voltados para a interiorização do desenvolvimento industrial do Estado, destacam-se os de Rio Grande, Santa Maria e Bagé.

O Distrito Industrial de Rio Grande, cuja característica própria de integração entre indústria-porto o coloca entre um dos poucos em implantação no País, está principalmente voltado para receber indústrias de médio e grande porte.

Na parte de estudos e projetos realizados na área do Distrito Industrial de Rio Grande, pode-se destacar o projeto do ramal ferroviário que irá atender à zona de fertilizantes, além da reavaliação do Plano Diretor de Zoneamento Industrial, face à redução da área orgânica deste Distrito para 1507 hectares. Foi prestado apoio técnico à Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, para a implantação do Canal Adutor, fato que possibilita, hoje, o fornecimento de água bruta e tratada para toda a área do Distrito Industrial.

Em termos de obras, foi implantado um alimentador de 69 KV, ligando a subestação da Quinta à subestação Rio Grande 2, bem como a implantação de uma subestação provisória em 6,5 MVA. Foram concluídas a pavimentação em concreto asfáltico das Vias 1, 7 e 9 e a rede de energia elétrica em 13,8 KV na rua A, complementando-se, assim, a infra-estrutura básica existente, o que possibilita a localização de novas indústrias.

Quanto ao desenvolvimento do referido Distrito, verifica-se que, em 1979, existiam 2 indústrias implantadas e 1 em fase de implantação, sendo que, em 1982, existem 4 indústrias implantadas e 6 em fase de implantação.

Localiza-se na área desse Distrito Industrial a primeira unidade de gaseificação de carvão, sob a responsabilidade da Companhia Riograndense de Nitrogenados, que atenderá às indústrias localizadas, não apenas no Distrito Industrial, mas também àquelas localizadas no Superporto e na própria cidade de Rio Grande.

O Distrito Industrial de Santa Maria, cujo Plano Diretor indica um modelo de polissetorialização, teve sua primeira fase de implantação básica virtualmente consolidada com a construção de obras de melhoria no sistema viário e no sistema de esgoto pluvial, além da implantação parcial da rede de iluminação pública.

Os projetos realizados englobam a reavaliação do projeto de drenagem superficial e a reavaliação do projeto de esgotos pluviais da primeira etapa.

As obras executadas envolvem a implantação da rede de iluminação pública da primeira etapa e parte da rede coletora dos esgotos pluviais, também da primeira etapa do referido Distrito.

No Distrito Industrial de Bagé, conhecido como Pólo Protéico, foram realizados os estudos finais para o Plano Diretor.

No que diz respeito a obras, destaca-se a execução do revestimento primário da primeira etapa do sistema viário, além da abertura de valas de drenagem pluvial.

Além das atividades listadas, preocupou-se a CEDIC, conforme suas atribuições, em propiciar assessoria técnica na orientação e escolha de áreas para implantação de Distritos Industriais municipais, bem como na execução dos Planos Diretores para

Áreas Industriais. Neste sentido, foram executados os Planos Diretores para as Áreas Industriais dos municípios de Alegrete e Camaquã.

Ainda dentro de suas atribuições, a CEDIC executou, com recursos colocados à disposição pelo Governo do Estado, através de Incentivos Materiais, obras de terraplenagem em platôs industriais de várias empresas localizadas no Interior do Estado. Dentre as indústrias que receberam apoio, destacam-se a Móveis Luizeme, no município de Bento Gonçalves, a Integração Avícola Minuano, em Bom Retiro do Sul, e a Indústria Divani Embalagem S.A., em Canoas.

Como conclusão, cabe mencionar que todos os estudos e projetos realizados nos diversos Distritos Industriais, bem como a fiscalização técnica na implantação das obras mencionadas, foram realizadas, exclusivamente, pelo corpo técnico da Companhia.

REALIZAÇÕES 1982:

Programa: Indústria

OBJETIVO:

promover a implantação e a expansão de indústrias de transformação final de produtos de cobre em Rio Grande, aproveitando os efeitos indiretos da metalurgia primária do cobre.

REALIZAÇÕES:

- implantação da infra-estrutura do Distrito Industrial de Rio Grande: aquisição de área e implementação dos sistemas viário e de energia elétrica.

9%

OBJETIVO:

promover a complementação da estrutura industrial metal-mecânica do Estado, com vistas à promoção de produtos da indústria mecânica leve e de precisão, e ao fechamento de outros vazios do Parque Estadual.

REALIZAÇÕES:

- instalação de infra-estrutura no Distrito Industrial de Gravataí: implementação do sistema viário e do sistema de saneamento pluvial.

2%

- instalação de infra-estrutura no Distrito Industrial de Cachoeirinha: implementação do sistema viário e do sistema de saneamento pluvial e cloacal, e de energia elétrica.

13%

OBJETIVO:

dar apoio genérico a iniciativas que resultem no direcionamento do adicional de capacidade de produção ao exterior da região da Grande Porto Alegre.

REALIZAÇÕES:

- execução de terraplenagem e obras complementares no acesso à BR-116/RS do Distrito Industrial de Camaquã.

2%

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS
E CORRELATOS — CORLAC**

DESEMPENHO 1979/82

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — CORLAC, no transcurso do quadriênio, deu continuidade à sua meta de amparar ao produtor para que este produza mais em melhores condições, através da assistência técnica permanente e gratuita com a execução de: testes de brucelose, tuberculose e mamite; inseminações artificiais; controle de fertilidade; orientação na formação de pastagens; aquisição de matrizes; custos de propriedades e melhoramento nas instalações; venda de matrizes selecionadas, sementes, adubos, rações, fertilizantes e demais produtos para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do leite; treinamento aos produtores de leite, através de campanhas de silagem, qualidade do leite e combate à verminose

Sempre com o intuito de dar assistência ao produtor, construiu, no Parque de Exposições de Esteio, o Stand "Manoel Correia Soares", a fim de atender aos expositores, nomeou Comissão para manter os custos do leite sempre atualizados e para estabelecer zonas para cada indústria com objetivo de dirimir custos.

Para atender aos produtores de leite que ainda não tinham infra-estrutura necessária, bem como manter e recuperar outros, foram construídos postos de recebimento e resfriamento de leite em:

- Montenegro, cujas obras propiciaram melhores condições aos produtores da região, tendo em vista a CORLAC já possuir, naquela localidade, uma Usina;
- Torres, também com Usina de Pasteurização de Leite, o que beneficiou produtores do município e da região sul de Santa Catarina;
- Vera Cruz, cuja nova unidade, com capacidade para 30.000 litros diários e uma área construída de 400m², substituiu o Posto de Santa Cruz do Sul;
- Caçapava do Sul, com uma unidade com capacidade para 30.000 litros diários e uma área construída de 400M², atendendo também aos municípios de São Sepé, Santana da Boa Vista e Lavras do Sul;
- Alegrete, com uma unidade com capacidade de 30.000 litros diários e uma área construída de 400m², beneficiando também os municípios de Rosário e São Francisco de Assis;

- Lagoa Vermelha, em fase de conclusão, com capacidade para 30.000 litros de leite e com 400m² de área construída, beneficiando também os municípios de Ibiraiaras, Ibiacá, Sananduva, Barracão, São José do Ouro, Ciríaco, Cacique Doble e Esmeralda;
- Santa Maria, onde foi assumida definitivamente a Indústria de Laticínios Santa Maria Ltda. — ILASA, transformando-a numa Sociedade Anônima, com capital majoritário da CORLAC, a fim de proteger os produtores da região;
- Arroio do Tigre e Sobradinho onde, para atender à solicitação daquelas Cooperativas, a CORLAC deu, para instalação de Postos de Recepção e Resfriamento de Leite, toda a assistência técnica, com o compromisso das mesmas entregarem para Empresa toda a produção de leite;
- Lajeado Grande (São Francisco de Paula), onde foi concluído projeto para construção de uma Unidade de Recepção e Resfriamento de Leite, devendo abranger os municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Caxias do Sul;
- Jaguarí, com projeto concluído, cuja Unidade deverá abranger os municípios de São Vicente do Sul, Jaguarí, Mata, São Francisco de Assis, Santiago, Tupanciretã e São Pedro do Sul.

No período, foi organizado também o 1º Simpósio Estadual do Leite e seus Derivados, que culminou com a criação do Conselho Estadual de Leite e seus Derivados, para tratar da economia leiteira do Estado.

Como decorrência foi criado, pela Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB, portaria diferenciada do preço do leite para o Estado do Rio Grande do Sul.

Na parte da industrialização uma das mais importantes realizações foi a troca das caldeiras a fuel-oil para lenha, nas Unidades de Erechim, Bento Gonçalves e Santa Maria, e para carvão, na Fábrica de Leite em Pó, em Taquara.

Outros fatores importantes foram: o lançamento do leite pasteurizado em embalagem cartonada, do leite com sabor e do leite pasteurizado em embalagem fracionada de 1/2 e 1/4 de litro.

Com a finalidade de diminuir os custos com transporte de leite para a Unidade de Porto Alegre, bem como aumentar a produção de leite em pó e a capacidade de absorção da produção própria da Usina, está em fase de instalação um "Concentrador de Leite", na subsidiária CORLAC ERECHIM S/A. Laticínios e Correlatos.

No que se refere à transferência da Usina Central, em Porto Alegre, foi adquirida área da Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CEDIC, no Distrito Industrial de Alvorada, sendo implantada a infra-estrutura para a instalação da 1ª fase do Projeto, que é a Plataforma de Recepção de Leite, Fábrica de Rações e Fomento. Está ainda em fase bastante adiantada, o projeto industrial e arquitetônico da nova Unidade, cuja execução foi confiada à Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras — CEDRO.

Foram também introduzidos vários melhoramentos na Unidade de Porto Alegre, destacando-se a instalação para produção de leite pasteurizado em embalagem cartonada, recuperação dos silos e do sistema de frio da Usina Central.

Foi ainda solucionado antigo problema de Poluição na CORLAC ERECHIM S/A. com a construção da Estação de tratamento de Efluentes naquela Unidade, também sendo ultimado o projeto de tratamento de efluente para a CORLAC SANTA MARIA S/A.

A fim de atender às necessidades do setor de comercialização, bem como para operação das novas unidades instaladas, foram adquiridos automóveis, tanques e caminhões, aumentando a capacidade nominal de transporte de leite líquido resfriado de 120.400 litros, para 223.400 litros.

Merece, também, destaque a realização de um contrato de venda de leite em pó para a Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA, absorvendo toda a produção atual, bem como o início da exportação de iogurte para a República Oriental do Uruguai, em meados de 1982.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Indústria

OBJETIVO:

garantir suprimento de leite Pasteurizado à população do Estado.

REALIZAÇÕES:

- | | |
|---|-------------------|
| — produção de leite pasteurizado em onze unidades | 94.240.302 litros |
| — produção de leite em pó | 6.659.970 Kg |

OBJETIVO:

promover o crescimento da produção de leite "in natura", no Estado, atingindo novas áreas.

REALIZAÇÕES:

- | | |
|----------------------------------|--------------------|
| — produção de leite "in natura". | 139.096.282 litros |
|----------------------------------|--------------------|

OBJETIVO:

manter estoques reguladores, e de garantia de suprimento de derivados de leite.

REALIZAÇÕES:

- | | |
|-----------------------|------------|
| — produção de queijos | 855.230 Kg |
|-----------------------|------------|

OBJETIVO:

prover a implantação de áreas industriais, visando à descentralização e desconcentração da indústria, aproveitando o recurso natural existente na região.

REALIZAÇÕES:

- **implantação do Distrito Industrial de Alvorada — Viamão: aquisição de área.** 23%
- **instalação de infra-estrutura do distrito industrial de Santa Maria: implementação do sistema viário.** 1%

OBJETIVO:

acelerar a industrialização do interior do Estado, apoiando projetos de significação especial em sua área de influência.

REALIZAÇÕES:

- **concessão de incentivos materiais às Indústrias Divani-SA, no município de Canoas, Minuano-Integração Avícola Ltda, no município de Bom Retiro do Sul, e Móveis Luizeme S/A, no município de Bento Gonçalves.** 5%
- **produção de manteiga**
1.147.962 Kg
- **produção de creme** 395.641 Kg
- **produção de iogurte** 708.772 litros
- **produção de requeijão** 102.446 Kg
- **produção de doce de leite** 57.570 Kg

OBJETIVO:

— desenvolver a pecuária leiteira, através da assistência técnica ao produtor, fomento à produção e valorização do leiteiro.

REALIZAÇÕES:

- **reuniões com produtores**
157 reuniões

— silagem	12.273 toneladas
— melhoria de instalações em propriedades.	199 propriedades
— introdução de máquinas e equipamentos	161 equipamentos
— formação de pastagens estacionais	5.957Ha
— fenação	373Ha
— introdução de matrizes	720 animais
— testes de tuberculose	2.601 animais
— testes de brucelose	2.443 animais
— testes de mamite	3.775 animais
— inseminações	12.362 inseminações
— visitas a produtores	12.339 visitas

PRODUTOS GAÚCHOS S.A — PROGASA

DESEMPENHO 1979/82

A Produtos Gaúchos S.A — PROGASA, durante o período 1979/82, em obediência à orientação governamental, buscou ampliar sua área de atuação, alargar as linhas de produção e aprimorar tecnicamente os produtos.

Para atingir este último resultado, além da substituição e reparos em equipamentos, foi promovida a instalação de um laboratório plenamente capaz de proceder a análises bromatológicas e microbiológicas dos produtos. De outra parte, foi também instalada uma câmara de desinfecção de produtos acabados.

Todas estas providências tornavam-se indispensáveis devido aos rígidos padrões de qualidade exigidos pelos consumidores dos produtos da PROGASA, que se situam entre as grandes indústrias de sopas, condimentos e embutidos, bem como os órgãos governamentais encarregados da aquisição e distribuição de produtos destinados à alimentação escolar.

Buscando estimular a diversificação de culturas na área onde tem instalado seu Parque Industrial, bem como prover-se de insumos utilizados no fabrico de seus alimentos instantâneos, alargou a PROGASA sensivelmente sua linha de desidratados, processando hoje, em volumes apreciáveis, longa série de produtos, tais como cebola, alho, alho porrô, cenoura, salsa, repolho, couve, batata, aipo, abóbora, beterraba, nabo, feijão, etc.

Relativamente ao feijão, tendo em vista os excelentes resultados obtidos e a intensa procura, foi montada uma linha de produção específica.

Ao incipiente fabrico de sopas para consumo em merenda escolar foi dado notável impulso, de tal sorte que hoje já dispõe, a Empresa, em seu Parque Industrial, de um setor autónomo de produção de tais alimentos instantâneos, em pleno funcionamento.

Referidas medidas lograram eliminar o grande problema representado pela total ociosidade que a entressafra da cebola ocasionava a pessoal, equipamentos e instalações.

Paralelamente, montou um esquema de atuação a nível nacional, que aproveitará quer os produtos industrializados, quer os "in natura" e que, já no próximo ano, deverá apresentar excelentes resultados.

Em paralelo à sua atividade industrial, buscou a Empresa, na Comercialização "in natura", manter-se como fator de equilíbrio e proteção aos agricultores. Com este objetivo tem adquirido exatamente a cebola sem possibilidade de comercialização, ou seja, produto miúdo, sem variedade definida, com pouca casca, cebola "de pendão", que, anteriormente, era jogada fora.

Por outro lado, nas últimas quatro safras, foi à PROGASA incumbida de prestar auxílio aos produtores de cebola, adquirindo-lhes expressivas parcelas que ainda estavam em seu poder e sem mais condições de comercialização.

No que concerne a fomento, tem não só adquirido sementes selecionadas, para impedir sua evasão para outros Estados, como promovido a sua distribuição entre os agricultores que se dispunham a plantar, mediante compromissos recíprocos, para a Empresa. A estes é prestada assistência bem como garantida a aquisição de parte das safras de cebolas obtidas. Já o incentivo à diversificação de culturas, embora os naturais óbices que se oferecem em uma região arraigada e tradicionalmente monocultora, tem tido notável desenvolvimento.

Além da distribuição de sementes selecionadas, da assistência técnica e da garantia da absorção do total das produções obtidas, a preços pré-fixados, em todos os hortigranjeiros que possam ser utilizados pela Empresa, tem funcionado como elemento catalizador o conhecimento, entre os agricultores, de que as safras, maiores ou menores, que produzam não se perderão.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Indústria

OBJETIVO:

aproveitar as safras ceboleiras e de outros produtos hortigranjeiros, pelo processo de comercialização "in natura" e industrialização pelo processo de desidratação

REALIZAÇÕES:

- | | |
|--|-----------------|
| — comercialização de cebola "in natura" | 4.105 toneladas |
| — desidratação de cebola. | 43.641 Kg |
| — comercialização de desidratados diversos | 870 kg |

**SECRETARIA DE ENERGIA,
MINAS E COMUNICAÇÕES — SEMC**

ÓRGÃOS VINCULADOS

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA — CEEE

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE
TELECOMUNICAÇÕES — CRT
COMPANHIA RIOGRANDENSE
DE MINERAÇÃO — CRM**

E:

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE
NITROGENADOS — CRN**

SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

DESEMPENHO 1979/1982

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, no início da gestão Amaral de Souza, deu continuidade aos programas em andamento na Companhia Estadual de Energia Elétrica, na Companhia Riograndense de Telecomunicações e na Companhia Riograndense de Mineração e, imediatamente, pôs em execução a nova política traçada para o setor, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Governo.

Para tanto, procurou, desde logo, estabelecer providências no sentido de dar cumprimento a essas diretrizes, a fim de que os setores de infra-estrutura do nosso Estado, de importância capital para o seu desenvolvimento sócio-econômico, pudessem agilizar suas atividades visando à consecução dos objetivos propostos.

Assim é que, buscando uma dinamização maior da própria Secretaria e atendendo ao disposto no Decreto número 28.654, de 22 de março de 1979, foi procedida uma reorganização da estrutura básica do Órgão, procurando adaptá-lo aos novos encargos decorrentes da crise de combustíveis e à necessidade de providências, com vistas ao estabelecimento de um modelo energético para o Estado do Rio Grande do Sul.

Com este objetivo, constituída, em 28.8.1979, a Comissão Estadual de Energia, sob a Presidência do Secretário de Energia, Minas e Comunicações, teve essa Comissão, por incumbência, promover o levantamento de todas as potencialidades do Rio Grande do Sul como fontes alternativas de energia; estabelecer diretrizes para a racionalização de combustíveis; oferecer roteiros de curto, médio e longo prazos, para o aproveitamento de fontes de energia no Estado, bem como definir usos dessas fontes energéticas e apresentar formas de desenvolvimento científico e tecnológico capazes de acelerar o aproveitamento dos nossos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Para desenvolver um trabalho dessa natureza foram organizadas subcomissões, as quais, após amplos e sucessivos debates, apresentaram seus relatórios. Posteriormente, já sob a coordenação do Prof. Eng.º Arthur Wentz Schneider, a Comissão Estadual de Energia apreciou aqueles trabalhos e elaborou o "Programa de Produção, e Uso do Carvão Mineral no Rio Grande do Sul".

Concluído este trabalho, dedicou-se a Comissão à elaboração do "Plano de Substituição de Derivados de Petróleo no Rio Grande do Sul" que, mais abrangente, mais amplo, incluindo outras fontes de energia existentes no Estado, significou a conclusão final dos estudos desenvolvidos pela mesma.

No período de 17 e 18 de setembro de 1979, foi promovido pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, o II CICLO DE PALES-

TRAS SOBRE CARVÃO MINERAL E XISTO, de caráter nacional, e que contou com a participação do Senhor Vice-Presidente da República e Presidente da Comissão Nacional de Energia, Engenheiro Antonio Aureliano Chaves de Mendonça.

Em 10 de setembro de 1979, pelo Decreto nº 29.105, foi dada uma estrutura básica à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, visando, com a criação de novos órgãos, proporcionar ao Titular da Pasta um Assessoramento mais abrangente e atuante, que estude e acompanhe a problemática do mundo atual, especialmente no que diz respeito ao setor energético e, ao mesmo tempo, permita obter um conhecimento mais profundo e imediato de todas as atividades desenvolvidas na área de atuação da Secretaria. Assim é que, nessa nova estrutura, foi criada, entre outras, a Assessoria de Avaliação e Controle de Resultados, com a finalidade de assessorar o Secretário no acompanhamento, avaliação e controle de resultados das atividades e programas das Empresas Vinculadas. Criou-se, também, além da Assessoria Jurídica, a Assessoria de Planejamento e a Assessoria de Estudos para o Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia. Procurou-se, ainda, readaptar os setores já existentes à nova dinâmica governamental, de maneira a dar ao Órgão responsável pela manutenção e desenvolvimento de setores infra-estruturais do Estado, uma organização mais atuante e eficiente.

Em maio de 1980, foi organizado pela Secretaria, em conjunto com o Consulado dos Estados Unidos da América do Norte, o Encontro do Carvão do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Também participou a SEMC, da organização do Encontro do Carvão da Região Sul, em novembro de 1980, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e das negociações, em Brasília, do Acordo de Colaboração Técnica com a União Soviética. ♣

Integrando missão oficial do Governo Brasileiro e a convite do Comitê Franco-Brasileiro para o Desenvolvimento do Carvão na Termoeletricidade, o Titular da Pasta visitou a Tchecoslováquia e a França, tendo participado de reuniões para contratos de cooperação bilateral no campo da pesquisa do carvão mineral.

Nos meses de novembro e dezembro/81, esta Secretaria promoveu, através de suas Assessorias e Técnicos, a 1.ª Reunião de Empresários de Pedras Semipreciosas, realizada em Porto Alegre e Lajeado e que contou com a participação do Senhor Ministro de Minas e Energia, Eng.º César Cals de Oliveira Filho. Participou do Grupo de Trabalho sobre carvão Brasil-Alemanha em Aachen, Alemanha, representando o Rio Grande do Sul, e do Grupo de Trabalho sobre carvão Brasil-Alemanha, no Rio de Janeiro. Enviou técnicos à Finlândia, a fim de observarem o uso do carvão em queima por leito fluidizado, e realizou, ainda, nesse período, trabalho intitulado "Apreciação dos Custos Reais do Carvão e Óleo Combustível como Fonte de Energia Térmica na Indústria", visando a demonstrar a conveniência do uso do carvão mineral. Esse trabalho foi divulgado entre todos os órgãos federais e estaduais, do setor, no País.

Em dezembro de 1981, pelo Decreto nº 30.526, foi reestruturado o Conselho para Implantação do Complexo Carboquímico do Rio Grande do Sul — CONCARBO, passando a denominar-se Conselho Estadual do Carvão Mineral — CONCARBO, tendo como funções básicas: traçar as diretrizes gerais sobre o carvão mineral; promover a integração de serviços e coordenar a captação e a distribuição de recursos disponíveis à execução do Programa Estadual de Carvão Mineral; coordenar e promover o relacionamento com entidades públicas e privadas.

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações participou da organização do 4º Encontro com Empresários nas Áreas de Mineração e Energia — promoção do Ministério das Minas e Energia e que se realizou em Porto Alegre, em 21.10.82.

Participou também do "Simpósio Internacional sobre Gerenciamento de Energia" — Organização das Nações Unidas/UNIDO, no qual o Senhor Secretário pronunciou a conferência — "Carvão o Maior Recurso Energético do Sul do País" (em 18.10.82).

Com a finalidade de visitar minas de carvão e linhito, usinas termoelétricas a carvão e instalações experimentais de gaseificação e liquefação de carvão, um representante desta Secretaria acompanhou o Senhor Ministro de Minas e Energia em viagem à Alemanha e Suécia.

Dando continuidade às suas atividades no sentido de propiciar ao Estado do Rio Grande do Sul melhores condições nos setores de sua abrangência, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações vem procurando dar atendimento às necessidades da população e às diretrizes do Governo Estadual.

Assim é que, no campo da Energia Elétrica, a Secretaria, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica, deu ênfase à eletrificação rural, como meio de economia de óleo diesel nos levantes hidráulicos da lavoura orizícola e da fixação do homem na zona rural. Foi também dada especial atenção às obras de Geração (Usina de Dona Francisca, Presidente Médici — Fase B e Candiota III), bem como às obras de Transformação e Transmissão de Energia Elétrica.

No setor de Telecomunicações, continuaram os esforços empreendidos pela Companhia Riograndense de Telecomunicações no sentido de dar cumprimento ao seu Programa de Expansão 9, 10 e 11, que dotará o Estado, a partir de 1983, do dobro do número de telefones em serviço existentes no início deste período de Governo. Até o final desta gestão, a CRT terá ativado 373 mil terminais telefônicos automáticos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo 131 municípios que contarão com serviço DDD/DDI.

No que diz respeito à mineração, a Companhia Riograndense de Mineração desenvolveu neste quadriênio intenso trabalho no setor, tendo o carvão importante papel na geração termoelétrica, como combustível alternativo do petróleo. Com vistas a esta política governamental, foram executados projetos de ampliação e implantação das Minas do Leão I, II, Candiota e Iruí.

A Mina do Leão I, que produzia 50.000 t/ano, está sendo preparada para extrair 50.000 t/mês de carvão "Run of Mine" (ROM). Na Mina de Leão II está sendo desenvolvido um projeto que visa a uma produção de 2.400.00 t/ano de carvão "bruto" (ROM). Quando em plena produção, este empreendimento contará com uma força de trabalho de 1.948 homens, aspecto social que deve ser destacado. A Mina de Candiota, situada no Município de Bagé, tem projeto para ampliação de sua capacidade atual de produção, de 80.000 t/ano para 2.800.000 t/ano de carvão, face à ampliação da capacidade da Usina Termoelétrica Presidente Médici. A Mina Iruí, a céu aberto, está operando em caráter experimental desde agosto de 1981 e produz cerca de 30.000 t/mês de carvão ROM. Na Mina João Ricardo de Souza, mina de ouro, a CRM tem projeto para, em tempo ainda não definido, executar a mineração subterrânea de filões. Esta mina, localizada no Município de Lavras do Sul, tem capacidade de produção de 20kg de ouro por ano.

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações elaborou, também, um subprograma relativo à produção de gás de baixo poder calorífico no Rio Grande do Sul, compreendendo 5 Centrais de Gás, a serem construídas através da Companhia Rio-grandense de Nitrogenados. A primeira delas já se acha concluída, na cidade de Rio Grande, constituindo-se na primeira Central de Gaseificação de Gás de Carvão Mineral da América Latina, e deverá servir à importante área industrial daquela cidade.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA — CEEE

DESEMPENHO 1979/82

O mercado de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul, Administração Amaral de Souza (1979/1982), teve uma taxa global média de crescimento de 10,65% ao ano. Apesar do quadro recessivo verificado na economia brasileira nos últimos anos o desempenho do mercado de Energia, no Estado, apresentou índices significativos de crescimento.

Segundo a classe de consumo, o maior índice de crescimento ocorreu na área rural, que apresentou uma média anual da ordem de 28,7% no quadriênio. Este fato se deve ao grande empenho do Governo do Estado em levar avante os programas de eletrificação que se constituíram em uma de suas metas prioritárias.

As taxas médias anuais no período, apresentadas pelas demais classes são, respectivamente, da ordem de 7,8%, para o Consumo Industrial, 8,8% para o Comercial e 10,5%, para o Residencial.

O consumo médio percentual por classe, é representado, segundo sua grandeza, pelo seguinte: Industrial — 39,7%; Comercial — 13,9%; Residencial — 21,8%; Rural — 5,3%; Outros — 19,3%.

A participação do consumo médio Industrial, apesar de ser a mais significativa na estrutura, experimentou uma pequena retração no período, em relação a anos anteriores. Os percentuais de consumo referentes às classes Residencial e Comercial mantiveram-se dentro dos intervalos de expectativa de realização. É de ressaltar, evidentemente, o número de ligações de consumidores de baixa renda, onde evidencia-se o esforço do Governo em prover o homem menos privilegiado de conforto, bem-estar e cultura, melhorando assim a sua qualidade de vida.

Na área rural, o benefício da energia elétrica é expressivo. Além de melhorar o nível de vida do homem do campo, propõe a sua permanência em seu "habitat" natural, pois ele passa a usufruir o mesmo conforto das grandes cidades. Este primeiro objetivo é nitidamente alcançado e isto se comprova em função do crescimento do número de consumidores rurais.

Outro objetivo seria a substituição dos derivados do petróleo em uso nos levantes hidráulicos e a desativação de usinas diesel, ainda existentes no Sistema de Geração da CEEE. O Governo do Estado se esmerou nestas tratativas, alcançando neste quadriênio a substituição de 83.016HP em motores diesel, resultando uma economia da ordem de 43.583.400 litros.

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações é o órgão que define a política

energética estadual, coordenando seu desenvolvimento através da Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE.

A CEEE, empresa estatal com capital integralizado de Cr\$ 64.504.096.890,00 (sessenta e quatro bilhões, quinhentos e quatro milhões, noventa e seis mil e oitocentos e noventa cruzeiros) formalizado com 82% de participação do Estado, 12% da Eletrobrás e 6% dos municípios e acionistas particulares, é a maior Empresa do Estado. A CEEE se ocupa da Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica em aproximadamente 100% do território gaúcho. A direção da Companhia Estadual de Energia Elétrica, consciente da importância de sua ação como órgão público, responsável pelo atendimento e desenvolvimento adequado do setor, nesta fase de profundas mudanças conjunturais, continua realizando um esforço intenso para cobrir suas crescentes necessidades.

Neste sentido, não obstante as limitações de recursos destinados a investimento, vem a Empresa dando curso ao seu programa de projetos e construção de obras de geração própria, além de um enorme elenco de linhas de transmissão, subestações transformadoras, redes de distribuição urbana e rural.

Os programas de investimentos das diversas atividades da Empresa, neste quadriênio, totalizaram Cr\$ 76,0 bilhões, assim distribuídos: Cr\$ 36,6 bilhões, para Geração de energia; Cr\$ 21,7 bilhões, para Transmissão; Cr\$ 9,8 bilhões, para Distribuição; Cr\$ 5,0 bilhões para Eletrificação Rural; Cr\$ 2,9 bilhões, para Instalações Gerais.

No que se refere à Geração, o Governo do Estado deu real importância ao setor, investindo 48% das disponibilidades de investimentos da CEEE prevista para o quadriênio. Esse investimento maciço possibilitou a conclusão da Usina Hidroelétrica de Itaúba, com uma potência instalada de 500MW.

No setor de Geração Hídrica, foi obtida também a outorga de concessão para a construção da Usina Hidroelétrica de Dona Francisca, com 125MW de potência. Com a construção da barragem desta usina, se regularizarão as vazões variáveis da Usina de Itaúba. Foram reencetados ainda, os estudos dos aproveitamentos hidroelétricos dos rios Jaguari — (Furnas do Segredo) e Itu. Estes aproveitamentos visam a atender às necessidades do meio rural através de usinas de pequeno porte como fonte alternativa para substituição dos derivados de petróleo na irrigação de lavouras.

O Governo do Estado, através da CEEE, efetiva a adequação destes projetos, a fim de que sejam adicionados e concluídos com a participação de recursos do Fundo de Mobilização Energética do Governo Federal.

No setor de Geração Térmica, estão em andamento os trabalhos da fase "B" da UTE Presidente Médici, que objetiva uma ampliação de 320MW, totalizando uma potência final da ordem de 426MW. Ressalta-se, no desenvolvimento deste trabalho, a torre de resfriamento que se constitui numa estrutura de concreto inédita no País, contando com 133m de altura e 125m de diâmetro na base.

Trata-se da primeira unidade deste gênero no Brasil e uma das maiores no mundo. Paralelamente e, visando a atender à crescente demanda da energia elétrica, a CEEE desenvolve a construção da UTE Candiota III prevista para 6 unidades de 335/350MW cada uma. A CEEE dá início, assim, à construção programada de usinas moduladas de grande porte, assegurando ao País uma fonte de energia de baixo custo, confiável e mobilizadora de empregos pelo alto índice de nacionalização alcançado.

O Setor de Transmissão e Transformação mereceu, também, uma atenção prioritária do Governo possibilitando, assim, levar a energia gerada até seus verdadeiros pontos de consumo. No decorrer do quadriênio, foram construídos 1.277km de linhas de transmissão. No elenco de obras desenvolvidas, devem ser salientados aqueles integrantes do conjunto denominado Projeto Fronteira Oeste, cujo objetivo primordial é a economia dos derivados de petróleo através da substituição dos motores diesel por motores elétricos nos levantes hidráulicos para irrigação das lavouras. São, ainda, de ressaltar, as obras que objetivaram o atendimento ao Pólo Petroquímico e áreas contíguas, especialmente aquelas em que se situam as indústrias de 3ª Geração.

Na área de Transformação, foram executadas diversas obras possibilitando o escoamento da energia transportada pelas linhas de transmissão já referidas. Cabe salientar, entre outras subestações, o andamento das obras da SE Gravataí II, com 165MVA de potência, que possibilitará a interligação entre o sistema de 230KV da CEEE com o sistema interligado de 500KV da Região Sul, através da SE Gravataí 500/230KV, 1.200MVA da ELETROSUL.

O setor de Distribuição, em seu programa de expansão, que envolve o projeto BIRD-CEEE, prevê o uso de US\$ 314 milhões em obras de infra-estrutura de transmissão, distribuição e atendimento a consumidores carentes. Este projeto continua sendo implementado através da aquisição de materiais e equipamentos em concorrências internacionais com participação da indústria nacional.

Como resultado deste projeto, foi implantado o programa de ligações de consumidores de baixa renda, que visa a beneficiar com serviço de energia elétrica cerca de 35.000 habitações da população na periferia das grandes cidades do Estado, até 1984.

Neste quadriênio já foram atendidos 13.221 consumidores, cujas instalações internas e entrada de energia são financiadas pela CEEE para reembolso na conta de luz através de um crescimento de 25% sobre a taxa mínima.

Neste período foram construídos ou reformados 5.015km de redes de distribuição nas áreas de jurisdição de 31 Gerências Regionais da Companhia.

O Programa de Eletrificação Rural para o Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu-se, com o objetivo de levar energia elétrica à zona rural, visando a melhorar as condições de vida do homem do campo.

Contando com recursos próprios, da comunidade, do Governo do Estado e do Governo Federal, a CEEE desenvolveu 2.576 obras, totalizando 14.408km de redes rurais, para atender a 52.419 consumidores com investimentos de Cr\$ 9,5 milhões. Paralelamente a este trabalho, estão sendo desenvolvidos os Projetos Fronteira Oeste, Litoral Sul e Litoral Centro, todos buscando a substituição de derivados de petróleo por energia elétrica.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Energia Elétrica

OBJETIVO:

concluir as obras da usina hidroelétrica de Itaúba, com 500 MW, e implementar a usina hidroelétrica de Dona Francisca, com 125 MW, no município de Agudo

REALIZAÇÕES:

- construção do acampamento para obra da usina de Dona Francisca
616 casas
- elaboração do projeto executivo da usina de Dona Francisca
5%

OBJETIVO:

executar as obras da Usina Termoelétrica Presidente Médici — fase b, com 320 MW, e encaminhar medidas para instalação da Usina de Candiota III, com 2000 MW, ambas localizadas no município de Bagé

REALIZAÇÕES:

- construção da Usina Termoelétrica Presidente Médici-fase b, e instalação de infra-estrutura
10%
- construção da infra-estrutura da Usina Termoelétrica Candiota III
2%

OBJETIVO:

instalar 30 projetos de transmissão, na tensão de 230 kv, numa extensão de 2643km; 7 projetos na tensão de 138 kv, numa extensão de 342km; e 42 projetos na tensão de 69kv, numa extensão de 1083km

REALIZAÇÕES:

- LT na tensão de 230kv, na região sul (Pelotas), na região metropolitana (Gravataí), na região leste (Triunfo-Pólo Petroquímico) e na região oeste (São Borja)
428km
- LT na tensão de 69 kv, na região oeste (São Borja e Uruguaiana) e na região norte (Palmeira das Missões, Sarandi, Cerro Largo e Carazinho)
227km

OBJETIVO:

executar 99 projetos de subestações, em diversas tensões, totalizando aproximadamente 2361 MVA

REALIZAÇÕES:

- subestações em diversas tensões, com 7 projetos concluídos, totalizando 70 MVA, nas regiões norte, leste e oeste, e região metropolitana
208 MVA

OBJETIVO:

concretizar os projetos programados de distribuição, em 231 municípios

REALIZAÇÕES:

- conclusão de parte do alimentador nº 2; reforço do alimentador de Bagé, com 23 kv; conclusão do alimentador Monte Belo-Trevisan, com 13,8kv; conclusão de parte do alimentador de Igrejinha, com 23kv
18km
- conclusão do alimentador nº 1 e interligação 3 e conclusão do alimentador nº 3-reforço
103km

OBJETIVO:

promover a eletrificação rural para que o homem do campo possa desfrutar de melhores condições de vida

REALIZAÇÕES:

- ampliação da rede de distribuição rural, a fim de proporcionar a eletrificação de mais de 2373 domicílios
2.049km

OBJETIVO:

dinamizar o abastecimento domiciliar, assegurando taxas diferenciais aos consumidores de baixa renda

REALIZAÇÕES:

- ligação de vilas populares, na capital e em vários municípios
3.054 famílias

OBJETIVO:

executar redes urbanas de alta e baixa tensão, na área de concessão da CEEE

REALIZAÇÕES:

- extensão de redes urbanas, de alta e baixa tensão, na área de concessão da CEEE
785km

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES — CRT**DESEMPENHO 1979/82**

A Companhia Riograndense de Telecomunicações — CRT, sociedade anônima de economia mista controlada pelo Governo do Estado, tem por finalidade a prestação de serviços de Telecomunicações em todo o Território do Estado do Rio Grande do Sul.

Desde a sua constituição, a CRT vem empreendendo contínuos esforços com o objetivo de implementar um Sistema de Telecomunicações compatível com as novas necessidades sócio-econômicas.

Com este objetivo foram desenvolvidos, em 1979, os programas 9 e 10, que visavam a atender à implantação e à ampliação de mais 96.000 terminais telefônicos em 163 municípios do Estado. Dessas 163 centrais, 93 são automáticas e 70 manuais. Visando a atender à demanda reprimida nos grandes centros populacionais e ampliar, significativamente, o Sistema Interurbano, foi desenvolvido o Programa 11. Este programa, aprovado pela Telebrás, implantará 88.568 terminais em 43 cidades do Estado e deverá atender às necessidades existentes até 1987.

Atendendo a diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, que visa adotar o setor agrícola de infra-estrutura própria, no sentido de fixar o homem no campo, a CRT elaborou, numa primeira fase, um Plano de Emergência de Telefonia Rural, com a finalidade de dotar de Postos de Serviços os Distritos, Vilas e Povoados mais significativos das cidades onde existem números vagos nas centrais, com acesso ao Sistema DDD.

Com a aprovação do Governo do Estado, foi elaborado um Programa de Incorporação de 69 sedes municipais, as quais vinham sendo operadas pelas Prefeituras. Estas incorporações foram realizadas a partir de fevereiro de 1980.

Visando a aproximar ainda mais a Empresa das comunidades do Interior, descentralizar a administração de operação, melhorar o controle de resultados e promover maior rapidez e compreensão nas soluções dos problemas das várias regiões do Estado, a CRT propôs a Regionalização da Empresa, o que foi aprovado pela Diretoria em julho de 1979.

Em 1980, dando prosseguimento à implantação dos Programas 9 e 10, que prevêem a instalação de 96.000 terminais, sendo 55.500 implantados e 40.500 ampliados em centrais já existentes, entraram em serviço 14.457 terminais.

De acordo com o Programa previamente estabelecido, a CRT incorporou 69 cidades do Estado que ainda não pertenciam à Empresa e que estavam sob a concessão das respectivas Prefeituras Municipais.

No exercício de 1981 a Companhia Riograndense de Telecomunicações, além de prosseguir na execução dos Programas de Expansão, dedicou especial atenção no sentido de melhorar o nível de atendimento dos serviços de Telecomunicações. Foram automatizados os serviços de várias cidades e ativados novos postos de serviço, ampliando sensivelmente o acesso ao usuário. Grande número de cidades receberam melhorias nas redes urbanas e nas linhas distritais. A CRT conseguiu diminuir o tempo de reparação dos defeitos dos telefones e dos circuitos interurbanos. Deve-se destacar ainda, os resultados positivos da regionalização da área de Operações, principalmente no que se refere ao gerenciamento descentralizado, que permitiu maior agilização das atividades e procedimentos, proporcionou controle mais efetivo e a melhoria do desempenho operacional.

Dando continuidade aos programas números 9, 10 e 11, foram implantados neste exercício, 3.120 terminais telefônicos manuais. Foram adicionados 44.812 terminais, sendo 11.012 automáticos implantados, 30.680 automáticos ampliados em centrais

existentes e 3.120 terminais manuais. Foram ativados os Sistemas de Discagem Direta a Distância — DDD e Discagem Direta Internacional — DDI, em 11 municípios, passando de 66 em 1980, para 77 cidades em 1981.

Em todo o Estado foram instalados 643 telefones públicos e também ativados novos serviços em Porto Alegre e em cidades do Interior do Estado, tais como o “Horóscopo” e o “Fonocópia”.

No exercício de 1982, foi desenvolvido um esforço significativo para obtenção de recursos com vistas aos Programas de Expansão, fazendo com que a CRT tivesse que recorrer às mais diversas formas de operações de crédito, diante, inclusive, da limitação cada vez mais restritiva para captações de recursos internos e externos.

Ainda no exercício de 1982, através dos Programas 9, 10 e 11, a CRT ativou até 30 de novembro, 75.534 novos terminais telefônicos automáticos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, devendo alcançar até o final do ano, 98.388 novos terminais automáticos.

Foram ativadas 42 novas centrais, que beneficiaram 40 sedes de Municípios do Estado com a implantação do serviço telefônico automático e ainda 19 municípios que tiveram suas centrais automáticas ampliadas.

Neste ano, foram instalados 617 Telefones Públicos devendo este número ampliar-se para 724, até o final de dezembro.

A administração da CRT dedicou especial atenção aos seus programas de expansão de atendimento às praias, através dos quais a capacidade do sistema telefônico existente será praticamente duplicada.

A CRT incorporou no mês de novembro deste ano, os serviços telefônicos do Município de Tramandaí, cuja concessão pertencia à Cooperativa Telefônica Osoriense Ltda., devendo ser ainda, em dezembro, incorporados os serviços telefônicos de Santo Antônio da Patrulha, cuja concessão está em poder da Cooperativa Telefônica Patrulhense Ltda., ficando assim a concessão com a CRT em 243 Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O Sistema Interurbano teve significativo aumento da sua capacidade instalada, com ampliação das novas rotas de Microondas e de inúmeros outros sistemas de menor capacidade que facilitarão as comunicações no Estado.

Foi estimulada a Telefonia Rural nas zonas de maior densidade ou de produção significativa.

Foram implantados ainda em 1982, 1.355 novos terminais telefônicos manuais em 24 sedes municipais do Estado.

Desta forma serão ativados, pela CRT, um total de 100.728 novos terminais telefônicos no Rio Grande do Sul.

Quanto à automatização do Sistema Interurbano, no exercício de 1982, a CRT interligará aproximadamente 40 cidades aos Sistemas de Discagem Direta à Distância- DDD e Discagem Direta Internacional- DDI, proporcionando desta forma uma grande ampliação deste Sistema no Estado.

Com estas informações pode-se avaliar, perfeitamente, a magnitude da expansão dos Serviços de Telecomunicações no Rio Grande do Sul no período 1979/1982, com o maior incremento de novos terminais telefônicos na história da CRT.

A nível nacional, a CRT, através dos seus programas de expansão em andamento, deverá representar aproximadamente 25% da ampliação de novos terminais de todo o País.

Ao encerrar o exercício de 1982, a Companhia Riograndense de Telecomunicações apresenta um elenco de obras bastante expressivo, consistindo principalmente na duplicação do número de terminais instalados em suas centrais automáticas e a triplicação dos circuitos interurbanos em serviço.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Telecomunicações

OBJETIVO:

executar os planos de expansão 910 e 911, com vistas aos serviços urbanos automáticos, através da implantação e ampliação de 204669 terminais telefônicos, abrangendo também o interior do Estado

REALIZAÇÕES:

- serviços de infra-estrutura, construção de redes, instalação de telefones, e ativação de novos terminais telefônicos automáticos — ampliação e implantação de centrais
97.922 terminais
- serviços de infra-estrutura, construção de redes, instalação de telefones e ativação de novos terminais telefônicos automáticos, envolvendo implantação e ampliação de centrais
65 indicadores
- instalação de telefones públicos em cidades de médio e grande porte
724 telefones
- ativação de serviços especiais, em localidades com serviços telefônicos automáticos
51 municípios

OBJETIVO:

estimular, para a telefonia rural, a pesquisa de equipamentos de baixo custo, expandindo-se nas zonas de maior densidade ou de produção significativa

REALIZAÇÕES:

- gestões, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul/Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, visando à aprovação de financiamento para o programa de telefonia rural, abrangendo pequenas comunidades do interior do Estado

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO — CRM

DESEMPENHO 1979/82

A execução da política mineral do Estado do Rio Grande do Sul cabe à Companhia Riograndense de Mineração — CRM, empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações que, através das atividades de mineração, prospecção mineral e pesquisa tecnológica, desenvolve a exploração econômica de algumas das riquezas do subsolo gaúcho.

Assim, atendendo à diretriz emanada do Governo do Estado, a CRM, durante o quadriênio 1979/1982, desenvolveu intenso trabalho no setor energético, em que o carvão assumiu importante papel na geração termoelétrica e como combustível alternativo ao petróleo. Foram, assim, desenvolvidos diversos projetos de ampliação e implantação de unidades mineiras, no Estado.

O Projeto de Ampliação da Mina do Leão I, no município de Butiá, visa a prepará-la para passar, de uma capacidade de 50.000t/ano de extração de carvão "Run on mine" (ROM), para uma capacidade instalada de 50.000t/mês. A mina possui uma planta de beneficiamento com capacidade de alimentação de 150 t/h, capaz de produzir carvões com 20%, 35% e 40% de cinzas, com recuperação média de 50%. Além da instalação de "Skip" para o transporte vertical da produção nominal referida, está operando a primeira frente larga ("long wall") mecanizada do País, que utiliza os seguintes equipamentos: suportes hidráulicos automarchantes, máquina cortadeira, transportador de arrasto e máquinas para abertura de túneis.

O Projeto de Ampliação da Mina de Candiota, envolvendo um dispêndio de, aproximadamente, US\$ 63,5 milhões, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID (29,4%), do Programa de Mobilização Energética — PME (46,3%) e Recursos Próprios (24,3%), objetiva ampliar a capacidade da atual mina, situada no município de Bagé, de 800.000t/ano para 2.800.000 t/ano de carvão, face à ampliação da capacidade da Usina Termoelétrica Presidente Médici, de 126 MW para 446 MW, em fase adiantada de implantação, prevendo-se para início de 1984 a entrada em funcionamento.

A nova Mina terá como equipamentos básicos uma escavadeira tipo "drag-line", elétrica, com caçamba de 38 jardas cúbicas de capacidade, em fase de construção, simultaneamente nos Estados Unidos e no Brasil, e duas escavadeiras, tipo "shovel", capacidade de 12 jardas cúbicas, cada, em fase de licitação.

O Projeto Mina do Leão II visa, através de lavra subterrânea, totalmente mecanizada, à produção de 2.400.000t/ano de carvão bruto (ROM), a serem beneficiadas em superfície, podendo-se obter carvões com diferentes teores de cinzas, que atenderão a diversos segmentos de mercado, desde a produção de termoeletricidade até a gaseificação.

A Mina do Leão II está situada no município de Butiá, a menos de uma centena de quilômetros da Capital do Estado, próximo à BR-290, existindo projeto ferroviário para ligá-la ao Terminal Carvoeiro de Charqueadas e ao Tronco Sul da Rede Ferroviária Federal definindo-se, assim, sua localização favorável relativamente ao mercado consumidor.



Destaca-se, de outro lado, o aspecto social ligado a este empreendimento, que contará, uma vez em plena produção, com uma força de trabalho de 1948 homens diretamente envolvidos, distribuídos com atividades de subsolo — o maior contingente — de beneficiamento, administrativas, de oficinas e de treinamento, além de outras.

Dentre os aspectos econômico-financeiros, o Projeto Mina do Leão II envolve um investimento estimado de US\$ 116,5 milhões, cujas fontes de recursos distribuem-se entre o BID, com cerca de 30% do referido montante, o PME com 43%, e Recursos Próprios, com uma parcela de 27%, registrando-se que o “investimento específico” situa-se dentro de valor internacionalmente admitido como normal, ou seja, em cerca de US\$ 48t/ano de carvão bruto (ROM), incluindo-se a parcela referente ao beneficiamento.

O Projeto da Mina do Iruí, situado no município de Cachoeira do Sul, refere-se a uma mina a céu aberto, operando em caráter experimental desde agosto de 1981 e que está produzindo cerca de 30.000t/mês de carvão ROM.

As instalações de britagem, peneiramento e ensilagem iniciarão as operações em janeiro de 1983.

No corpo principal do jazimento está sendo implantado o projeto definitivo da Mina do Iruí, com capacidade final, a partir de 1984, de 1,6 milhão t/ano de carvão ROM. Em razão do beneficiamento desse carvão bruto, serão obtidas 960.000t de carvões comercializáveis, face às instalações de beneficiamento tipo “jig”, já em fase de construção. Os equipamentos que propiciarão a produção nominal acima referida são os seguintes: seis escavadeiras, das quais quatro já se encontram na Mina, com caçambas de 10 jardas cúbicas, transmissão hidráulica; três carregadeiras; duas perfuratrizes, uma em atividade; vinte e quatro caminhões “fora de estrada”, de 50t de capacidade, dos quais dez já estão operando. Da infra-estrutura constam, já concluídos, prédio para os Escritórios, Oficinas, Almoxarifado, Alojamentos e Laboratórios para análise imediata de carvão, bem como a rede elétrica de 22kv.

O investimento global atinge a aproximadamente US\$ 25 milhões.

O Projeto da Mina João Ricardo de Souza, refere-se a uma mina de ouro, a céu aberto, no município de Lavras do Sul, com capacidade de produção de 20kg Au/ano, a partir de minérios oxidados, estando em estudo o aproveitamento de minério aluvionar. Em tempo ainda não definido será executada a mineração subterrânea, de filões. Os equipamentos principais são: uma retroescavadeira, um trator de esteira, uma carregadeira, perfuratriz e caminhões. Na planta de beneficiamento já estão montados os britadores, moinhos, peneiras, mesas de concentração, “jig”, classificadores helicoidais, alimentadores e correias transportadoras. As reservas conhecidas são as seguintes: 6.872kg de ouro e 47.038t de cobre contidos. Os investimentos realizados atingiram a US\$ 1,4 milhão.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Recursos Minerais

OBJETIVO:

implantar mineração de ouro na região de Lavras do Sul, com capacidade inicial de 20kg/mês

REALIZAÇÕES:

- implantação da mineração de ouro em Lavras do Sul
- Mina João Ricardo de Souza 1 equipamento

Programa: Carvão Mineral

OBJETIVO:

efetivar, através da Companhia Riograndense de Mineração, o aparelhamento e aumento da capacidade de produção de carvão de pedra nas minas de Candiota e Leão, aumentando as respectivas capacidades para 2.800 mil t/ano, e 500 mil t/ano

REALIZAÇÕES:

- projeção de um prédio de oficina e almoxarifado, e outro para a administração, na mina de carvão no Distrito de Seival, município de Bagé
- aquisição de equipamentos de mineração para a mina de Candiota 10 equipamentos
- projeção da instalação de peneiramento e britagem na mina de Candiota, no distrito de Seival, município de Bagé

OBJETIVO:

implantar através da Companhia Riograndense de Mineração, uma nova mina de carvão, com capacidade de produção de 2 milhões de t/ano, destinada a abastecer a unidade de gaseificação da Petrobrás

REALIZAÇÕES:

- construção de um prédio para oficina e almoxarifado, com 10.000 m² de área construída, destinado à manutenção de equipamentos e materiais usados na Mina do Leão, município de Butiá 60%
- execução da galeria principal norte, com 1000 metros de comprimento, forma semicircular, 5X4 metros, para a Mina do Leão 38%
- execução de silos subterrâneos escavados na rocha com capacidade de 1000 toneladas de carvão, na Mina do Leão, município de Butiá 30%
- aquisição de correias transportadoras extensíveis/retráteis e fixas, com largura de cinta de 36 ou 48 polegadas, e comprimento total de 16.000 metros, para a Mina do Leão 25%

- administração da implantação do projeto da Mina do Leão II, no município de Butiá 15%
- criação de uma subestação principal — 69 km/6,6km-7500/9375 KWA 65%

OBJETIVO:

implantar a Mina de Iruí, no município de Cachoeira do Sul, para produzir 1,56 milhões t/ano de carvão bruto, até julho de 1983

REALIZAÇÕES:

- fornecimento de energia para canteiro de obras da Mina de Iruí, no município de Cachoeira do Sul 38 equipamentos
- execução da estrada de acesso à zona de mineração da Mina de Iruí 4 km
- execução da planta de beneficiamento e britagem de carvão da Mina de Iruí 20%
- montagem de oficinas de manutenção de equipamentos da Mina de Iruí 70%
- aquisição de equipamento de mineração para a Mina de Iruí 35 Unidades
- beneficiamento provisório do carvão da Mina de Iruí 90%
- execução de contrato de utilização de terras, para acesso às zonas de mineração e extração do carvão da Mina de Iruí 30%

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE NITROGENADOS — CRN

DESEMPENHO 1979/82

No decorrer da Administração Amaral de Souza a Companhia Riograndense de Nitrogenados implantou, em curto prazo de 17 meses, uma Central de Gaseificação de Carvão na cidade de Rio Grande.

O empreendimento visa à produção de gás de carvão de baixo poder calorífico, para substituição de óleo combustível e o estudo para a produção de nitrogenados a partir desse mesmo gás.

Os estudos de viabilidade iniciaram-se em dezembro de 1980 e se estenderam até março do ano seguinte. De abril a junho de 1981 procedeu-se à escolha do processo de

gaseificação e contratação dos principais fornecedores, sendo que em julho do mesmo ano iniciou-se a implantação da obra.

Situada no Complexo Portuário do município de Rio Grande, a primeira Central da CRN entrou em fase de pré-operação em outubro de 1982, sendo que a operação comercial deverá ocorrer em março de 1983.

Oitenta por cento dos recursos são provenientes do Programa de Mobilização Energética do Governo Federal — PME, e o restante, dos acionistas, ou seja, Estado do Rio Grande do Sul, Petrobrás Fertilizantes S.A. — PETROFÉRTIL e BNDES Participações S.A. — BNDESPAR. O retorno desse capital deverá ocorrer, no máximo, em quatro anos.

Com o objetivo de reduzir o prazo de implantação e o investimento do empreendimento, de molde a adequá-lo aos recursos definidos no Programa de Mobilização Energética — PME 81, a CRN concebeu a implantação do projeto em duas etapas. Essa atitude, também possibilitará a extração mais rápida de parâmetros técnico-econômicos e sócio-ambientais.

A primeira etapa, que se concluirá com a entrada em operação comercial em março de 1983, totaliza investimentos de US\$ 23 milhões, totalmente em moeda nacional, incluindo a troca de equipamentos dos usuários e a construção de gasodutos para abastecê-los.

Essa etapa permitirá a substituição de 30.000 toneladas por ano de óleo combustível por gás industrial de carvão. Tal substituição far-se-á nas indústrias de fertilizantes, secagem de grãos e alimentos, instalados no Superporto e no Distrito Industrial de Rio Grande, tornando-se um fator a mais na expansão das indústrias existentes e na atração de novos empreendimentos. Será proporcionada ao País uma economia de divisas da ordem de US\$ 7 milhões por ano.

Para duplicação dessa capacidade de produção, em uma segunda etapa, deverá ser feito um investimento adicional de US\$ 15 milhões, chegando-se à substituição de aproximadamente 60.000 toneladas por ano de óleo combustível, com uma economia de divisas da ordem de US\$ 14 milhões por ano.

O projeto global, portanto, após implantação da segunda etapa, financiado com recursos do Programa de Mobilização Energética e dos acionistas, deverá envolver recursos da ordem de US\$ 38 milhões, totalmente em moeda nacional.

A Central de Gaseificação de Carvão da Companhia Riograndense de Nitrogenados tem nacionalização de 100% nos serviços e equipamentos adquiridos. As condições locacionais, de mercado e uma infra-estrutura adequada, existentes em Rio Grande, permitiram que se implantasse o empreendimento em condições técnico-econômicas e sócio-ambientais favoráveis. Recorreu-se a fatores de produção disponíveis no País, não se tratando de uma unidade de capital intensivo nem de tecnologia sofisticada. Para a obtenção dos parâmetros que permitiram o projeto, foi criado um grupo para a engenharia básica, coordenada pela própria CRN.

O carvão utilizado como matéria-prima é do tipo CV-35, com 35% de cinzas e é proveniente do Estado do Rio Grande do Sul, mais exatamente, das minas existentes na região do Baixo Jacuí. O consumo de carvão na primeira etapa será da ordem de 80.000 toneladas por ano, subindo para 170.000 toneladas por ano após a implantação da segunda etapa.

Hoje a CRN domina a elaboração de projetos de gaseificação, a partir do carvão, usando ar e vapor d'água como agente gaseificante, produzindo gás de poder calorífico da ordem de 1.450 kcal/Nm³ e fornecendo, na primeira etapa, 25 mil metros cúbicos de gás por hora.

O programa de longo prazo da CRN prevê a implantação de outras centrais de gaseificação de carvão na região da Grande Porto Alegre (atendendo aos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia), em Estrela/Lajeado, Pelotas, Santa Cruz do Sul e em outras áreas a serem estabelecidas pelo Governo.

Os respectivos projetos de viabilidade já foram realizados e apresentados ao Governo do Estado, sendo que a Central da Grande Porto Alegre tem uma produção prevista de 116 mil metros cúbicos por hora, a de Estrela/Lajeado de 57 mil metros cúbicos por hora, a de Pelotas de 36 mil, e a de Santa Cruz do Sul, também, de 36 mil metros cúbicos por hora.

A partir da ampliação da Central de Gaseificação de Carvão no município de Rio Grande, a CRN estuda a implantação de uma unidade para produção de Amônia, para atender ao consumo das indústrias de fertilizantes localizadas no Distrito Industrial, junto ao Superporto de Rio Grande.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Carvão Mineral

OBJETIVO:

implantar uma central de gaseificação de carvão mineral, com capacidade de produção de 35GCAL/H, destinada a abastecer as indústrias localizadas no distrito industrial de Rio Grande

REALIZAÇÕES:

- execução do projeto da Central de Gás, no distrito industrial de Rio Grande 85%

OBJETIVO:

estudar a implantação de novas centrais de gaseificação, no Estado

REALIZAÇÕES:

- estudo de viabilidade da central de gás Estrela/Lajeado 100%
- estudo de viabilidade da central de gás de Pelotas 100%
- estudo de viabilidade da central de gás de Santa Cruz do Sul 100%

SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST

E ÓRGÃOS VINCULADOS:

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DAER
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS – DEPRC
DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO – DAE
COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS
ALIMENTADORAS – CINTEA

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DESEMPENHO 1979/82

A Secretaria dos Transportes é responsável, no Estado, pela coordenação da política de transportes, subdividida em seus três setores fundamentais — Transporte Rodoviário, Transporte Hidroviário e Transporte Aeroviário — estando a execução destas três modalidades a cargo de seus Órgãos Vinculados, respectivamente, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, e Departamento Aeroviário do Estado.

A ação desenvolvida no período 1979/1982 buscou a compatibilização entre as diretrizes básicas estabelecidas pela Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, e a criação de condições para o emprego coordenado das diversas modalidades de transportes, procurando dar prioridade ao escoamento dos produtos agrícolas e industriais.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DAER

DESEMPENHO 1979/82

O desempenho do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes, refletiu a Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cujas diretrizes foram fixadas pelo seu Governo.

Durante o período 1979/82, o DAER executou 1.341km de rodovias, 2.873,8m de pontes, 71 unidades de intersecções, 103 unidades, encontrando-se, ainda, em fase de conclusão, 18 projetos rodoviários.

Os serviços de conservação de rodovias são executados pelas 17 Unidades de Conservação distribuídas no Interior do Estado.

O DAER conserva 8.570km de rodovias estaduais, sendo 1.640 km pavimentados, além de — por delegação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, — 1.519,1km de rodovias federais, dos quais 1.388,7km são pavimentados e 120,4km, não pavimentados.

Dentre os serviços de conservação de rodovias destacam-se: 4.261.163.000m² de patrolagem, 4.008.391m³ de revestimento primário, 148.544.654m² de roçadas manuais e mecânicas, e 5.101.222m² de capa selante.

Quanto à construção de rodovias por administração direta, também a cargo das

17 Unidades de Conservação do DAER, foram executados 454,54km de terraplenagem, com um volume de 8.658.000m³, e 44,2km de recapeamento asfáltico.

No tocante a obras de arte especiais, foram executadas, por administração direta, 2.418,9m lineares de pontes e, por empreitada, 1.197m lineares.

A construção e restauração de rodovias estaduais, por empreitada, é supervisionada pela Superintendência de Fiscalização da Construção e, por delegação do DNER, o DAER também contrata e supervisiona serviços de construção de rodovias federais.

No presente quadriênio, os serviços por empreitada atingiram: 529km de terraplenagem, com um volume de 14.227.000m³; 56km de terraplenagem por delegação, com volume de 2.237.000m³; 512km de pavimentação; 52km de pavimentação por delegação.

Quanto às ligações rodoviárias que visam à implantação e pavimentação dos trechos das sedes dos municípios às rodovias troncais, estão em execução ou previstos: serviços de implantação em 15 trechos, numa extensão de 328km; de pavimentação de 9 trechos, numa extensão de 168km; de implantação e pavimentação em 27 trechos, numa extensão de 491km.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Transporte Rodoviário

OBJETIVO:

dar prosseguimento ao plano rodoviário do Estado, de 699km de implantação de novos trechos, e de 537km de pavimentação, beneficiando, diretamente, a cerca de 40 municípios

REALIZAÇÕES:

- terraplenagem executada por administração direta, pelas unidades de conservação do DAER 183km
- terraplenagem executada por empreitada 75km
- recapeamento asfáltico de rodovias, executado pelas unidades de conservação do DAER (Administração Direta) 280.000m²
- pavimentação de rodovias, realizada por empreitada 180km

OBJETIVO:

melhorar, através da pavimentação, retificação ou consolidação, as ligações de 42 sedes municipais às malhas rodoviárias federal e estadual.



REALIZAÇÕES:

- terraplenagem executada por empreitada, nas ligações das sedes municipais à malha rodoviária principal 26km
- pavimentação executada por empreitada nas ligações das sedes municipais à malha rodoviária principal 15km

OBJETIVO:

manter em boas condições de tráfego a rede rodoviária estadual e os trechos federais delegados, numa extensão de 10.642km

REALIZAÇÕES:

- conservação de rodovias estaduais, através de patrulagem realizada nas 17 unidades de conservação do DAER 1.050.000.000m²
- conservação de rodovias estaduais, através da execução de revestimento primário realizado pelas 17 unidades de conservação do DAER 1.100.000m³
- conservação de rodovias estaduais, através da execução de roçadas manuais e mecânicas realizadas pelas 17 unidades de conservação do DAER 48.000.000m²
- conservação de rodovias estaduais, através da execução de capa selante realizada pelas 17 unidades de conservação do DAER 1.400.000m²

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS
E CANAIS — DEPRC**

DESEMPENHO 1979/82

A linha de ação seguida pelo DEPRC, no período, demonstrando preocupação especial com o setor portuário, dirigiu-se no sentido de dar continuidade aos projetos de investimento, e de promover o ajustamento dos serviços públicos à atual conjuntura, e às novas tendências de mercado.

A consciência de que o transporte hidroviário, no Rio Grande do Sul, é de particular importância, dada a distribuição das vias fluviais interiores, ligadas a um porto marítimo com localização privilegiada, é demonstrada pela evolução dinâmica da movimentação portuária, tanto nos fluxos de comercialização para fora do Estado, pela navegação de longo curso e cabotagem, como pelo escoamento da produção por hidrovias, através da navegação interior.

Assim, foi a seguinte a movimentação de carga e descarga nos portos organizados

do Rio Grande do Sul, no quadriênio: 32.768.586t relativas à navegação de longo curso (6.884.712t, no Porto de Porto Alegre; 25.874.201t, no Porto de Rio Grande; 9.673t, no Porto de Pelotas); 14.626.006t relativas à navegação de cabotagem (9.003.217t no Porto de Porto Alegre; 5.418.443t no Porto de Rio Grande; 204.346t, no Porto de Pelotas); 27.922.193t relativas à navegação interior (15.521.221t, no Porto de Porto Alegre; 10.993.075t, no Porto de Rio Grande e 1.403.897t, no Porto de Pelotas).

É de salientar que o Rio Grande do Sul é o Estado do Brasil que possui um maior índice de utilização de suas hidrovias interiores, e o maior volume de cargas transportado nesta modalidade.

O Porto de Rio Grande atingiu, no ano de 1980, o maior nível de movimentação como Terminal do Corredor de Exportações, com 11.291.271t. Tem apresentado, ainda, um movimento excepcional na movimentação de cargas dinâmicas, que exigem a disponibilidade de instalações e equipamentos especializados.

Neste sentido, foram contratadas, no período, linhas expressas de Containers para a Costa Leste dos Estados Unidos (de 15 em 15 dias), para a Europa e para a Costa Oeste dos Estados Unidos (a cada 45 dias), possibilitando a regularidade do transporte na exportação de manufaturados, principalmente calçado e fumo.

A infra-estrutura de armazenagem frigorífica disponível no Terminal de Carnes possibilitou, também, uma nova linha de comércio criada com a exportação de frangos para o Oriente Médio, sendo exportadas, desde 1981, aproximadamente 90 mil toneladas através daquele porto.

Em 1981, foi inaugurado o Terminal Trigo/Soja, obra construída com recursos federais e administrada pelo DEPRC, oferecendo armazenagem e possibilidade de movimentação de 11 milhões de toneladas/ano em seus dois armazéns graneleiros (com capacidade estática de 76 mil toneladas, cada um) e um silo vertical (de 130 mil toneladas). Este Terminal, com moderno equipamento de transporte e movimentação, é o maior da América Latina e permite, pelo efeito de atração do tráfego, facilitar e tornar competitiva a exportação de grãos e farelo, segmento de mercado, já tradicional em nossa economia.

Em 1982, além do fluxo de exportação houve, também, no Porto de Rio Grande, um significativo incremento na importação de grãos pelo regime de "draw back", para abastecimento da capacidade instalada de esmagamento e industrialização do Estado.

Os portos de Porto Alegre e Pelotas, embora tenham sofrido mudanças pela transferência das cargas mais dinâmicas de exportação ao Porto de Rio Grande, ajustaram sua estrutura à participação no Complexo Portuário, como centros alimentadores e distribuidores das linhas de navegação internas e externas.

Também nesses portos foram criadas instalações especializadas para acompanhar o surgimento ou reativação de novas linhas de comércio e transporte destacando-se, neste particular, as obras civis e equipamentos instalados no Porto de Porto Alegre, de forma a permitir a armazenagem de 60 mil toneladas/ano de carvão provenientes das minas do Interior do Estado para abastecimento, por navegação de cabotagem, das indústrias do Centro/Sul. Em 1981, foram movimentadas 400 mil toneladas de carvão, no Terminal.

Com relação aos Fertilizantes observou-se, em 1982, um incremento acentuado de exportação do produto por cabotagem, em detrimento da importação por longo curso, em virtude da política de restrição à importação e incentivo à produção nacional, fato que veio reativar o movimento do Porto de Porto Alegre, nos últimos meses.

Por outro lado, com a implantação da indústria "Cimento Tupi", em Gravataí, é previsto a movimentação de 300 mil toneladas/ano de clínquer por cabotagem, com carga de retorno de carvão, fato que também contribuirá para incrementar as linhas de comércio operadas por Porto Alegre.

O aumento da eficiência dos portos sob sua administração foi, assim, uma das metas do Governo, e para alcançá-la, foram realizadas diversas obras administrativas pelo DEPRC.

Na Administração do Porto de Rio Grande, destacam-se a dragagem da Barra, feita pela Companhia Brasileira de Dragagem — elevando para 29 pés o calado do Porto Novo, e para 40 pés o calado do Superporto —, bem como a liberação da área de retaguarda do Porto, para ampliação da Companhia Riograndense de Adubos — CRA, e a realização de obras de recuperação geral do Frigorífico João Mascarenhas, no Porto Novo.

Na Administração do Porto de Porto Alegre, podem ser salientados: a realização de diversas obras civis e aquisição de equipamentos no Terminal de Carvão; a realização de obras para prosseguimento da Linha de Água no Cais Navegantes, para abastecimento aos navios dos terminais privativos da SAMRIG e CIAGRAN, e para reparação de calhas condutoras e telhas dos armazéns das séries A, B, C e D; o projeto e fiscalização de obras do Terminal de Passageiros de Porto Alegre e Guaíba; a realização de reforma administrativa da Seção da Receita do Porto, com a mecanização dos registros e agilização dos procedimentos, para benefício do usuário.

O Terminal de Carvão do Porto de Pelotas foi equipado com pá carregadeira, autoguindaste sobre esteiras e carregadeira para recheio nas operações com carvão.

Além dessas obras e realizações vinculadas às Administrações dos Portos, o DEPRC tem desenvolvido estudos, desde 1980, para viabilizar o uso de combustíveis alternativos, com a finalidade de diminuir o consumo, os custos e a dependência dos combustíveis derivados de petróleo. O projeto experimental visa à adaptação do Reboador XV de Novembro, para a adoção do processo de queima de carvão em leito fluidizado, em caldeira protótipo, com produção de vapor de 1t/hora. Os resultados de pesquisa, se satisfatórios, servirão de ponto de partida para o uso mais generalizado do carvão na propulsão de embarcações.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Transporte Hidroviário

OBJETIVO:

continuar os trabalhos de manutenção, balizamento, dragagem e derrocamento das vias navegáveis do Estado.

REALIZAÇÕES:

— dragagem de conservação das vias navegáveis	310.036m ³
— visitas de inspeção para coleta de dados para manutenção de aparelhos, análise e computação dos dados coletados	211 visitas
— sondagem batimétrica e reconstrução de poligonal	210km
— colocação e manutenção de sinais	419 unidades
— dragagem dos canais de acesso aos portos	569.844m ³
— controle e segurança do tráfego hidroviário	61.132 toneladas

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO — DAE**DESEMPENHO 1979/82**

Com base nas prioridades estabelecidas na “Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul”, o DAE executou, no período, diferentes ações voltadas para o desenvolvimento do setor aeroportuário, no Estado.

Destaca-se, entre os objetivos previstos para serem atingidos, a concentração de esforços na pavimentação, manutenção e reaparelhamento de aeroportos, de modo a elevar a segurança dos usuários, com acréscimo de 180.000m² de pista e área de estacionamento.

Neste sentido, foram iniciadas, em 1981, obras de pavimentação do aeroporto de Erexim, num total de 25.000m², as quais foram concluídas em 1982. No tocante à manutenção e reaparelhamento de aeroportos, foram executadas obras nos municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires, Santa Vitória do Palmar, Carazinho, Cruz Alta, Caçapava do Sul, Novo Hamburgo, Torres, Capão da Canoa, Osório, Ijuí, Canela, Itaqui, Santa Cruz do Sul, Belém Novo, Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, Jaguarão, Iraí, Santo Ângelo, Erexim, Cachoeira do Sul, Quaraí, São Sepé, Mostardas, Dom Pedrito, Santa Rosa, Nonoai e Pelotas.

Foram também construídos 265m² de terminais de passageiros em pontos especiais do Estado, beneficiando os aeroportos de Torres, Canela, Carazinho e São Sepé, e terraplenados 134.000m³ abrangendo os aeroportos de Erexim, Ijuí, Canela, Torres e Santa Cruz do Sul.

Visando a atingir aeroportos de centros turísticos, de forma a remodelá-los, ampliá-los e atualizá-los para prestarem apoio às atividades turísticas, o DAE investiu nos aeroportos de Canela, Torres, São Luiz Gonzaga e Iraí, tendo sido executados serviços numa área total de 202.000m².

No apoio financeiro a entidades aerodesportivas, formadoras dos Pilotos Cívicos que irão exercer suas atividades na Aviação Civil, Comercial e na Reserva das Forças Armadas, o Departamento distribuiu, no quadriênio, entre 16 aeroclubes do Estado, o montante de Cr\$ 2,81 milhões. Na renovação de máquinas e equipamentos destinados aos serviços aeroportuários, os recursos disponíveis permitiram a aquisição de uma aeronave XINGU, duas camionetas e um rolo vibratório, para reforço da frota de aeronaves e dos equipamentos de manutenção de aeroportos do DAE.

Na parte referente a projetos para aeroportos alternativos, foram feitos os estudos iniciais para os aeroportos de Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Caxias do Sul, Erexim e Torres, tendo sido concluídos os projetos dos aeroportos de Erexim e Santa Cruz do Sul. Além destes, estão em andamento os projetos para as obras de pavimentação dos aeroportos de Canela, Passo Fundo e Palmeira das Missões.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Transporte Aéreo

OBJETIVO:

concentrar esforços na pavimentação, manutenção e reaparelhamento de aeroportos, de modo a elevar a segurança de seus usuários, com acréscimo de 180.000m² de pista e área de estacionamento

REALIZAÇÕES:

- pavimentação asfáltica do aeroporto de Erexim 25.000m²
- manutenção dos aeroportos de São Sepé, Mostardas, Dom Pedrito, São Gabriel, Ijuí, Passo Fundo, Carazinho, Erexim, Capão da Canoa, Torres e Nonoai 10 unidades

OBJETIVO:

construir 900m² de terminais de passageiros em pontos especiais do Estado

REALIZAÇÕES:

- construção da terminal de passageiros do aeroporto de São Sepé 35m²

OBJETIVO:

proceder à terraplenagem de aeroportos do interior do Estado

REALIZAÇÕES:

- terraplenagem da ampliação da faixa de pouso do aeroporto de Torres 20.000m³

- terraplenagem de ampliação do pátio de estacionamento do aeroporto de Santa Cruz do Sul 4.000m³

OBJETIVO:

investir em aeroportos de centros turísticos

REALIZAÇÕES:

- reforço do revestimento primário da pista do aeroporto de Irai 35.000m²
- desmonte de elevação rochosa na lateral da pista do aeroporto de Canella 4.000m²

OBJETIVO:

dar apoio financeiro a entidades aerodesportivas, e apoiar a renovação da frota das aeronaves e de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de aeroportos

REALIZAÇÕES:

- pagamento das subvenções aos aeroclubes habilitados 16 unidades
- renovação de máquinas e veículos destinados aos serviços aeroportuários 3 equipamentos

**COMPANHIA INTERMUNICIPAL
DE ESTRADAS ALIMENTADORAS — CINTEA**

DESEMPENHO 1979/82

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — CINTEA, para atingir aos objetivos do Governo, desenvolve 3 programas que são o de Construção e Melhoria de Estradas Alimentadoras, o de Construção de Obras de Arte Especiais e o de Construção de Aterros e Acessos a Pontes e Terraplenagens Diversas.

A atuação da Empresa, no quadriênio, nos três programas citados, apresentou os seguintes resultados: 8.335km de construção e melhoria de estradas alimentadoras, 5.259m de ponte e 2.174.383m³ de aterros e acessos a pontes e terraplenagens diversas.

A atuação da CINTEA, no entanto, não se limita a essas atividades, mas também engloba atendimento de pedidos das Municipalidades com relação a terraplenagens com finalidades sociais e industriais. Somente em 1982 a Companhia executou terraplenagens que beneficiaram inúmeras entidades, totalizando 729.032m³.

Estes atendimentos se constituem em mais um auxílio que o Governo presta, aos

municípios que não contam com equipamentos rodoviários suficientes, vindo complementar o atendimento que se faz, em caráter prioritário, com a construção e melhoria de estradas e construção de pontes.

A fim de fazer face às solicitações municipais, foram adquiridos equipamentos, num total de 151 unidades, dos quais 50 são caminhões-basculantes que reforçarão a frota existente, permitindo assim, agilizar o revestimento primário das estradas vicinais, razão maior dos trabalhos de melhoria executados na malha rodoviária, para possibilitar tráfego seguro com qualquer tempo.

Atualmente, a CINTEA conta com 781 unidades de equipamentos rodoviários em seus 14 Escritórios Regionais e um quadro de pessoal composto por 995 servidores.

Os recursos despendidos, no quadriênio, para execução de seus programas, atingiram o montante de Cr\$ 2,18 bilhões.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Transporte Rodoviário

OBJETIVO:

reforçar o sistema de estradas alimentadoras, com a construção de 4.000km de novas rodovias, melhoramento em mais 5.000km na malha existente, e construção de 8.000m de obras de arte especiais

REALIZAÇÕES:

— construção e melhoria de estradas vicinais nos municípios do Estado, selecionadas como prioritárias na consolidação da rede

1.866km

— construção das pontes que integram o plano de obras de arte especiais do Estado, num total de 330 obras

2.232m

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

E ÓRGÃOS VINCULADOS:

**FUNDAÇÃO RIOGRANDENSE DE ATENDIMENTO AO
EXCEPCIONAL — FAERS**

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA

LIBERATO SALZANO VIEIRA

DA CUNHA — FETLSVC

FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA — FTVE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

DESEMPENHO 1979/82

As ações realizadas pela Secretaria da Educação, no período 1979/1982, orientaram-se no sentido de manter coerência com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura, com o Plano Estadual de Educação (1978/1981) e com a Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul para o setor educacional.

Desse modo, o relato das principais realizações durante o período tem como ponto de referência os objetivos definidos pela referida Política de Desenvolvimento. A definição de ações prioritárias voltou-se ao atendimento de necessidades regionais, identificadas através de diagnósticos efetuados em nível de Delegacia de Educação e/ou município.

Um dos principais focos para o qual se voltaram as ações desenvolvidas foi a Assistência ao Educando, traduzida no objetivo: "Agilizar os serviços de assistência ao educando, em todos os aspectos em que se configurem carências de origem sócio-econômica, a fim de propiciar-lhe melhores condições de aprendizado".

As principais metas da SE nesse sentido visaram a:

- coordenar ações complementares do ensino para atendimento aos aspectos biopsicossociais do pré-escolar e do aluno do Ensino de 1º Grau, através da recuperação e manutenção da saúde escolar e da promoção de atividades recreativas em Colônias de Férias;
- ampliar e sistematizar o atendimento a alunos, principalmente do 1º Grau e Pré-Escolar, em especial os carentes, nas áreas da saúde, bem-estar social e apoio pedagógico, através de ações de caráter preventivo, em nível intersetorial, destacando-se: capacitação de recursos humanos nas áreas de saúde e social; execução do Programa de Assistência a Educandos, envolvendo fornecimento de alimentação escolar, conservação de bens imóveis e equipamentos de cozinhas, consultórios odontológicos, médicos, psicológicos e clínicos; concessão de bolsas de estudo e/ou compra de vagas para alunos carentes de 1º, 2º e 3º Graus e Pré-Escolar; concessão de auxílio financeiro a Círculos de Pais e Mestres, distribuição de livros e material escolar.

Como resultados dessas metas, destacam-se: a efetivação de 581.115 atendimentos médicos, 744.726 atendimentos odontológicos, 205.174 atendimentos na área da Psicologia Escolar, a realização de inspeção médica em 789.196 alunos, a vacinação com BCG intradérmico em 654.515 alunos, o fornecimento de, em média anual,

123.453.277 refeições a alunos de 1º Grau e a pré-escolares, a distribuição de módulos de material escolar de 217.711 alunos e de 2.838.650 livros didáticos, a concessão de bolsas de estudo, ou compra de vagas, para 335.095 estudantes carentes.

Através de clínicas móveis, foi oferecido atendimento odontológico a 22.000 escolares de áreas a descoberto.

As Colônias de Férias, no período, proporcionaram recreação e lazer a 17.637 alunos do 1º Grau.

A “melhoria da qualidade do ensino, em termos de adequação metodológica, maior atenção às diferenças individuais, melhoria do treinamento docente e disponibilidade do equipamento necessário”, proposta como objetivo da Política de Desenvolvimento do Estado, constituiu-se em outro ponto convergente das ações da SE no período.

Dentre as metas com esse direcionamento destacam-se as destinadas a: habilitar, especializar e atualizar recursos humanos; implantar diretrizes curriculares; produzir e divulgar materiais de apoio ao ensino; expandir e melhorar o atendimento à clientela Pré-Escolar; elevar os índices de promoção nas primeiras séries do 1º Grau; expandir a escolarização de 1ª a 8ª série; melhorar as condições físicas das escolas, equipando salas de aula e outros ambientes; oportunizar a participação de adolescentes e adultos fora da faixa regular de ensino, em cursos, exames, encontros e atividades comunitárias das periferias urbanas e do meio rural; promover atividades desportivas para alunos de 1º e 2º Graus e Supletivo; proporcionar atendimento especializado à clientela excepcional, através de tratamento específico, atividades de recreação, lazer e esporte para o deficiente.

Citam-se, entre os resultados mais significativos obtidos:

- a habilitação de 8.633 professores para atuarem nas diversas áreas do Ensino de 1º Grau;
- o treinamento de 26.292 professores de 1º Grau e de 1.845 assessores técnicos das Delegacias de Educação, Secretaria da Educação e Entidades Supervisionadas;
- a autorização para o funcionamento de 23 escolas e 126 classes para o Pré-Escolar;
- a ampliação da oferta educacional do Ensino de 1º Grau, com a criação de 86 escolas e autorização para funcionamento de 290 escolas;
- a autorização de funcionamento de 843 novas séries;
- a autorização de funcionamento de 19 escolas especiais e 156 classes especiais;
- a aquisição de equipamento para 5.037 unidades escolares de 1º Grau, 58 de 2º Grau e 407 ambientes para assistência ao educando (gabinetes odontológicos, copas-cozinhas, clínicas de leitura, Centros de Assistência ao Educando);

- a implantação de 2 Centros de Estudos Supletivos, 5 Centros Rurais de Ensino Supletivo e 73 Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo;
- a realização de exames supletivos para 88.140 candidatos de 1º e 2º Graus, e de exames de suplência profissionalizante para 3.047 candidatos;
- a produção e divulgação de 170.759 exemplares de material de apoio à Educação para a Saúde, 141.000 exemplares de material de apoio à Educação Especial, e de subsídios sobre a parte de Formação Especial do Currículo para 276 escolas;
- a instalação de 106 radiopostos e 100 telepostos para veiculação do Ensino Supletivo;
- a participação, em média, de 232.342 alunos em atividades desportivas;
- a realização de Olimpíada e o desenvolvimento de diversas modalidades de atividades de recreação, lazer e esportes para crianças deficientes.

Visando à valorização do magistério, oportunizaram-se concursos, habilitando para o exercício efetivo 37.863 professores nas áreas 1, 2 e 3. Efetivaram-se 12.948 promoções e foram atualizadas as situações funcionais de 48.477 integrantes do Quadro de Carreira do Magistério.

Com a finalidade de adequar a oferta, em termos físicos, às necessidades reais da demanda — proposta também como uma das prioridades do Estado para o setor educacional — a SE desenvolveu metas que objetivaram: construir, ampliar e recuperar unidades escolares; ampliar, melhorar e/ou aproveitar instalações disponíveis na rede escolar e na comunidade, para o atendimento ao Pré-Escolar; melhorar as instalações físicas dos estabelecimentos destinados ao atendimento ao aluno deficiente; instalar parques e praças de esportes e recreação.

Essas ações atingiram 4.027 unidades escolares, às quais somam-se 3.215 beneficiadas com atendimento de emergência e pequenos reparos.

Com o objetivo de “compatibilizar o ensino profissionalizante com as necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos” executaram-se, entre outras, ações voltadas para a implantação da Formação Profissionalizante Básica nas Escolas Estaduais de 2º Grau e para a autorização de novas Habilitações.

No período, 15 escolas tiveram implantadas a Formação Profissionalizante Básica, e foram autorizadas 149 Habilitações.

Entre as ações desenvolvidas para “melhorar a qualidade do Ensino Profissionalizante, através da capacitação de instrutores e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa do sistema econômico” incluem-se as voltadas para a habilitação e atualização de recursos humanos e para o provimento de escolas com equipamentos adequados ao Ensino Profissionalizante.

Como produto, foram habilitados 209 professores de disciplinas profissionalizan-

tes, atualizados 2.193 docentes do 2º Grau, e 139 escolas receberam equipamento adequado ao Ensino Profissionalizante.

Através do Programa de Municipalização do Ensino, foram proporcionados recursos financeiros a 231 municípios, para manutenção do Ensino de 1º Grau, em especial no meio rural.

O custeio, para o Ensino Municipal, de obras, equipamentos, transporte escolar, aperfeiçoamento de recursos humanos e apoio a atividades curriculares foi possibilitado pelo apoio financeiro veiculado pelo Programa, que totalizou, no período, Cr\$ 4,39 bilhões, aproximadamente.

Como resultados obtidos, são de destacar os seguintes: 60.053 alunos repetentes da 1ª série, oriundos de famílias de baixa renda, foram beneficiados através da recuperação terapêutica; 12.631 crianças matriculadas em 1ª série, e que não tiveram oportunidade de receber atendimento pré-escolar, foram preparadas para alfabetização; 1960 crianças obtiveram atendimento através de 22 Órgãos Municipais de Educação, em classes de Educação Pré-Escolar não formal.

Por outro lado, os resultados obtidos após dois anos de experimentação do plano de estudos contínuos com 371 alunos, levaram à sua expansão abrangendo, inicialmente, mais 870 escolares.

Foi ainda acionado, no período, o desenvolvimento de programas comunitários, que se destinam a apoiar instituições e/ou serviços no desenvolvimento de programas de assistência comunitária e de difusão cultural, viabilizando, também, cursos do interesse da comunidade. Atendem, igualmente, à necessidade de abrir espaços culturais, divulgando realizações de caráter artístico-cultural entre regiões escolares e estimulando o desenvolvimento de habilidades pessoais, através de diferentes manifestações de arte e artesanato.

Tais programas têm, preferencialmente, a escola como centro propulsor das ações a serem desencadeadas, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida das populações sócio-economicamente carentes, a integração escola-comunidade, a caracterização da Educação como processo permanente de aprimoramento pessoal, e a adequação dos currículos à realidade de cada comunidade.

REALIZAÇÕES 1982:

Programa: Administração

OBJETIVO:

apoiar, financeiramente, a entidades educacionais

REALIZAÇÕES:

- repasse de recursos financeiros a entidades educacionais carentes
54 instituições
- repasse de recursos para o desenvolvimento das ações de assistência da Associação dos Servidores da Secretaria de Educação — ASSEC
Cr\$ 2 milhões



OBJETIVO:

aperfeiçoar o ensino de I Grau, através da melhoria das condições de exercício profissional, da aplicação de estratégias específicas e da assistência ao aluno e à escola

REALIZAÇÕES:

- realização de encontros de coordenadores regionais e delegados de educação
6 encontros
- instalação de delegacias de educação em Camaquã, Porto Alegre e Taquara
3 delegacias
- processamento de dados e informações do sistema educacional
14.999 escolas
- controle de testagem das diretrizes curriculares de 1.^a e 5.^a séries nas 1.^a, 2.^a, 4.^a, 6.^a, 7.^a, 8.^a, 10.^a, 14.^a, 15.^a, 16.^a, 17.^a, 18.^a, 19.^a, 21.^a, 22.^a, 23.^a, 24.^a, 26.^a, 27.^a e 28.^a Delegacias de Educação
25 escolas
- preparação de supervisores escolares, para assistência aos professores na correção dos desvios no processo ensino-aprendizagem, detectados na testagem das diretrizes curriculares
81 supervisores
- preparação de professores de 2.^a e 6.^a séries, para a testagem das diretrizes curriculares, em 1983
364 professores
- provimento de escolas que realizarão a testagem das diretrizes curriculares de materiais de ensino-aprendizagem
24 escolas
- realização de um encontro de 16 horas com inspetores, supervisores, coordenadores do Grupo Funcional de Avaliação e Ativação — GFAA e/ou assessores técnicos, para validação de documento (Documento n.º 4 — Reformulado)
1 encontro
- acompanhamento e controle da implantação e implementação da resolução 112/74, do Conselho Estadual de Educação
38 visitas
- subsídio financeiro às atividades de inspeção e supervisão das delegacias de educação
36 delegacias

- assistência técnica e financeira às delegacias de educação, na promoção de Feira de Ciências
31 delegacias
- assistência técnica e financeira às delegacias de educação, na promoção de atividades de preservação e desenvolvimento de recursos naturais renováveis
37 delegacias
- preparação dos representantes da Coordenação de Educação Moral e Cívica — COMOCI, junto às delegacias de educação, para implantação e implementação de centros cívicos escolares
1 encontro
- preparação do quarto concurso “Maratona Cívica 82/84”
1 concurso
- implantação de centros cívicos nas 20ª, 21ª e 30ª Delegacias de Educação
15 unidades
- realização da “Maratona Cívica/82”, promovida pela Comissão Nacional de Moral e Civismo
1 evento
- realização de encontros de professores de ensino religioso, nas 33 delegacias de educação
51 encontros
- processamento de dados e emissão de relatório da classificação e das promoções por antigüidade e merecimento, correspondente ao ano de 1981
75.000 professores
- realização da avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos da área 2 e da área 3
15.492 pessoas
- realização da classificação dos candidatos da área 2 e área 3
16.308 pessoas
- realização de inscrições em concursos para o magistério 82-83
27.000 pessoas
- oportunização de treinamento de recursos humanos responsáveis pelas informações de processos e pelo cadastro, nas 38 delegacias de educação
114 funcionários
- análise de processos de transferência, e procedimento ao enquadramento de professores
40 processos

- análise de processos de mudança de nível, retificações e recursos, e procedimento de alterações da vida funcional dos professores
3.769 processos
- revisão dos processos de nível 2 e nível 3 do quadro de carreira, e alteração do nível dos professores posicionados incorretamente
2.654 processos
- dotação de recursos financeiros à Supervisão de Apoio Administrativo, para atendimento às atividades nas exposições-feira promovidas pelo Governo do Estado
Cr\$ 239 mil
- acompanhamento e controle da implantação e implementação de centros civicos escolares
6 visitas
- realização de ciclos de estudos de Educação Moral e Cívica nas delegacias de educação de Cruz Alta, Santo Ângelo, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Vacaria, Cachoeira do Sul, Santiago, Alegrete
6 encontros

OBJETIVO:

melhorar as condições físicas de unidades escolares

REALIZAÇÕES:

- construção, ampliação e recuperação de prédios de unidades escolares de I Grau
361 escolas
- provimento, às unidades escolares do ensino de I Grau, de materiais e serviços para a execução de pequenos reparos
356 escolas
- provimento de recursos financeiros para execução de pequenos reparos, em unidades escolares do ensino de I Grau
1 escola
- atendimento, em caráter emergencial, às unidades escolares do ensino de I Grau
3 escolas
- dotação de serviços diversos às unidades escolares de Porto Alegre, para a execução de pequenos reparos
73 escolas
- dotação de serviços diversos às unidades escolares do interior, para a execução de pequenos reparos
102 escolas

Programa: Ensino de Primeiro Grau

OBJETIVO:

agilizar os serviços de assistência ao educando em todos os aspectos em que se configurem carências de origem sócio-econômica, a fim de propiciar-lhe melhores condições de aprendizado

REALIZAÇÕES:

- complementação de merenda escolar a alunos carentes de escolas de I Grau
15.000 alunos
- prestação de assistência alimentar, em particular, e de saúde, em geral, a crianças carentes do ensino de I Grau
15.000 alunos

OBJETIVO:

proporcionar melhoria da qualidade de ensino em termos de adequação metodológica, maior atenção às diferenças individuais, melhoria do treinamento docente e disponibilidade do equipamento necessário

REALIZAÇÕES:

- prestação de assistência técnico-pedagógica a professores e especialistas que atuam em educação pré-escolar e ensino regular de I Grau
8 documentos
- impressão e divulgação de documentos e instrumentos de interesse ou necessidade, do ensino de I Grau
7 documentos
- realização de encontros de orientação, com especialistas e professores que atuam em nível de delegacias de educação, e visitas às sedes de cada uma
51 unidades
- atendimento a alunos de 1.ª série, em dois anos de estudos contínuos, através da aplicação de currículo sem segmento entre a 1.ª e 2.ª séries
870 alunos
- impressão e divulgação de material de apoio ao desenvolvimento do currículo de I Grau referente aos aspectos legais, pedagógicos e administrativos
15 documentos
- atendimento, através de secretarias municipais de educação, a crianças na faixa de 6 anos, em classes de educação pré-escolar não-formal, através de programa de ação preventiva
14 classes

- atendimento a alunos egressos do projeto “Preparação para Alfabetização em Período de Férias”, em dois anos contínuos, através de currículo sem segmentos entre a 1.ª e 2.ª séries

393 alunos
- atendimento antecipado à escolarização propriamente dita, ao aluno carente de 1.ª série do ensino de I Grau

3.700 alunos
- equipamento de unidades escolares para o ensino de I Grau

153 escolas
- equipamento de unidades escolares para o ensino de I Grau

92 escolas
- equipamento de escolas para o ensino de I Grau

106 escolas
- atendimento, ao longo do ano letivo, a alunos de I Grau, especialmente de 1.ª a 4.ª séries, com desenvolvimento de atividades artísticas

28.000 alunos
- equipamento de unidades escolares do ensino de I Grau

102 salas
- equipamento de escolas de I Grau com material didático, jogos, brinquedos, aparelhos pedagógicos e outros, necessários especialmente, ao enriquecimento da alfabetização

300 escolas
- ampliação, melhoria e/ou otimização das instalações físicas das unidades escolares públicas de I Grau

212 escolas
- realização de treinamento em metodologia do ensino e organização de escolas unidocentes, através do programa de municipalização do ensino — PRODEME

196 professores
- realização de treinamento em técnicas de alfabetização, através do PRODEME

63 supervisores
- realização de treinamento em planejamento, supervisão e orientação de supervisores que atuam em currículo por atividades e por área, com duração de 50 horas, através do PRODEME

46 supervisores
- treinamento de recursos humanos em estratégias de ensino, específicas a escolas de zona periférica, no ensino municipal

97 professores

- equipamento de unidades escolares do ensino regular de I Grau da rede municipal (PRODEME) 2.210 escolas
- equipamento de órgãos municipais de educação (PRODEME) 76 municípios
- custeio de material de apoio ao desenvolvimento do currículo (PRODEME) 102 municípios
- aquisição de material de ensino-aprendizagem para professores e alunos do meio rural, segundo a metodologia do Programa Alfa (PRODEME) 1.834 conjuntos
- treinamento de recursos humanos na metodologia do programa Alfa (PRODEME) 31 professores
- equipamento de órgãos municipais de educação dos municípios incluídos, em 1981, no projeto para melhoria da infra-estrutura das prefeituras municipais (PRODEME) 24 municípios
- treinamento de recursos humanos na metodologia do Alfa I (PRODEME) 22 professores
- treinamento de recursos humanos na metodologia do Alfa II 22 professores

OBJETIVO:

adequar a oferta, em termos físicos, às necessidades reais da demanda

REALIZAÇÕES:

- custeio de obras e/ou equipamentos (PRODEME) 169 escolas
- custeio de obras e/ou equipamentos (PRODEME) 231 municípios

OBJETIVO:

dinamizar o processo de municipalização do ensino de I Grau (PRODEME).

REALIZAÇÕES:

- repasse de recursos financeiros às prefeituras municipais, para manutenção do ensino de I Grau (PRODEME) 231 municípios



- custeio de transporte escolar (PRODEME) 61 municípios
- realização de seminários, com os órgãos municipais de educação, sobre métodos e técnicas organizacionais 341 supervisores
- realização de treinamento em processos e técnicas de avaliação para supervisores das delegacias e dos órgãos municipais de educação (PRODEME) 46 supervisores
- provimento de recursos financeiros para a realização das ações de supervisão, em nível estadual e regional 61 supervisores
- custeio de serviços técnicos de supervisores do ensino municipal 462 supervisores
- atualização de recursos humanos para orientar a organização e metodologia de ensino, nas escolas unidocentes (PRODEME) 98 professores
- atualização de recursos humanos em estratégias de ensino, específicas a escolas municipais de zona periférica 23 professores
- reunião dos responsáveis pela assistência técnica ao ensino municipal, a nível municipal e estadual (PRODEME) 380 professores
- custeio de “Projetos Especiais” referentes ao aperfeiçoamento de professores, renovação de atividades curriculares, e apoio à aprendizagem do aluno (PRODEME) 67 municípios
- treinamento de recursos humanos para melhoria do atendimento de 1.ª a 5.ª séries especialmente em alfabetização e currículo por área (PRODEME) 10.000 professores
- aquisição de material de ensino-aprendizagem para professores e alunos do meio rural de I Grau (PRODEME) 6.100 conjuntos

OBJETIVO:

adequar a oferta de oportunidades educacionais, à demanda do ensino de I Grau

REALIZAÇÕES:

- controle da criação de escolas de I Grau mantidas pelo poder público. 25 escolas

- controle da autorização de funcionamento de escolas estaduais de I Grau.
18 escolas
- controle da autorização de funcionamento de escolas municipais criadas na vigência da resolução 111/74, do Conselho Estadual de Educação.
17 escolas
- controle da autorização de funcionamento de escolas particulares de I Grau.
7 escolas
- controle da autorização de funcionamento de séries do ensino de I Grau.
232 unidades
- controle da reativação de 5^ªs séries do ensino de I Grau.
318 unidades
- controle da ampliação de jornada, no ensino de I Grau — novo turno.
36 unidades
- controle da autorização de funcionamento de classes de Jardim de Infância e/ou Maternal, em escolas que mantêm I Grau.
29 classes
- controle da autorização de funcionamento de escolas Maternais e/ou Jardim de Infância.
9 escolas
- controle da autorização de funcionamento de escolas para educação especial.
6 escolas
- controle da autorização de funcionamento de classes de educação especial.
53 classes
- controle da regularização de funcionamento de escolas municipais, com base no Parecer 835/81, do Conselho Estadual de Educação, e nos termos de pareceres específicos.
1.636 escolas
- controle da regularização de funcionamento de escolas com períodos que apresentam irregularidades.
2 escolas

OBJETIVO:

desenvolver ações sócio-educativas e culturais, para populações carentes

REALIZAÇÕES:

- apoio a instituições e/ou serviços, no desenvolvimento de programas de assistência comunitária, na 1.ª e 37.ª Delegacias de Educação
3 instituições
- apoio a instituições e/ou serviços, no desenvolvimento de programas de difusão cultural, na 1.ª e 37.ª Delegacias de Educação
3 instituições
- apoio para efetivação de dois cursos de aprendizagem
2 cursos
- apoio para efetivação de seis cursos de suprimimento
6 cursos

Programa: Ensino de Segundo Grau

OBJETIVO:

compatibilizar o ensino profissionalizante com as necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos

REALIZAÇÕES:

- realização de visitas às delegacias de educação, para implementar às atividades de integração escola-empresa
55 visitas
- desenvolvimento do Projeto "COAGRI/SEPS/MEC — Produção de Milho" na Escola de II Grau, Celeste Gobatto, em Palmeira das Missões
160 alunos
- desenvolvimento do Projeto "COAGRI/SEPS/MEC — Produção de Avicultura de Corte", na Escola de II Grau Celeste Gobatto, em Palmeira das Missões
160 alunos
- desenvolvimento do Projeto "COAGRI/SEPS/MEC — Bovinocultura", na Escola Estadual de II Grau, Ildefonso Simões Lopes, em Osório
230 alunos
- desenvolvimento do Projeto "COAGRI/SEPS/MEC — Avicultura", na Escola Estadual de II Grau Dr. João Simplicio Alves de Carvalho, em Viamão
588 alunos

OBJETIVO:

melhorar a qualidade do ensino profissionalizante, através da capacitação de instrutores e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa do sistema econômico

REALIZAÇÕES:

- concessão de auxílio financeiro às escolas de II Grau, através das prefeituras municipais, para conservação, ampliação ou reforma de prédios, e aquisição de equipamentos
37 escolas
- concessão de auxílio financeiro às escolas de II Grau, através do círculo de pais e mestres, para conservação, ampliação ou reforma de prédios, e aquisição de equipamentos
59 escolas
- treinamento para professores da parte de formação especial das escolas de II Grau
45 professores

OBJETIVO:

adequar, quantitativamente, o número de vagas à demanda de matrículas, atentando para a gratuidade, quando se tratar das populações de baixa renda

REALIZAÇÕES:

- construção e equipamento de prédios escolares para o ensino de II Grau
4 escolas

Programa: Ensino Superior

OBJETIVO:

promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas que facilitem a identificação e utilização das inovações adequadas e viáveis de instrução

REALIZAÇÕES:

- realização do II Encontro sobre assuntos universitários, de âmbito estadual, para assessores das 38 delegacias de educação
1 encontro
- apoio à execução de encontros locais promovidos pelas delegacias de educação e instituições de ensino superior, previstos pelos programas regionais de ação integrada
11 encontros
- realização de seminários em âmbito regional, com técnicos das instituições de ensino superior e delegacias de educação, para análise de assuntos tratados nos encontros de âmbito local
2 encontros

- co-promover encontros educacionais com a Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais de Ensino-AESUFOPE, em nível estadual
5 encontros
- auxílio na promoção de encontros educacionais de iniciativa de outros órgãos ligados à área da educação, em nível de III Grau
2 encontros
- cedência de recursos humanos do sistema estadual de ensino, para atividades nas funções de ensino, pesquisa e extensão, nas instituições de ensino superior
637 professores
- verificação do nível de desempenho profissional dos egressos de cursos programados pelo Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria da Educação, e realizados pela Universidade de Passo Fundo, no período 1978/82
150 professores

OBJETIVO:

promover a atualização permanente das informações sobre as reais necessidades de qualificação de mão-de-obra no Estado

REALIZAÇÕES:

- provimento, à Secretaria da Educação, de dados e informações relativas ao ensino superior no Estado, e divulgação desses dados através de documentos
14 unidades

OBJETIVO:

contribuir para a elevação do nível de qualificação profissional do pessoal do sistema estadual de ensino, de estudantes de cursos de graduação em áreas determinadas, e de concluintes de curso superior candidatos a cursos de pós-graduação

REALIZAÇÕES:

- realização de estudos adicionais — pós II Grau — de especialização em educação pré-escolar, para professores em exercício na educação pré-escolar de I Grau (1ª Etapa)
35 professores
- realização de cursos de atualização em currículo por atividades, para professores em exercício nas séries do ensino de I Grau
80 professores
- realização de curso de atualização em artes industriais, para professores em exercício na área de tecnologia no ensino de I Grau
35 professores

- promoção da participação de professores das disciplinas profissionalizantes do ensino de II Grau, em cursos de habilitação específica
49 professores
- oportunização de atualização, aperfeiçoamento ou especialização, a assessores do Departamento de Assuntos Universitários, através da participação em cursos
48 pessoas
- divulgação e acompanhamento das promoções educativas nas escolas da rede pública estadual, por intermédio das delegacias de educação
21 promoções
- concessão de bolsas de estudo a membros do magistério público estadual, em cursos de qualificação profissional, conforme necessidades regionais
506 bolsas
- concessão de licenças para qualificação profissional a professores que realizam cursos de magistério de II Grau, licenciatura de I e II Graus, e pós-graduação
98 professores
- concessão de bolsas de estudo a estudantes de curso superior, economicamente carentes, que realizam cursos nas áreas de educação, saúde ou tecnologia
650 bolsas
- concessão de bolsas de estudo a concluintes de curso superior, para realização de estudos em nível de pós-graduação, no país ou no exterior
15 bolsas
- especialização de professores em nível de estudos adicionais, na área de educação especial — setor deficiência mental (1.ª etapa)
40 professores
- habilitação de professores em curso de licenciatura de I Grau em Educação Artística (1.ª etapa)
45 professores
- especialização de professores em nível de estudos adicionais em alfabetização (1.ª etapa) em Novo Hamburgo
40 professores
- especialização de professores em nível de estudos adicionais em alfabetização (1.ª etapa) em Palmeira das Missões
31 professores
- especialização, em nível de estudos adicionais, de professores unidocentes para classes plurisseriadas (1.ª etapa)
40 professores

- **atualização de professores em exercício nas primeiras séries do ensino de I Grau, na área de alfabetização**
80 professores
- **habilitação de professores em curso de licenciatura de I Grau em Ciências (1.ª e 2.ª etapas)**
40 professores
- **especialização de professores em estudos adicionais destinados à preparação de professor orientador de ensino no meio rural (1.ª e 2.ª etapas)**
40 professores
- **especialização, em nível de estudos adicionais, de professores unidocentes para classes plurisseriadas — (1.ª e 2.ª etapas) — abrangendo nove delegacias de educação**
39 professores
- **especialização de professores em nível de estudos adicionais em alfabetização (2.ª etapa), abrangendo a 8.ª Delegacia de Educação**
23 professores
- **habilitação de professores em cursos de licenciatura de I Grau, em Técnicas Comerciais (2.ª etapa), abrangendo dez delegacias de educação**
25 professores
- **habilitação de professores em curso de licenciatura de I Grau em Artes Industriais (2.ª etapa), abrangendo seis delegacias de educação**
50 professores
- **habilitação de professores em curso de licenciatura de I Grau em Educação para o Lar (2.ª etapa), abrangendo dezoito delegacias de educação**
50 professores
- **habilitação de professores em curso de licenciatura de I Grau em Técnicas Agrícolas (2.ª etapa), abrangendo vinte delegacias de educação**
50 professores
- **habilitação de professores em curso de licenciatura de I Grau em Educação Artística (2.ª etapa), abrangendo dezoito delegacias de educação**
50 professores

OBJETIVO:

contribuir para a execução de uma ação conjunta Secretaria da Educação — Instituições de Ensino Superior, visando ao desenvolvimento do processo educacional

REALIZAÇÕES:

- **apoio financeiro a projetos e/ou atividades das Instituições de Ensino — IES, previstos nos programas regionais de ação integrada**
6 instituições

- contribuição financeira às instituições de ensino superior que desenvolvem programas de ação integrada com a delegacia, para a manutenção de cursos formadores de profissionais da educação

2 contribuições

Programa: Ensino Supletivo

OBJETIVO:

expandir o ensino supletivo, através da oferta diversificada de oportunidades educacionais, e da melhoria e flexibilidade do atendimento específico aos adolescentes e adultos

REALIZAÇÕES:

- manutenção dos serviços de subsistência e conservação de cinco centros rurais de ensino supletivo

5 centros

- aquisição de equipamento e material permanente para os centros de estudos supletivos de Porto Alegre e Rio Grande

2 centros

- aquisição de equipamento e material permanente para os centros regionais de estudos supletivos

5 centros

- aquisição de equipamento e material permanente para cursos regidos pela resolução nº 137/78, do Conselho Estadual de Educação

122 cursos

- treinamento dos recursos humanos das delegacias de educação, que atuam nos centros de estudos supletivos e nos núcleos de orientação do ensino supletivo

222 técnicos

- treinamento de coordenadores de assessoria técnica, orientadores educacionais e supervisores das delegacias de educação que atuam no ensino supletivo

88 técnicos

- treinamento de elementos de supervisão, coordenação administrativa, coordenação pedagógica e orientação educacional que atuam nos cursos de habilitação de docentes leigos

40 técnicos

- treinamento de professores de Técnicas Agrícolas, coordenadores pedagógicos, supervisores, professores de educação geral e demais recursos humanos que atuam nos Centros Rurais de Ensino Supletivo — CRES

117 pessoas

- habilitação, em curso de II Grau, de professores em exercício nas quatro primeiras séries do ensino de I Grau — 1º e 2º período 75%
- cursos de treinamento profissionalizante nas áreas de agricultura e de atividades complementares, e de apoio para o meio rural 2.000 alunos
- elaboração de programas do ensino supletivo de I Grau 7 programas
- reprodução de exemplares dos programas de ensino supletivo de I Grau 1.000 exemplares
- reprodução de exemplares de documentos integrantes do material de apoio para capacitação dos recursos humanos do ensino supletivo, no Rio Grande do Sul 6.000 módulos
- reprodução de módulos para o ensino de educação geral 1.000 módulos
- implementação e implantação de Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo no Estado — NOES 50 unidades
- aquisição de coleções de manuais e fitas cassete, e álbuns seriados do projeto "Hortas Caseiras", a serem utilizados nos Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo 360 unidades
- aquisição de conjuntos de manuais e conjunto de audiovisual do projeto "Saúde e Comunidade", a serem utilizados nos centros de estudos supletivos e Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo 51 unidades
- habilitação, em curso de II Grau, de professores em exercício nas quatro primeiras séries do ensino de I Grau — Resolução nº 104 do Conselho Estadual de Educação 720 professores
- suplementação, com recursos financeiros, à realização dos exames supletivos de educação geral de I Grau, no Estado 13.500 pessoas

Programa: Educação Física e Desportos

OBJETIVO:

desenvolver, intensificar e apoiar a educação física, o desporto escolar, a recreação e o lazer, integrando-os com a educação básica

REALIZAÇÕES:

- realização de colônias de férias de serra e praia, e colônias de férias de ar e sol, para escolares de 6 a 11 anos
3.206 alunos
- promoção de competições desportivas regionais, e final estadual, congregando alunos do ensino supletivo
4.000 alunos
- realização das 1ª, 4ª e 5ª etapas do IX Campeonato Escolar Gaúcho, e das etapas iniciais e finais do X Campeonato Escolar Gaúcho, em Cachoeira do Sul e Caxias do Sul, com a participação de alunos de I e II Graus
1.080 alunos
- participação no III Campeonato Brasileiro, em preparação aos Jogos Escolares Brasileiros-83, em Brasília
180 alunos
- aquisição de equipamento esportivo para o desporto escolar no ensino de I Grau
615 unidades
- realização de encontros regionais, por Coordenadorias Regionais de Educação — CRE, reunindo os professores que desempenham atividades na supervisão da educação física em sedes dessas coordenadorias, e em Porto Alegre
7 encontros
- realização de encontro estadual de professores
42 professores
- organização e implementação do desporto escolar, através de publicação e distribuição de material de apoio
3.000 exemplares
- realização de competições estaduais — Campeonato Estadual Gaúcho.
1 competição
- aprimoramento da elite desportiva
204 alunos
- participação em competições nacionais
250 alunos
- ação integrada na escola: treinamento e atualização de recursos humanos.
39 professores
- realização de eventos locais e estaduais
12 eventos

- **treinamento de recursos humanos**
38 professores
- **apoio à expansão da educação física, através de treinamento de professores.**
64 professores
- **atendimento a escolares da capital e interior, com atividades recreativas em escolas, no período de férias.**
3.577 alunos
- **atendimento à crianças, de 1.ª a 4.ª séries do I Grau, com atividades sensório-motoras, em Porto Alegre, Cruz Alta, Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Bagé.**
14.411 alunos
- **participação de técnicos do esporte para todos, em eventos nacionais**
11 técnicos

Programa: Assistência a Educandos

OBJETIVO:

prover meios que assegurem ao educando bem-estar físico, mental e social favorável à sua adaptação, e desempenho eficiente no processo ensino-aprendizagem

REALIZAÇÕES:

- **concessão de aparelhos corretivos a alunos carentes do ensino de I Grau**
1.393 alunos
- **realização de curso para elementos atuantes na assistência ao educando.**
3 cursos
- **impressão e divulgação de material da assistência ao educando**
51.250 documentos
- **concessão de auxílio financeiro a círculos de pais e mestres das escolas estaduais do ensino de I e II Graus**
91 escolas
- **aquisição de vagas para alunos carentes e excedentes de escolas públicas de I Grau**
45.174 alunos
- **concessão de bolsas de estudo a alunos carentes e excedentes de escolas públicas de II Grau**
60.769 bolsas
- **concessão de bolsas de estudo a alunos de cursos agrotécnicos de II e III Graus**
203 bolsas

- distribuição de livros didáticos a alunos de 1.^a a 4.^a séries do I Grau, através do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental — PLIDEF
474.000 livros
- aquisição e distribuição de gêneros alimentícios às escolas estaduais de I Grau, em suplementação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para escolares e pré-escolares
1.662 escolas
- conservação de bens móveis e equipamentos de consultórios médicos, consultórios odontológicos e gabinetes de psicologia
17 consultórios
- transporte de alunos de I Grau para atendimento odontológico, com a colaboração da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
900 alunos
- concessão de auxílio financeiro a grêmios estudantis
49 associações
- concessão de auxílio para distribuição de conjuntos de material escolar a alunos carentes
3.800 conjuntos
- prestação de assistência odontológica a escolares do ensino de I Grau
203.500 alunos
- prestação de assistência médica a escolares do ensino de I Grau
141.171 alunos
- assistência de enfermagem a escolares do ensino de I Grau
18.396 alunos
- fornecimento de alimentação balanceada a escolares de I Grau.
255.932 alunos
- identificação, avaliação e classificação das condições psiconeurológicas do pré-escolar
500 pré-escolares
- atendimento a pré-escolares portadores de alterações na linguagem oral, em clínica de leitura
126 pré-escolares
- fornecimento de alimentação balanceada a pré-escolares das classes de educação e alimentação do pré-escolar
8.223 pré-escolares
- assistência médica especializada a escolares carentes do ensino de I Grau.
8.232 alunos



- realização de avaliação psicológica em escolares e portadores de distúrbios de aprendizagem e/ou conduta
17.627 alunos
- recuperação de alunos portadores de distúrbios de aprendizagem e/ou conduta, através de técnicas psicológicas
2.408 alunos
- reeducação de alunos que apresentem distúrbios de aprendizagem por alterações gnóstico-práticas e/ou da linguagem
500 pré-escolares
- inspeção médica em escolares de 1.ª série do I Grau, avaliando as áreas nutricional, clínica e psiconeurosensorial
38.548 alunos
- inspeção médica para a prática de educação física em escolares de 5.ª a 8.ª séries
231.349 alunos
- aquisição de medicação específica para parasitoses externas
30.000 unidades
- aquisição de equipamento de copa e cozinha
239 escolas
- provimento de consultório odontológico com equipamento e instrumental
25 consultórios
- prestação de atendimento imediato ao aluno carente das escolas em que esteja implantada a assistência social individualizada
70 escolas
- atualização de professores reeducadores da linguagem
98 professores
- atualização de psicólogos
96 técnicos
- treinamento de professores para o atendimento do escolar em primeiros socorros e vigilância das condições de saúde do escolar
210 professores
- impressão do material instrucional sobre educação para a saúde
200 conjuntos
- impressão de manuais de prevenção de acidentes do escolar
- provimento de equipamento de unidades de assistência ao educando — copa e cozinha
520 unidades

- impressão do manual de primeiros socorros e vigilância das condições de saúde do escolar
600 exemplares
- aquisição de equipamentos para unidades de assistência ao educando
61 unidades
- realização da avaliação e tratamento médico, em escolares repetentes das 1.ªs séries do I Grau, através de consultas
8.666 unidades
- impressão de folhetos sobre educação em prevenção do câncer
50.000 exemplares
- impressão do manual de educação em prevenção do câncer
10.000 exemplares
- impressão e distribuição de volantes educativos sobre enfermagem escolar, na rede estadual do ensino do I Grau
50.000 unidades
- atualização de professores do ensino de I Grau, sobre conhecimentos básicos de nutrição
154 professores
- atualização de professores para atuarem em educação para a saúde
98 professores
- provimento de equipamentos ao Centro de Assistência ao Educando — CAE, de estabelecimentos públicos estaduais de ensino de I Grau.
71 escolas
- provimento de consultórios odontológicos instalados nos estabelecimentos estaduais de ensino de I Grau, com módulos de material de consumo
234 módulos
- aquisição de frascos de medicação para Pediculose e Escabiose.
25.000 unidades
- atualização de professores para atendimento ao escolar, na área de enfermagem.
210 professores
- assistência médico-odontológica-nutricional e de enfermagem aos alunos das colônias de férias.
60.000 alunos
- elaboração e impressão de cartazes para divulgar os aspectos nocivos do fumo à comunidade escolar, em convênio com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.
1.550 unidades

- assistência odontológica, pró-riso, a escolares de áreas a descoberto, através de clínicas móveis em conjunto com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
22.000 alunos
- vacinação com BCG Intradérmica em escolares que ingressam pela primeira vez na 1.ª série do I Grau, em ação conjunta com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
155.144 alunos
- concessão, através do Ministério de Educação e Cultura, de bolsas de estudo a alunos carentes de I, II e III Graus, em estabelecimentos conveniados
355 bolsas
- atendimento ao aluno carente, através de contrato Secretaria da Educação e Legião/Brasileira de Assistência
191.738 alunos
- alimentação balanceada a pré-escolares das classes de educação e alimentação do pré-escolar em ação conjunta com a Legião Brasileira de Assistência
8.066 pré-escolares
- assistência alimentar a pré-escolares e escolares de estabelecimentos, de ensino estaduais e municipais de I Grau, através do Programa Nacional de Alimentação do Ministério de Educação e Cultura.
995.151 alunos
- treinamento de assessores técnicos de nutrição, professores coordenadores e mães colaboradoras de escolares e pré-escolares, em ação conjunta com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO
632 professores
- realização do II Seminário de Educação em Prevenção do Câncer, para os professores coordenadores da área da saúde, a nível de escola e de delegacia conjuntamente com a Liga Feminina de Combate ao Câncer e Departamento de Ensino Médio.
300 professores
- encaminhamento de escolares para atendimento odontológico na Faculdade de Odontologia de Porto Alegre — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
900 alunos
- realização de campanha integrada com a Cruzada Sul-riograndense, em prol do aluno carente
720 escolas

FUNDAÇÃO RIOGRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL — FAERS

DESEMPENHO 1979/82

Durante o período de 1979 a 1982, a Direção da Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional — FAERS, empenhou-se em atender às finalidades do órgão e às diretrizes constantes no Plano de Governo, referentes ao Programa Educação Especial — Subprograma Educação Compensatória.

Assim, constituíram-se em “praxis” para a Direção da FAERS, ao longo desse período, imprimir uma linha de ação fundamentada na realidade, bem como reunir e alocar os recursos financeiros em outras esferas governamentais. É de salientar que as realizações da Fundação devem ser avaliadas sob a ótica do início de um amplo programa de atendimento ao excepcional devendo, no futuro, ser este implementado na sua própria dimensão, incluindo-se ainda novos programas que possam favorecer ao atendimento dos atingidos pela excepcionalidade.

Entre os diversos Programas desenvolvidos pelo Órgão, são de salientar aqueles voltados para: a prevenção à excepcionalidade; a integração do deficiente; a valorização das Entidades que atendem a excepcionais; a avaliação, diagnóstico, estimulação precoce, treinamento, pré-profissionalização e educação; a capacitação de recursos humanos; a expansão dos recursos físicos.

Na área de Prevenção à Excepcionalidade, a FAERS desenvolveu:

- campanha de esclarecimento sobre as principais causas da excepcionalidade, envolvendo a comunidade gaúcha, através da distribuição de 105.000 documentos e cartazes a todas as Escolas do Estado, Postos de Saúde, Igrejas, Prefeituras Municipais, Clubes, Entidades Recreativas e Culturais e Instituições em Geral;
- encontro sobre a Excepcionalidade, com a participação de 214 técnicos que atuam nas áreas da Saúde e Educação, com temática específica;
- projeto de Diagnóstico Precoce, Tratamento e Recuperação de Deficientes Visuais, em convênio com o Hospital Presidente Vargas, para a realização de exames visando a estabelecer a etiologia das deficiências visuais em recém-nascidos, com a realização de pesquisa em 105 crianças.

Com relação à Integração de Deficientes, a FAERS, seguindo a orientação da Comissão Pró-Integração do Deficiente, promoveu uma série de medidas, desenvolvendo as seguintes ações:

- projeto de Recreação, Lazer e Esportes, cuja execução, em 1981, beneficiou a 1864 deficientes, com participação de um público assistente de 11.383 pessoas enquanto que, em 1982, através da realização de 16 atividades, foram beneficiados 2.043 deficientes e envolvido um público de 2.500 pessoas;
- projeto Bolsas de Trabalho que, nos anos de 1980, 1981 e 1982, beneficiou a um total de 72 alunos excepcionais com Bolsas que somaram 432

meses de trabalho remunerado, sendo executado com recursos conveniados com o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/MEC);

- projeto Instalação de Núcleo Industrial Protegido, implantado com a cooperação da iniciativa privada e beneficiando a 10 alunos deficientes mentais, cujos salários médios são superiores ao Salário Mínimo Regional;
- projeto Mercado de Trabalho para Deficientes o qual, através de ações efetivas, encaminhou ao mercado de trabalho um contingente de 401 deficientes, tendo o poder público absorvido 70% do total, e os restantes 30% sido colocados na iniciativa privada;
- projeto Instalação Núcleo de Colocação de Deficientes, através de cuja execução, em convênio com o Sistema Nacional de Empregos — SINE, foram encaminhados 154 deficientes para colocação no mercado de trabalho;
- projeto de Reabilitação de Deficientes Visuais, executado em convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS/Centro de Reabilitação de Porto Alegre — CRP, e através do qual foram reabilitados 15 deficientes;
- importação de 50 Máquinas Braille, dos Estados Unidos da América do Norte, para doação a diversas Instituições que atendem a deficientes visuais;
- realização de convênio com a indústria metal-metalúrgica do Rio Grande do Sul, para fabricação de 2.000 regletes para deficientes visuais.

Tendo em vista a Valorização das Entidades que atendem a Excepcionais, a FAERS, no período 1979/82, destinou recursos da ordem de Cr\$ 18,5 milhões a 136 Instituições Particulares, devidamente cadastradas, as quais atendem a crianças deficientes mentais, visuais e de audiocomunicação.

O Programa de Avaliação, Diagnóstico, Estimulação Precoce, Treinamento, Pré-Profissionalização e Educação foi executado através dos cinco Órgãos da Estrutura da FAERS, proporcionando um atendimento significativo à população excepcional e tendo recebido em seus cursos, no período, 1915 deficientes mentais, visuais e de audiocomunicação. Através dos serviços especializados existentes nesses Centros verificaram-se, ainda, no quadriênio, 54.836 atendimentos, nas áreas de Neurologia, Psicologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Fonoaudiologia, Eletroencefalografia, Serviço Social, Estimulação Precoce e Psicopedagogia.

Na área de Capacitação de Recursos Humanos, foram realizados:

- projeto de Estudos Adicionais para a Formação de Professores em Educação Especial, executado em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e voltado para a formação de Professores em Educação Especial habilitando, na primeira turma (1981), 69 docentes, e na segunda etapa (1982), um total de 80 docentes e beneficiando, dessa forma, a 149 Instituições públicas e particulares através de conseqüente aprimoramento do Ensino Especial;

- treinamento, em convênio com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, de 25 instrutores para atuarem em Escolas Especiais e Pré-Profissionalização, atendendo a deficientes mentais e deficientes da audiocomunicação;
- realização da VI Jornada Sul-Rio-Grandense de Professores de Deficientes de Audiocomunicação, com a participação de 740 professores;
- organização, em conjunto com a Associação Brasileira para Estudo Científico da Deficiência Mental, do IV Congresso Ibero-Latino-Americano para Estudo Científico da Deficiência Mental, com a participação de 850 congressistas, do País e do Exterior;
- realização do I Congresso Brasileiro de Vítimas da Talidomida, com a participação de 350 congressistas;
- prestação de orientação técnica, através do Serviço de Supervisão da FAERS, às 38 Delegacias de Educação, abrangendo o total de 234 municípios gaúchos, tendo em vista a prestação de atendimento, pelo Estado, a 4.434 excepcionais por meio de 7 Escolas Especiais, 270 Classes Especiais e 8 Salas de Recursos.

O Programa de Expansão dos Recursos Físicos, desenvolvido pela FAERS no período, envolveu:

- o projeto Implantação de Classes Especiais e Salas de Recursos, através do qual a Fundação, em convênio com o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP/MEC, implantou 43 novas Escolas Especiais e 7 Salas de Recursos, beneficiando, diretamente, a uma população de 912 crianças excepcionais;
- o projeto Ginásio de Esportes para Deficientes que, por meio de convênio firmado com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, carreou recursos da ordem de Cr\$ 8,0 milhões para a construção de um Ginásio Coberto para a prática de esportes por pessoas deficientes;
- a instalação do Centro de Avaliação, Diagnóstico e Estimulação Precoce em prédio próprio, com uma área de 300m², localizado no município de Porto Alegre;
- a construção de um pavilhão, com 100m², junto à Casa Lar do Instituto de Amparo ao Excepcional — INAMEX, para atendimento de deficientes profundos;
- a criação do Centro de Educação Complementar de Santa Maria, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria, para atendimento de 40 crianças deficientes.

Para cumprir suas finalidades de modo mais adequado, a FAERS realizou, ainda, no período, Convênios com diversas Instituições, a saber:..

C
S

- manutenção de convênio com o Centro de Reabilitação de Porto Alegre — CEREPAL, Instituto de Amparo ao Excepcional — INAMEX, Educandário São João Batista, Clínica de Fisioterapia Bárbara Fischinger e Instituto Santa Rita de Cássia, para o atendimento de 131 crianças com sérios comprometimentos mentais, visuais e da audiocomunicação;
- estabelecimento de convênio entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência/FAERS/Centro Louis Braille, para atendimento de 60 crianças deficientes visuais;
- estabelecimento de convênio entre a Fundação LBA/FAERS/Centro de Educação Complementar de Deficientes da Audição e Linguagem — CECDAL, para atendimento de 60 crianças;
- estabelecimento de convênio entre Fundação LBA/FAERS/Centro de Avaliação, Diagnóstico e Estimulação Precoce — Programa de Estimulação Precoce, para atendimento de 40 crianças na faixa etária de zero a 3 anos.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Educação Especial

OBJETIVO:

propiciar melhoria de qualidade do ensino em termos de adequação metodológica, maior atenção às diferenças individuais, melhoria do treinamento docente e disponibilidade de equipamento necessário

REALIZAÇÕES:

- organização de modalidades de atividades de recreação, lazer e esportes para clientela deficiente
17 unidades
- habilitação, através de cursos de estudos adicionais ao nível de II grau, de professores em educação especial
80 professores
- encontro sobre prevenção e excepcionalidade, com profissionais da educação especial
1 encontro
- treinamento de professores em orientação e mobilidade na área de deficiência visual, em Porto Alegre, São Jerônimo e Caxias do Sul
12 professores
- aquisição de conjunto de materiais didáticos para escolas que atendem a crianças deficientes
106 conjuntos

- realização da supervisão às classes e escolas especiais, em conjunto com as delegacias de educação

38 delegacias

OBJETIVO:

adequar a oferta, em termos físicos, às necessidades reais da demanda

REALIZAÇÕES:

- aquisição de equipamentos necessários ao Centro de Educação Complementar para Deficientes da Audição e Linguagem — CECDAL

1 centro

OBJETIVO:

apoiar, financeiramente, a entidades educacionais

REALIZAÇÕES:

- repasse de recursos, sob a forma de apoio financeiro, às entidades registradas na FAERS

37 instituições

**FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA
LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA — FETLSVC**

DESEMPENHO 1979/82

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, no transcorrer do período 1979/82, empenhou-se no atendimento ao maior número possível de solicitantes para o Ensino de 2º Grau, através da oferta de habilitações do Setor Secundário, facilitadoras do acesso a empregos especializados.

Tendo em vista o objetivo do Plano do Governo, de “compatibilizar o ensino profissionalizante com as necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos”, foram desenvolvidos cursos técnicos de Formação Profissional, e efetivadas atividades de pesquisas, análise e produção, articuladas à prática industrial dos alunos.

Em seu conjunto, os cursos Técnico de Química, Técnico de Eletrotécnica, Técnico de Mecânica, e o curso de Auxiliar de Laboratório Petroquímico atenderam, em média, a 1.342 alunos por ano. Assim foram habilitados, no período, 117 Técnicos em Mecânica, 217 Técnicos em Eletricidade e 224 Técnicos em Química, para atender ao mercado de trabalho.

O desenvolvimento da Pesquisa, Análise e Produção foi levado a efeito como meio de oportunizar aos alunos atividades de complementação curricular aproveitando, ao mesmo tempo, equipamentos de alta precisão ociosos, e racionalizando os recursos materiais e humanos disponíveis na Fundação, atendendo a uma clientela selecionada com base em critérios preestabelecidos. Procedeu-se à construção de protótipos, à realização de desenhos e projetos industriais, à recuperação de equipamentos danificados e à usinagem de peças em geral.

A melhoria da qualidade do Ensino Profissionalizante, proposta como uma das prioridades da política do Governo para o Ensino de 2º Grau, foi efetivada por atividades de Treinamento proporcionadas a docentes, pela realização de visitas de estudos, pela promoção de palestras e seminários, pela aquisição de equipamento e pela melhoria das instalações físicas da Fundação. Empresas privadas e entidades estatais, entre as quais Itaipu, a Riocell, o Pólo Petroquímico e empresas e Feiras Industriais do Estado de São Paulo, foram objeto de visitas de estudos por parte de professores. Também foi efetivada a promoção da Integração Escola-Empresa-Comunidade, o Encontro com Orientadores Educacionais da Região, a participação de docentes em Cursos como "Elastômero", em São Paulo, de "Subestações Elétricas" em Minas Gerais, de "Especialização em Novas Metodologias de Ensino para os Cursos Técnicos", em Bruxelas, e no 1º Encontro Regional de Escola Técnica do Setor Secundário, em Vião, RS.

A ampliação e melhoria das instalações físicas foi ensejada pela execução de parte das obras do projeto arquitetônico da Fundação, dando-se prioridade à urbanização da sede e cercamento de área de sua propriedade, e atendendo-se, igualmente, para a conservação e recuperação do prédio e instalações. Equipamentos foram modernizados e repostos, citando-se a aquisição de equipamento para o Curso Técnico de Petroquímica, a instalação do Laboratório de Metalografia, a atualização do sistema de medição de alta precisão, aquisição de cromatógrafo e demais equipamentos para os diversos laboratórios e oficinas, além da melhoria das quadras de esporte.

A par dessas ações, o quadriênio em foco viu, no decorrer do ano de 1982, o transcurso do ano XV da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, cujas comemorações visaram a destacar o significativo papel que a Entidade vem desempenhando no atendimento às necessidades de mão-de-obra especializada e às aspirações profissionais dos técnicos egressos dos seus cursos na área geoeconômica da Grande Porto Alegre e Vale dos Sinos.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Ensino de Segundo Grau

OBJETIVO:

melhorar a qualidade do ensino profissionalizante, através da capacitação de instrutores e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa do sistema econômico

REALIZAÇÕES:

- aquisição de equipamento para os laboratórios e oficinas dos cursos técnicos da Fundação Liberato, em Novo Hamburgo 5 equipamentos
- realização de consertos nas instalações físicas danificadas 4 restaurações
- ampliação e melhoria das instalações físicas da Fundação Cr\$ 13,798 milhões
- desenvolvimento da pesquisa, análise e produção, articuladas à prática industrial dos alunos Cr\$ 2,094 milhões

FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA DO RIO GRANDE DO SUL — FTVE

DESEMPENHO 1979/82

No quadriênio 1979/1982, a TVE/Canal 7 atravessou um período de transição, no qual se constituiu como Fundação, tendo atuado anteriormente através do Centro de Televisão Educativa — CETEVE, como um Subsistema do Sistema Estadual de Ensino.

No ano de 1979, destacou-se como meta a produção local através de programas educativos, culturais e instrucionais, efetivando-se como atividades principais: a colocação dos transmissores em paralelo (10 Kw vídeo, 2 Kw áudio); a concessão pelo PRONTEL — da 1.ª etapa do Projeto Definitivo de Equipamentos Cromáticos para a TVE; a aquisição de equipamentos complementares; a assinatura do termo de compromisso que integra o Canal 7 ao Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED); a atualização funcional dos recursos humanos da TVE, através da participação em cursos internos e externos; a renovação do Programa de Ação Conjunta Secretaria da Educação/Pontifícia Universidade Católica destacando-se, ainda, a melhoria do nível técnico da Emissora.

Em 1980, destacou-se como o principal objetivo, o de incrementar a utilização de multimeios — Televisão Educativa, como apoio ao processo ensino-aprendizagem.

Citam-se, como principais realizações nesse exercício, as seguintes: transformação da figura jurídica “Televisão Educativa” para Fundação; aquisição de equipamentos cromáticos para o Centro de Televisão Educativa do Estado do Rio Grande do Sul, TVE Canal 7; criação de facilidades técnicas para a emissora de Televisão Educativa do Rio Grande do Sul — Canal 7; complementação do Sistema de gravação em videotape Quadruplex; produção local de Programa de TV; manutenção do Sistema de Produção e Transmissão da TVE; promoção de oportunidades de treinamento de pessoal técnico.

Em 1981 procedeu-se à organização da nova estrutura jurídica da TVE Fundação, com elaboração de seu Estatuto e o desenvolvimento de ações como: planejamento, mudança e instalação da TVE em novo prédio; aperfeiçoamento de pessoal para Produção, Direção e Operação da TVE-Canal 7/RS; produção e transmissão de Programas de Educação Rural destinados às periferias urbanas; produção e transmissão de programas culturais; produção de programas de incentivo à Formação Profissionalizante de 2.º Grau, telejornalismo; transmissão de programas veiculados pelo SINTED; reequipamento da TVE — cromatização da emissora; manutenção dos equipamentos eletrônicos e de iluminação; estudos para implantação do Sistema de Retransmissão do Sinal da TVE.

O exercício de 1982 assinala o período em que a TVE adquire a maturidade técnica e administrativa necessária ao desenvolvimento de suas finalidades. Assim, as atividades desenvolvidas caracterizam-se pela substituição do equipamento obsoleto e, principalmente, pelo projeto de expansão das transmissões, através da interiorização do sinal do Canal 7, aumentando sua área de abrangência e reforçando sua atuação como meio difusor da Educação e da Cultura.

Destacam-se, como realizações mais importantes, a partir daí:

- a aquisição de equipamentos necessários à produção de programas locais e às gravações via EMBRATEL;
- a elaboração de um projeto de viabilidade técnica de interiorização do Canal 7;
- a reestruturação do Sistema de Produção, Refrigeração e Transmissão da TVE/RS;
- a promoção de intercâmbio entre os Centros de Tradições Gaúchas do Estado, visando à valorização, divulgação e preservação das raízes culturais do Rio Grande do Sul e à projeção das manifestações nativas/regionais em âmbito nacional, através da produção e transmissão de programa-concurso em que se caracteriza uma Invernada Gaúcha;
- organização, implantação e implementação de um sistema de transmissão, recepção e utilização do Telecurso de Ensino Supletivo de 1º Grau no Rio Grande do Sul, colaborando no suprimento à escolarização regular a nível das últimas quatro séries do 1º Grau;
- estabelecimento de Protocolo de Cooperação Técnica para atividades culturais e educacionais conjuntas, entre a Fundação TVE do Rio Grande do Sul e as seguintes Entidades: Universidade Católica de Pelotas; Associação Santanense Pró-Ensino Superior; Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Fundação Universidade de Rio Grande; Universidade de Caxias do Sul; Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado; Fundação Átila Taborda; Universidade de Passo Fundo; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Maria; Associação de Professores de Cruz Alta; Universidade Federal de Pelotas;
- estabelecimento de convênio com a Fundação Educacional Padre Landell de Moura — FEPLAM, para a realização de projetos conjuntos — Alma Gaúcha, Família Saudável e Educação Básica — e para a realização de dois Cursos de Qualificação Profissional (Locutores) para servidores da TVE — Canal 7.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

produzir programação na área cultural, a fim de preservar, promover e conscientizar a população-alvo das necessidades de desenvolver manifestações culturais, como elemento básico para a análise e o atendimento de suas raízes

REALIZAÇÕES:

- produção e transmissão de programas artístico-culturais
22 programas

OBJETIVO:

organizar, implantar e implementar um sistema de transmissão, recepção e utilização do telecurso de ensino supletivo de I Grau, no Rio Grande do Sul

REALIZAÇÕES:

- montagem da estrutura de utilização dos programas do telecurso do ensino supletivo de I Grau, e de recepção organizada
15 unidades
- aquisição de equipamento de operação e transmissão a cores
1 conjunto
- aquisição de equipamento necessário à produção de programas locais e às gravações via EMBRATEL
1 equipamento
- aquisição de equipamento para o sistema de produção, refrigeração e transmissão da TVE
1 equipamento
- aquisição de equipamento de operação e transmissão a cores
1 conjunto

SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE — SSMA



SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

DESEMPENHO 1979/82

Durante o atual período administrativo foram realizadas inúmeras ações que colaboraram para a determinação de uma evolução favorável dos indicadores que medem a situação de saúde da população Rio-grandense. A mortalidade infantil situa-se em 36,46 por mil nascidos vivos; a expectativa de vida para o nosso Estado é de 66,47 anos, ou seja, o número de anos que um recém-nascido pode esperar viver. Para que se tenha uma idéia, a meta ideal para as Américas, a ser atingida no ano 2.000, é de uma mortalidade infantil de 30 por mil nascidos vivos e uma expectativa de vida da ordem de 70 anos. Estes dados ratificam o bom desempenho no campo da saúde, renovando as esperanças de melhores dias para a nossa população.

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, atendendo a seu objetivo maior, de promover, proteger e recuperar a saúde da população do Rio Grande do Sul, desenvolveu ações-meio e finalísticas na área de Saúde e Saneamento Comunitário e na de Proteção do Meio Ambiente.

Na área de Saúde Pública e Saneamento salientam-se as seguintes ações:

- construção e/ou instalação de 336 unidades sanitárias e postos avançados;
- reforma e reestruturação de 283 unidades sanitárias;
- construção e instalação de 21 oficinas de saneamento comunitário;
- construção de 4 unidades comunitárias de saneamento;
- construção da Escola de Saúde Pública e da Sede e Oficina Central do Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN);
- instalação de 31 ambulatórios de prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama;
- instalação de 9 ambulatórios de cuidados ao doente mental;
- realização de 9.373.552 consultas médicas na rede de Unidades Sanitárias;
- realização de 1.849.566 consultas odontológicas na rede de Unidades Sanitárias;

- realização de 2.044.625 consultas de pessoal auxiliar;
- aplicação de 10.312.416 doses de vacinas para controle de Doenças Transmissíveis;
- aplicação de 5.969.881 doses de vacinas nos dias nacionais de vacinação contra a Paralisia Infantil;
- produção de 386.555.690 unidades de medicamentos para distribuição gratuita à população;
- atenção nutricional de 308.234 gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos em áreas de maior densidade de pobreza;
- hospitais próprios da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente tiveram durante este período administrativo uma disponibilidade de 2.794.440 leitos/dia.

Na Área de Proteção ao Meio Ambiente destacam-se:

A Lei 7.488, promulgada em 14.01.81, que dispõe sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição, que constitui um instrumento significativo para implementação dos programas e aproveitamento dos recursos naturais e de proteção ambiental que integram a política de desenvolvimento do Estado. Além desta, foram elaboradas as Portarias nº 03/79 — Norma Técnica e Padrões de emissão para os Efluentes Líquidos das Indústrias de Couros e Peles; nº 10/79 — Proibição das Obras de Drenagem do Banhado Grande; e nº 01/81 — Enquadramento do Guaíba e Formadores.

Incumbido de planejar e executar ações de prevenção e controle da poluição, o Departamento do Meio Ambiente — DMA, analisou 1.435 projetos de sistemas de tratamento de resíduos industriais, acompanhando a implantação dos mesmos, bem como 811 projetos de sistemas de tratamento de esgoto doméstico de loteamentos e núcleos habitacionais, tendo emitido 570 diretrizes. Quanto às medidas corretivas em aplicação à Lei nº 7.488, Art. 23, foram assinados 644 termos de compromisso entre o DMA e entidades potencialmente poluidoras. Com relação ao cadastramento de estabelecimentos industriais, foram encaminhados 921 formulários do Inquérito sobre Poluição Industrial, atendidas 2.665 solicitações para concessão de alvarás para indústrias e analisados 1.448 projeto arquitetônicos e hidrossanitários de prédios industriais e não-industriais, loteamentos e piscinas de uso coletivo.

No trabalho de acompanhamento, análise e fiscalização do Pólo Petroquímico, as atividades do DMA compreenderam: elaboração de normas técnicas de emissão para efluentes líquidos e disposição das cinzas após combustão do carvão; análise de projetos de sistemas de tratamento do Complexo Básico e Indústrias de 2ª geração, do Terminal Portuário Santa Clara, da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos da Companhia Riograndense de Saneamento, do Sistema Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos e do Sistema de Manuseio e Estocagem do Carvão; avaliação do impacto de emissões atmosféricas; monitoramento do rio Cai, visando a determinar condições sanitárias; elaboração de 10 perfis industriais (2ª geração); normas para prevenção de acidentes e estabelecimento de procedimentos para operações emergenciais, para emissões atmosféricas e para disposição de resíduos sólidos.

- mostra do artesanato gaúcho (inclusive infanto-juvenil) no Museu do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore;
- curso "O Índio Hoje", com 41 horas/aula, com 52 alunos freqüentando aulas e mais de uma centena de assistentes que presenciavam uma ou outra palestra de seu maior interesse;
- exposição de documentos culturais da cultura indígena rio-grandense, através do artesanato e peças de utensílios domésticos, desde o paleo-índio até os kaingangas e guaranis de nossos dias. Compareceram à exposição, na Assembléia Legislativa, mais de 500 pessoas;
- curso "Usos e Costumes" - em convênio com o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, elaboração do currículo do curso, contratação de professores, organização e acompanhamento diário das aulas e atendimento de 91 alunos;

Semana Estadual de Folclore - organização e participação em diversas festividades: lançamento de livros e fitas folclóricas, exposições, audições de músicas, inauguração de Estúdio, Encontro de Folclore e Tradição, etc., atingindo cerca de 2.000 pessoas;

"Carreira de Bois" - pesquisa dos aspectos inerentes a este fato folclórico. Os resultados constituirá conteúdo de monografia a ser editada;

- autenticação e reconstituição de Danças Folclóricas Gaúchas: - pesquisa, objetivando divulgação da correta música e coreografia de determinadas danças folclóricas;
- coordenação das apresentações artísticas na EXPOINTER e de encerramento da Semana da Pátria;
- Pousos de Carreiros/São Gabriel - Pesquisa sobre a importância dos carreiros. O conteúdo será publicado em uma monografia;
- Semana Farroupilha - participação do Instituto na elaboração do programa e em quase todos os eventos alusivos;
- elaboração e lançamento do disco-documentário em home-

REALIZAÇÕES:

- construção de unidades sanitárias para adequação da rede de atendimento às necessidades da população
26 unidades
- instalação de postos avançados em conglomerados rurais e periferia da região metropolitana permitindo acesso das populações carentes ao sistema de saúde
105 postos
- implantação de programação a nível regional, sob gerência das delegacias regionais de saúde
16 delegacias

OBJETIVO:

aumentar a cobertura vacinal da população de menores de um ano, visando ao controle de doenças transmissíveis, redutíveis por agentes imunizantes

REALIZAÇÕES:

- vacinação de crianças menores de um ano, contra a poliomielite
517.701 doses
- vacinação de crianças menores de um ano contra a coqueluche, difteria e tétano
531.744 doses
- vacinação de crianças menores de um ano contra o sarampo
185.610 doses

OBJETIVO:

estruturar o programa de combate à desidratação, em termos de controle epidemiológico contínuo

REALIZAÇÕES:

- levantamento semanal de baixas hospitalares por desidratação
608 levantamentos
- divulgação de boletins relativos à desidratação
18 boletins

OBJETIVO:

ampliar o programa de educação em saúde, principalmente no que se refere à população escolar

REALIZAÇÕES:

- elaboração de documento e álbum educativo sobre febre reumática, angina streptocócica, tabagismo, hipertensão arterial e diabete melito
1 documento
- treinamento de agentes multiplicadores dos programas de educação para saúde
42 agentes
- escolares beneficiados com os programas de educação para saúde
24.541 alunos

OBJETIVO:

desenvolver programas de prevenção e controle de doenças cardiovasculares e de câncer, mediante extensão das ações a toda a rede de unidades sanitárias

REALIZAÇÕES:

- distribuição de esfigmomanômetros para desenvolvimento do programa de prevenção e controle da hipertensão arterial
315 unidades
- distribuição de medicamentos para prevenção e controle da febre reumática e hipertensão arterial
7.751.800 doses
- exame citopatológico para prevenção do câncer cérvico-uterino
68.084 exames
- ampliação da rede de ambulatórios e postos de coleta do programa de prevenção do câncer
11 ambulatórios

OBJETIVO:

ampliar os programas de odontologia sanitária, especialmente no que se refere à fluorestação de água e ao atendimento odontológico a escolares

REALIZAÇÕES:

- fornecimento de sal de flúor para hidráulicas, através de convênios com empresas de abastecimento público de água
109 empresas
- restauração de dentes em escolares
22.063 restaurações
- extrações de dentes em escolares
2.695 extrações

- altas odontológicas para alunos sujeitos a tratamento odontológico
7.218 alunos
- instalação de ambulatórios odontológicos em municípios sem assistência odontológica
15 ambulatórios

OBJETIVO:

desenvolver programas na área de saúde mental, principalmente quanto à prevenção e controle do alcoolismo e da toxicomania, e aumentar a rede ambulatorial de atendimento ao doente mental

REALIZAÇÕES:

- implantação de ambulatório de saúde mental
2 ambulatórios
- manutenção dos ambulatórios de saúde mental da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
26 ambulatórios
- treinamento de técnicos para o desenvolvimento de ações preventivas de combate ao alcoolismo
212 técnicos

OBJETIVO:

entrosar-se com programas governamentais destinados a erradicar os focos de pobreza absoluta, especialmente no que se refere à deficiência alimentar

REALIZAÇÕES:

- atendimento de gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos, em unidades sanitárias da Secretaria através do Programa de Nutrição em Saúde do Ministério da Saúde
91.650 pessoas
- distribuição de leite em pó para gestantes, nutrizes e crianças desnutridas de até 2 anos, em unidades sanitárias da Secretaria e entidades beneficentes
28.500 pessoas

OBJETIVO:

articular-se com as instituições componentes do Sistema Nacional de Saúde, visando à definição da população-alvo dos programas a serem desenvolvidos pela Secretaria, bem como à identificação dos recursos

REALIZAÇÕES:

- manutenção do convênio entre Secretária da Saúde e do Meio Ambiente

e Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social — INAMPS, para o desenvolvimento de Ações de Saúde

1 convênio

— manutenção do convênio Ministério de Saúde/SSMA, para realização do Plano Operativo de Serviços Básicos de Saúde

1 convênio

— complementação salarial dos técnicos e auxiliares da Secretaria, através do convênio INAMPS, até os níveis de salário daquela instituição

7.500 pessoas

OBJETIVO:

ampliar o sistema de vigilância epidemiológica, e aumentar e reorganizar a rede de laboratórios de saúde pública

REALIZAÇÕES:

— manutenção da rede de laboratórios de saúde pública

66 laboratórios

OBJETIVO:

reestruturar o sistema de vigilância sanitária no que se refere ao controle de alimentos, fiscalização do exercício profissional, engenharia sanitária e defesa do consumidor, de maneira geral

REALIZAÇÕES:

— controle sanitário, através da inspeção de animais abatidos

8.038.395 animais

— licenciamento de indústrias de produtos de origem animal

65 certidões

— licenciamento de indústrias de gêneros alimentícios

1.584 certidões

— licenciamento de comércio fixo e ambulante de gêneros alimentícios

11.258 certidões

— coleta de amostras de leite a nível de comércio, para controle microbiológico

32 amostras

— fiscalização dos bancos de sangue e agências transfusionais

94 visitas

— licenciamento de estabelecimentos ligados à saúde pública

2.121 certidões

1-2 GA

- investigação epidemiológica dos casos de raiva canina
22 casos
- fornecimento de inseticida adequado às prefeituras que integram o Programa de Combate ao Simulideo
0,5 m3
- concessão de visto prévio em receitas de medicamentos controlados
14.248 unidades
- concessão de visto em mapas de entorpecentes
916 mapas
- realização de perícia médica para avaliação de atividades insalubres
2.800 laudos

OBJETIVO:

estender o Programa de Saneamento Comunitário — PROSAN, vinculando-o ao Programa de Assistência Médica Primária, mediante entrosamento entre prefeituras municipais e unidades sanitárias

REALIZAÇÕES:

- aumento da cobertura populacional, através da extensão das ações do PROSAN, mediante convênios com prefeituras dos municípios
183 municípios
- instalação de equipamento domiciliar de abastecimento de água
538 equipamentos
- instalação de equipamento domiciliar para disposição de dejetos-privada modelo PROSAN
2.917 equipamentos
- instalação de equipamento de abastecimento de água de uso coletivo
5 equipamentos
- instalação de equipamento coletivo de coleta de disposição do lixo
11 equipamentos
- população beneficiada com as ações do PROSAN
16.800 pessoas

OBJETIVO:

aumentar substancialmente os insumos para os programas de saúde, mediante o entrosamento do laboratório farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul, com a central de medicamentos

REALIZAÇÕES:

— produção de ampolas de medicamentos	143.500 unidades
— produção de bisnagas de medicamentos	1.216.000 unidades
— produção de cápsulas de medicamentos	12.585.250 unidades
— produção de comprimidos de medicamentos	84.247.192 unidades
— produção de drágeas de medicamentos	10.978.650 unidades
— produção de frasco-ampolas de medicamentos	3.123.600 unidades
— produção de frascos de medicamentos	3.767.744 unidades

OBJETIVO:

consolidar e ampliar o sistema de informações de saúde conectando-o, no que se refere à morbidade ambulatorial e hospitalar e à mortalidade, aos sistemas dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social

REALIZAÇÕES:

— recebimento, codificação e planilhamento de certidões de óbito	52.293 certidões
— recebimento, revisão e planilhamento de boletins de consultas médicas e odontológicas	13.527 boletins
— manutenção de sistemas computadorizados, para elaboração de informações operacionais e estatísticas	53 sistemas

OBJETIVO:

corrigir as carências e distorções na estrutura de pessoal, visando à maior utilização de pessoal auxiliar, ao estímulo à profissionalização intensiva mediante o estabelecimento de cargos de carreira, e ao aperfeiçoamento contínuo de pessoal técnico e auxiliar

REALIZAÇÕES:

- estágio de ingresso para pessoal de nível superior 545 alunos
- estágio de ingresso para pessoal de nível médio 180 alunos
- estágio de ingresso para pessoal de nível elementar 246 alunos
- treinamento e reciclagem de recursos humanos de nível superior 4.056 alunos
- reciclagem e treinamento de recursos humanos de nível médio 1.608 alunos

OBJETIVO:

agilizar o processo administrativo, mediante a detecção de seus pontos de estrangulamento, ativação da coordenação interna e externa da instituição, estabelecimento de rotinas e normas, e simplificação dos procedimentos administrativos

REALIZAÇÕES:

- apoio técnico aos órgãos da Secretaria 5 projetos
- implantação de projeto de reformulação estrutural do Departamento de Perícia Médica 1 projeto

OBJETIVO:

utilizar plenamente a capacidade instalada, visando ao estabelecimento de uma ampla superfície de contato entre serviços de saúde e clientela, dentro dos objetivos do sistema de saúde

REALIZAÇÕES:

- manutenção da rede de unidades sanitárias, para desenvolvimento de ações da Secretaria 673 unidades

OBJETIVO:

promover, proteger e recuperar a saúde da população do Rio Grande do Sul, mediante ações de saúde desenvolvidas na rede de serviços básicos, hospitais e outros estabelecimentos próprios da Secretaria

REALIZAÇÕES:

- **exame baciloscópico de sintomáticos respiratórios, para prevenção e tratamento da tuberculose** 35.177 exames
- **diagnóstico de pacientes tuberculosos no ano em curso** 5.370 pessoas
- **alta por cura para pacientes tuberculosos** 4.589 pessoas
- **investigação de contatos domiciliares de pacientes tuberculosos** 21.003 pessoas
- **vacinação de escolares com BCG intradérmico — alunos da 1ª Série do 1º Grau** 177.264 alunos
- **fornecimento de tuberculostáticos para os pacientes tuberculosos em tratamento** 6.252 pessoas
- **emissão de laudos de perícia médica, através do Departamento de Perícia Médica** 81.243 laudos
- **prestação de consultas médicas na Rede de Unidades Sanitárias da Secretaria** 2.874.879 consultas
- **prestação de consultas odontológicas na Rede de Unidades Sanitárias da Secretaria** 509.545 consultas
- **prestação de consultas por outros técnicos, na Rede de Unidades Sanitárias da Secretaria** 122.739 consultas
- **consultas por auxiliares, na Rede de Unidades Sanitárias da Secretaria** 571.037 consultas
- **manutenção de pacientes com hanseníase sob tratamento regular** 2.802 pessoas
- **diagnóstico de casos novos de hanseníase** 220 casos
- **controle de contatos domiciliares de doentes com hanseníase** 1.456 pessoas

Programa: Proteção ao Meio Ambiente

OBJETIVO:

elaborar normas para a preservação do meio ambiente

REALIZAÇÕES:

- elaboração de relatório com a identificação das empresas que efetuam disposição e transporte de resíduos industriais
1 relatório
- elaboração de estudos com vistas a propor medidas corretivas e/ou preventivas, na solução de problemas ambientais decorrentes de disposição de resíduos sólidos
5 estudos
- participação na elaboração do zoneamento industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre
1 mapa
- análise de projetos industriais, em função dos aspectos locacionais
18 pareceres
- estudo de metodologia para análise das condições ambientais de áreas previstas para implantação de distritos e áreas industriais
1 parecer
- elaboração de pareceres quanto à adequabilidade do solo na recepção de efluentes cloacais
17 pareceres
- avaliação, orientação e proposição de soluções aos problemas de coleta, Transporte e disposição final dos resíduos sólidos das 10 principais praias do Rio Grande do Sul
6 pareceres
- elaboração de estudos com vistas a propor medidas corretivas e/ou preventivas de problemas ambientais decorrentes do uso de pesticidas
22 estudos
- avaliação do impacto de fontes poluidoras na qualidade do ar
5 relatórios
- determinação da configuração recomendada de tratamento dos efluentes dos rios da bacia hidrográfica do Guaíba, conforme modelo matemático Simox II-HARO3
1 relatório
- avaliação do impacto de descargas isoladas
6 relatórios

- zoneamento industrial
1 relatório
- definição de padrões de emissão ou exigências de tratamento para efluentes líquidos industriais e domésticos, visando a compatibilizá-los com a qualidade desejada do corpo receptor
129 pareceres
- participação em reuniões do Projeto Gerencial Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guaíba — CEEIG 003/81
20 reuniões
- levantamento da metodologia usada para o tratamento dos dados obtidos nas coletas
1 relatório
- vistoria, em atendimento a demandas não programadas (morte de peixes, derramamento de substâncias tóxicas, água potável)
16 visitas
- estabelecimento do grau de saturação dos rios da Região Metropolitana de Porto Alegre
1 relatório
- levantamento sobre atividade de transporte e armazenamento de insumos, no Pólo Petroquímico
1 relatório
- elaboração de recomendações para as atividades da Companhia Petroquímica do Sul — COPEL, referentes ao período de pré-operação
1 parecer
- Mapeamento das jazidas de carvão do Estado
3 mapas
- análise de projetos de sistema de tratamento de curtumes
11 análises
- vistoria aos estabelecimentos industriais: curtumes e metalúrgicas
143 visitas
- emissão de pareceres: curtumes
9 pareceres
- levantamento e sistematização de dados meteorológicos para regiões de estudo
1 relatório
- elaboração da norma de padrões de emissão para efluentes industriais
1 documento

- definição da Rede de Monitoramento considerada mais adequada para as condições atuais
1 relatório
- definição das entidades responsáveis pela implementação da rede mais adequada, com respectivo equacionamento financeiro e cronograma físico
1 relatório
- estudo para padronização da metodologia utilizada no tratamento dos dados obtidos nas coletas.
1 relatório
- definição de áreas de nascente e levantamento dos aquíferos da Região Metropolitana de Porto Alegre — RMPA
2 mapas
- levantamento dos aquíferos da Região Metropolitana de Porto Alegre
1 relatório
- atendimento a solicitações de órgãos governamentais referentes ao uso do solo, na elaboração de planos diretores e projetos de desenvolvimento
1 parecer
- realização de estudos, através de levantamentos e mapas sobre o Banhado Grande
3 pareceres
- contato com órgãos responsáveis por licenciamento de destilarias de álcool
1 reunião

OBJETIVO:

controlar e fiscalizar a aplicação da legislação, conferindo-lhe o poder de aplicar punições (multas) aos transgressores

REALIZAÇÕES:

- análise dos projetos da disposição final dos resíduos sólidos industriais
44 análises
- vistorias e pareceres
32 pareceres
- investigação da mortandade de animais da fauna nativa (peixes, aves, mamíferos, outros) por modificações das condições ambientais, causadas ou não pela ação humana
22 casos
- investigação de derramamentos de óleo combustível no solo e na água
11 casos

- fiscalização dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, originados por demandas externas: população, meios de comunicação e órgãos da Secretaria 150 visitas
- fiscalização dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, com processos de reclamação no Departamento 40 visitas
- exame de projetos de construção de prédios industriais 169 exames
- exame de projetos de construção de prédios não industriais 452 exames
- exame de projeto de construção de loteamentos (exceto exame do destino do esgoto sanitário) 87 exames
- exame dos projetos de construção de piscinas de uso coletivo 25 exames
- vistorias de sistema de suprimento público de água potável 2 visitas
- vistoria de piscinas de uso coletivo 251 visitas
- licenciamento de empresas que executam limpeza de reservatórios prediais de água 14 certidões
- análise de projetos de sistema de tratamento já entregues ao Departamento de Meio Ambiente, em anos anteriores 301 análises
- vistorias a estabelecimentos com projetos de sistemas de tratamento analisados (entregues ao Departamento de Meio Ambiente em anos anteriores) 179 visitas
- emissão de pareceres sobre projetos de sistemas de tratamento 87 pareceres
- análise de projetos de indústrias a serem implantadas 7 análises
- vistorias a estabelecimentos com projetos de sistemas de tratamento analisados (indústrias a se implantarem) 4 visitas
- emissão de pareceres 1 parecer

- análise de projetos de tratamento originados por demandas não programadas
37 análises
- vistorias a estabelecimentos com projetos de sistemas de tratamento analisados (originados por demandas não programadas)
66 visitas
- emissão de pareceres relativos à análise de projetos de tratamento originados por demandas não programadas
7 pareceres
- fiscalização das estações de tratamento de esgoto liberadas e implantadas nas indústrias
42 visitas
- emissão de pareceres sobre a operação das estações de tratamento de esgoto, nas indústrias
27 pareceres
- emissão de diretrizes para elaboração de projeto do sistema de tratamento de esgotos domésticos de loteamentos
275 unidades
- análise de projetos de sistemas de tratamento de loteamentos, já entregues ao Departamento do Meio Ambiente, em anos anteriores
94 análises
- emissão de pareceres relativos a análises de projetos de sistemas de tratamento de loteamentos (entregues em anos anteriores)
47 pareceres
- análise de projetos de sistema de tratamento de loteamentos que deram entrada no Departamento do Meio Ambiente no ano de 1982
43 análises
- emissão de pareceres relativos à análise de projetos de sistemas de tratamento de loteamentos (1982)
16 pareceres
- fiscalização do funcionamento de sistemas de tratamento de esgotos domésticos em loteamentos
41 visitas
- atendimento de demandas não programadas, relativas a loteamentos
7 visitas
- coleta de amostras de água, na rede básica de monitoramento da qualidade da Bacia Hidrográfica do Guaíba
343 amostras
- coleta das amostras de sedimentos, na rede básica de monitoramento da qualidade da Bacia Hidrográfica do Guaíba
60 amostras

- coleta das amostras de peixes, na rede básica de monitoramento da qualidade da Bacia Hidrográfica do Guaíba
56 amostras
- análise das amostras de água, na rede básica de monitoramento da qualidade da Bacia Hidrográfica do Guaíba
9.399 análises
- análise das amostras de peixes, na rede básica de monitoramento da qualidade da Bacia Hidrográfica do Guaíba
766 análises
- testes de reprodutibilidade dos resultados obtidos nas amostras da rede básica de monitoramento da qualidade da Bacia Hidrográfica do Guaíba
900 análises
- coleta das amostras de água do Rio Cai, na Região do III Pólo Petroquímico
135 amostras
- análise das amostras de água do Rio Cai, na Região do III Pólo Petroquímico
4.120 análises
- testes de reprodutibilidade dos resultados obtidos nas amostras de qualidade da água do Rio Cai, na Região do III Pólo Petroquímico
130 análises
- elaboração de relatórios sobre as condições de balneabilidade das praias do Litoral e do Rio Guaíba, no ano de 1982
2 relatórios
- coleta das amostras de água das praias do Litoral e do Rio Guaíba, no ano de 1982
380 amostras
- análise das amostras de água das praias do Litoral e do Rio Guaíba, no ano de 1982
1.620 análises
- avaliação de propostas relativas ao programa de monitoramento do Litoral
2 unidades
- análise do chumbo em amostras de sangue, para determinação de plumbemia
300 análises
- teste de reprodutibilidade dos resultados obtidos através de análise do chumbo em amostras de sangue, para determinação de plumbemia
119 testes

- coleta de amostras de efluentes líquidos, para a divisão de controle de atividades poluidoras
112 amostras
- análise de amostras de efluentes líquidos coletados pela divisão de controle de atividades poluidoras
987 análises
- testes de reprodutibilidade das amostras de efluentes líquidos analisados para a divisão de controle de atividades poluidoras
90 análises
- coleta de amostras de água para a divisão de vigilância ambiental
78 amostras
- análise das amostras de água, para a divisão de vigilância ambiental
741 análises
- coleta de amostras de água potável e de corpos receptores (determinação de emissão) para a divisão de controle de qualidade da água
19 amostras
- análise de amostras de água potável e de corpos receptores (determinação de padrões de emissão), para a divisão de controle de qualidade da água
198 análises
- levantamento de títulos para avaliar o trabalho de bioensaios sobre a toxicidade de substâncias, em diferentes níveis da rede trófica aquática
321 unidades
- aquisição de títulos para trabalho de avaliação de bioensaios sobre a toxicidade de substâncias da rede trófica aquática
190 unidades
- coleta de material biológico para trabalho de avaliação de bioensaios sobre a toxicidade de substâncias, em diferentes níveis da rede trófica aquática
6 unidades
- coleta de sedimento para trabalho de avaliação de bioensaios sobre a toxicidade de substâncias em diferentes níveis, na rede trófica aquática.
6 amostras
- determinação do parâmetro "PH"
1.195 unidades
- determinação do parâmetro "Temperatura do Ar"
130 unidades
- determinação do parâmetro "Temperatura da Água"
1.274 unidades

- **determinação do parâmetro “Oxigênio Dissolvido”** 1.272 unidades
- **realização de biometria, para determinação dos parâmetros físico-químicos e biológicos analisados no núcleo** 495 unidades
- **coleta e estabelecimento de minhocário, para determinação de parâmetros físico-químicos analisados** 1 unidade
- **coleta e estabelecimento de terrário de moluscos, para determinação de parâmetros físico-químicos analisados** 1 unidade
- **estabelecimento de aquário para criação de peixes, a fim de alimentar indivíduos do teste bioensaios referente a avaliação da toxicidade de substâncias na rede trófica aquática** 1 unidade
- **montagem de teste agudo e crônico semi-estático sobre ação do cromo em crustáceos superiores** 6 testes
- **realização de análises dos testes sobre ação do cromo em crustáceos superiores** 9.406 análises
- **elaboração de projetos de mutagênese e carcinogênese ambiental, envolvendo teste de ames e testes citogenéticos** 1 projeto
- **administração dos projetos de mutagênese e carcinogênese ambiental** 48 reuniões
- **realização de cursos sobre projetos de mutagênese e carcinogênese ambiental** 2 estudos
- **pesquisa de metodologia para análises laboratoriais de metais pesados em animais aquáticos** 209 testes
- **pesquisa de metodologia para análises laboratoriais de demanda bioquímica de oxigênio, óleos e graxas, e metais pesados** 98 testes
- **pesquisa de metodologia para análises laboratoriais de metais pesados, em sedimento** 86 testes
- **pesquisa de metodologia para análises laboratoriais de clorofila em água** 1 estudo

- coletas referentes à rede estadual de amostragem da qualidade do ar, para dióxido de enxofre, partículas em suspensão e metais pesados
321 amostras
- análise das coletas realizadas na rede estadual de amostragem na qualidade do ar para dióxido de enxofre, partículas em suspensão e metais pesados
908 análises
- realização de testes de reprodutibilidade das coletas realizadas na rede estadual de amostragem da qualidade do ar para dióxido de enxofre, partículas em suspensão e metais pesados
350 análises
- ampliação na rede estadual de amostragem da qualidade do ar para dióxido de enxofre, partículas em suspensão e metais pesados
2 estações
- manutenção, através de calibrações da rede estadual de amostragem da qualidade do ar para dióxido de enxofre, partículas em suspensão e metais pesados
41 unidades
- coletas referentes à rede estadual de amostragem da qualidade do ar, para pó sedimentável e sulfatação total
258 amostras
- análise das coletas realizadas na rede estadual de amostragem da qualidade do ar, para pó sedimentável e sulfatação total
318 análises
- redimensionamento (localização e instalação) da rede estadual de amostragem da qualidade do ar, para pó sedimentável e sulfatação total
4 estações
- manutenção geral do laboratório
55 análises
- vistoria de projetos das indústrias de segunda geração do Pólo Petroquímico
39 visitas
- vistoria do projeto da Companhia Petroquímica do Sul — COPESUL
33 visitas
- emissão de parecer sobre o projeto da Companhia Petroquímica do Sul — COPESUL
1 parecer
- licenciamento do projeto da Companhia Petroquímica do sul — COPESUL
1 certidão

- elaboração de recomendações para as atividades da Companhia Petroquímica do Sul — COPE SUL, durante o período de pré-operação
1 parecer
- vistoria do projeto do Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos — SITEL, da Companhia Riograndense de Saneamento
24 visitas
- análise do projeto do terminal Santa Clara
1 análise
- vistoria do projeto do terminal Santa Clara
3 visitas
- vistoria do projeto do sistema de manuseio e estocagem do carvão, e manuseio e disposição de cinzas das caldeiras a carvão do Pólo Petroquímico
2 visitas
- emissão de parecer sobre o projeto do sistema de manuseio e estocagem do carvão, e manuseio e disposição, de cinzas das caldeiras a carvão do Pólo Petroquímico
1 parecer
- fiscalização dos estabelecimentos industriais que utilizem carvão como insumo, e demais atividades relacionadas ao carvão
6 visitas
- vistoria dos estabelecimentos industriais que utilizam carvão como insumo
19 visitas
- emissão de parecer sobre estabelecimentos industriais que utilizem carvão como insumo
21 pareceres
- licenciamento dos estabelecimentos industriais que utilizem carvão como insumo, e demais atividades relacionadas ao carvão
21 certidões
- análise dos projetos de sistema de tratamento de resíduos de destilarias de álcool, já existentes no Departamento do Meio Ambiente, desde 1980
4 análises
- vistoria de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de destilarias de álcool, existentes no Departamento do Meio Ambiente, desde 1980
5 visitas
- análise de projetos de sistema de tratamento de resíduos de novas unidades de destilarias de álcool
10 análises

- análise de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de indústrias de bebidas com destilarias
2 análises
- vistoria de projetos de sistema de tratamento de resíduos de indústrias de bebidas com destilarias
1 visita
- análise de projeto de extração e beneficiamento do cobre, quanto aos aspectos ambientais
1 análise
- investigação de casos de intoxicação em agricultores, população rural e urbana, gado, animais domésticos e fauna nativa, por ação de defensivos agrícolas e/ou domissanitários
4 casos
- fornecimento de alvarás para piscinas de uso coletivo.
130 certidões
- controle de qualidade analítico das análises sobre as condições de balneabilidade das praias do litoral e do rio Guaíba, no ano de 1982
120 análises
- testes de reprodutibilidade das amostras de água analisadas para a divisão de vigilância ambiental
25 análises
- testes de reprodutibilidade das amostras de água potável e de corpos receptores (determinação de padrões de emissão) analisados para a divisão de controle de qualidade de água
5 análises
- pesquisa de implementação de métodos para amostragem de gases na atmosfera, por absorção química
1 unidade
- implementação de rotinas para amostragem (medição da emissão) de chaminés
5 unidades
- expedição de licenças de operação dos sistemas de tratamento de resíduos dos estabelecimentos industriais que utilizam carvão como insumo, e demais atividades relacionadas ao carvão
1 certidão
- vistoria de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de novas unidades de destilarias de álcool
8 visitas
- emissão de licenças para projetos de sistemas de tratamento de resíduos de novas unidades de destilarias de álcool
1 certidão

- vistoria e emissão de parecer sobre projetos de extração e beneficiamento do cobre, quanto aos aspectos ambientais
2 visitas
- análise de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de indústrias de cimento
4 análises
- vistoria de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de indústrias de cimento
4 visitas
- licenciamento de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de indústrias de cimento
1 certidão
- realização de estudos técnicos sobre problemas ambientais, atendendo a solicitações de órgãos governamentais — divisão de projetos especiais
23 estudos
- análise de projetos, das indústrias de segunda geração do Pólo Petroquímico
6 análises
- licenciamento de projetos das indústrias de segunda geração do Pólo Petroquímico
1 certidão
- estabelecimento de programa de monitoramento, para os efluentes das indústrias do Pólo Petroquímico
1 programa
- vistoria do projeto do sistema centralizado para controle de resíduos sólidos gerados no Pólo Petroquímico do Sul
11 visitas

OBJETIVO:

coordenar os usos da água a nível de bacia hidrográfica

REALIZAÇÕES:

- elaboração de relatório de atividades de 1981 sobre a rede básica de monitoramento da qualidade da água, na bacia hidrográfica do Guaíba
2 relatórios
- coletas de água, sedimento e material biológico na rede básica de monitoramento da qualidade da água, na bacia hidrográfica do Guaíba
20 campanhas
- registro dos resultados das análises realizadas na rede básica de monitoramento da qualidade da água, na bacia hidrográfica do Guaíba
12 registros

- vistoria e emissão de parecer sobre projetos de extração e beneficiamento do cobre, quanto aos aspectos ambientais
2 visitas
- análise de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de indústrias de cimento
4 análises
- vistoria de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de indústrias de cimento
4 visitas
- licenciamento de projetos de sistemas de tratamento de resíduos de indústrias de cimento
1 certidão
- realização de estudos técnicos sobre problemas ambientais, atendendo a solicitações de órgãos governamentais — divisão de projetos especiais
23 estudos
- análise de projetos, das indústrias de segunda geração do Pólo Petroquímico
6 análises
- licenciamento de projetos das indústrias de segunda geração do Pólo Petroquímico
1 certidão
- estabelecimento de programa de monitoramento, para os efluentes das indústrias do Pólo Petroquímico
1 programa
- vistoria do projeto do sistema centralizado para controle de resíduos sólidos gerados no Pólo Petroquímico do Sul
11 visitas

OBJETIVO:

coordenar os usos da água a nível de bacia hidrográfica

REALIZAÇÕES:

- elaboração de relatório de atividades de 1981 sobre a rede básica de monitoramento da qualidade da água, na bacia hidrográfica do Guaíba
2 relatórios
- coletas de água, sedimento e material biológico na rede básica de monitoramento da qualidade da água, na bacia hidrográfica do Guaíba
20 campanhas
- registro dos resultados das análises realizadas na rede básica de monitoramento da qualidade da água, na bacia hidrográfica do Guaíba
12 registros

- treinamento de pessoal em controle da poluição do ar e gerenciamento da qualidade do ar, em convênio com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente — FEEMA, do Rio de Janeiro
1 estudo
- arquivamento, redução, estatística e interpretação de dados provenientes das estações da rede estadual de amostragem da qualidade do ar
12 relatórios
- estudos de avaliação de programas governamentais e alternativos que tenham impacto na qualidade do ar
1 relatório
- envio de formulários às indústrias relativos ao cadastramento de atividades e inclusão de dados no computador
181 exemplares
- avaliação e complementação dos formulários enviados às indústrias, para o cadastramento restante de 1981
187 exemplares
- avaliação e complementação dos formulários enviados às indústrias para cadastramento, no exercício de 1982
7 exemplares
- inclusão no computador, dos dados das indústrias cadastradas, através de formulários enviados em 1981
50 empresas
- recebimento de solicitações de alvarás de atividades industriais, para o exercício de 1982
1.651 certidões
- liberação de alvarás de atividades industriais, solicitados no exercício de 1982
911 certidões
- realização de estudos de avaliação de impacto ambiental
1 relatório
- realização de estudos sobre ocupação de áreas costeiras, atendendo à portaria do Ministério da Marinha 3/3001, de 20 de outubro de 1980
2 pareceres
- análise de projetos de disposição final das cinzas de caldeiras a carvão
26 análises
- vistorias e pareceres sobre execução de projetos de disposição final das cinzas de caldeiras a carvão
9 pareceres



- participação no Grupo Estadual dos Defensivos Agrícolas — GE-DA/RS
4 reuniões
- participação no Conselho de Implantação do Parque Estadual Deíta do Jacuí — PLANDEL
1 reunião
- participação no Grupo Central de Controle de Mosquitos do Gênero Simulideos
4 reuniões
- inventário de emissões atmosféricas de fontes móveis e estacionárias
1 relatório
- realização de estudos sobre metodologias de avaliação de impacto ambiental
4 estudos

OBJETIVO:

capacitar recursos humanos para o desenvolvimento dos programas e projetos para os vários níveis da esfera governamental, e para as instituições privadas

REALIZAÇÕES:

- treinamento e aperfeiçoamento de técnicos em petroquímica, carvão e álcool
16 estudos
- seleção e coleta de documentos a serem incluídos no banco de dados do Sistema de Informações Ambientais — SIA/DMA
494 documentos
- análise dos documentos selecionados para o banco de dados do SIA/DMA, fazendo sua descrição bibliotecária
494 documentos
- indexação dos documentos selecionados para o banco de dados do SIA/DMA, extraindo conceitos e expressando-os em linguagem codificada pelo computador
494 documentos
- elaboração dos resumos de todos os documentos selecionados, a fim de incluí-los no banco de dados do SIA/DMA
52 documentos
- registro das informações elaboradas em boletins de implantação, e envio ao centro de processamento de dados
494 relatórios

**SECRETARIA DO TRABALHO E
AÇÃO SOCIAL — STAS**

ÓRGÃOS VINCULADOS

**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR
DO MENOR — FEBEM
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO — FGT
FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA
— FUNDASUL
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO LAZER E RECREAÇÃO — FUNLAR
COMPANHIA DE HABITAÇÃO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — COHAB**

E:

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO/RS — SINE/RS

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL — STAS

DESEMPENHO 1979/82

A Secretaria do Trabalho e Ação Social, no quadriênio 1979/82, desenvolveu sua política de ação nas áreas do Trabalho, Habitação, Menor, Assistência, Lazer e Recreação, dando prioridade à problemática do emprego e atendimento à população de baixa renda, de acordo com a orientação do Governo do Estado.

A STAS está estruturada segundo o Decreto nº 29.104, de 10.09.79, e compõe-se dos Órgãos Centrais, encarregados de estabelecer e acompanhar a programação integrada das Entidades Vinculadas: Fundação Sul-Riograndense de Assistência — FUNDASUL; Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB/RS; Fundação Gaúcha do Trabalho — FGT (Sistema Nacional de Emprego — SINE); Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — FEBEM; Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação — FUNLAR, que executam diretamente os projetos.

A partir de 1979 iniciaram-se estudos no sentido de implantar, no âmbito da STAS, o Sistema de Planejamento Estratégico, que consiste na articulação e integração dos níveis de decisão, execução, técnico, apoio e assessoramento na definição de objetivos e ações da Secretaria, na identificação e definição de problemas, na formulação de alternativas, na fixação de objetivos e prioridades, na implementação, no acompanhamento e na avaliação de programas e políticas do Órgão, com vistas a um atendimento eficiente e eficaz à sua população-alvo.

Esta estratégia não criou nova estrutura, mas articulou todas as já existentes, através de diretrizes gerais e unificadas, com uniformidade de diagnósticos e integração de ações, efetivamente orientada pelo titular da Pasta.

No decorrer de 1980, esta sistemática de ação foi incrementada através de seminários que permitiram a definição da clientela preferencial, aquela cuja renda familiar é de até 2 salários mínimos, com objetivo de aumentar a renda mediante programas de emprego e/ou ocupação econômica, qualificação profissional, artesanato, cooperativas ou associação de trabalhadores e prestadores de serviços e desenvolvimento comunitário.

Foi definido, como clientela abrangente, o segmento da população com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida mediante programas de Habitação, Recreação e Organização Social da Comunidade.

A STAS tomou como ponto de partida para a definição de suas atividades prioritárias, a constatação de que o Rio Grande do Sul é um Estado em que mais de um terço da população está localizada em zonas rurais e, no qual, expressiva parcela da econo-

mia depende da agricultura. A população rural assim delimitada compreende produtores de baixa renda, que se enquadram dentro dos critérios de clientela preferencial, razão pela qual muitas atividades passaram a ser direcionadas para essa clientela.

Foram, assim, estabelecidas três etapas de ação para que o Programa de Desenvolvimento Social viesse a ser implementado, etapas estas representadas, respectivamente, pela Região Metropolitana, pela Região do Minifúndio e pelas Cidades de Porte Médio.

Todas as atividades que vinham sendo desenvolvidas pelos Órgãos Vinculados continuaram a ser executadas havendo, entretanto, a integração e articulação das mesmas nas áreas consideradas prioritárias.

A Região Metropolitana, por apresentar características peculiares, entre as quais é de destacar a concentração dos maiores bolsões de pobreza do Estado, foi eleita para servir de base ao 1º Módulo Operacional de natureza gerencial e matricial.

Para estruturar o Módulo Operacional, foram designados Gerentes das Entidades Vinculadas sob a Coordenação do Representante da Secretaria.

Aproveitando a infra-estrutura já existente, os Gerentes passaram a programar, supervisionar e coordenar as ações de suas respectivas Entidades na Região Metropolitana, através do mesmo diagnóstico, mesmas políticas e diretrizes gerais que resultaram em programação de projetos.

Para consolidar o processo de integração e articulação foi instituída, através da Portaria 07/81, a Regionalização única para STAS e Órgãos Vinculados, e que consiste na organização do espaço territorial do Estado, com os seguintes objetivos: proporcionar estruturas, processos e canais de comunicação e diálogo entre a população e as Instituições do poder público; distribuir equitativamente os recursos da STAS e Órgãos Vinculados, a todas as Regiões do Estado; melhorar e ampliar o atendimento à sua clientela; descentralizar os serviços, para levá-los aonde se encontra a demanda; conferir competências e poderes aos executivos e unidades operacionais regionais da STAS e Vinculados, tendo em vista agilizar a execução e eliminar a intermediação burocrática; diminuir os custos operacionais, através do consorciamento dos órgãos regionais, para uso comum de serviços de apoio, bem como das respectivas sedes regionais e unidades de prestação de serviços.

O Estado foi dividido em 23 Regiões, agrupadas em quatro Macrorregiões, sendo que cada Região tem seu respectivo município-sede.

Os resultados positivos colhidos na Região Metropolitana de Porto Alegre recomendaram a multiplicação da experiência a todo o Estado, sendo o Programa de Desenvolvimento — PRODES, implantado no Interior a partir de agosto de 1981, de forma a ampliar a ação desenvolvida pela STAS, no Estado e, especialmente, a encaminhar a atenção da Secretaria para o trabalhador rural.

A implantação do PRODES nas Regiões Programáticas obedeceu às seguintes etapas:

- elaboração de diagnósticos locais, por equipes especializadas, abrangendo a realidade geradora dos fenômenos, cuja problemática está a exigir medidas a curto, médio e longo prazo;

- elaboração de diagnóstico da situação interna da STAS e Órgãos Vinculados, realizados pelo Grupo de Tarefa Implantação (G.T.I), constituído por elementos representantes da Secretaria e de cada Vinculado nas Regiões, quanto a instalações físicas e pessoal;
- realização de seminários, com a finalidade de estudar e analisar os diagnósticos locais e diagnósticos internos da STAS e Vinculados nas Regiões Programáticas, assim como delinear linhas de ação;
- elaboração do Programa de Desenvolvimento Social nas Regiões Programáticas, definindo as seguintes prioridades: população-alvo e prioritária — famílias com renda de zero a 2 salários mínimos; ação preferencial na zona rural, nos municípios com população-alvo predominantemente rural; ação preferencial na zona urbana, nos municípios com população-alvo predominantemente urbana; populações rurais carentes; famílias rurais carentes; famílias em vias de marginalização no meio rural; áreas rurais onde se concentra maior número de famílias oriundas do meio rural; propriedades rurais de até 7 ha.

A partir dessas definições, foram elaborados os objetivos gerais do PRODES, que são os seguintes: fixar o homem à sua propriedade rural, através do aumento da renda familiar; diversificar a produção do minifúndio, tornando-o economicamente viável; oportunizar melhoria de vida coletiva, através da criação e/ou ampliação de equipamentos sócio-comunitários; estimular o cooperativismo e sindicalismo autênticos; criar hábitos de utilização da orientação técnica, proporcionado pelos órgãos públicos especializados; influenciar os meios de comunicação local para que mantenham programações de esclarecimento e incentivo ao homem rural, a fim de que permaneça em seu meio; estimular diferentes formas de recreação e lazer, adequados à cultura local; incentivar as atividades de nutrição para as ações necessárias à melhoria das condições de vida da população; viabilizar economicamente o minifúndio; diversificar culturas; formar lideranças.

O Programa de Assistência ao Agricultor de Baixa Renda e ao Migrante — PRODAMI, é um Subprograma do Programa de Desenvolvimento Social, e se propõe a promover o desenvolvimento social das populações rurais mais carentes e dos bolsões de pobreza urbana gerados pelo êxodo rural.

O PRODAMI atua nas áreas da agricultura, pecuária, higiene e saúde, infraestrutura comunitária e formação pessoal, através de contratos firmados com as Prefeituras Municipais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

No período de novembro de 1981 a dezembro de 1982, o PRODAMI desenvolveu 76 projetos, perfazendo um custo de Cr\$ 99,4 milhões.

No ano de 1981, segundo a Portaria nº 5, de 25 de fevereiro de 1981, foi criado o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da proposta de estruturação dos subsistemas de Programação, Orçamento-Programa e Acompanhamento Financeiro, Informação, Controle e Acompanhamento, Avaliação e Planejamento Organizacional, que integram o Sistema de Planejamento Estratégico.

A organização dos Subsistemas observou a **centralização normativa**, que consiste na participação da Unidade Central e das Setoriais na elaboração de planos e projetos,

a fim de garantir uniformidade de ação, e **descentralização executiva**, onde cada Setorial desenvolve suas atividades em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Unidade Central, atendendo às peculiaridades de cada Órgão Vinculado.

Após 3 anos de estudos, pesquisas e consultas, foi elaborado o Regimento Interno da STAS, que regula a estrutura interna, a competência e o funcionamento dos órgãos que integram a Secretaria, sendo aprovado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento e publicado no Diário Oficial de 11 de dezembro de 1981.

O Plano de Classificação de Cargos dos Órgãos Vinculados, organizado de forma dinâmica, flexível e integrada, tem como objetivo responder às necessidades dos funcionários e das organizações, através do estabelecimento de uma política centrada no funcionário e nos interesses do Órgão Vinculado, visando à melhoria no desempenho dos servidores e aumento de produtividade.

Na área sindical, a STAS fez um acompanhamento sistemático das reivindicações dos Sindicatos, dando prioridade aos problemas atinentes às atividades profissionais como o desemprego e os dissídios coletivos.

Mantendo contato permanente com Federações e Sindicatos, a Secretaria orientou trabalhadores ainda não organizados, sendo através deste trabalho, instituídas 56 novas associações de classe.

A STAS elaborou, através do Departamento Técnico, 46 plantas para sede dos Sindicatos e encaminhou 24 projetos de financiamento do Fundo de Assistência Social — FAS, para aquisição de sede própria.

A revista “**TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**” elaborada pela Assessoria de Comunicação Social, foi criada em outubro de 1980 e com seis publicações realizadas, tem o objetivo de divulgar interna e externamente as atividades da Secretaria, apresentando matérias ilustradas sobre o trabalho da STAS e Órgãos Vinculados.

Sendo esta Secretaria responsável pela área de Trabalho e Ação Social a nível de Estado e possuindo equipe técnica preparada, coube ao Grupo de Atividades Fundamentais da STAS, integrante do Sistema Estadual de Defesa Civil, importante atuação nas calamidades públicas que atingiram o Estado.

A questão habitacional se constitui num dos maiores desafios da atualidade, considerando o acelerado processo de urbanização brasileiro e a dificuldade de acesso da população de baixa renda aos programas existentes, apesar das medidas oficiais e do volume de recursos empregados no setor.

Com a criação do Grupo Executivo da Erradicação da Submoradia, através do Decreto nº 30.807, de 18 de agosto de 1982, o Governo do Estado resolveu estudar e propor novas alternativas de abordagem do problema habitacional.

O Grupo Executivo, formado por representantes da Secretaria do Trabalho e Ação Social, Casa Civil, Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, Companhia Rio-Grandense de Saneamento, Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, Companhia Estadual de

Energia Elétrica, Caixa Econômica Estadual, Fundação Metropolitana de Planejamento e Departamento Municipal de Habitação, sob a coordenação da primeira, foi incumbido da análise do problema em âmbito estadual e da proposição de sugestões para seu enfrentamento a curto, médio e longo prazo, numa perspectiva de ação integrada dos diversos organismos envolvidos.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Relações do Trabalho

OBJETIVO:

apoiar as atividades associativas e sindicais, mediante a dinamização dos mecanismos disponíveis, objetivando o sadio fortalecimento das organizações representativas das classes trabalhadoras, quer no meio rural, quer no urbano.

REALIZAÇÕES:

- cursos e auxílios financeiros que visem à melhoria das condições sócio-econômicas dos trabalhadores rurais

Programa: Assistência

OBJETIVO:

participar, apoiar e estimular as ações governamentais destinadas à elevação das condições de vida da população rural, articulando ações de desenvolvimento a partir das comunidades rurais

REALIZAÇÕES:

- contratos de cooperação técnico-financeira entre a Secretaria e Entidades Municipais, para atendimento de populações rurais carentes

76 contratos

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR — FEBEM

DESEMPENHO 1979/82

A partir de 1979 instaurou-se, na FEBEM, um processo contínuo de reavaliação de Procedimentos, objetivando a consolidação política de atendimento pautada em diretrizes técnicas, na busca de respostas mais consistentes e eficazes à problemática do Menor.

Este processo de reflexão visou a levar técnicos e administradores a focar a criança e o adolescente como Centro do trabalho a ser realizado, conscientizando-os a respeito dos Direitos da Criança na certeza de que, a partir da percepção de suas necessidades, reivindicações e capacidades, é possível encontrar alternativas de equacionamento, estabelecer uma unidade de trabalho e introduzir novas formas de abordagem.

Em 1980, a FEBEM elaborou e viu aprovado o seu primeiro Plano Trienal —

1981/83 — propondo-se, de conformidade com as diretrizes governamentais, a empreender uma ampla ação, descentralizada e regionalizada, estendendo sobre todo o Estado uma rede de programas preventivos e terapêuticos.

Um plano estratégico de operacionalização da política de bem-estar do menor implicava, necessariamente, no conhecimento da realidade para eleição de respostas mais adequadas. Tomou-se por base dados oficiais que revelam a existência, no Rio Grande do Sul, de 950 mil famílias, com renda compreendida entre 0 — 2 salários mínimos, população-alvo da FEBEM. Utilizando-se indicadores da Fundação de Economia e Estatística — FEE, sobre quota/pessoa por família e índice de menores de 18 anos, estimou-se em 2 milhões o contingente de menores carentes no Estado, dos quais cerca de 1 milhão em situação de miséria extrema, por pertencerem à camada populacional cuja renda se situa entre 0 — 1 salário mínimo.

Foi, entretanto, levada em consideração a representatividade destes dados como indicadores globais de uma realidade nada homogênea, que contém situações muito diversificadas quanto às populações de zona urbana e de zona rural, bem como no que se refere às regiões caracterizadas como de atração ou de expulsão populacional, e as identificadas como Patamares Migratórios.

Esta caracterização da realidade por microrregiões deixou claro que, em se tratando de menor carente, a situação mais aguda é a das populações rurais das zonas de expulsão, seguida pela das vilas de miséria nas cidades maiores.

Conclui-se que a intervenção deveria partir do equacionamento da realidade, buscando privilegiar os métodos e técnicas que façam a própria população tentar solucionar seus problemas, evitando criar situações de dependência que levem à anulação ou à desorganização de esforços espontâneos da comunidade.

Ao encontro destes propósitos, instaurou-se em 1980, por iniciativa da Secretaria do Trabalho e Ação Social — STAS, o Sistema de Planejamento Estratégico, oportunizando à FEBEM e demais Entidades Vinculadas, a descentralização articulada de uma política na área do bem-estar social.

Definidas as Regiões Programáticas, iniciaram-se os diagnósticos setoriais com vistas à instalação das Gerências Regionais e respectivas propostas de trabalho.

No período 1980/82 foram implantados, oficialmente, 14 Núcleos Regionais da STAS e Vinculadas, a partir do que instaurou-se um processo de mobilização comunitária, e uma conseqüente explosão de solicitações, cujo atendimento estaria a exigir recursos substanciais, nem sempre disponíveis.

Foi altamente expressivo, no período de 1979/80 e, mesmo em 1981, o crescimento de participação do Ministério da Previdência, através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, embora, por incidência de ordem financeira e econômica nacional, não tenha tido a mesma expressão em 1982.

O Governo Estadual, sensível à problemática social, elevou significativamente, para o exercício de 1982, os recursos financeiros da FEBEM, abrindo novas perspectivas no atendimento ao menor carente.

Embora não se dispusesse de recursos para atingir as metas propostas no Plano



Trienal, este não foi desativado, mas sofreu revisões substanciais. Assim, as situações emergenciais passavam a ter prioridade 1, ao invés das realidades que exigem respostas a médio e longo prazo.

Neste período cresceram substancialmente os índices de atendimento em programas comunitários: implantaram-se e ampliaram-se Centros de Bem-Estar do Menor (CEBEM's), Projetos Assistenciais de Menores, Lares Substitutos, em especial os Lares Vicinais, interiorizando-os

Os 554 convênios com as 369 Entidades Oficiais Particulares, distribuídas em 134 municípios, foram objeto de estudo e reavaliação, considerando-se as dificuldades por que passam estas Instituições, quer seja de ordem financeira, quer seja na área de recursos humanos especializados.

Foi constatado, outrossim, no período, grande incremento no programa de colocação familiar, especialmente de Lares Vicinais. Até o final do exercício de 1982, foram postos em funcionamento 400 Lares Substitutos, atendendo prioritariamente ao pré-escolar e permitindo a participação da mulher na renda familiar, sem afastá-la do convívio com os filhos. Como parte deste programa, o Projeto de Adoção vem dando acompanhamento a 233 crianças, mediante trabalho integrado FEBEM/Juizado de Menores.

A triagem passou a configurar-se com um Programa de significativa importância no contexto da FEBEM, posto que, constituiu-se em elemento-chave do Sistema, de onde emergem respostas às múltiplas facetas da problemática.

As ações de triagem e apoio à família sofreram um processo de descentralização com a instalação de Postos de Triagem Comunitária nos municípios de Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Passo Fundo e Pelotas, sendo que a implementação do auxílio financeiro à família resultou na redução dos índices de internamento e desagregação familiar.

A ação de caráter terapêutico, processada junto aos internatos especializados da rede própria, voltou-se para o incremento de medidas tendentes à desinstitucionalização da clientela, via fortalecimento de esquemas dirigidos à manutenção dos menores em suas próprias famílias ou em Lares Substitutos.

Os 10 estabelecimentos da rede própria da FEBEM que atendem a crianças e jovens, cuja problemática situa-se, desde o abandono total ou parcial, à conduta irregular, passou por um processo de revisão metodológica, na busca de uma resposta pedagógica adequada à tipologia da clientela e à cronicidade de certos problemas.

O Programa de Formação para o Trabalho teve novas diretrizes, com atenção especial à clientela em defasagem escolar e rejeitada pela comunidade, seja em cursos profissionalizantes, seja em colocação no mercado de trabalho. Estabeleceu-se, assim, uma política externa de atendimento, expandindo-se o Programa mediante convênios com organismos comunitários em todo o Estado.

A partir da liberação de recursos, já aprovados, para investir no PRÓ-MENOR (Projeto de 1º Emprego), coordenado pela FEBEM em co-participação indireta com as demais Vinculadas, teve-se oportunidade de multiplicar a experiência exitosa, iniciada por esta Fundação, de oportunizar, a jovens carentes, estágios remunerados em órgãos públicos e privados de todo o Estado.

Na área administrativa os fatos mais notáveis referem-se à implantação da política de desenvolvimento de recursos humanos, em articulação com a avaliação de desempenho e o Plano de Classificação de Cargos; a criação do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, englobando a área de estágio para estudantes de 2º e 3º Graus; a modernização da área de apoio logístico afeto à Organização e Métodos, o qual visa à Racionalização e Modernização Administrativa. (Decreto nº 29.263 de 08 de novembro de 1979) com o aperfeiçoamento de sistemas de acompanhamento, controle e registro de informações.

Nos Programas desenvolvidos pela FEBEM no quadriênio, foram atendidos 305.153 menores, da seguinte forma:

- Programa de Triagem: atendimento de 8.768 menores, através das Unidades de Recolhimento, e prestação de auxílio financeiro a 16.431 menores e 5.266 famílias;
- Programa de Educação Especializada: atendimento de 6.407 menores, em Internatos Oficiais;
- Programa de Ação Comunitária: atendimento de 229.513 menores, através de Convênios com Entidades Comunitárias, de 11.644 menores, nos Lares Substitutos, e de 5.142 menores, em Centros da Rede Própria;
- Programa de Formação para o Trabalho: iniciação profissional de 17.527 menores e encaminhamento, colocação e acompanhamento profissional de 9.902 menores.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Assistência

OBJETIVO:

restringir o atendimento de menores em internatos da FEBEM, através da descentralização da triagem, agilizando recursos da comunidade e ações de apoio à família, e da instalação de uma nova pedagogia institucional nos internatos, abordando problemas crônicos

REALIZAÇÕES:

- descentralização do processo de triagem e implementação das ações de apoio à família, mediante o auxílio financeiro em situações emergenciais, restringindo-se o internamento
8.550 menores
- descentralização do processo de triagem e implementação das ações de apoio à família, mediante o auxílio financeiro em situações emergenciais, restringindo-se o internamento
1.559 famílias
- agilização do atendimento nos 10 internatos da rede própria, visando à desinstitucionalização do menor, e à plena execução do projeto de alfabetização nos estabelecimentos da FEBEM
1.500 menores

OBJETIVO:

implementar a assistência ao menor em 133 municípios, mediante o fortalecimento e a diversificação de programas comunitários, e o estímulo a iniciativas locais na instalação de recursos em áreas de maior conflagração social, de forma a abranger 74.300 menores

REALIZAÇÕES:

- **celebração de convênios para assistência ao menor carente, com entidades públicas e particulares, e implementação da assistência técnica, mediante realização de encontros regionais**
554 convênios
- **celebração de convênios para assistência ao menor carente, com entidades públicas e particulares, e implementação da assistência técnica mediante realização de encontros regionais**
66.500 entidades
- **celebração de convênios para assistência ao menor carente, com entidades públicas e particulares, e implementação da assistência técnica mediante realização de encontros regionais**
134 municípios
- **celebração de convênios para assistência ao menor carente, com entidades públicas e particulares, e implementação da assistência técnica, mediante realizações de encontros regionais**
51.773 vagas
- **celebração de convênios para a assistência ao menor carente, com entidades públicas e particulares, e implementação da assistência técnica mediante realização de encontros regionais**
57.545 menores
- **implementação da assistência familiar ao menor em lares substitutos, em especial ao pré-escolar, e em lares vicinais, com acompanhamento e orientação das famílias de origem e substitutas**
359 lares substitutos
- **implementação da assistência familiar ao menor em lares substitutos, em especial ao pré-escolar, e em lares vicinais, com acompanhamento e orientação das famílias de origem e substitutas**
2.795 vagas
- **implementação da assistência familiar ao menor em lares substitutos, em especial ao pré-escolar, e em vicinais, com acompanhamento e orientação das famílias de origem e substitutas**
4.816 menores
- **implementação da assistência familiar ao menor em lares substitutos, em especial ao pré-escolar, e em lares vicinais, com acompanhamento e orientação das famílias de origem e substitutas**
2.788 famílias

- assistência a menores da região metropolitana, em dois centros diurnos, enfatizando a frequência escolar, e iniciação profissional, em centros rurais, através de formação agropecuária
933 menores
- realização de olimpíada, envolvendo menores da rede própria e conveniada, buscando oportunizar integração entre menores, entidades e municípios, e estimular atividades sócio-recreativas
3.050 menores
- realização de olimpíadas, envolvendo menores da rede própria e conveniada, buscando oportunizar integração entre menores, entidades e municípios, e estimular atividades sócio-recreativas
78 entidades
- realização de olimpíadas envolvendo menores da rede própria e conveniada, buscando oportunizar integração entre menores, entidades e municípios, e estimular atividades sócio-recreativas
43 municípios

OBJETIVO:

implementar ações de formação e colocação profissional, mediante a descentralização regional de programas nesta área, objetivando atender, direta e indiretamente, a 10.693 jovens carentes, através da promoção de 280 cursos e da captação de 3.000 vagas no mercado de trabalho

REALIZAÇÕES:

- implementação de cursos de formação para o trabalho na rede própria e junto à rede conveniada, assim como ampliação do campo de estágio em entidades oficiais e particulares
358 cursos
- implementação de cursos de formação para o trabalho na rede própria e junto à rede conveniada. Assim como ampliação do campo de estágio em entidades oficiais e particulares
8.000 menores
- implementação do encaminhamento a emprego, pela ampliação de vagas e seu maior aproveitamento, e expansão do atendimento a menores em fase de desligamento, em pensões da comunidade
2.929 vagas
- implementação do encaminhamento a emprego, pela ampliação de vagas e seu maior aproveitamento, e expansão do atendimento a menores em fase de desligamento, em pensões da comunidade
4.051 menores

OBJETIVO:

implementar a política de desenvolvimento de recursos humanos, através de treinamento a nível municipal e regional interno e externo, visando aperfeiçoar e diversificar respostas a problemas que exijam solução imediata, e a médio e a longo prazos

REALIZAÇÕES:

- promoção de cursos, seminários e encontros de pessoal interno das áreas administrativas, sócio-educacional, saúde, recreação e de colaboradores externos
1.645 pessoas
- promoção de curso, seminários e encontros, de pessoal interno das áreas administrativas, sócio-educacional, saúde, recreação e de colaboradores externos
102 eventos
- coordenação da área de estágios, envolvendo supervisores e estagiários de II e III graus que atuam em diferentes programas da FEBEM, em Porto Alegre
151 pessoas

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO**DESEMPENHO 1979/82**

A Fundação Gaúcha do Trabalho — FGT, planeja e executa prioritariamente ações dirigidas à área de formação profissional, estendendo sua atuação ao trabalhador urbano e rural, às organizações de classe e entidades sócio-comunitárias, bem como às educacionais, empresas e outras. Visa com isto à integração destes trabalhadores no processo de desenvolvimento, contribuindo para a elevação do seu padrão de vida e bem-estar social.

Assim, procurando cumprir a sua finalidade maior e em atenção às exigências da realidade social, desenvolveu ao longo destes 4 anos os Programas de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Desenvolvimento de Comunidades Rurais e Desenvolvimento do Artesanato.

Através do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, que se propõe a desenvolver ações no sentido de situar o homem como peça essencial na estrutura do trabalho, a FGT vem treinando ao longo desses 4 anos, pessoas de baixa renda, menores carentes e excepcionais, trabalhadores menores da área rural, trabalhadores do Setor Primário, Secundário e Terciário; vem capacitando pequenos produtores e trabalhadores rurais e vem valorizando a ação sindical, através de treinamento a dirigentes e trabalhadores sindicalizados.

Este programa compõe-se de 3 subprogramas, que são: Preparação de Mão-de-Obra, Segurança e Medicina do Trabalho e Sindicalismo e Cooperativismo.

O subprograma Preparação de Mão-de-Obra tem como objetivo promover atividades dirigidas à qualificação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento profis-

sionais visando à formação de mão-de-obra, preparo de pessoal destinado às artes domésticas e assessoria técnica às empresas, sendo esta última operacionalizada através de atividades autofinanciadas.

Faz parte deste subprograma, o Sistema de Instrução por Correspondência — SIC, que se destina a atualizar o homem do campo sem deslocá-lo de seu meio, através do auto-ensino.

Entre os inúmeros convênios realizados neste subprograma, destaca-se o realizado entre a Secretaria do Trabalho e Ação Social/Fundação Gaúcha do Trabalho, que tem como objetivo a promoção, qualificação e/ou treinamento de trabalhadores de baixa renda. Tendo sido assinado um novo convênio em fins de 1979 e iniciado suas atividades em 1980, estende-se até o momento, atingindo um grande número de trabalhadores.

Outro convênio que cabe salientar é o do Ministério da Previdência e Assistência Social/Fundação Legião Brasileira de Assistência/Fundação Gaúcha do Trabalho — Integração Sócio-Profissional para Menores Excepcionais.

Enfatiza-se ainda o convênio com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor/FGT, Iniciação e Qualificação para Menores.

O subprograma Segurança e Medicina do Trabalho constitui-se de ações integradas e especializadas, dirigidas à conscientização e preparação do trabalhador, bem como de recursos humanos que lideram grupos, onde é necessária a divulgação de conhecimentos sobre Prevenção de Acidentes, Segurança e Medicina do Trabalho.

Este trabalho desenvolve-se através de cursos, palestras encontros e outras atividades.

Em 1981, através de um convênio com a FUNABEM — Treinamento e Aperfeiçoamento em Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros para Menores, foi possível a preparação de menores da área rural, na faixa de 14 a 18 anos.

Na área da Construção Civil, cabe salientar o convênio com o Ministério do Trabalho/Secretaria de Mão-de-Obra/FGT, Prevenção de Acidentes para Mestres e Contramestres da Construção Civil.

Na área escolar, foi assinado em 1981, com implantação em 1982, um convênio que deu prosseguimento ao projeto Prevenção de Acidentes no Ensino de 1.º Grau.

Como atividades especiais nesta área, podemos citar: a pesquisa junto ao Instituto Nacional de Previdência Social- INPS para detectar índices de acidentes do trabalho por ramo de atividades em Porto Alegre, e a pesquisa sobre situação acidentária no meio rural.

Na área do Sindicalismo, a FGT preconiza a realização de cursos e outras atividades que promovam lideranças e vivência sindical, que preparem administradores e outros funcionários de apoio dos sindicatos e que despertem uma efetiva consciência sindical, não só nos trabalhadores urbanos e rurais, mas também junto aos estudantes.

Em 1981, foi assinado um convênio com o Ministério do Trabalho, visando ao

treinamento de trabalhadores sindicalizados, através de seminários que desenvolveram-se no decorrer de 1982.

Na área de Cooperativismo, a FGT em 1981, integrou com três técnicos, uma equipe da STAS, coordenando a criação da Cooperativa de Vigilantes de Porto Alegre — VIGICOOP. Na fase preparatória foi realizado um curso de cooperativismo, de 100 horas-aula, com a participação dos vigilantes.

O Programa Desenvolvimento de Comunidades Rurais tem como objetivos principais incentivar, instrumentalizar e orientar a Ação Comunitária na área rural, reconhecendo necessidades e encaminhando soluções, mediante uma participação consciente e efetiva de todos os seus membros.

Contando com apoio das próprias comunidades e outras entidades que atuam na área rural, o PRODECOR incentiva a formação de lideranças locais e a participação da população em campanhas, mutirões, reuniões, palestras, cursos, demonstrações, visitas domiciliares e encaminhamentos.

Em 1979, este Programa, já em sua IV Etapa, desenvolveu atividades nas áreas de Nutrição e Saúde, Habitação e Higiene do Lar e Educação Rural. Foram criados Clubes de Mães, Clubes Agrícolas, Clubes de Jovens, Grupos Comunitários e Circulos de Pais e Mestres.

Partiu-se em 1981 para uma V Etapa de trabalho, buscando efetivamente promover modificações de hábitos e/ou conversão de atividades, de modo que houvesse uma real melhoria nas condições de vida das populações rurais.

Nesta etapa deu-se continuidade às atividades anteriores, acrescentando-se a Área de Equipamentos Sociais Básicos para a Área Rural.

Durante o exercício de 1982 o PRODECOR, já em sua VI Etapa, objetivou o engajamento dos grupos às ações do Programa, buscando uma participação mais efetiva nos trabalhos comunitários, orientando-os para a organização e cadastramento destes como entidades de caráter sócio-cultural junto aos órgãos competentes do município e/ou do Estado.

Salienta-se uma maior participação no nível decisório das lideranças formais e informais no planejamento e execução das atividades comunitárias realizadas.

Nesta Etapa as atividades foram realizadas nas áreas de Associativismo, Educação, Saúde, Nutrição, Higiene do Lar, Infra-Estrutura, Produção Agrícola e Animal e Comercialização.

Na área de Educação, as ações do Programa centralizaram-se principalmente em cursos do setor doméstico da própria Fundação Gaúcha do Trabalho, Legião Brasileira de Assistência, Movimento Brasileiro de Alfabetização, Fundação Educacional Padre Landell de Moura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Também na área de Comercialização, destacamos a constituição de Associações de Hortigranjeiros em várias regionais.

Durante estes últimos anos destacamos algumas atividades que contribuíram para

melhor desenvolvimento e consolidação do Programa: Elaboração de Manuais de Atuação; treinamentos de Agentes e Auxiliares Técnicos; Organização, Dinamização e Estruturação de Grupos Rurícolas; Mobilização das Comunidades, através de mutirões para construções e melhorias de estradas e escolas rurais de 1.º Grau; I Encontro Estadual de Rurícolas em Passo Fundo, e Implantação de um Projeto Específico de Inovação e Modernização de Pequena Propriedade.

O Programa Desenvolvimento do Artesanato, que visa a incentivar e promover o artesanato, dirige suas atividades no sentido de aperfeiçoar e cadastrar o artesão, definir padrões qualitativos de produção e organizar o sistema de comercialização.

Engajadas nas Diretrizes Operacionais do Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato — PNDA, foram definidas e executadas, em 1979, pela Unidade de Artesanato, atividades de especial relevância, tais como feiras, exposições, encontros, etc., objetivando o incentivo à comercialização e a divulgação dos produtos artesanais no Estado.

Nos últimos exercícios, a FGT operacionalizou suas atividades nas linhas de Promoção do Homem e de Promoção do Produto. Na primeira, embasou-se principalmente no cadastro do artesão, no seu aperfeiçoamento e identificação no trabalho. Na segunda, a preocupação se volta para a definição de padrões qualitativos e quantitativos de produção e organização de adequado sistema de comercialização, a nível local, nacional e de exportação, quer esporádico — através de feiras e amostras —, quer contínuo — através de rede interligada de entrepostos ou mercados de produtos artesanais.

Como eventos especiais, podemos citar: elaboração e impressão de 1.000 catálogos sobre artesanato gaúcho, para exportação; participação na Feira Brasileira de Exportação — Brasil Export 81, realizada nos Estados Unidos; comercialização de 595 peças de couro para a Eau Decoration Cuirs Artisanat de Paris — França; reedição de 1.500 exemplares da obra Mão Gaúcha-Volume 1; exportação de peças artesanais para os Estados Unidos, através do PNDA/MTB-PRIMEX-1982.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Relações do Trabalho

OBJETIVO:

estimular e desenvolver a formação profissional em nível de produção e administrativo, bem como incentivar a importância da segurança e higiene do trabalho, e da organização em nível de associativismo, envolvendo 195.805 pessoas, em 12 meses e 23 gerências regionais

REALIZAÇÕES:

- treinamento de pessoas de baixa renda e menores excepcionais, nos setores primário, secundário e terciário, na área artesanal e em artes domésticas, num total de 1.156 cursos

19.433 pessoas

- realização de 19 cursos de artesanato, e de 2 cursos de técnicas de arquivamento, autofinanciados
224 pessoas
- realização de 117 cursos autofinanciados, para componentes da comissão interna de prevenção de acidentes, supervisor de segurança do trabalho, segurança patrimonial e combate a incêndios
1.951 pessoas
- realização de 49 palestras sobre prevenção de acidentes do trabalho, para mestres e contra mestres da construção civil, e um encontro para supervisores de segurança do trabalho
2.728 pessoas
- realização de 68 seminários sobre o trabalho e o sindicalismo
2.885 pessoas

OBJETIVO:

promover orientações às comunidades rurais, no sentido do reconhecimento de suas necessidades e encaminhamento de suas soluções e propiciar a melhoria das condições e qualidade de vida a 225.960 pessoas sediadas em 56 municípios e 325 localidades gaúchas

REALIZAÇÕES:

- ações de caráter comunitário nas áreas de associativismo, educação, saúde, nutrição, higiene do lar, produção agrícola, produção animal, infraestrutura e comercialização, em 24 municípios
71.546 pessoas

OBJETIVO:

dinamizar o artesanato gaúcho, através de uma política de incentivo e valorização e orientar para o estabelecimento de padrões qualitativos e quantitativos de produção, envolvendo 11.462 pessoas, em 120 municípios do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÕES:

- cadastramento de artesãos provenientes de diversos municípios do Estado
1.151 artesãos
- realização de 8 feiras de artesanato, com montante de comercialização de Cr\$ 33,291 milhões
938 artesãos
- comercialização de produtos de artesãos gaúchos, no montante de Cr\$ 15,0 milhões, através de 4 lojas de vendas diretas ao comércio e varejo
921 artesãos

**FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA
— FUNDASUL**

DESEMPENHO 1979/82

A FUNDASUL, seguindo as diretrizes do Governo Amara! de Souza procurou, no período março/79 a março/82, apoiar principalmente as "iniciativas que visam à melhoria das condições de vida, dos padrões sócio-econômico-culturais da população notadamente a mais carente, apoiando programas e projetos destinados a fortalecer as condições de auto-sustentação do grupo comunitário", (Política de Desenvolvimento do RS).

A grande preocupação da FUNDASUL foi intensificar o atendimento direto à clientela, através de projetos de ação concentrada, com equipes técnicas atuando em vilas periféricas da Capital e de municípios pólos de região.

A população destas vilas é constituída predominantemente de famílias de baixa renda conceituadas como sendo "aquelas cuja renda do casal é inferior a dois salários mínimos, advindos de atividades informais no mercado de trabalho, principalmente biscateiros, tendo a composição familiar média de 5 pessoas, condições inadequadas de habitação e atendendo precariamente às necessidades básicas de sobrevivência", segundo projeto-Piloto de Atendimento a Famílias de Baixa Renda, de 1979.

Procurou-se prover os chefes e demais membros das famílias de documentação básica (título de eleitor, carteira de trabalho, de identidade e outros documentos), oportunizar a iniciação profissional e/ou o ingresso no mercado de trabalho.

Procurou-se, ainda, incentivar e oportunizar o desenvolvimento de atividades lucrativas através dos Núcleos de produção de Bens e Núcleos de Prestação de Serviços visando ao aumento da renda familiar e ao desenvolvimento das potencialidades criativas das famílias de baixa renda.

Os grupos comunitários foram ainda estimulados e orientados no estudo e encaminhamento de soluções para problemas coletivos (transporte, equipamentos de saúde, educação e lazer, entre outros), dificuldades que comumente são encontradas nessas comunidades.

O Programa de Apoio às Comunidades — PAC — responsável por essas ações, trabalhou 86 municípios, atingiu 136 vilas e beneficiou 35.037 famílias.

Desta forma concretizou-se a meta de atender, diretamente, cada vez a um maior número de famílias, e de interiorizar cada vez mais a ação da FUNDASUL.

Entre as principais realizações desse programa incluem-se: 77 campanhas comunitárias, (hortas caseiras, cuidados com o lixo doméstico, mobilização para vacinações e outras); 87 palestras sobre higiene, saúde, administração do lar, educação dos filhos, alimentação, relacionamento familiar e outras; 14.156 encaminhamentos aos diversos recursos sociais para atendimentos nas áreas da saúde, educação, documentação e emprego; 144 núcleos de produção de bens e prestação de serviços com 2.368 participantes; 288 cursos de formação doméstica; 400 grupos comunitários organizados e assessorados tais como associação de moradores, clubes de mães, grupos de jovens e crianças; 30.837 auxílios concedidos principalmente para alimentação, medicamentos, ma-

terial escolar e outras situações emergenciais; 145 mutirões, objetivando melhorias coletivas nas vilas e a construção das casas do PROMORAR em integração com a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB.

A FUNDASUL, visando a atingir o objetivo “de fortalecer as entidades que atuam na área do bem-estar social”, desenvolveu o Programa de Apoio às Entidades, através do qual se estimulou e apoiou o atendimento a indivíduos, grupos e comunidades, numa linha mais promocional e menos assistencialista.

Neste Programa deu-se ênfase à atividade de treinamento dos voluntários, bem como dirigentes, executores das ações e pessoal auxiliar que prestam serviços à clientela carente. Cabe ressaltar a continuidade do atendimento ao idoso, salientando-se a multiplicação de grupos de convivência.

Foram celebrados 715 contratos financeiros e técnico-financeiros com entidades sócio-assistenciais do Estado. Receberam assessoria técnica da FUNDASUL, 1.139 entidades, tendo sido beneficiadas 37.927 famílias e 6.659 idosos de baixa renda.

Em razão de convênio com a Fundação Legião Brasileira de Assistência, foram acompanhadas 64 unidades do Projeto Operação Casulo, tendo sido supervisionada a abertura de 4.237 novas vagas para atendimento a crianças de zero a seis anos.

No Programa Pró-Creche do Governo do Estado, presidido pela Primeira Dama, Sra. Mirian Gonçalves de Souza, que teve como meta a construção de 100 creches, coube à FUNDASUL a execução financeira.

A população migrante e carente que chega à Capital e à área do III Pólo Petroquímico recebeu o atendimento emergencial no que se refere à alimentação, pernoite e passagens, no total de 52.417 auxílios concedidos. Foram dados 58.842 encaminhamentos para os recursos existentes na área de saúde, assistência, emprego e documentação.

No período, a FUNDASUL atendeu a 37.822 migrantes nos postos de recepção de Porto Alegre e III Pólo Petroquímico, bem como a 14.042 pessoas não migrantes.

Através da Ronda Social Noturna procurou-se dar atendimento aos desabrigados durante os meses de inverno mais rigoroso, encaminhando-os aos albergues e procurando dar solução para os casos de mendicância crônica. Foram realizados, no período, 3.575 recolhimentos. A Comissão de Estudo do Problema da Indigência, constituída pelo Secretário do Trabalho e coordenada pela FUNDASUL, procurou alternativas para melhor equacionar esta problemática. Esteve formada por representantes de vários órgãos: Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, Associação Riograndense de Imprensa — ARI, Instituto Nacional de Assistência e Previdência — INAMPS, Cáritas, Clubes de Serviços, Brigada Militar, Campanha de Recuperação Social, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — FEBEM, Fundação Legião Brasileira de Assistência — FLBA, Projeto Rondon, Hospital São Pedro, Santa Casa, Juizado de Menores, Secretaria da Justiça, Secretaria da Saúde, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social, Sociedade de Apoio ao Doente Mental e Sociedade de Porto Alegre de Assistência aos Necessitados — SPAAN.

Concluiu-se a elaboração de uma proposta de trabalho objetivando viabilizar ações para a recuperação do segmento populacional caracterizado como indigente.

Outro ponto importante a destacar no período foi a programação desenvolvida no sentido de valorização e aperfeiçoamento dos Recursos Humanos internos, concretizados através do Plano de Classificação de Cargos e de Salários e dos Treinamentos realizados para os diferentes níveis do quadro de pessoal. Realizaram-se 7 seminários e 24 cursos com um total de 260 participantes. Para alcançar esta meta contou-se com o apoio da Fundação de Recursos Humanos. Para o público externo, constituído de dirigentes de entidades assistenciais e lideranças comunitárias foram realizados 47 seminários e 5 cursos, atingindo um total de 2.220 participantes objetivando-se um melhor desempenho no campo sócio-assistencial. A FUNDASUL realizou também o apoio logístico aos Seminários do Sistema de Planejamento Estratégico, promovidos pela Secretaria do Trabalho e Ação Social — STAS.

Na área de pesquisas e levantamentos, a FUNDASUL concluiu o Censo das Entidades Sócio-Assistenciais do Estado, mantendo atualizado o cadastro de 4.851 entidades. A divulgação desses dados foi realizada através da edição de Catálogos Regionais e distribuídos aos vários órgãos públicos e privados. Para subsidiar a elaboração de diretrizes e programas realizou Diagnósticos Sócio-Econômicos das Regiões Programáticas do Planalto Médio-Centro, Alto-Jacuí e Vale do Rio Caí.

Dando continuidade ao estudo da problemática da prostituição em Porto Alegre, a FUNDASUL, juntamente com a Associação Beneficente Santa Zita de Lucca, elaborou um projeto de implantação de um Centro de Atendimento à Mulher, que será operacionalizado em 1983. Este centro visa a dar acolhimento, e oportunizar condições para a mulher que deseja sair da prostituição.

Entre as atividades extraordinárias e sempre procurando dar respostas às solicitações do Governo do Estado, destacam-se:

— estudo da situação dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino, oferecendo subsídios para a decisão governamental;

— assessoramento na área de Serviço Social à equipe interdisciplinar encarregada da elaboração do Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Uruguaiana;

— levantamento de dados sobre as famílias localizadas em faixas de domínio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER, no município de Caxias do Sul, que apresentavam, em dado momento, uma situação tensa face à perspectiva de serem despejadas;

— Comissão Pró-Integração do Deficiente, nomeada pelo Governador do Estado com vistas a estudar e formular sugestões que foram encaminhadas aos setores competentes;

— Colônia Nova Esperança de Bagé — 120 famílias reassentadas tiveram no período, a assessoria técnica para organizar a vida comunitária da colônia; formaram-se grupos de vizinhança e a Associação Comunitária; a documentação individual de cada um foi completada; a integração de moradores e recursos externos foi reforçada;

— Desempregados da Metalúrgica Wallig — fornecimento de ranchos aos funcionários demitidos da referida empresa;

— Enchentes no Delta-Jacuí — em razão da elevação das águas que circundam as

ilhas do Delta, centenas de famílias ficaram desabrigadas. Prestou-se atendimento a 1.028 pessoas, providenciando alojamento, alimentação, agasalho e atendimento médico.

Visando a solucionar a precária situação de 120 famílias que vivem na Ilha Grande dos Marinheiros, um projeto de remoção e/ou reassentamento foi elaborado por uma equipe representativa de vários órgãos tais como Secretaria do Trabalho e Ação Social e demais Vinculadas, Departamento Municipal de Habitação — DEMHAB, Secretaria da Saúde e Secretaria do Planejamento Municipal. Com recursos especiais da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — SEPLAN, este projeto será operacionalizado a partir de 1983.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Assistência

OBJETIVO:

articular os programas de promoção, visando a fortalecer as entidades que atuam na área do bem-estar social, bem como estimular e apoiar o redirecionamento das que operam em uma linha assistencialista, para um modelo promocional

REALIZAÇÕES:

- contratos com entidades sócio-assistenciais que atendem a famílias e idosos carentes, em todas as regiões 239 contratos
- assessoria técnica às entidades localizadas em todas as regiões do Estado, para o desenvolvimento de ações promocionais junto à clientela 322 entidades
- organização dos setores administrativos das entidades, do planejamento de atividades, melhoria nas áreas de saúde, higiene, alimentação, etc. 322 entidades
- assessoria jurídica às entidades sócio-assistenciais do Estado 46 entidades
- coordenação e execução de seminários para pessoal, dirigentes e voluntários de entidades sócio-assistenciais 4 seminários
- realização de cursos para pessoal das entidades sócio-assistenciais 1 curso
- treinamento de pessoal das entidades e de voluntários 357 pessoas
- entidades assistenciais atingidas pelos treinamentos 130 entidades

- contratos para construção das unidades pró-creche
43 contratos
- contratos para equipamento das unidades pró-creche
54 contratos

OBJETIVO:

estimular e apoiar as iniciativas que visem à melhoria das condições de vida, e dos padrões sócio-econômico-culturais da população, notadamente das mais carentes

REALIZAÇÕES:

- visitas aos postos indígenas, em cumprimento às diretrizes do Programa de Promoção das Comunidades Indígenas do Estado
8 visitas
- participação em reuniões com órgãos estaduais e comissão especial envolvidos no Programa de Promoção das Comunidades Indígenas
8 reuniões

OBJETIVO:

estimular a regionalização dos serviços públicos de assistência social, articulando-se com as entidades particulares e desenvolvendo ações de otimização da capacidade instalada e de aumento de eficácia na ação

REALIZAÇÕES:

- apoio técnico-logístico ao Seminário do Sistema de Planejamento Estratégico, da Secretaria do Trabalho e Ação Social, nas regiões 13 e 10
2 seminários

OBJETIVO:

desenvolver e ampliar os programas de assistência dos grupos sociais mais vulneráveis, em especial os vinculados às famílias de idosos carentes e migrantes

REALIZAÇÕES:

- trabalho comunitário em 54 vilas carentes, visando a melhorar as condições de vida das famílias
21.805 famílias
- organização e assessoria a grupos sociais, como associações de moradores, grupos de mães, jovens, idosos, nas comunidades trabalhadas
107 grupos
- cursos de formação doméstica, artesanal e profissionalizante, para a clientela das 54 vilas trabalhadas
66 cursos

- palestras para as famílias das comunidades carentes, divulgando noções de saúde, relações humanas, participação comunitária e outras
302 palestras
- campanhas comunitárias nas 54 vilas trabalhadas
40 campanhas
- organização de núcleos produtivos, prestação de serviços e unidades produtivas nas comunidades, visando ao desenvolvimento de habilidades e melhoria na renda das famílias
771 pessoas
- organização de hortas domésticas e comunitárias nas vilas trabalhadas
217 unidades
- encaminhamento da clientela aos recursos sociais diversos, para atendimento nas áreas jurídica, educação, saúde, emprego e documentação
6.660 encaminhamentos
- concessão de auxílios emergenciais às famílias das vilas trabalhadas
6.548 auxílios
- organização de mutirões, com vistas a melhorias coletivas nas vilas, e para implantação das unidades PROMORAR, em Porto Alegre
127 eventos
- implantação de feiras da comunidade, em vilas de Porto Alegre
6 unidades
- ações promocionais a famílias, desenvolvidas pelas entidades que recebem apoio técnico e/ou financeiro da Fundação Sul-Riograndense de Assistência
29.133 famílias
- ações promocionais a idosos, desenvolvidas pelas entidades que recebem apoio técnico e/ou financeiro da Fundação Sul-Riograndense de Assistência
2.880 pessoas
- cursos para funcionários, visando à maior eficiência e eficácia na ação
9 cursos
- seminários para funcionários, objetivando o aperfeiçoamento das ações e otimização do potencial humano
4 seminários
- funcionários participantes dos cursos e seminários
92 funcionários
- auxílio-alimentação, passagens e pernoites para migrantes, nos centros de triagem e encaminhamento de migrantes — CETREMIS de Porto Alegre e do III Pólo Petroquímico
18.812 casos

- **habilitação do migrante quanto à documentação legal**
13.089 documentos
- **encaminhamento de migrantes aos diversos recursos sociais de Porto Alegre e Montenegro**
1.511 casos
- **informação ao sistema de informação sobre migrações internas — Ministério do Interior, sobre o movimento migratório em Porto Alegre e terceiro Pólo Petroquímico**
11.198 boletins
- **encaminhamento de migrantes a emprego, através do Sistema Nacional de Emprego — SINE, empreiteiras e outros recursos sociais, em Montenegro — III Pólo Petroquímico, e em Porto Alegre**
4.719 casos
- **atendimento à população não migrante e em trânsito, nos CETREMIS do terceiro Pólo e Porto Alegre**
2.992 pessoas
- **atendimento aos desabrigados nos meses de inverno, através da ronda social noturna**
415 pessoas
- **treinamento introdutório para novos funcionários**
132 viagens
- **atendimento aos flagelados das ilhas do Delta do Jacuí**
1.030 pessoas

OBJETIVO:

estimular estudos e pesquisas analíticas sobre a problemática social

REALIZAÇÕES:

- **levantamento e atualização permanente do cadastro de entidades sócio-assistenciais do Estado**
4.992 entidades
- **divulgação do cadastro de entidades sócio-assistenciais do Estado**
630 volumes
- **levantamento sócio-econômico de três regiões programáticas da Secretaria do Trabalho e Ação Social**
3 levantamentos
- **relatório do diagnóstico setorial-desempenho da Fundação Sul-Riograndense de Assistência**
1 relatório

- coordenação, apoio e execução de levantamento para subsidiar os programas da Fundação Sul-Riograndense de Assistência 15 levantamentos
- estatísticas e relatórios sobre o movimento migratório 7 relatórios
- distribuição de catálogos regionais dos recursos sociais do Estado, a entidades, órgãos públicos e privados 282 catálogos

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO LAZER E RECREAÇÃO — FUNLAR

DESEMPENHO 1979/82

A Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação — FUNLAR, órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Ação Social — STAS, foi criada em 1975 e tem por finalidade básica proporcionar vivências de Lazer e Recreação à população de baixa renda, constituindo-se, portanto, no organismo responsável por uma política de Lazer no Estado.

Cabe também à FUNLAR, por delegação da STAS, a implantação e administração do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — PNCSU no Estado.

Como responsável pelo Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos — PECSU, a FUNLAR tem acompanhado a execução das obras dos CSUs e já colocou em funcionamento 47 dos 52 CSU previstos para o Rio Grande do Sul. Estes equipamentos têm capacidade para o atendimento de 300.000 pessoas, em 47 municípios de 18 Regiões do Estado.

Encontra-se em fase final de construção o 5º Bloco de CSU nas cidades de: Rio Pardo, Viamão, São Lourenço do Sul, Tapejara, Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos, Quaraí, Venâncio Aires e São Jerônimo.

As atividades dos CSUs são realizadas através das Unidades de Saúde (que têm atuação em 38 CSUs); Unidade de Previdência e Assistência (em 33 CSUs); Trabalho (em 34 CSUs); Cultura e Artes (em 40 CSUs); e Esporte e Recreação (em 43 CSUs). Os CSUs, até o momento, já obtiveram cerca de 4 milhões de comparecimentos e, só em 1982, prestaram 1.500.000 atendimentos.

A operação destas Unidades não se resume a uma simples prestação de serviços. Busca-se prioritariamente a participação da comunidade na programação, execução e avaliação de suas atividades. Através de 1.154 visitas de Supervisão Técnica e Administrativa, a FUNLAR efetuou, no período, a orientação e o acompanhamento das atividades do CSU.

Neste sentido, também, busca-se uma articulação com organismos que atuam na mesma comunidade: Universidades, Secretarias de Estado, Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF, Fundação Sul-Riograndense de Assistência - FUNDASUL, Legião Brasileira de Assistência — LBA, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — FEBEM, outros organismos federais e estaduais, Prefeituras Municipais, os quais, além de prestar serviços, colaboram com a cedência de recursos humanos.

Paralelamente, situa-se o "Projeto de Desenvolvimento Comunitário das Populações da Área de Abrangência do CSU". Este projeto é financiado pelo PNCSU, a fundo perdido, permitindo à FUNLAR contratar, treinar e supervisionar estagiários de Faculdades de Serviço Social, Pedagogia e Sociologia para atuarem junto à população e ativar sua participação nos CSU. Por este projeto, até o momento, já foram nucleados 43 grupos comunitários envolvendo 1.414 pessoas.

Ainda buscando e promovendo a participação comunitária, os CSUs realizaram 81 cursos profissionalizantes ou similares e organizaram 39 núcleos de produção, cujo enfoque privilegia a melhoria de renda da população e estimula a produção cooperativa.

No intuito de avaliar e implementar suas ações, a FUNLAR promoveu 3 Encontros Estaduais de CSU em 1979, 1980 e 1981, que reuniram Coordenadores Gerais, Técnicos e Administrativos e equipes técnicas de CSU, oportunizando um aporte técnico-administrativo aos responsáveis pelo trabalho no CSU. A partir de 1982 regionalizou-se esta ação, tendo sido realizados 6 Encontros Regionais envolvendo todos os CSUs do Estado. Esta modalidade permite um trabalho mais integrado entre CSU de uma mesma Região, cujos municípios apresentem características regionais e problemáticas similares.

Mais especialmente em relação ao Lazer, a FUNLAR desenvolveu atividades que não se vinculam exclusivamente ao CSU, promovendo ações de conhecimento do Lazer numa abordagem mais sistemática. Estas ações visam à formação de pessoal, assessoria técnica, intercâmbio de experiências e promoção das manifestações culturais da comunidade.

Nesse contexto, realizaram-se 16 Seminários internos sobre Lazer, enfocando diversos temas; houve a participação de técnicos e funcionários em Seminários, Jornadas e Encontros promovidos por outros órgãos; foram realizados 8 Cursos Regionais sobre Lazer com os temas: "Diagnóstico Sócio-Cultural da Comunidade", "Lazer e Trabalho", "Lazer e Cultura" e "Animação de Lazer", que nos 2 últimos anos teve a participação de 307 pessoas que trabalham ou têm interesse nesta área; prestou-se assessoria técnica a 2 entidades — Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social — INAMPS e Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal — SURBAM, que buscam a melhoria e a sistematização de suas ações no Lazer; executou-se uma pesquisa sobre o Lazer das Populações de Baixa Renda da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ainda no exercício de 1982 foi editado o primeiro número da Revista Espaço para Lazer, com uma tiragem de 2.000 exemplares, com a qual a FUNLAR começa a difundir idéias, conceitos, estudos e experiências para uma comunidade mais especializada que atua na área.

Ao lado da difusão e atuação junto a multiplicadores, a FUNLAR desenvolveu projetos junto à população-alvo, de forma bastante concreta. Nos dois últimos anos realizou 7 Treinamentos de Animadores Voluntários, com tarefas que oportunizam vivências em Lazer, cujos conteúdos envolveram expressão corporal, som, expressão plástica e dramatização, sendo que estes 7 Treinamentos contaram com a participação de 206 pessoas; foram realizadas 7 Feiras de Lazer com o sentido de promover a manifestação cultural da comunidade, estimulando pessoas e entidades no aproveitamento de recursos e valores culturais próprios e, ao todo, já foram atingidas 3.883 pessoas em

atividades variadas, aumentando também o número de frequentadores dos CSU; foram realizadas, em 1982, duas Gincanas Culturais, que são novas formas de atividade prática para aproveitamento das potencialidades individuais e coletivas da comunidade, sendo atingidas 700 pessoas.

Também em 1982, a FUNLAR promoveu um Curso para Recreadores de Crianças para aperfeiçoamento técnico de pessoas que se dedicam à educação e recreação de crianças. O curso teve a participação de 40 pessoas de 24 entidades e constou de conteúdos que objetivavam uma compreensão específica da recreação na realidade da criança nos aspectos social, físico-evolutivo e lúdico.

Finalmente, consolidando a idéia de uma abordagem cultural do Lazer, em 1982 começou a ser executado um projeto especial, que está reunindo material e acervando as manifestações artísticas e recreativas da população da baixa renda da Região Metropolitana de Porto Alegre, com suas especificidades, suas contradições, seu passado e suas aspirações. Este projeto deverá contar com o apoio da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE e sua execução se estenderá até 1984.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Assistência

OBJETIVO:

dinamizar e estender a rede de Centros Sociais Urbanos — CSUs, e de Comunidade, incorporando-os em um complexo de Serviços Sociais Integrados

REALIZAÇÕES:

- **implantação de Unidades Operativas: conclusão de obras do Centro Social Urbano de Santana do Livramento** **100%**
- **implantação de Unidades Operativas: conclusão das obras dos Centros Sociais Urbanos de Alvorada, Cachoeirinha e Guaíba — 4º Bloco** **100%**
- **implantação de Unidades Operativas: construção dos Centros Sociais Urbanos de São Lourenço do Sul, Tapejara e Venâncio Aires** **77%**
- **implantação de Unidades Operativas: construção dos Centros Sociais Urbanos de Viamão, Júlio de Castilhos e Quaraí** **70%**
- **implantação de Unidades Operativas: construção do Centro Social Urbano de Getúlio Vargas** **100%**
- **implantação de Unidades Operativas: construção do Centro Social Urbano de Rio Pardo** **51%**

- **implantação de Unidades Operativas: início da construção do Centro Social Urbano de São Jerônimo**
- **supervisão de Centros Sociais Urbanos: realização de supervisão técnica e Administrativa a 43 Centros Sociais Urbanos, em 38 municípios do Estado, dando assessoramento ao trabalho desses Centros, e à elaboração do plano para 1983**
411 visitas
- **supervisão de Centros Sociais Urbanos: realização de 6 Encontros Regionais de Centros Sociais Urbanos, em São Leopoldo, Uruguaiana, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Bento Gonçalves, envolvendo técnicos de 45 Centros**
238 pessoas
- **supervisão de Centros Sociais Urbanos: realização do Encontro Regional de Saúde e Participação Comunitária, com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, em Santa Rosa, e do Seminário de Saúde, em Rio Grande, envolvendo 6 Centros da Região**
130 pessoas
- **supervisão de Centros Sociais Urbanos: articulação com organismos e/ou Entidades Sociais, através da reativação, implantação e formalização de convênios**
25 convênios
- **supervisão de Centros Sociais Urbanos: participação em outras atividades, implantação de Projetos e Assessoria aos Gerentes e Coordenadores de Centros Sociais Urbanos**
- **operação de Centros Sociais Urbanos: Administração dos Centros Sociais Urbanos de 47 municípios**
45 centros
- **operação de Centros Sociais Urbanos: grupos de assessoramento formados pela comunidade que atua em Centros Sociais Urbanos**
12 grupos
- **operação de Centros Sociais Urbanos: execução do projeto de desenvolvimento comunitário em 49 comunidades da área de abrangência dos Centros Sociais Urbanos**
49 centros
- **operação de Centros Sociais Urbanos: atuação da Unidade de Saúde em 40 Centros, realizando 436.160 atendimentos**
40.000 pessoas
- **operação de Centros Sociais Urbanos: atuação da Unidade de Previdência e Assistência em 35 Centros, realizando 150.572 atendimentos**
8.200 pessoas

- **operação de Centros Sociais Urbanos: atuação da Unidade de Trabalho em 35 Centros, realizando 128.396 atendimentos**
4.200 pessoas
- **operação de Centros Sociais Urbanos: realização de cursos profissionalizantes ou similares, buscando melhoria de renda da população — alvo de 23 Centros**
104 cursos
- **operação de Centros Sociais Urbanos: organização de Núcleos de Produção, oportunizando melhoria de renda**
15 unidades
- **operação de Centros Sociais Urbanos: atuação da Unidade de Cultura e Artes em 42 Centros, realizando 294.090 atendimentos**
17.000 pessoas
- **operação de Centros Sociais Urbanos: atuação da Unidade de Esporte e Recreação em 43 Centros, realizando 906.840 atendimentos**
30.000 pessoas
- **supervisão de Centros Sociais Urbanos: realização de treinamento de novos funcionários, em Porto Alegre, envolvendo 18 Centros do Estado**
18 pessoas
- **supervisão de Centros Sociais Urbanos: realização de 2 Seminários de Animação, em Porto Alegre e São Leopoldo, envolvendo 24 Centros**
59 pessoas
- **implantação de Unidades Operativas: realização de projetos, estudos, orçamento e parecer técnico sobre reformas e melhorias físicas em 6 Centros**
100 etapas

OBJETIVO:

contribuir para a promoção e conhecimento, através do intercâmbio de experiências práticas e teóricas, da formação de pessoal, da assistência técnica a entidades, bem como estimular o desenvolvimento de programas de Lazer, com a participação da comunidade em todas as etapas

REALIZAÇÕES:

- **promoção do conhecimento do Lazer: realização de 7 Seminários Internos sobre Lazer e Desenvolvimento Comunitário, Cultura, Saúde, Planejamento Urbano, Economia, Habitação e Ecologia**
43 pessoas
- **promoção do conhecimento do Lazer: assessoria a estudantes de áreas afins sobre Lazer e projetos arquitetônicos de Centros Sociais Urbanos e afins**
8 pessoas

- promoção do conhecimento do Lazer: realização de pesquisa sobre perfil do Lazer das populações de Baixa Renda na Região Metropolitana de Porto Alegre (fase de análise final dos dados)
4 etapas
- promoção do conhecimento do Lazer: projeto de assistência técnica: ao Centro de Reabilitação Profissional/Instituto Nacional de Previdência Social, em fase de avaliação, e à Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, em fase de execução
2 instituições
- promoção do conhecimento do Lazer: realização de 5 cursos sobre Lazer nas Regiões sediadas por Cruz Alta, Pelotas, Bagé, Santa Maria e Santa Cruz do Sul
180 pessoas
- promoção do conhecimento do Lazer: elaboração e início de execução dos projetos "Concurso de Fotografia" e "Acervo sobre Manifestações Culturais no Rio Grande do Sul"
2 projetos
- Promoção do conhecimento do Lazer: realização de 3 Treinamentos de Animadores Voluntários em Lazer, nas cidades de Farroupilha, Cachoeira do Sul e Santa Rosa
119 pessoas
- promoção do conhecimento do Lazer: realização de 5 Feiras de Lazer nos municípios de Lajeado, Cachoeirinha, Camaquã, Soledade e Rio Grande, com 1 dia de atividades variadas
3.233 pessoas
- promoção do conhecimento do Lazer: realização de 2 Gincanas Culturais em Alvorada e Guaíba, com atividades variadas, desde Rua de Lazer até Música e Jogos entre outras
700 pessoas
- promoção do conhecimento do Lazer: elaboração e início da execução de dois cursos para Recriadores, e participação em outros projetos sobre Animação
6 projetos
- promoção do conhecimento do Lazer: realização de uma manhã de atividades recreativas, desenvolvidas no Hospital Santo Antônio, com crianças de 4 a 12 anos
15 pessoas
- promoção do conhecimento do Lazer: realização de 1 curso para Recriadores de crianças, em Porto Alegre, envolvendo profissionais da área
40 pessoas
- promoção do conhecimento do Lazer: participação na 1ª Jornada de



Psicomotricidade, promovida pela Sociedade Brasileira de Terapia Psicomotora, através de mesa-redonda e atividades de animação

220 pessoas

- promoção do conhecimento do Lazer: realização do 1º Treinamento em Animação de Lazer, em Quarai, para professores da Rede de Ensino da Zona Rural e Urbana

60 pessoas

- promoção do conhecimento do Lazer: edição e distribuição do número um da revista "Espaço para Lazer", atingindo 1.500 entidades

30.000 exemplares

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — COHAB/RS

DESEMPENHO 1979/82

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB/RS dentro do objetivo maior de executar o Plano Estadual de Habitação, vem caracterizando sua ação, nos últimos quatro anos, através da utilização dos seguintes programas: Plano Nacional de Habitações Populares — PLANHAP, Programa de Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação — FICAM, Programa de Financiamento em Lotes Urbanizados — PROFILURB e, mais recentemente, Programa de Erradicação de Submoradias — PROMORAR, valendo-se de recursos do Banco Nacional de Habitação, órgão financiador da totalidade dos investimentos.

Dessa forma, a atuação da COHAB/RS no quadriênio teve como resultado: 29.816 unidades construídas, 43.423 unidades em obras, 7.861 projetos concluídos e 20.470 projetos em elaboração, totalizando 101.571 unidades habitacionais.

Com vistas à manutenção da abrangência de toda a clientela definida como de atendimento social, foram instituídos os programas PROFILURB e PROMORAR, objetivando assim a adequação dos custos às condições aquisitivas do mercado.

Através dos dois programas acima referidos, destinaram-se para a população de baixa renda(0—3 salários) 19,4% das unidades construídas; 30,4% das unidades em obras; 29,3% das unidades dos projetos concluídos; 43,5% das unidades dos projetos em elaboração.

De suma relevância, no período, foi a implementação do Programa de Erradicação da Subabitação, no momento em que, além da sua destinação às camadas mais inferiores de renda, possibilitou o trabalho efetivo da regularização e saneamento de áreas invadidas, ao contrário da remoção até então realizada. Isto é, passou a COHAB/RS a adotar soluções alternativas, em função de disponibilidades e necessidades, tanto em termos de recursos, como de renda e, conseqüentemente, de produto.

Apesar do volume de obras e projetos situarem-se a níveis ainda reduzidos em termos do que se convencionou chamar déficit habitacional, nos últimos quatro anos a COHAB/RS teve todo o seu esforço voltado para a questão habitacional.

REALIZAÇÕES 1982**Programa: Habitação****OBJETIVO:**

concluir projetos de habitação popular, em execução ou com obras a iniciar em 1982

REALIZAÇÕES:

- execução do Plano Nacional de Habitação Popular, em treze Municípios Gaúchos
8.570 casas
- execução do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, no Município de Palmeira da Missões
128 lotes
- execução do Programa de Erradicação da Subabitação em 22 Municípios Gaúchos
4.176 casas
- execução do Programa de Financiamento da Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria da Habitação, em 24 Municípios Gaúchos
135 casas

OBJETIVO:

dar continuidade à execução, e implantar novos projetos de Habitação Popular, a concluir após 1982

REALIZAÇÕES:

- execução do Plano Nacional de Habitação Popular, em 19 Municípios Gaúchos
30.051 casas
- execução do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, nos Municípios de Alvorada, Canoas, Dom Pedrito, Ijuí, Pedro Osório e Rosário do Sul
2.920 lotes
- execução do Programa de Erradicação da Subabitação, em 20 Municípios Gaúchos
11.302 casas

OBJETIVO:

contratar novos empreendimentos

REALIZAÇÕES:

- execução do Plano Nacional de Habitação Popular, em 14 Municípios Gaúchos
10.470 casas

- execução do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, nos Municípios de Alvorada, Canoas, Dom Pedrito e Pedro Osório
2.127 lotes
- execução do Programa de Erradicação da Subabitação, em 7 Municípios Gaúchos
3.692 casas

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO — SINE/RS

DESEMPENHO 1979/82

O Sistema Nacional de Emprego — SINE/RS no transcurso do quadriênio, desenvolveu atividades nas áreas de Informações sobre o Mercado de Trabalho e Intermediação de Mão-de-Obra através de 47 unidades distribuídas em 44 municípios, a saber: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canguçu, Canoas, Caxias do Sul, Cerro Largo, Cruz Alta, Dom Pedrito, Erechim, Estrela, Farroupilha, Horizontina, Ijuí, Jaguarí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Viamão, Gravataí, Panambi, Rio Grande, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, São Jerônimo, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, São Sebastião do Cai, Santo Ângelo, Soledade, Santa Vitória do Palmar, Três de Maio, Triunfo, Uruguaiana e Venâncio Aires.

Na área de Informações sobre o Mercado de Trabalho, o SINE dispõe do Indicador Conjuntural de Emprego (Indicador SINE) para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para 15 Municípios do Estado. Além disto, desenvolve as seguintes atividades nesta área: codificação conforme Catálogo Brasileiro de Ocupação — CBO, de Listagem de Ocupações da Área de Intermediação, Identificação das Inadequações do Mercado de Trabalho, Levantamento do Circuito Migratório, Informes Conjunturais sobre Situações-Problema do Mercado de Trabalho e Resenhas de Situação do Mercado de Trabalho no Estado.

Na área de Intermediação de Mão-de-Obra o SINE obteve, no período, o seguinte desempenho: 490.504 vagas, 672.705 inscritos e 210.818 aproveitados.

Foi dado, também, um tratamento especial à pessoa deficiente, especialmente no Núcleo de Porto Alegre que, desde que começou a desenvolver tal atividade, em setembro de 1979 até outubro de 1982, cadastrou 1.385 pessoas, encaminhou a emprego 782 e colocou 444.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Relações do Trabalho

OBJETIVO:

buscar o emprego das pessoas inscritas no SINE, junto aos postos de trabalho captados pelos pesquisadores de vagas

REALIZAÇÕES:

- captação de vagas, inscrição, encaminhamento e colocação de pretendentes a emprego, através de postos, núcleos regionais e subnúcleos do SINE, distribuídos em 44 municípios
48.739 pessoas

OBJETIVO:

manter um fluxo permanente e atualizado de informações sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar decisões para políticas de emprego

REALIZAÇÕES:

- cálculo mensal do indicador conjuntural de emprego para a Região Metropolitana de Porto Alegre e 15 municípios do interior, com base nas admissões e demissões de empregados nos estabelecimentos amostrados
604 estabelecimentos
- levantamento mensal das ocupações que constam nos relatórios de intermediação do SINE, codificados de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações
12 levantamentos

**SECRETARIA DO INTERIOR,
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS — SDO**

E ÓRGÃOS VINCULADOS:

**FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO — METROPLAN
COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E OBRAS — CEDRO
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO — CORSAN**



SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS — SDO

DESEMPENHO 1979/82

Tendo em vista o objetivo maior de melhoria da qualidade de vida das populações dos grandes, médios e pequenos centros urbanos — com reflexos positivos no meio rural — a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas conseguiu, neste quadriênio administrativo, através da integração de suas diferentes áreas, resultados que podem ser considerados significativamente satisfatórios, tendo em vista as dificuldades que assaltam, do ponto de vista de recursos, a vida brasileira como um todo.

Perseguindo um objetivo bem definido, nascido de um programa traçado, em largo espectro, pelo Governo do Estado, a SDO desenvolveu suas ações com espírito de unidade, fazendo com que seus múltiplos papéis fossem cumpridos de forma integrada e prática em face do universo dos seus próprios desafios.

Assim, tendo em vista suas finalidades no campo social, enfrentou, em quatro anos, de maneira igual, seus programas tanto na área do Saneamento Básico, como no setor de Obras propriamente ditas e do Desenvolvimento Regional Integrado, considerados os centros urbanos do Interior do Estado, os municípios da Região Metropolitana e a problemática do Litoral.

Em matéria de Saneamento Básico, estes quatro anos foram, sem dúvida, os mais férteis em realizações da História do Rio Grande. Hoje, de cada quatro gaúchos, três desfrutam dos benefícios de água tratada. E, o mais interessante de salientar, de cada três beneficiários com água tratada, um o foi na atual administração.

Programa ambicioso, tornou-se realidade através da competência da Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, e que representou um investimento de Cr\$ 31 bilhões. São 890 mil ligações, que atendem a uma população de 3.452.491 pessoas, em 243 localidades, das quais 226 sedes municipais e 17 distritos com população superior a 700 habitantes

Durante este período administrativo, afora os municípios que contam com serviços independentes de água e esgoto, a totalidade das comunidades gaúchas foi atendida de uma forma ou outra pelos programas de Saneamento Básico. A área de esgoto, prioridade dois, conseguiu, por sua vez, atingir também índices elevados, havendo uma população de 300 mil pessoas atendidas, e a expansão das redes coletoras em Santa Maria, Canoas, Novo Hamburgo, Cachoeira do Sul e, mais recentemente, em Santa Rosa.

Afora esta ação multiplicadora de benefícios, estão em desenvolvimento, de for-

ma plena, com a alocação de grandes recursos do Estado e da União, estes através do Banco Nacional de Habitação (PLANASA), três projetos especiais.

O primeiro deles consiste no sistema de abastecimento do Distrito Industrial de Rio Grande, em canal aberto, de 24 km de capacidade de adução de 12m/s, e a estação de tratamento, cuja conclusão está prevista para 1983, numa ordem de serviços, que, além do Distrito Industrial, representará apreciável reforço para o abastecimento da cidade de Rio Grande.

O segundo projeto especial diz respeito ao "Rio Guaíba", a mais importante obra do seu tipo em execução no País e que representa o cumprimento da palavra dada pelo Governo no sentido de empenhar-se pela despoluição do estuário que banha Porto Alegre, dando condições de balneabilidade às praias do Guaíba. As obras, realizadas mediante acordo firmado entre a Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, Departamento Municipal de Águas e Esgotos — DMAE e Banco Nacional de Habitação — BNH, demandam ainda oito anos para a sua complementação final — interceptores, emissários, elevatórios, 1.000 km de coletores e 4 estações de tratamento, encontrando-se atualmente em execução a implantação da rede coletora.

Complementando o atendimento de necessidades de água às populações, e à própria agropecuária, em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul — SUDESUL, foi iniciado, em 1981, o Programa de Perfuração de Poços Artesianos, que já utilizou recursos que somaram Cr\$ 97 milhões beneficiando 45 municípios, periodicamente assolados por estiagem, onde foram executados 8.532 m de aberturas, em 64 poços, com água da melhor qualidade.

A SDO, dentro ainda de suas atribuições, presta serviços nas áreas de Desenvolvimento Regional e no setor de obras públicas.

Através da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal — SURBAM, a SDO presta assistência e assessoramento técnico em contabilidade, modernização administrativa, concursos públicos e proteção ambiental aos municípios, assim como elabora planos diretores, projetos de paisagismo, levantamentos planialtimétricos e cadastrais, e executa projetos de engenharia urbana, promove o treinamento de recursos humanos das administrações públicas municipais e emite pareceres técnicos e jurídicos.

Neste sentido, foram realizados, no quadriênio: elaboração de 33 Planos Diretores e prestação de assessoramento técnico à elaboração de 16 Planos Diretores Urbanos; execução de 74 projetos de paisagismo; elaboração de 34 levantamentos topográficos; elaboração de 15 projetos de engenharia urbana; licenciamento de 149 barragens construídas por particulares; emissão de 217 pareceres técnicos da área de planejamento regional e urbano; implantação de 36 Sistemas SURBAM de Contabilidade; conclusão de 43 projetos de Reforma Administrativa; elaboração e aplicação de 56 concursos públicos; elaboração e 14 Regimentos Internos e 5 Diagnósticos do Processo de Planejamento; execução do Plano Regular de Uso do Solo para a Região do Pólo Petroquímico; execução do projeto de implantação dos 12 novos municípios do Estado (Jóia, Teutônia, Capão da Canoa, Capão do Leão, Fortaleza dos Valos, Charqueadas, Bom Princípio, Cotiporã, Palmares do Sul, Parobé, Salto do Jacuí e Tavares).

Estão em fase de execução, 4 Planos Diretores e a prestação de assessoramento técnico a 5 Planos, bem como a elaboração de 5 projetos de paisagismo e a pesquisa e análise de dados contábeis para o cálculo de endividamento dos municípios.

Na área de Desenvolvimento Regional, foram, ainda, realizados 50 cursos — num total de 1.100 horas/aula e 771 participantes — e 6 seminários — com 96 horas/aula e 301 participantes — através do Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal — CERTAM, por convênio firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, sendo, também, de salientar a instalação do Escritório-Modelo para treinamento, através de cursos e estágios para funcionários municipais.

Dentro, ainda, de suas finalidades específicas, a SDO dedicou uma especial atenção, no decorrer dos últimos quatro anos, ao setor de Obras Públicas. Assim, foram executados serviços de construção e conservação em 1.206 prédios, com um gasto total de Cr\$ 307 milhões, acrescentando-se a este quadro, mais Cr\$ 347 milhões aplicados em reformas, adaptações e recuperações, a fim de colocar os prédios em funcionamento. A par disso, a Divisão de Obras levantou um total de 4.830 prédios para fins de cadastramento, tendo, ao mesmo tempo, realizado a recuperação de prédios de importância e sentido histórico, como a antiga sede da Assembleia Legislativa do Estado, na Rua Duque de Caxias.

Vale acrescentar, ainda, a presença da Secretaria nos estudos iniciais e a promoção para a constituição da empresa responsável pelas obras do Trem Metropolitano, uma das mais importantes realizações da atual administração.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

agilizar os trabalhos de conservação e recuperação dos prédios públicos da administração direta, ou por ela ocupados, visando a preservar e alongar o tempo de vida útil desse patrimônio

REALIZAÇÕES:

- liberação de recursos para atender às solicitações de conservação de prédios públicos da administração direta, ou por ela ocupados, no Estado
263 estabelecimentos
- liberação de recursos para recuperação de prédios públicos da administração direta, beneficiando 13 municípios
21 estabelecimentos

OBJETIVO:

implantar o projeto de cadastro técnico dos prédios do Estado, dando embasamento ao traçado da política de conservação e recuperação em 1982, a coletar dados de 500 escolas, atualizar informações pelas residências da Secretaria e processar eletronicamente os dados

REALIZAÇÕES:

- coleta de dados de prédios escolares do Estado, com o processamento efetuado pela Fundação de Economia e Estatística
197 estabelecimentos

Programa: Planejamento Governamental

OBJETIVO:

estimular a atividade governamental, com o fito de acionar todos os seus mecanismos, para o fortalecimento e a mais adequada integração dos municípios dentro do processo de desenvolvimento global e harmônico do Estado

REALIZAÇÕES:

- implantação da reforma administrativa em diversos municípios do Estado, dentro do programa de modernização administrativa das Prefeituras.
10 municípios
- projetos específicos em diversos municípios do Estado, dentro do programa de modernização administrativa das Prefeituras
4 municípios
- realização de concursos públicos em diversos municípios do Estado, dentro do programa de modernização administrativa das Prefeituras
50%
- encaminhamento de Pareceres Jurídicos de diversos municípios do Estado, dentro do programa de modernização administrativa das Prefeituras
19 municípios
- serviço de assistência contábil em diversos municípios do Estado, dentro do programa de modernização administrativa das prefeituras
17 municípios
- implantação da Reforma Administrativa em Três de Maio, dentro do Programa de Modernização Administrativa
100%
- implantação da Reforma Administrativa em Crissiumal, dentro do Programa de Modernização Administrativa
100%
- implantação da Reforma Administrativa em Rolante, dentro do Programa de Modernização Administrativa
100%
- implantação da Reforma Administrativa em Venâncio Aires, dentro do Programa de Modernização Administrativa
100%
- implantação da Reforma Administrativa em Seberi, dentro do Programa de Modernização Administrativa
20%

- **implantação da Reforma Administrativa em Sobradinho dentro do Programa de Modernização Administrativa** 100 %
- **realização de concurso público em Sobradinho, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 100%
- **elaboração e encaminhamento de Parecer Jurídico a Palmeira das Missões, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 66%
- **elaboração e encaminhamento de Parecer a Erexim, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 40%
- **elaboração e encaminhamento de Parecer Jurídico a Roque Gonzales, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 20%
- **elaboração e encaminhamento de Parecer Jurídico a Venâncio Aires, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 20%
- **elaboração e encaminhamento de Parecer Jurídico, dentro do Programa de Modernização Administrativa, aos municípios de Selbach, Júlio de Castilhos, Cerro Largo, Erexim e Sobradinho.** 100%
- **serviço de assistência contábil, em São Jerônimo, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 40%
- **serviço de assistência contábil em Crissiumal, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 10%
- **serviço de Assistência Contábil em Sertão, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 5%
- **serviço de Assistência Contábil em Humaitá, dentro do Programa de Modernização Administrativa** 10%
- **orientação e implantação dos serviços burocráticos, na implantação dos novos municípios criados dentro do Programa de Modernização Administrativa**
- **orientação e implantação dos serviços de materiais, na implantação da administração dos novos municípios, dentro do Programa de Modernização Administrativa**

- treinamento em todas as áreas, para capacitar integrantes da administração dos novos municípios, dentro do Programa de Modernização Administrativa 50%
- elaboração dos Projetos de Legislação Básica Municipal, com apoio à implantação dos novos municípios dentro do Programa de Modernização Administrativa 50%
- serviço de assistência contábil aos novos municípios dentro da Modernização Administrativa 10%
- assistência ao levantamento do cadastro imobiliário e fiscal, sua organização e implantação nos novos municípios, dentro do Programa de Modernização Administrativa 50%
- intermediação no contato entre as partes, para facilitar a implantação de novos municípios, dentro do Programa de Modernização Administrativa 100%
- estudo dos processos de emancipação dos novos municípios, dentro da implantação de novos municípios na modernização administrativa 100%
- implantação da modernização administrativa em Cacequi (aprovação do Plano de Classificação de Cargos e Estrutura Administrativa — Implantação dos Projetos) 70%
- implantação da Reforma Administrativa de Erechim dentro da modernização administrativa (Levantamento e Análise dos Dados) 30%
- encontro com os Prefeitos dos novos municípios, para a apresentação de toda a estrutura da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal — SURBAM 100%

Programa: Preservação de Recursos Naturais Renováveis

OBJETIVO:

definir e implantar programas de controle das águas superficiais a nível regional no tocante ao saneamento e segurança das áreas urbanas e à infraestrutura regional, como também na fiscalização da execução de barragens por particulares

REALIZAÇÕES:

- vistoria, estudo, aprovação e licenciamento de projetos de construção de barragens particulares, em diversos municípios
15 municípios
- assessoramento técnico para construção de ponte na Rua Caxias do Sul, construção do Dique 917, e desapropriações na Região de São Leopoldo
61%
- dragagem na Bacia do Rio Tramandai
279.238 m³
- execução de obras na Vila Anchieta e Dique da Volta do Gasômetro, e manutenção do sistema contra inundações de Porto Alegre, conforme convênio com Departamento Nacional de Obras e Saneamento/Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Cr\$199.368 milhões

Programa: Programas Integrados

OBJETIVO:

formular a política de desenvolvimento regional e obras públicas

REALIZAÇÕES:

- articulação com diversos órgãos, visando à implementação de planos e programas de desenvolvimento regional
5%
- coordenação com a divisão do treinamento em Administração Pública Municipal, para elaboração de Programas Regionais de Treinamento, ou congressos, seminários e simpósios
40%
- montagem de termo de cooperação técnica para a implantação do Sistema de Controle do Uso do Solo, na área do Pólo Petroquímico
40%
- execução do Projeto de Assistência Técnica aos Municípios, solicitando recursos à Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios — SAREM
10%
- participação no grupo de estudo do anteprojeto de Lei Federal que regulamenta o crescimento urbano
70%
- levantamento cartográfico e de planos diretores existentes nos municípios do Rio Grande do Sul
100%

- contatos iniciais e coletas de dados preliminares, nos municípios criados recentemente 20%
- montagem da proposta inicial, do Plano Regulador do Uso do Solo, na Região do Pólo Petroquímico 15%

OBJETIVO:

assessorar tecnicamente a implantação de novos municípios

REALIZAÇÕES:

- levantamento de dados preliminares nos municípios criados recentemente 80%

Programa: Urbanismo

OBJETIVO:

estimular, apoiar e cooperar com os Poderes Públicos Municipais no estabelecimento e aperfeiçoamento de Planos Diretores de desenvolvimento, dentro de uma política espacial global, visando a disciplinar o uso do solo e à preservação do patrimônio natural e cultural

REALIZAÇÕES:

- consultoria técnico-ecológica em Santa Vitória do Palmar 100%
- realização de seminário sobre desenvolvimento urbano, em Encantado 100%
- estudo pertinente ao emissário residual do Pólo Petroquímico, na Barra do Ribeiro 100%
- elaboração de Projeto Paisagístico para o Plano Diretor, em Quaraí. 100%
- elaboração do Projeto Paisagístico para o Plano Diretor de Itaqui. 100%
- avaliação da área a ser transformada em reserva natural, em Encantado. 100%
- montagem de audiovisual sobre a preservação dos recursos naturais 20%
- organização de cadastro das instituições municipais que atuam na área do meio ambiente 40%

- elaboração de projeto sobre Educação Ambiental e Ecologia, a ser divulgado no Dia Mundial do Meio Ambiente 100%
- realização de estudo para avaliação da vegetação nativa (área urbana municipal) 40%
- elaboração do Plano Diretor, em Porto Xavier 100%
- elaboração do Plano Diretor, em Tapes 100%
- elaboração do Plano Diretor em Arvorezinha 100%
- elaboração do Plano Diretor, em Barra do Ribeiro 20%
- elaboração do Plano Diretor de Santa Bárbara do Sul 70%
- elaboração do Plano Diretor de Vera Cruz 90%
- elaboração do Plano Diretor de Barão do Cotegipe 40%
- elaboração do Projeto de Adequação do Sistema Viário e Paisagístico da Rua Ângelo Macalós, em Espumoso 90%
- realização de pesquisa de vegetação 100%
- elaboração do Plano Viário de Liberato Salzano 50%
- elaboração do Plano Viário de Farroupilha 100%
- elaboração do Plano Viário para o centro de Bom Retiro do Sul 100%
- elaboração do Plano Viário da Vila Arroio Grande, no Município de Selbach 100%
- elaboração do Plano Viário da Vila de Bom Princípio, no Município de Santo Cristo 100%

- elaboração do Plano Viário da Vila Garibaldi, no Município de Garibaldi 40%
- tratamento paisagístico da casa de campo do Governador do Estado, em Canela 100%
- elaboração do projeto para tratamento paisagístico da Praça Independência, em Casca 100%
- elaboração do Projeto Paisagístico da Praça do Bairro Brasília, em Cerro Largo 100%
- elaboração do Projeto Paisagístico da Rua Júlio de Castilhos, em Farroupilha 5%
- elaboração do Projeto Paisagístico da Praça Miraguaia, em Tenente Portela 100%
- elaboração do Projeto Paisagístico do Centro Administrativo de Chapada 8%
- elaboração do Projeto Paisagístico da praça de Tapera 9%
- elaboração do Projeto Paisagístico da Praça Dona Francisca 100%
- elaboração do Plano-Piloto de Paisagismo do Museu Memória do Trabalho, em Porto Alegre 100%
- elaboração de estudo de localização para a implantação da gruta, em Canela 100%
- assessoria para instalação da Central de Informações, no Museu de Comunicação Social 100%
- assessoria ao Projeto de Reformulação do Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa 90%
- assessoria ao Projeto de Reaproveitamento do Hotel Majestic 30%

- elaboração, com assistência técnica, em levantamentos topográficos para diversos municípios 15%
- elaboração de Projetos de Engenharia Urbana para diversos municípios 4 municípios
- ampliação de mapas topográficos de áreas em Brasília e Farroupilha 100%
- graficação de organogramas e letreiros em pastas 100%
- constituição de equipes e assistência técnica a 4 cidades de porte médio, para elaboração de documentos técnicos de planejamento urbano, a nível local 2 municípios
- estudos regionais dos setores primário, de transportes e de administração municipal, e levantamento de dados para o diagnóstico urbano, para 9 municípios da microrregião 311 4 estudos
- estudo sobre os sítios paleo-botânicos de São Pedro do Sul 40%
- estudo sobre o sítio paleo-zoológico da Alemoa (Jazigo nº 4) 40%
- parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Santa Maria 100%
- assistência técnica à restauração do Teatro São Pedro, em Porto Alegre 75%
- assessoria à restauração do Museu Júlio de Castilhos 40%
- elaboração de Projeto Paisagístico da Praça Cristo-Rei, Salvador das Missões, em Cerro Largo 100%
- parecer sobre o Projeto de Sanitário Público em Encruzilhada 10%
- conclusão do Projeto Arquitetônico, do Quiosque do Parque do Forte Santa Tecla, em Bagé 100%
- conclusão de Projeto Paisagístico de Praça em Ivoti 100%

- elaboração do Projeto Paisagístico do Balneário do Retiro — Projeto Setorial 100%
- conclusão do Projeto Paisagístico de intersecção de ruas do centro em Bom Retiro do Sul 100%
- elaboração de Parecer sobre Lei de Parcelamento do Solo para Cachoeira do Sul 100%
- emissão de Parecer sobre Parcelamento do Solo para Santana do Livramento 100%
- elaboração do parecer sobre legislação nas construções e perímetro urbano, em Flores da Cunha 50%
- emissão de parecer sobre a documentação para delimitação do perímetro urbano de Cerro Largo 100%
- assessoramento à implantação do processo de planejamento, em Rio Grande 10%
- avaliação do patrimônio móvel do Estaleiro Mabilde 100%
- parecer sobre construção de restaurante na Praça Pública de Quaraí 10%
- parecer sobre Lei de Parcelamento do Solo, em Vacaria 20%
- parecer sobre Lei de Parcelamento, em Nova Araçá 100%
- parecer sobre Projeto de Parcelamento de Constantina 100%
- estudo e projeto de adaptação de Teatro Ambulante — Ônibus 15%
- projeto paisagístico da Fonte de Pedroso, em Encruzilhada 10%
- estudo sobre o sítio paleo-botânico de Mata (Jardim Paleo-Botânico) 40%

- decreto de desapropriação da área paleontológica de Santa Maria (elaboração de minuta) 100%
- projeto objetivando melhor aproveitamento das áreas paleontológicas 20%

OBJETIVO:

definir e implantar uma política de distribuição especial dos investimentos públicos estaduais, nas áreas de educação, saúde, habitação, abastecimento e trabalho, que permita maior difusão desses serviços

REALIZAÇÕES:

- levantamento das áreas de subabitação em 6 cidades de porte médio, quantificando as áreas, as medidas e os habitantes, e identificando os déficits de infra-estrutura e equipamentos 6 municípios

OBJETIVO:

fortalecer as estruturas de serviços básicos das cidades pólo e dos subpólos regionais, em articulação com as iniciativas locais públicas e particulares

REALIZAÇÕES:

- execução de acompanhamento físico-financeiro dos projetos de 12 municípios integrantes do programa de cidades de porte médio 27 projetos
- assessoramento à Superintendência de Desenvolvimento do Extremo-Sul-SUDESUL, para constituição da equipe local de preparação do Programa Especial Cidades de Porte Médio/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — Subprojeto Caxias do Sul 1 etapa
- acompanhamento e articulação dos convênios a cargo de órgãos executores estaduais, e elaboração do Projeto de Engenharia Final do Componente Unidades Sanitárias, do Programa Cidades de Porte Médio/BIRD — Pelotas 4 convênios
- acompanhamento e articulação dos convênios a cargo de órgãos executores estaduais, e elaboração do Projeto de Engenharia Final do Componente Unidades Sanitárias do Programa Cidades de Porte Médio/BIRD — Pelotas 35%

OBJETIVO:

desenvolver projetos de apoio à racionalização do uso do solo urbano, à infra-estrutura dos equipamentos sociais e dos sistemas de transportes e de abastecimento, visando otimizar o aproveitamento das economias externas disponíveis

REALIZAÇÕES:

- desenho e gratificação de levantamentos topográficos, projetos paisagísticos e projetos diversos referentes a vários municípios
20 municípios
- assessoramento à Divisão de Planejamento Urbano, e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano-CEDU, na planimetria de áreas e medidas lineares, com curvímetro, em plantas do Município de Farroupilha
100%
- ampliação da planta topográfica da Rua Ângelo Macalós, do Município de Espumoso
100%
- graficação de organogramas e gráficos
100%
- assessoramento técnico às equipes municipais de 8 cidades, para elaboração de projetos de planejamento de transportes urbanos (estudos de transportes urbanos-ETURB)
70%
- assessoramento técnico a 11 cidades, para definição de vias do transporte coletivo, a serem pavimentadas através de convênio (Programa de Pavimentação de Baixo Custo em Áreas Urbanas de Baixa Renda--PROPAV)
9 municípios
- programa de conservação de energia em assentamentos humanos
100%

**FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO —
METROPLAN**

DESEMPENHO 1979/82

A Fundação Metropolitana de Planejamento — METROPLAN, é o órgão executivo do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Esta microrregião do Estado, abrangendo 14 municípios, possui uma área que representa 2,3% da superfície do Estado. Abriga, no entanto, cerca de 30% da sua população e contribui, significativamente, para a geração de renda, já que é responsável por aproximadamente 35% do valor global do Rio Grande do Sul.

Desta forma, o Conselho Consultivo, formado pelos Prefeitos Municipais, e o Conselho Deliberativo, constituído pelos Secretários do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, de Coordenação e Planejamento, e dos Transportes, além do Prefeito da Capital e um representante dos demais prefeitos da Região, ambos presididos pelo Governador do Estado, têm enormes responsabilidades face à extensão dos problemas urbanos e de concentração espacial, e à necessidade de compatibilizar suas ações com as características da mais importante Região do Estado.

A METROPLAN vem dirigindo seus esforços na busca de uma maior exequibilidade do processo de planejamento e de uma efetiva coordenação de ações, visando a estreitar a relação entre o planejamento proposto, através de planos e programas, e aquelas ações efetivas e reais, originárias de múltiplos agentes setoriais representativos dos três níveis governamentais.

Assim procedendo, busca a participação e coordenação com os órgãos que detêm as atribuições e encara a problemática metropolitana como um sistema mutável, sujeito a inúmeras variáveis e reflexo de decisões e impactos externos, realizando um planejamento estratégico e contextual, no qual a elaboração de um plano formal, expresso em objetivos mensuráveis, se torna irrelevante e virtualmente impossível.

De acordo com esta concepção, o Conselho Consultivo, órgão essencialmente dinâmico e político, ao detectar problemas ou sugerir determinadas ações através de suas Comissões, encaminha-os ao Conselho Deliberativo e este, se julgar oportuno e procedente, os envia à METROPLAN, para apresentar alternativas de solução.

Tendo por base essa estrutura, a METROPLAN executou uma série de ações a seguir relacionadas e relativas ao período 1979/82.

O Programa de Pavimentação de Vias Urbanas em Zonas de Baixa Renda com Serviço de Transporte Coletivo — PAVURB, objetiva beneficiar as populações carentes localizadas nas áreas periféricas das cidades da Região Metropolitana, contribuindo para uma melhor qualidade dos serviços de transporte coletivo e visando a suprir deficiências de itinerário, frequência, horários, devido à falta de pavimentação. Paralelamente, é executada a drenagem de águas pluviais e os meios-fios. Os municípios beneficiados foram: Alvorada (7 ruas), Cachoeirinha (6 ruas), Canoas (14 ruas), Estância Velha (7 ruas), Esteio (7 ruas), Gravataí (11 ruas), Novo Hamburgo (5 ruas), Porto Alegre, (4 ruas), São Leopoldo (4 ruas), Sapiranga (11 ruas), Sapucaia do Sul (7 ruas) e Viamão (19 ruas), num total de 102 ruas, perfazendo mais de 48 quilômetros pavimentados.

Até o momento, em valores corrigidos, foram aplicados no Programa cerca de Cr\$ 1,2 bilhão, oriundos de convênio com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU, e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Até março de 1983, outras 22 ruas, abrangendo oito municípios, deverão ter suas pavimentações concluídas num total de 13.509 metros pavimentados e significando um investimento de Cr\$ 405,2 milhões, dos quais o Governo do Estado participa com Cr\$ 190,6 milhões e a EBTU e o BIRD com os restantes Cr\$ 214,6 milhões.

O Programa de Vias Alimentadoras tem objetivos idênticos aos do Programa PAVURB, diferenciando-se deste na medida em que os recursos são originários do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, EBTU e Prefeituras Municipais. Já foram aplicados, de 1980 a 1982, Cr\$ 37 milhões do Estado e Cr\$ 50 milhões da EBTU, sendo pavimentados mais de 12 km de ruas nos seguintes municípios: Cachoeirinha (2 ruas), Campo Bom (11 ruas), Canoas (1 rua), Estância Velha (2 ruas), Guaíba (1 rua), São Leopoldo (3 ruas), Sapiranga (2 ruas), Sapucaia do Sul (2 ruas) e Viamão (1 rua).

O Cadastro Metropolitano é o registro atualizado de todas as propriedades imobiliárias e de seu uso, situadas nas áreas urbanizadas ou urbanizáveis. Além de atender

ao sistema de planejamento metropolitano, às Prefeituras da Região, órgãos do Governo Federal e Estadual e à iniciativa privada, enumeram-se outros objetivos básicos, a saber: cobrança de tributos, previsão da receita tributária municipal, desapropriações, registro preciso de propriedade imobiliária, garantia dos limites de propriedade individual e outros.

No processo de implantação, existem duas fases distintas: implantação da Rede de Referência Cadastral e Levantamento Cadastral dos Imóveis. Atualmente, os municípios de Estância Velha, Sapiranga e Campo Bom já tiveram as duas fases concluídas. A Rede de Referência Cadastral já foi implantada nos municípios de Alvorada, Canoas e Viamão, estando sendo executada em Porto Alegre, Esteio, Gravataí e Sapucaia do Sul. Foram investidos cerca de Cr\$ 50 milhões.

A METROPLAN, por outro lado, é responsável pela execução de obras e projetos cujos recursos são, parcial ou totalmente, oriundos de convênios firmados com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. No período, foram aplicados Cr\$ 42,2 milhões no desenvolvimento dos projetos e obras a seguir discriminadas: Iluminação Pública em Cachoeirinha, Campo Bom, Estância Velha, Esteio, Guaíba, Sapiranga e Sapucaia do Sul; Saneamento Básico em Cachoeirinha, Campo Bom e Canoas; Hospital Centenário de São Leopoldo; Cemitério Municipal de Cachoeirinha; Parque Zoológico de Sapucaia do Sul; Solar Lopo Gonçalves, em Porto Alegre; Ampliação da rede de Água — CORSAN; Urbanização do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Teatro São Pedro — SETUR.

O Programa de Investimentos em Transportes Urbanos, com recursos da EBTU, coordenou os seguintes projetos ou obras: Ligação Porto Alegre — Alvorada; Infraestrutura Viária na Região Metropolitana de Porto Alegre; Treinamento em Transportes na Região Metropolitana de Porto Alegre; Viaduto sobre a Rede Federal S.A. - RFFSA (Guilherme Schell); Corredores Metropolitanos — Porto Alegre — Alvorada, Viamão e Cachoeirinha (Gravataí).

A METROPLAN participou da execução ou assessoria aos Planos Diretores dos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, São Leopoldo e Sapiranga. A partir de 1981, foi adotada a orientação de somente elaborá-los com a efetiva participação da Prefeitura Municipal e da comunidade local.

Foi realizado, no período, um Estudo do Desenvolvimento Urbano ao Longo da Via do TRENSURB, objetivando analisar os efeitos da implantação do Trem Metropolitano sobre as demais funções urbanas na RMPA.

Foi ainda, feito trabalho sobre a Delimitação de Áreas Especiais na RMPA, tendo como objetivo a identificação, definição e delimitação de áreas especiais, para o efeito de regulamentação, pelo Estado, da Lei Federal 6.766/79.

O projeto de Zoneamento Industrial em Áreas Críticas de Poluição foi realizado visando a estabelecer definições que subsidiem a Lei Federal 6.803/79. Também participaram o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, a Secretaria de Indústria e Comércio e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.

O Programa de Vilas Irregulares, desenvolvido pela METROPLAN, constitui-se no levantamento pormenorizado da situação das vilas irregulares na RMPA, e estabe-

leceu uma proposta de atuação metropolitana visando à legalização de posse da terra, suprimento de infra-estrutura básica e programa de organização comunitária, que deverá envolver Cr\$ 4,5 bilhões para sua efetivação.

A partir do Projeto de Destinação Final dos Resíduos Sólidos, já concluído, estão sendo elaboradas propostas de solução a curto prazo dos problemas de destinação final dos resíduos sólidos, além de uma ação junto às Prefeituras no sentido de melhorar, quantitativa e qualitativamente, os serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos da área urbana.

O Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a RMPA — PLADAE, tem por objetivo básico garantir o abastecimento público de água em quantidade suficiente, e qualidade conveniente, às populações. Visa, ainda, a exercer atividades como a coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários de forma a proteger a saúde pública, bem como a preservar os recursos ambientais. Teve origem em um Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a METROPLAN, a Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, o Departamento Municipal de Águas e Esgotos — DEMAÉ e Serviço Municipal de Águas e Esgotos de São Leopoldo — SEMAÉ.

Com o apoio da EBTU, a METROPLAN tem efetuado estudos e prestado assessoria no sentido de viabilizar a implantação do projeto COESTER — veículo aeromóvel para transporte urbano. Estes estudos procuram associar questões e aspectos da operação do equipamento com características de demanda de transporte urbano.

O Estudo de Viabilidade da Rodovia Sapucaia — Campo Bom, consistiu em um anteprojeto de engenharia da rodovia, bem como dos estudos de tráfego e avaliação econômica, tendo sido considerados os custos de implantação e conservação, bem como os benefícios gerados pela redução dos custos operacionais e dos tempos de viagem.

O projeto de Estabelecimento de Programas no Setor Primário teve por objetivo determinar as demandas e origens dos produtos hortigranjeiros consumidos na RMPA, bem como propor medidas que melhorem as condições de produção desses produtos, além de propugnar a implantação de uma cooperativa dos mesmos.

As principais realizações, foram o acompanhamento e o estudo da estratégia de implantação de Áreas e Distritos Industriais na RMPA, acompanhamento dos projetos do 2º Distrito de Canoas, Núcleo Urbin e Área Industrial de Alvorada, além da análise do impacto dos Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí na estrutura urbana.

Dentre as realizações aqui consideradas, devem ser destacados, ainda, os trabalhos sobre migrações na RMPA, indicadores sociais, setor informal de emprego, além do Programa para Desenvolvimento e Consolidação de Áreas Centrais na RMPA e o Estudo de Desenvolvimento de Áreas Comerciais ao Longo da Via do Trem Metropolitano.

Afora as ações descritas acima, cabe ainda relacionar algumas outras, já concluídas ou em andamento: Acompanhamento da Implantação de Parques Regionais na RMPA; Estudo de Gás Canalizado para a RMPA; Adaptação da Frota de Ônibus ao TRANSCOL; TRANSCOL II; Aspectos Básicos para Melhoria das Condições Habita-

cionais; Plano Metropolitano para Transportes Urbanos na RMPA — PLAMET; Custos de Urbanização; Hierarquia Urbana; Coletânea de Dados Metropolitanos; Levantamento Aerofotogramétrico da RMPA; Programa de Gestão de Assentamento de Recursos Humanos; Programa Participação; Análise do Processo de Expansão Urbana; Acompanhamento do Sistema Orçamentário e de Investimentos Municipais; Assistência Técnica, Administrativa e Financeira às Municipalidades; Exame de Projetos de Parcelamento do Solo; Painel de Informações Metropolitanas; Estoque de Terras; Plano Diretor de Mineração; Acompanhamento do SISURB; Estudos Básicos do Município de Viamão; Estudos Complementares do TRENSURB.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Regiões Metropolitanas

OBJETIVO:

conhecer a realidade e os processos de transformação, através de um conjunto de estudos básicos necessários à tomada de decisões e ao planejamento das ações mais imediatas

REALIZAÇÕES:

- estudo do desenvolvimento urbano ao longo da área a ser servida pelo trem metropolitano — Canoas, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapucaia — com vistas à implantação do mesmo 40%
- análise do impacto dos distritos industriais de Cachoeirinha e Gravataí, sobre a região metropolitana de Porto Alegre 85%
- análise do impacto do PAVURB — pavimentação de vias em zona de população com baixa renda, com transporte coletivo 90%
- estudo da evolução da infra-estrutura urbana na região metropolitana de Porto Alegre 100%
- acompanhamento da realidade habitacional na região metropolitana, com objetivo de indicar medidas que visem à melhoria das condições de vida da população em vilas irregulares 100%

OBJETIVO:

elaborar programas e projetos compreendendo as diversas áreas de atuação da METROPLAN, decorrentes de prioridades estabelecidas em função de estudos anteriores da realidade metropolitana, e da própria concepção de planejamento adotada

REALIZAÇÕES:

- estudo de alternativas para o projeto Coester, visando à escolha de um Trecho para a implantação da linha-piloto para o aeromóvel 100%
- PLADAE — Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Região Metropolitana de Porto Alegre 100%
- delimitação de áreas especiais (identificação de áreas de patrimônio cultural, lazer e recreação) na região metropolitana 35%
- acompanhamento dos estudos complementares à implantação do trem metropolitano 20%
- acompanhamento da elaboração do plano diretor de Gravataí 20%
- levantamento do estoque de terras (caracterização dos vazios urbanos e levantamento de preços das terras) 100%
- elaboração de planos de investimentos urbanos e em transportes, na região metropolitana, com o objetivo de carrear recursos junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos 100%
- elaboração da proposta do plano diretor de mineração para a região metropolitana de Porto Alegre 100%
- colaboração na elaboração do SISURB — Sistema Urbano de Transportes 75%

OBJETIVO:

desenvolver projetos de apoio à racionalização do uso do solo urbano, à infra-estrutura dos equipamentos sociais e dos sistemas de transportes e de abastecimento, visando a otimizar o aproveitamento das economias externas disponíveis

REALIZAÇÕES:

- implantação da rede de referência cadastral de Porto Alegre 70%



- implantação da rede de referência cadastral das 14 estações do TREN-SURB — Trem Metropolitano 100%
- cobertura aerofotogramétrica de Porto Alegre 90%
- implantação da rede de referência cadastral de Gravataí 100%
- zoneamento industrial na região metropolitana de Porto Alegre 25%
- elaboração da proposta do programa de resíduos sólidos para a região metropolitana de Porto Alegre 90%
- elaboração da proposta de projeto de formação e treinamento de recursos humanos para a região metropolitana de Porto Alegre 100%

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS — CEDRO

DESEMPENHO 1979/82

A Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras — CEDRO, Empresa vinculada à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, ao longo do quadriênio objetivou, permanentemente, materializar-se como órgão executor da política de obras do Governo do Estado. Procurando adequar-se à ação administrativa governamental, buscou apoiar-se sobre o trinômio de produzir mais e melhor, com menor custo operacional, para o que, foram adotadas medidas de ordem administrativa e de ordem técnica. No primeiro item, a Empresa procurou otimizar a utilização dos recursos humanos disponíveis, seja pela adaptação das suas funções e atribuições, seja através do remanejamento ou, mesmo, através da dispensa dos funcionários excedentes. Esta decisão permitiu à CEDRO manter o apoio que vinha emprestando a diversas Secretarias do Estado, ao mesmo tempo em que a desonerou dos custos advenientes. O efetivo próprio e permanente da Companhia, desta forma, foi reduzido para 50% do efetivo inicial e, obviamente, o custo direto também sofreu uma redução proporcional. Ao mesmo tempo que tais providências foram adotadas, os serviços, o fluxo de documentos, as informações internas e os controles foram racionalizados, visando à redução do consumo de tempo e ao aumento da eficiência. Ao implementar todas estas medidas, a Empresa tornou-se mais eficiente, mais eficaz, e alcançou um menor custo operacional.

Ao mesmo tempo em que melhorou o seu setor administrativo, a CEDRO também alcançou sensível melhoria na qualidade técnica dos seus trabalhos e ampliou a sua área de ação de projetar e/ou fiscalizar obras especiais. A nível técnico, manteve o seu apoio aos órgãos da Administração Direta e aperfeiçoou o padrão de assessoramento e atendimento à clientela.

Durante o quadriênio, a Empresa participou da execução de 192.399,32m² de



obras, e realizou 1.212 trabalhos de todos os níveis, incluindo Laudos Técnicos e projetos. A preços atualizados, as obras executadas correspondem a investimentos da ordem de Cr\$ 11,5 bilhões, aproximadamente.

Setorialmente, deste total 108.214,08m² correspondem às obras da Secretaria da Educação; 8.461,00 m² à Secretaria da Justiça e à Secretaria de Segurança Pública; 2.285,00 m² à Secretaria da Agricultura; 5.918,70 m² à Justiça Militar e Brigada Militar; 36.002,63 m² à Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação; 11.969,91 m² à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas; 8.588,00 m² ao Tribunal de Justiça do Estado e 10.960,00 m² à Secretaria da Saúde e Meio Ambiente. Além destes trabalhos, executados de forma direta, o corpo técnico da Empresa participou ativamente de trabalhos de Planejamento Urbano através da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal — SURBAM, órgão setorial da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas; do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano; da Fundação Metropolitana de Planejamento — METROPLAN. Participou, ainda, de trabalhos da Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, do Programa de Poços e Açudes e prestou apoio administrativo à Casa Civil do Palácio Piratini.

Estes números são mais significativos se considerarmos apenas a área construída, fato que, por si só, demonstra o enorme esforço realizado pela Administração Estadual para melhorar as condições de vida da população. A nível da CEDRO esta área construída cresce de significado ao observarmos que dela participaram apenas 57 funcionários que compõem o corpo técnico e administrativo permanente da Empresa.

A multiplicidade de frentes de trabalho cobertas pela CEDRO bem demonstra a abrangência e o alcance das suas possibilidades técnicas e administrativas, graças à flexibilidade característica da sua atividade empresarial.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Processo Judiciário

OBJETIVO:

construir estabelecimentos especializados, na medida dos recursos disponíveis

REALIZAÇÕES:

- execução da complementação — última etapa — das obras do prédio do Foro de São Leopoldo para o Tribunal de Justiça 100%
- execução das obras de construção de prédio destinado ao Foro da Comarca de Cacequi, com área de 425 m² 100%
- término da primeira etapa das obras de construção do prédio destinado ao Foro de Passo Fundo, para o Tribunal de Justiça 59%

- execução da segunda etapa — alvenarias — das obras de construção do prédio destinado ao Foro de Passo Fundo 100%
- execução da terceira etapa das obras de construção do prédio destinado ao Foro da Comarca de Passo Fundo 100%
- execução das fundações — estaqueamento — do prédio destinado ao Foro da Comarca de Porto Alegre, para o Tribunal de Justiça 100%
- execução da quarta etapa das obras de construção de prédio destinado ao Foro da Comarca de Passo Fundo 90%
- elaboração dos projetos complementares e detalhamento do projeto arquitetônico do prédio destinado ao Foro de São Francisco de Assis, para o Tribunal de Justiça (área de 1.100 m²) 100%

Programa: Administração

OBJETIVO:

realizar a política estadual de construção, conservação e execução de serviços relacionados com prédios e obras públicas

REALIZAÇÕES:

- execução das obras de construção de um prédio de alvenaria, destinado à sede do Laboratório de Aquacultura, na Estação de Águas Belas, em Viamão, para a Secretaria da Agricultura (Área de 55m²) 100%
- execução do conserto e revisão geral das instalações hidráulicas no prédio sede da Secretaria da Agricultura, em Porto Alegre 100%
- execução da reforma do telhado, forro e pequenos serviços no prédio da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre 100%
- elaboração do projeto e instalação de ar condicionado para as dependências do porão do Palácio Piratini, ocupados pela secretaria extraordinária, em Porto Alegre, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas 100%
- elaboração dos projetos de arquitetura, instalações elétricas e hidrossanitárias, para a reforma do Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, em Porto Alegre, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas 100%

- elaboração dos projetos arquitetônicos e complementação de uma Escola-Padrão, modulada, para I e II graus, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas 10%
- execução de levantamentos topográficos e planialtimétricos para a implantação de prédios escolares, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas 70%
- reformulação do cálculo da estrutura total do prédio do Foro da Comarca de Porto Alegre, para o Tribunal de Justiça 100%
- elaboração dos projetos complementares — Estrutural, Elétrico e Hidrossanitários —, para as obras de ampliação da Companhia Riograndense de Artes Gráficas — CORAG 100%
- elaboração de projeto arquitetônico e de instalações e dos sistemas de sonorização, prevenção de incêndio e ar condicionado, para reformas na sede da BANRISUL Distribuidora 100%
- elaboração do levantamento planialtimétrico da área da futura Usina Central e Fábrica da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, no Distrito Industrial de Alvorada/Viamão 100%
- elaboração do projeto de terraplenagem, drenagem e pavimentação dos pátios e vias de acesso, para a futura Usina Central da CORLAC, no Distrito Industrial de Alvorada/Viamão 100%
- reformulação dos projetos arquitetônico, estrutural de instalações elétricas, telefônicas e hidrossanitárias, da Creche do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente 100%
- execução de serviços de adaptação de parte da área do Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, em Porto Alegre, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas 100%
- elaboração de projetos para a execução dos serviços de restauração e conservação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas 100%

- elaboração de projetos de instalações elétricas, telefônicas, água quente/fria, oxigênio, gás, sistema de esgotos, antiincêndio e projeto estrutural, para reformas no Hospital Partenon 100%
- execução do levantamento de carga/ponto das instalações elétricas, e respectivas proteções, do prédio-sede da Secretaria da Agricultura e Instituto Rio Grandense do Arroz, para a Secretaria da Agricultura 100%
- revisão do projeto arquitetônico e complementar referente à escola de II grau, para a Secretaria de Educação 100%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Júlio de Castilhos, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²). 75%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Viamão, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²) 60%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Venâncio Aires, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²) 51%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Tapejara, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²) 80%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de São Lourenço do Sul, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²) 100%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Rio Pardo, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²) 51%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Quaraí, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²) 75%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Getúlio Vargas, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (área de 157 m²) 100%
- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Cachoeirinha, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação 50%

- fiscalização das obras de engenharia do Centro Social Urbano de Guaíba, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação
50%
- fiscalização das obras de engenharia, para a conclusão do Centro Social Urbano de Santana do Livramento, para a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação
100%
- execução de serviços no canteiro de obras e plataforma, e continuação da estrutura do bloco das Secretarias do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
100%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro, em Porto Alegre, para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo (AS 01/81)
79%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (convênio 04/81) em Porto Alegre, para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo
100%
- substituição do forro de gesso, para forro de madeira, no quinto pavimento do Instituto de Pesquisas Biológicas, em Porto Alegre, para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
100%
- elaboração dos projetos arquitetônicos, de instalações elétricas e hidrosanitárias, para o prédio a ser ocupado pelo Departamento de Comandos Mecanizados, da Secretaria da Agricultura, em Porto Alegre
100%
- execução da primeira etapa das obras de conclusão do prédio do Laboratório de Enologia, para a Secretaria da Agricultura, em Garibaldi, com área de 365 m²
100%
- execução dos serviços de reparos sanitários do 2º, 6º e 7º andares, e do sanitário junto ao protocolo geral, no pavimento térreo do prédio-sede da Secretaria da Agricultura
100%
- elaboração dos projetos elétricos de uma subestação transformadora, com grupo gerador e quadro geral de comando e proteção, para o Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor", em Guaíba, para a Secretaria da Agricultura
100%
- elaboração do projeto das reformas da instalação elétrica do prédio-sede do Departamento Central de Administração do Material — DECAM,

em Porto Alegre, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas

100%

- execução do projeto industrial e complementares, da nova usina da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, no Distrito Industrial de Alvorada/Viamão 60%
- elaboração dos projetos elétrico e estrutural da subestação nº 3, do Hospital Psiquiátrico São Pedro para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente 100%
- elaboração do projeto estrutural da laje do forro do anfiteatro do prédio da administração do Hospital Psiquiátrico São Pedro, para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente 100%
- elaboração dos projetos de arquitetura, elétrico, hidrossanitário e estrutural, para um posto de saúde em Pelotas, para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente 100%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (AS 01/82), em Porto Alegre, para a Secretaria da Cultura, Desporto e Turismo 73%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (AS 01/82), em Porto Alegre, para a Fundação Teatro São Pedro 67%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (AS 02/82), em Porto Alegre, para a Fundação Teatro São Pedro 100%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (AS 03/82), em Porto Alegre, para a Fundação Teatro São Pedro 100%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (AS 04/82), em Porto Alegre, para a Fundação Teatro São Pedro 100%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (AS 05/82), em Porto Alegre, para a Fundação Teatro São Pedro 41%
- continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro (AS 06/82), em Porto Alegre, para a Fundação Teatro São Pedro 8%
- elaboração do projeto para a reforma da entrada de energia e quadro de medidores da Secretaria da Agricultura, em Porto Alegre 100%

- prestação de serviços de consultoria e apoio administrativo relacionados com a execução do programa de apoio aos centros regionais — Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (Convênio de 04.02.82)

18%

Programa: Ensino de Primeiro Grau

OBJETIVO:

adequar a oferta, em termos físicos, às necessidades reais da demanda

REALIZAÇÕES:

- construção da Escola Estadual de I Grau "Roberto Silveira", em Cachoeirinha, com área de 675,30 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
100%
- construção da Escola Estadual de I Grau "Tuiuti", em Gravataí, com área de 1.017 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
100%
- execução das obras de ampliação na Escola Estadual de I Grau Incompleto "Érico Veríssimo", em Caxias do Sul, com área de 311,7 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
100%
- execução das obras de ampliação na Escola Estadual "Célia Flores Laura Pinto", em Viamão, com área de 315,21 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
100%
- término da execução da 3.^a etapa das obras de ampliação do Ginásio Estadual "Nossa Senhora das Vitórias", em Cacequi, com área de 725 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
46%
- término da execução da 3.^a etapa das obras de ampliação na Escola Estadual de I Grau "Maria Dulcina", em Nonoai, com área de 785 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
25%
- execução das obras de construção da Escola Estadual de I Grau "Vila Nova Cachoeirinha", em Cachoeirinha, com área de 738,51 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
38%
- término da execução das obras de construção de uma escola de II grau, em Frederico Westphalen, com área de 2104,77 m², para a Secretaria de Educação
35%

- término da execução das obras de construção de uma escola de II grau, em Caxias do Sul, com área de 2.252,07 m², para a Secretaria de Educação
45%
- término da execução das obras de construção de uma escola de II grau, em Santiago, com área de 1963,16 m², para a Secretaria de Educação
33%
- conclusão da última etapa das obras do Grupo Escolar "Benjamin Constant", em Porto Alegre, para a Secretaria de Educação
50%
- prosseguimento da execução (quarta etapa), das obras de ampliação do Ginásio Estadual "Nossa Senhora das Vitórias", em Cacequi, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
100%
- fiscalização das obras de construção da Escola Estadual de I Grau P₃, S₁₆, da Vila COHAB, em Sapucaia do Sul, com área de 1556 m², para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
5%

Programa: Saúde

OBJETIVO:

utilizar plenamente a capacidade instalada, visando ao estabelecimento de uma ampla superfície de contato entre serviços de saúde e clientela, dentro dos objetivos do sistema de saúde

REALIZAÇÕES:

- conclusão da construção e reforma de prédios do Hospital Psiquiátrico São Pedro, com área de 5050 m²
56%
- execução da laje de entrepiso, para reforma do prédio da direção geral do Hospital Psiquiátrico São Pedro, com área de 750 m², para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
100%
- término da execução das obras da oficina central de saneamento, em Porto Alegre, para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, com área de 587 m²
100%
- início da execução das obras do prédio destinado ao Hospital de Cachoeirinha, com 2800 m², para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
50%

- início da execução das obras do prédio destinado ao Hospital de Alvorada, com área de 2900 m², para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
72%
- construção de uma unidade sanitária — projeto padrão CEDRO, em Viamão, para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
100%
- construção de uma unidade sanitária em Aratiba, com área de 100 m², para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
100%

Programa: Saneamento

OBJETIVO:

continuar o esforço de estender os serviços de água a todas as concentrações populacionais do Estado

REALIZAÇÕES:

- construção de poços e açudes, na região norte do Estado, para a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
73 poços

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO —CORSAN

DESEMPENHO 1979/82

A CORSAN, no transcurso do quadriênio, deu continuidade ao desenvolvimento do Programa de Saneamento Básico, de acordo com a meta traçada pela Administração Estadual no sentido de promover a melhoria das condições da população urbana do Estado.

Assim sendo, nos Sistemas de Abastecimento de Água Tratada, desenvolveram-se as seguintes atividades: perfuração de 179 poços; aproveitamento de 69 poços; construção de 11 barragens; aumento da capacidade de produção de água tratada em 1.494l/s, com a construção de 23 novas estações de tratamento; ampliação da capacidade de produção em andamento de 1.145l/s, com obras em 7 sistemas; construção de 104 reservatórios com capacidade para 39.865m³; início da construção de 14 reservatórios, com capacidade total para 5.570m³; implantação de 2.188km de rede de distribuição; ligação de 295.000 economias, de forma a beneficiar mais de 1.167.000 habitantes; implantação ou incorporação de sistemas em 22 localidades; acréscimo na rede "cadastrada" de água, em 3.430km.

A taxa de atendimento, nas localidades abastecidas pela Companhia, atingiu 88% no período, com o atendimento a uma população de, aproximadamente, 3.080.000 habitantes.

Neste período, foram implantados os sistemas de Dom Feliciano, Estância Velha, Fagundes Varela, Igrejinha/Três Coroas, Minas do Leão, Nova Araçá, Planalto, Viadutos/Gaurama. Após os mesmos terem recebido significativas melhorias, foram in-

corporados os sistemas de Campos Borges, Ciriaco, Coronel Bicaco, Chapada, Dona Francisca, Entre-Ijuís, Faxinal do Soturno, Nova Bréscia, Pedras Altas, Rodeio Bonito, Santana da Boa Vista, Santo Antônio das Missões, Sertão e Xangrilá.

Assim, quantitativamente, a situação do Saneamento Básico no Estado, em dezembro de 1982, relativamente ao abastecimento de água nas 244 Sedes Municipais resume-se em: 216 sedes municipais abastecidas por sistemas administrados diretamente pela CORSAN; 2 sedes municipais abastecidas por sistema administrados indiretamente pela Companhia; 19 sedes municipais abastecidas por sistemas de administração municipal e 7 sedes municipais ainda não abastecidas.

Ao total de sistemas administrativos, direta ou indiretamente, pela CORSAN, devem ainda ser acrescentados 25 Sedes Distritais e Pequenos Povoados.

Das antigas sedes municipais, somente Portão ainda não possui sistema de abastecimento de água implantado, havendo, entretanto, já o respectivo projeto para que este se realize.

No que diz respeito aos 12 municípios recentemente criados, 5 não possuem sistemas implantados, sendo que a CORSAN está agindo no sentido de garantir seu abastecimento com água potável.

Quanto aos sistemas de Coleta de Esgotos, o número de novas economias ligadas passou para 72.000 permitindo, desta forma, atender a cerca de 277.000 habitantes. Com o prosseguimento das obras de implantação dos sistemas de Canoas e Novo Hamburgo, e da ampliação dos sistemas de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Torres, além da execução de obras de ampliação de pequeno vulto em Rosário do Sul e Passo Fundo, foram constituídas cerca de 97km de rede coletora. A rede coletora de esgotos "cadastrada", por sua vez, passou de 371km, para 432km.

Também, de primordial importância, foi a continuidade, no período, das obras relativas a Projetos Estratégicos, de alto significado sócio-econômico. Tais obras dizem respeito ao sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Rio Grande, em avançado estágio, e ao sistema de tratamento e disposição final do efluente industrial e cloacal do Pólo Petroquímico.

Foi, ainda, dado início, no período, às obras relativas à implantação do Projeto Rio Guaíba, com a execução de parte da rede coletora de esgotos, conforme convênio entre o Departamento Municipal de Águas e Esgotos, CORSAN e Banco Nacional de Habitação.

Esse plano de obras importou na aplicação de quantia significativa, correspondente a 15.800.000 UPCs.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Saneamento

OBJETIVO:

continuar o esforço de estender os serviços de água a todas as concentrações populacionais do Estado

REALIZAÇÕES

- **ligação de novas economias com abastecimento de água aumentando o percentual da população atendida em todo o Estado, através da implantação, ampliação e melhoria de sistemas**
73.018 economias
- **ampliações de sistemas de abastecimentos de água em localidades grandes e médias**
57 localidades
- **melhorias de sistemas de abastecimentos de água em localidades grandes e médias**
37 localidades
- **ampliações e melhorias de sistemas de abastecimentos de água em localidades de pequeno porte, ou seja, aquelas que, no censo de 1980, possuíam população inferior a 5.000 habitantes**
65 localidades
- **implantação de sistemas de abastecimentos de água em localidades de pequeno porte, ou seja, aquelas que, no censo de 1980, possuíam população inferior a 5.000 habitantes**
19 localidades

OBJETIVO:

prosseguir na montagem da infra-estrutura de saneamento em geral, visando a influenciar as condições de saúde das populações rio-grandenses

REALIZAÇÕES:

- **aquisição e troca de bens duráveis, de uso geral e permanentes, com a finalidade de aumentar a eficiência gerencial da CORSAN, no Estado**
Cr\$ 240,0 milhões

OBJETIVO:

implantar, ampliar e melhorar os sistemas de coleta e tratamento de esgotos cloacais, em localidades com mais de 40.000 habitantes administradas pela Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN

REALIZAÇÕES:

- **implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos cloacais, em localidades grandes e médias**
2 localidades
- **ampliação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos cloacais, em localidades grandes e médias**
2 localidades

- serviços de fiscalização e incorporação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto cloacal de grandes conjuntos habitacionais, em diversas localidades

9 localidades

OBJETIVO:

implantar projetos estratégicos para produção de água e coleta e tratamento de esgotos, com a utilização de recursos especiais do Governo do Estado

REALIZAÇÕES:

- implantação do sistema de abastecimento de água, para atender ao Distrito Industrial de Rio Grande

Cr\$ 1,678 bilhão

- implantação do sistema de coleta, tratamento e disposição final dos efluentes do Pólo Petroquímico

Cr\$ 2,682 bilhões

- implantação do projeto "Rio Guaíba", que visa à ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos de Porto Alegre

Cr\$ 300,0 milhões

OBJETIVO:

dispor de recursos, classificados como investimentos indiretos, que permitam a execução do plano de investimentos, visando a atingir todos os objetivos propostos pela companhia

REALIZAÇÕES:

- investimentos indiretos gastos pela CORSAN, a fim de possibilitar a execução do plano de investimentos em todo o Estado

Cr\$ 749,1 milhões

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA — SSP

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DESEMPENHO 1979/82

Para a consecução de seus objetivos, a Secretaria da Segurança Pública, no transcurso do quadriênio, deu ênfase especial à construção de prédios, além de buscar melhor formação para o seu quadro de pessoal e zelar pelas condições operacionais do Órgão.

Através do projeto Integração Comunidade-Segurança foram construídos 50 prédios para Delegacias de Polícia e órgãos da Brigada Militar em vários municípios do Estado, estando ainda em construção mais 16.

Pelo Projeto Ministério do Interior — Programa Assistência aos Municípios — MINTER-PAM foram construídos 7 prédios para Delegacias de Polícia, nos municípios de Antônio Prado, Barão do Cotegipe, Ciriaco, Nova Araçá, Nova Prata, Salvador do Sul, Rodeio Bonito, e 4 para a Brigada Militar nos municípios de Chapada, Ivoti, Selbach e Nova Petrópolis.

Através do projeto de Construção de Prédios para a Brigada Militar na Capital e Interior, foram construídos e reformados vários prédios tanto na Capital como nos diversos municípios do Estado, sendo que muitos já foram inaugurados, enquanto outros encontram-se em andamento.

Neste projeto cumpre dar destaque à Construção da Estação Açorianos do Corpo de Bombeiros.

No que se refere ao projeto de Construção de Prédios para a Polícia Civil na Capital e Interior, foram feitas as seguintes realizações: construção da Delegacia de Polícia em Porto Alegre — Vila Restinga; reforma e ampliação da 3ª Delegacia de Polícia Distrital, de prédios para o Posto do Instituto de Identificação e o Centro de Operações, além da construção de prédios reforma para Delegacias de Polícia em 24 municípios do Interior; reforma das Delegacias de Polícia de Rio Pardo e Santa Maria.

Com relação a Convênios, foram realizados os seguintes: com o Departamento Nacional de Trânsito/Secretaria da Segurança Pública — DENATRAN/SSP, para a realização de obras de sinalização vertical e horizontal em Caxias do Sul, Uruguaiana e Santa Cruz do Sul e, em fase final de implantação, em Cachoeira do Sul; com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem/Secretaria da Segurança Pública — DNER/SSP, para a aquisição de equipamentos operacionais, com recursos oriundos da arrecadação de multas recolhidas e referentes aos veículos licenciados no Estado; com a Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul/Secretaria da Segurança Pública, para a aquisição de veículos, móveis e máquinas para órgãos da Brigada Militar e Polícia Civil sediados no município; com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/Secretaria da Segurança Pública — IBDF/SSP, destinado ao equipamento da Secretaria e compra de material permanente na ação de fiscalização da flora e fauna; com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU, visando a adquirir equipamentos operacionais para policiamento nos corredores de ônibus.

O combate ao abigeato foi intensificado, tendo se desencadeado um plano de ação

conjunta entre Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.

Através do Projeto Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, realizado com o Ministério da Justiça, foi possível a aquisição de equipamentos operacionais que propiciarão um melhor desempenho nas atividades desenvolvidas pelo Órgão.

Em termos de Comunicações, o quadriênio foi marcado pela instalação de uma moderna Central Telefônica, além da aquisição de diversos equipamentos visando à modernização do sistema.

No que se refere a equipamentos adquiridos com verbas provenientes de dotação orçamentária, de convênios e de financiamento, podem ser citados: veículos, helicópteros, carros de bombeiros, esticadores hidráulicos, máscaras, capacetes, escudos, entre outros.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Segurança Pública

OBJETIVO:

zelar pelas condições operacionais do setor segurança, ministrando-lhe os meios de que carece

REALIZAÇÕES:

- aquisição de equipamentos para a Polícia Civil 100 %
- aquisição de equipamentos para a Administração Superior 100 %
- aquisição de equipamentos para a Brigada Militar 100 %
- aquisição de veículos para a Brigada Militar 100 %
- projeto DENATRAN — execução de melhorias no trânsito de Cachoeira do Sul (Departamento Nacional de Trânsito/Secretaria de Segurança Pública) 100 %
- projeto FAS — aquisição dos dois helicópteros, através da Administração Superior (Fundo de Assistência Social — FAS) 100 %
- projeto FAS — aquisição de Rede Integrada de rádio comunicação, através da Administração Superior (Fundo de Assistência Social — FAS) 100 %
- projeto FAS — aquisição de veículos para a Polícia Civil, através da Administração Superior (Fundo de Assistência Social — FAS) 100 %
- projeto FAS — reaparelhamento administrativo da Polícia Civil, através da Administração Superior (Fundo de Assistência Social — FAS) 100 %
- projeto FAS — aquisição de viaturas para a Polícia Civil (Fundo de Assistência Social — FAS) 100 %
- projeto FAS — aquisição de viaturas para a Brigada Militar (Fundo de Assistência Social — FAS) 100 %
- projeto FAS — Brigada Militar — aquisição de equipamentos operacionais para os Bombeiros da Capital (Fundo de Assistência Social — FAS) 90 %

- projeto FAS — Brigada Militar — aquisição de equipamentos operacionais para os Bombeiros do Interior (Fundo de Assistência Social — FAS) 90 %

OBJETIVO:

construir novos prédios, ampliando e melhorando os serviços especializados, sobretudo os relacionados com a defesa contra os sinistros

REALIZAÇÕES:

- construção de Delegacias de Polícia em vinte municípios (etapa 2 do Projeto) 90 %
- construção de prédios para a Brigada Militar, em quinze municípios (etapa 3 do Projeto) 70 %
- construção de prédios para a Brigada Militar (Extraprojeto) 50 %
- construção de prédios para Delegacias de Polícia (Extraprojeto) 50 %
- construção da Delegacia de Polícia do Terceiro Distrito 100 %
- construção de prédios para a Brigada Militar, em quatorze municípios (etapa 4 do Projeto) 30 %
- construção de Delegacias de Polícia em onze municípios (etapa 4 do Projeto) 30 %
- construção de prédios para a Brigada Militar em três municípios (etapa 5 do Projeto) 40 %
- construção de Delegacias de Polícia em cinco municípios (etapa 5 do Projeto) 30 %
- MINTER/PAM — construção de prédios para a Brigada Militar em quatro municípios (Ministério do Interior/Programa de Assistência aos Municípios) 30 %
- MINTER/PAM — construção de Delegacias de Polícia em sete municípios (Ministério do Interior/Programa de Assistência aos Municípios) 30 %

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO — SEA
SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTES DO
RIO GRANDE DO SUL — SUTERGS
E ÓRGÃOS VINCULADOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO — IPE
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
RECURSOS HUMANOS — FDRH
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE
ARTES GRÁFICAS — CORAG



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO 1979/82

A Secretaria da Administração tem sob sua responsabilidade a execução da política de pessoal no que se refere à Administração em geral; previdência e assistência; aperfeiçoamento e valorização do servidor estadual; supervisão e controle da política de transporte oficial; execução das atividades de publicações oficiais; execução das atividades inerentes aos serviços gerais.

De acordo com essa responsabilidade, e considerando as prioridades definidas na Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, bem como as diretrizes fixadas em seu Plano de Ação, a Secretaria da Administração realizou, diretamente, no período 1979/82, as seguintes ações:

— cadastramento dos servidores, abrangendo conferência e validação de dados de cadastro num total de 445.879; cadastramento e/ou recadastramento de 182.000 servidores; atualização e transcrição de grades de vantagens diversas num total de 178.155; conferência e validação dos dados das grades de efetividade, atingindo 239.475 servidores;

— nomeação de Professores, perfazendo 21.175 nomeações na área 2 e 3; 9.004 nomeações na área 1; transferência para o Plano de Carreira de 7.622 professores, e para o cargo de Especialista em Educação, de 2.086 professores;

— concessão de aposentadoria a 2.339 professores;

— seleção de pessoal mediante concurso público e prova de habilitação, com 45 concursos realizados e 15 em andamento;

— nomeações para os quadros de pessoal, sendo 5.185 para os diversos quadros; 3.484 servidores estabilizados e 10.291 servidores enquadrados;

— concessão de vantagens diversas, tais como exame de processos de estabilidade de 6.790 funcionários e concessão de gratificação especial de risco de vida ou saúde beneficiando a 7.406 funcionários.

O Banco de Dados de Pessoal criado pelo Decreto nº 30.024 de 27.01.81, tem como objetivo fundamental eliminar o paralelismo de funções e cadastros na área de pessoal.

De acordo com o desenvolvimento das etapas previstas e já realizadas, foram instaladas na Secretaria da Administração, 23 terminais de teleprocessamento e 4 impressoras.

A implantação do Banco de Dados criou condições para a concessão automática de vantagens e permanente atualização dos dados funcionais dos servidores.

O trabalho desenvolvido pela Secretaria da Administração em função da valorização do servidor e da promoção do seu bem-estar social levou à realização de atividades, entre as quais podem ser destacadas:

— projetos de pesquisa — fatores que podem estar associados ao bem-estar dos servidores públicos no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, concluído em 1980; e levantamento do interesse da mãe servidora pública, relativo ao atendimento de seus filhos de 0 a 6 anos em Instituições Particulares, concluído em 1982;

— elaboração de 5 projetos de: programação de alimentação; atendimento a crianças de zero a seis anos, filhos de servidores em exercício no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul — CAERGS; preparo para a aposentadoria; subsídio — alimentação aos servidores da Secretaria da Administração e ocupação do tempo livre-orientação para o lazer;

— mobilização dos servidores em exercício no CAERGS visando à criação de uma Associação dos Servidores (ASCENTRO), com o objetivo principal de congregar os servidores e de coordenar a implantação de programas específicos relativos ao seu bem-estar. Complementarmente, foram desencadeadas medidas que culminaram com a cedência do terreno onde será construído o prédio para uma Instituição de crianças de zero a seis anos, e foi prestado assessoramento técnico-administrativo à ASCENTRO.

De acordo com a política preconizada pelo Governo, a qual tem como um dos seus objetivos a realização do cadastro dos prédios e terrenos do Estado ou de terceiros a serviço da Administração Pública Estadual procedeu-se, nesse período, ao cadastramento e registro em computador de 9.500 imóveis da Administração Direta e Indireta.

Além das atividades já mencionadas a Secretaria da Administração realizou, no quadriênio 1979/82, através de suas Assessorias e Grupos de Trabalho, ações diversas entre as quais cumpre destacar:

— elaboração dos anteprojetos relativos ao Plano de Reclassificação do Quadro Geral; ao Plano de Efetivação de Estáveis; à Organização dos Cargos em Comissão, Funções Gratificadas e equivalentes; ao Regulamento de Promoções do Quadro Geral;

— elaboração, em 1979, do projeto da nova estrutura da Secretaria; elaboração e execução, em 1982, do projeto que coloca em computação os registros do Protocolo, aproveitando os dados cadastrais do Banco de Dados de Pessoal; e elaboração e execução do projeto de Microfilmagem das Fichas do Protocolo, utilizando a aparelhagem da Secretaria da Educação;

— elaboração e publicação da Coletânea de Leis e Decretos Estaduais referentes aos anos 1974, 1979 e 1980 — I Volume (Reclassificação); guia das repartições — 9ª à 12ª edição e Regulamento do ICM, além da elaboração das especificações das categorias funcionais;

— realização de levantamento do potencial humano da Secretaria da Administração para reconhecer a real força de trabalho da mesma em 1981; das necessidades bási-

cas de treinamento para os servidores, com objetivo de oferecer aperfeiçoamento em diferentes áreas; levantamento e estudo do posicionamento da mulher na função pública; da legislação sobre promoções, função gratificada e cargos em comissão;

— realização do diagnóstico preliminar dos recursos de microfilmagem da Administração Direta e Indireta;

— treinamento de funcionários, lotados nas Equipes de Pessoal, para 23 órgãos da Administração Direta do Estado;

— prestação de assessoramento, através da Unidade de Classificação de Cargos e Funções, às Prefeituras Municipais, visando, principalmente, ao aperfeiçoamento da política de pessoal;

— desenvolvimento de atividades pertinentes ao setor jurídico em assuntos do funcionalismo, visando à disciplinação, solução e encaminhamento de expedientes diversos, bem como, à elaboração de 5 Anteprojetos de Lei.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

implantar o Projeto de Cadastramento de Pessoal do Estado

REALIZAÇÕES:

- conferência de validação dos dados do Cadastro do Pessoal do Estado
93.310 servidores
- cadastramento e/ou recadastramento de servidores nomeados ou contratados
17.000 servidores
- conferência e validação dos dados das grades dos servidores, relativos aos anos de 78/79/80/81
22.000 servidores
- atualização e transcrição das grades de vantagens diversas
16.000 servidores
- abertura de novas fichas
30.000 servidores

OBJETIVO:

implantar o projeto relativo ao Banco de Dados de Pessoal

REALIZAÇÕES:

- 1ª etapa: integração dos registros de efetividade das Secretarias da Fazenda e da Administração

100 %

- 2ª etapa: unificação parcial do SAP/BRH, possibilitando consultas e informações funcionais 100 %
- 4ª etapa: registro da efetividade mensal do servidor, através de terminais 50 %
- 3ª etapa: implantação da rotina de mestres, permitindo consultas, atualizações e relatórios via terminal de processamento 50 %
- cadastramento e complementação dos dados do servidor, controle do provimento e vacância de cargos, atualização de publicações referentes a pessoal no Diário Oficial do Estado 100 %

OBJETIVO:

realizar completo cadastro dos prédios e terrenos do Estado, ou de terceiros, a serviço da Administração Pública Estadual

REALIZAÇÕES:

- complementação do Cadastro de Imóveis da Administração Direta 650 imóveis
- complementação do Registro em computador dos Imóveis da Administração Direta 630 imóveis
- complementação do Cadastro de Imóveis da Administração Indireta 610 imóveis
- complementação do Registro em computador dos Imóveis da Administração Indireta 610 imóveis
- validação das informações recebidas sobre Imóveis da Administração Direta e Indireta 5.000 imóveis

OBJETIVO:

colher elementos para estabelecer diretrizes que possibilitem um aproveitamento mais adequado dos recursos gráficos do Estado

REALIZAÇÕES:

- levantamento dos setores Gráficos da Administração Direta 4 levantamentos
- levantamento dos setores Gráficos da Administração Indireta 2 levantamentos

OBJETIVO:

selecionar candidatos, e proceder aos respectivos concursos e provas de habilitação, para o Quadro de Pessoal do Estado

REALIZAÇÕES:

- realização, na Capital, de concursos e provas de habilitação, para selecionar candidatos aos Quadros de Pessoal do Estado

14 concursos

OBJETIVO:

examinar, registrar e publicar atos relativos a pessoal, dos diferentes Quadros de Pessoal da Administração Direta

REALIZAÇÕES:

- nomeação de professores concursados da área 1

7.002 professores

- transferência de professores para cargos de especialistas em Educação — Lei 7402/80

2.806 professores

- ulimação do exame de Atos de Aposentadoria de Professores — Emenda Constitucional nº 18/81

2.339 professores

- exame de processos de concessão de gratificação especial de risco de vida ou saúde, e de adicional de insalubridade

2.583 funcionários

- exame de Processos de Estabilidade — Lei 7511/81

6.790 funcionários

- publicação de atos relativos a pessoal da Administração centralizada

117.503 atos

**SUPERINTENDÊNCIA DOS TRANSPORTES DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — SUTERGS**

DESEMPENHO 1979/82

A Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul — SUTERGS, tem por finalidade executar, sistematizar, orientar, fiscalizar e estabelecer normas com vistas à política oficial de transportes da Administração Estadual.

Com o objetivo de contribuir com a política nacional de diminuição de importações de combustíveis, a SUTERGS fixou quotas de consumo conseguindo, em relação aos 56 Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, a gradual substituição da gasolina pelo álcool, e a rápida substituição do "fuel-oil", principalmente, pelo carvão mineral, nas usinas da Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE.

Atualmente, todos os veículos da Administração Direta e Indireta, num total de 5.619, estão sendo controlados através do Sistema Cardex.

Quanto ao abastecimento de gasolina, durante o período de 1979/1982, a SUTERGS forneceu 3.535.173 litros de gasolina, 71.273 litros de álcool e 19.945 litros de óleo diesel, tendo realizado 19.939 abastecimentos a veículos a gasolina, 344 a veículos a álcool e 114 a veículos a óleo diesel, abrangendo 28 Órgãos da Administração Estadual.

Comparando os preços médios de custo do litro da gasolina fornecida pela SUTERGS, com os postos revendedores do produto, isto se traduz em uma redução de despesa para o Estado, da ordem de Cr\$ 29,4 milhões, no quadriênio.

Para o abastecimento de álcool e óleo diesel foi instalada, em 1981, na Avenida Paraná, uma bomba de óleo diesel com capacidade de 5.000 litros, a qual forneceu um total de 71.273 litros de álcool e 19.945 litros de óleo diesel, entre 1981 e 1982.

Além disso, prosseguem as providências para a instalação da Garagem e Oficina Central, no Centro Administrativo com capacidade para 500 veículos —, e da Estação de Abastecimento, com 1.400m² de área, na Avenida Ipiranga, perto da Avenida Praia de Belas.

Está em fase adiantada o projeto de implantação do Controle de Cotas e Consumo de Veículos, e do Cadastro de Veículos, através de computador.

REALIZAÇÕES: 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

coordenar, executar e fiscalizar toda a política referente à atividade de transporte oficial da administração direta e indireta

REALIZAÇÕES

- | | |
|--|-------------------|
| — controle da frota de veículos, quanto à incorporação | 828 veículos |
| — controle da frota de veículos, quanto a desativações | 353 veículos |
| — controle da frota total de veículos | 5.619 veículos |
| — movimentação extracadastro, quanto à incorporação de veículos | |
| — movimentação extracadastro, quanto à alienação de veículos | 62 veículos |
| — distribuição de cota e consumo de gasolina entre os cinquenta e seis órgãos da administração direta e indireta | 12.587.678 litros |

- distribuição de cota e consumo de álcool entre os cinquenta e seis órgãos da administração direta e indireta
460.600 litros
- distribuição de cota e consumo de óleo diesel entre os cinquenta e seis órgãos da administração direta e indireta
31.275.935 litros
- distribuição de cota e consumo de Fuel-Oil entre os cinquenta e seis órgãos da administração direta e indireta
8.325.287 kg
- abastecimento de gasolina a vinte e oito órgãos, junto ao posto da Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul — SUTERGS
995.384 litros
- abastecimento de álcool a oito órgãos, junto ao posto da SUTERGS
65.186 litros
- atendimento de veículos no posto da SUTERGS (à gasolina)
5.606 veículos
- atendimento de veículos no posto da SUTERGS (à álcool)
289 veículos
- abastecimento de óleo diesel a dois órgãos, junto ao posto da SUTERGS
19.945 litros
- atendimento de veículos no posto da SUTERGS (a óleo diesel)
114 veículos

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — IPE

DESEMPENHO 1979/82

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — IPE, no quadriênio, deu continuidade às suas atribuições, destacando-se como principais realizações: o convênio firmado com o Banco Nacional de Habitação; a implantação do Sistema de Informações e Processamento Eletrônico de Dados; a instalação de agências no Interior do Estado, visando à descentralização das atividades do Instituto; o credenciamento de odontólogos para atendimento dos segurados; e a implantação do Programa de Racionalização e Modernização Administrativa.

No ano de 1982, em que se comemorou o cinquentenário da Autarquia, além do Simpósio sobre Previdência Social Estadual, foi criado o Museu Previdenciário General Flores da Cunha.

Tendo em vista que a evolução do sistema previdenciário reclamava a adoção de um instrumento legal, realmente capaz de imprimir-lhe melhores rumos em 22.06.82, foi sancionada a Lei nº 7676, com o objetivo de, não só unificar a legislação até então vigente, mas principalmente, introduzir diversas modificações dentre as quais merece relevo, a nova sistemática de cálculo das pensões.

No que se refere à assistência farmacêutica foram firmados convênios com farmácias, sendo 2 da Capital e 19 do Interior do Estado, que além das 7 próprias na Capital e 11 no Interior, forneceram medicamentos a custos reduzidos a um total de 6.277.683 pessoas, num valor de Cr\$ 1,9 bilhão.

Como uma das mais expressivas realizações desta Administração, salienta-se também a criação de modernas e equipadas agências, no Interior do Estado, visando à descentralização do atendimento direto ao associado.

As agências, postos e delegacias, em número de 69, oferecem toda a assistência necessária, promovendo a integração de todos os beneficiários residentes no Interior, nas atividades do Instituto.

A assistência médica prestada aos segurados foi dinamizada através de várias medidas tais como: credenciamento de médicos, reestruturação na área de recursos humanos do Hospital Ernesto Dornelles, melhoramentos em diversas áreas deste hospital, convênio com a Central de Medicamentos do Ministério da Previdência — CEME, para distribuição gratuita de medicamentos a beneficiários do IPERGS, através de rede própria de farmácias.

Nestes quatro anos, o número total de consultas foi de 5.416.015, num valor de Cr\$ 2,1 bilhões, além de 3.573.450 exames complementares no valor de Cr\$ 1,3 bilhão e 453.960 internamentos, no valor de Cr\$ 7,9 bilhões.

A assistência previdenciária, que consiste na prestação de benefícios de auxílio-natalidade, pensões e pecúlio teve os seguintes resultados: 66.371 pensões, beneficiando 123.234 pensionistas no valor de Cr\$ 5,4 bilhões; 27.620 pecúlios facultativos no valor de Cr\$ 2,4 bilhões; 6.080 pecúlios post mortem no valor de Cr\$ 285,3 milhões; 38.771 auxílios-natalidade no valor de Cr\$ 103 milhões; 8.466 anos de assistência complementar — PAC no valor de Cr\$ 236,9 milhões; 3.667 planos de assistência médica suplementar — PAMES no valor de Cr\$ 84,1 milhões.

Quanto a assistência financeira, os recursos despendidos foram de Cr\$ 3,3 bilhões para a concessão de 108.259 empréstimos, e de Cr\$ 117,6 milhões para 11.713 fianças.

Na área da assistência habitacional o Órgão firmou convênio com o Banco Nacional da Habitação possibilitando, dessa forma, conceder para um número maior de associados o acesso à casa própria. Como resultado, foram realizados 12.263 contratos no valor de Cr\$ 19,2 bilhões.

Nesta Administração, o número de beneficiários do Instituto cresceu consideravelmente, contando atualmente, o IPE, com 861.615 associados e 1.292.423 dependentes.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração Financeira

OBJETIVO:

oferecer, aos 40.000 associados da capital e interior do Estado, apoio financeiro através de empréstimos simples, escolar, complementar e odontológico

REALIZAÇÕES:

- concessão de empréstimos pessoais complementares, odontológicos e escolares, a associados da autarquia, na capital e interior do Estado
24.677 pessoas

Programa: Habitação

OBJETIVO:

proporcionar habitação a 5.000 associados em geral, na capital e interior do Estado, a custos compatíveis com a capacidade aquisitiva.

REALIZAÇÕES:

- financiamento a associados da capital e interior do Estado, para aquisição de moradia com mais de 70 m²
1.520 financiamentos
- financiamento a associados da capital e interior do Estado, para ampliação de moradia
58 financiamentos
- financiamento para conclusão de moradia, a associados da capital e interior do Estado
83 financiamentos
- financiamento para construção de moradia com mais ou menos 70 m² a associados da capital e interior do Estado
3.023 financiamentos
- financiamento a associados da capital e interior do Estado, para reforma de moradia
190 financiamentos

Programa: Saúde

OBJETIVO:

prestar assistência médica e hospitalar aos servidores do Estado, da administração direta e indireta, além de assistência a municípios através de convênios, buscando atingir 3.135.350 pessoas, no exercício

REALIZAÇÕES:

- atendimento médico a associados e dependentes, na capital e interior do Estado
1.799.571 atendimentos
- exames complementares a associados e dependentes, na capital e interior do Estado
1.156.998 exames

- assistência hospitalar a associados da capital e interior do Estado
118.728 atendimentos
- atendimento médico de emergência a associados da capital e interior do Estado
105.499 atendimentos

Programa: Assistência

OBJETIVO:

patrocinar atendimento aos associados, mediante a aquisição de medicamentos, atingindo principalmente aos de menor renda, na capital e no interior do Estado

REALIZAÇÕES:

- atendimento a associados, através da comercialização de produtos farmacêuticos, atingindo a capital e mais onze municípios
1.266.910 atendimentos

Programa: Previdência

OBJETIVO:

divulgar e ampliar a atuação do Instituto, quanto à concessão e pagamento de benefícios, pensões ou complementações, na capital e interior do Estado

REALIZAÇÕES:

- manutenção de 18.700 pensões mensais, na capital e no interior do Estado
18.161 pessoas
- concessão de pecúlio "post mortem"
1.426 pessoas
- concessão de auxílio-natalidade
9.140 pessoas
- concessão de pecúlio facultativo
168 pessoas

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
RECURSOS HUMANOS — FDRH**

DESEMPENHO 1979/82

Atendendo aos objetivos de preparar e valorizar os recursos humanos do Estado, a FDRH realizou, na Administração Amaral de Souza, 203 projetos destinados à atualização, aperfeiçoamento e especialização de docentes do Sistema Estadual de Educação, totalizando 11.309 horas/aula com a participação de 6.660 docentes. Nesse período,

do, a Fundação passou a executar o Programa de Ciências do Rio Grande do Sul (PROCIRS) em convênio com o Ministério de Educação e Cultura e Secretaria de Educação do Estado.

Um aspecto que cabe enfatizar é que estes programas foram desenvolvidos de maneira intensamente interiorizada, abrangendo todas as Delegacias de Educação e envolvendo, de forma direta ou indireta, todos os municípios do Estado.

Como destaque nesta área cabe citar: a elaboração e montagem de protótipos e produção de "Kits" de Ciência para o Projeto "Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis no Processo de Ensino de 1º Grau"; pesquisas sobre "Material para Laboratório de Ciências do 1º Grau"; "Modelo de Laboratório Mínimo de Ciências de 2º Grau" e Pesquisa de Opinião de Docentes de Ciências, visando à adequação do PROCIRS aos objetivos do Ensino do Estado; cooperação técnica com as Delegacias de Educação e Escolas da Rede Oficial de Ensino visando a fornecer apoio técnico-instrucional dentro das metas do PROCIRS.

A preocupação com a capacitação de recursos humanos para o Sistema Agroindustrial do Estado praticamente surgiu no Estado e desenvolveu-se com a Fundação. Em 1973, com o surgimento do Programa Nacional de Treinamento de Executivos — PNTE, criado pelo antigo Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral a FDRH, como Órgão Vinculado, na época, à Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado, engajou-se neste programa em decorrência de um novo papel que lhe era atribuído. Pela análise das prioridades a nível estadual e federal, relativas à Agroindústria, a Fundação assumiu a função como órgão de suporte à ação governamental no processo de desenvolvimento econômico-social do Estado, passando a preparar também executivos para o setor e servindo de órgão de assistência a pequenas e médias empresas no tocante a treinamento, consultoria e pesquisa.

Neste campo, a FDRH realizou no Governo Amaral de Souza, 208 projetos de Treinamento, totalizando 14.405 horas/aula e envolvendo 6.911 participantes.

No tocante a consultoria, a FDRH desenvolveu uma metodologia de trabalho que possibilitou o atendimento crescente de um grande número de pequenas empresas, tendo realizado no período 1979/1982, 68 projetos, totalizando 34.988 horas técnicas, com a participação de 4.711 empresários do setor. Tais projetos foram viabilizados mediante convênio entre o Estado e o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — Centro de Assistência Gerencial do Rio Grande do Sul, através do aporte de recursos financeiros indispensáveis a estas ações.

Para o setor Agroindustrial da FDRH, cumpre destacar: quatro Cursos de Pós-Graduação em Agroindústria com a duração de cerca de 900 horas cada, e a participação de 65 técnicos brasileiros e 24 técnicos latino-americanos. Estes cursos foram realizados através de convênios com o Programa Nacional de Treinamento de Executivos — PNTE e a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — SUBIN, considerando sua importância a nível nacional; quatro Cursos de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado em convênios com a SUBIN, Ministério das Relações Exteriores e Organização dos Estados Americanos (OEA) com a participação de 26 técnicos brasileiros e 55 técnicos latino-americanos, além de três Seminários de Gerência Agroindustrial envolvendo 29 técnicos estrangeiros provenientes da África, da América Central e da América Latina; Programa de Apoio à Agroindústria de Conservas de Frutas e Legumes, buscando o desenvolvimento de uma visão sistêmica do setor

com a participação de produtores rurais, industrialistas, técnicos e representantes das entidades de Apoio e Fomento, visando a difusão e implantação de novas técnicas de cultivo e de desenvolvimento gerencial; programas de Apoio ao Produtor Rural especialmente na organização de Feiras, difusão de Tecnologia de Produção e Gerência entre pequenos produtores e promoção de formas de Associativismo; participação no Projeto de Desenvolvimento do Vale do Alto-Taquari visando à capacitação de pessoal para o Projeto; elaboração de dez perfis agroindustriais visando à sensibilização e apoio à implantação de pequenas empresas agroindustriais na região.

A FDRH realizou ainda, dentro do que denomina PROGRAMAS ESPECIAIS, pela singularidade que mantém em relação ao conteúdo e aos objetivos, 125 projetos de treinamento, totalizando 14.410 horas/aula envolvendo 3.109 participantes. Fornecendo ainda assistência técnica, realizou 17 projetos de consultoria em várias áreas, totalizando 3.788 horas técnicas e beneficiando 53 entidades. Estes Programas caracterizaram-se por ações voltadas para as áreas de Cooperação Técnica a nível nacional e internacional, ao apoio às pequenas e médias empresas do Setor Petroquímico e outras áreas consideradas de interesse do Estado.

Quanto aos Programas Especiais cabe destacar no período: Apoio Gerencial e Tecnológico às Pequenas e Médias Empresas do Setor Petroquímico, mediante convênio com o CEBRAE/CEAGRS e Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) do Ministério de Indústria e Comércio, que possibilitou a realização de 22 cursos e seminários com a participação de 529 técnicos oriundos de 353 empresas gaúchas do setor; realização do Encontro Nacional da Indústria de Transformação do Setor Petroquímico em 1981, que reuniu mais de 90 empresários e técnicos do setor, em Porto Alegre; desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica com outros Estados, realizando Cursos de Administração e Análise de Projetos, Formação de Agentes de Treinamento, Projetos de Desenvolvimento Integrado nos Estados de Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Goiás, Pernambuco, Rondônia, Paraíba e Ceará; atividades de Intercâmbio e Cooperação Técnica com entidades equatorianas envolvendo: Assinatura de um Acordo de Intenções com o Conselho Provincial de Pichincha, em Quito, e realização de um Seminário de Identificação de Requisitos de Cooperação Técnica Internacional; assinatura de Protocolos de Intenções com o Fundo Nacional de Preinversión (-FONAPRE) e com a Dirección Nacional de Personal, visando a concretizar as intenções decorrentes do Protocolo assinado pelo Governo do Estado, em junho de 1982, com diversas autoridades daquele país.

Finalmente, todo o esforço desenvolvido pela Fundação em seus campos de atividades, visando ao desenvolvimento de Recursos Humanos, repousaram num conjunto de atividades de caráter técnico e de apoio que envolveram Pesquisa, Tecnologia Educacional e Informática. Visando a fornecer tal suporte foram desenvolvidos cerca de 46 projetos, totalizando mais de 40.000 horas técnicas.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

conduzir uma política de pessoal que objetive a valorização dos recursos humanos ocupados pelo setor público Estadual

REALIZAÇÕES:

- realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização de servidores públicos estaduais, em Porto Alegre e Pelotas
49 cursos
- realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização de servidores públicos estaduais, em Porto Alegre e Pelotas
4.152 horas/aulas
- realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização de servidores públicos estaduais, em Porto Alegre e Pelotas
1.560 pessoas
- realização de cursos e seminários de atualização e aperfeiçoamento de docentes, em Porto Alegre e mais quinze municípios
74 cursos
- realização de cursos e seminários de atualização e aperfeiçoamento de docentes, em Porto Alegre e mais quinze municípios
2.592 horas/aula
- realização de cursos e seminários de atualização e aperfeiçoamento de docentes, em Porto Alegre e mais quinze municípios
2.429 pessoas
- realização de projetos de consultoria para entidades públicas
280 horas, técnicas

Programa: Indústria**OBJETIVO:**

apoiar os programas de desenvolvimento agroindustrial do Estado, através da preparação de recursos humanos para o setor

REALIZAÇÕES:

- realização de cursos e seminários para entidades do setor agroindustrial, em Porto Alegre e mais dezenove municípios
56 cursos
- realização de cursos e seminários para entidades do setor agroindustrial, em Porto Alegre e mais dezenove municípios
3.390 horas/aulas
- realização de cursos e seminários para entidades do setor agroindustrial, em Porto Alegre e mais dezenove municípios
1.256 pessoas
- realização de projetos de consultoria para o setor agroindustrial
5.522 horas, técnicas

OBJETIVO:

apoiar os programas de desenvolvimento industrial de setores básicos, como o petroquímico, através da oferta de cursos e seminários, bem como do atendimento de demandas de serviços na área de desenvolvimento de recursos humanos

REALIZAÇÕES:

- realização de cursos e seminários para empresas privadas do setor petroquímico e atendimento de demandas de outras organizações, em Porto Alegre e mais dois municípios
21 cursos
- realização de cursos e seminários para empresas privadas do setor petroquímico, e atendimento de demandas de outras organizações
1.843 horas/aula
- realização de cursos e seminários para empresas privadas do setor petroquímico, e atendimento de demandas de outras organizações
452 pessoas
- realização de projetos de consultoria para organizações
1.428 horas técnicas

OBJETIVO:

realização de estudos e pesquisas para entidades do setor agroindustrial

REALIZAÇÕES:

- realização de dez perfis agroindustriais, na região do Alto Taquari
3.200 horas/técnicas

COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS — CORAG

DESEMPENHO 1979/82

É de destacar, na atuação da CORAG no período, a execução, a partir de março de 1981, de uma política de entrosamento, cada vez maior, com o Departamento Central de Administração do Material — DECAM, culminando, no exercício de 1982, com a canalização para a CORAG de todos os serviços gráficos do Estado solicitados àquele Órgão. Isso trouxe, como consequência, a saída da Companhia do mercado gráfico privado, e a centralização de suas atividades em órgãos públicos.

Em abril/maio de 1981, foi desativada a CORAG — Centro, resultando isso na transferência dos setores de composição do Diário Oficial do Estado para a sede, na Avenida Aparício Borges. Ao mesmo tempo, foram substituídas as máquinas de linotipia, por máquinas elétricas de escritório, proporcionando uma substancial economia, sem falar na agilização da própria composição.

O Diário Oficial do Estado sofreu, neste período, uma reformulação gradativa, passando de três para seis colunas, estando atualmente enquadrado aos demais jornais tablóides existentes na Capital, o que veio facilitar o intercâmbio de material de publicação.

Em junho de 1981 foi adquirido, pela Companhia, um moderno sistema de foto-composição, em substituição ao existente já completamente superado.

Também em 1981 deu-se a criação e implantação de um sistema de planejamento e de controle interno, tanto na área industrial, como financeira, instrumentos básicos para a deliberação e decisões da Direção. Para um melhor atendimento da demanda por parte dos órgãos públicos, a Companhia implantou, ainda, o turno da noite, em suas atividades.

Na área de Recursos Humanos, a CORAG vem demonstrando constante preocupação em proporcionar aos seus servidores boas condições de trabalho, além de assistência médica e odontológica extensiva aos familiares. Com relação a oportunidades de treinamento foram ministrados diversos cursos, objetivando um melhor desempenho funcional dirigido, tanto a funcionários graduados, como não graduados.

Entre a produção efetivada no quadriênio, pelo Órgão, destacam-se os seguintes itens: 10.594.171 exemplares do Diário Oficial do Estado; 8.349.111 exemplares de Jornais Particulares; 1.420.102 Separatas de Deputados; 1.213.486 Revistas; 289.337 Livros; 105.695.882 unidades de Impressos Gerais.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Administração

OBJETIVO:

editar e imprimir o Diário Oficial do Estado, bem como atender à administração pública, na execução de trabalhos gráficos em geral

REALIZAÇÕES:

- | | |
|--|----------------------|
| — edição e impressão dos cadernos "Governo do Estado", "Diário da Indústria e Comércio" e "Diário da Justiça", componentes do Diário Oficial do Estado | 2.208.342 exemplares |
| — execução do Diário da Assembléia Legislativa | 245.449 exemplares |
| — execução de jornais particulares | 1.486.591 exemplares |
| — confecção de separatas de deputados | 476.579 unidades |
| — confecção de revistas | 400.886 unidades |
| — confecção de livros | 122.737 unidades |
| — atendimento à administração pública na execução de impressos gráficos em geral | 32.991.385 unidades |

SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E TURISMO — SCDT

E ÓRGÃOS VINCULADOS

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE — FOSPA

FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE — FIGTF

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO — CRTUR

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO — FTSP

SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

DESEMPENHO 1979/82

No ano de 1979 foi criada a nova Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, através do desmembramento do anterior Departamento de Assuntos Culturais — DAC, da Secretaria de Educação, da criação de um novo setor para atendimento específico ao esporte amador não-escolar mas comunitário, e de forma a aproveitar a experiência administrativa dos 8 anos de Secretaria de Turismo. O Organograma e Regimento Interno foram aprovados pela Portaria n.º 40/80, de 30 de junho de 1980.

No setor de cultura, constituiu-se preocupação no novo Departamento de Cultura — DEC, o alargamento da área cultural do Estado, desvinculando-a do âmbito restrito da Capital e das Delegacias de Educação e promovendo um maior conhecimento daqueles fatos e personalidades que, no passado, contribuíram para o atual estágio da Cultura sul-rio-grandense.

Foram, assim, implantados 12 Pólos Culturais Regionais — em Osório, Santo Ângelo, Vacaria, Rio Grande, Cachoeira do Sul, Pelotas, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Passo Fundo, Erechim e Porto Alegre —, além de Pólos Culturais de Apoio, destinados ao autoconhecimento, autovalorização e intercâmbio de bens culturais.

Além da Cultura Escolarizada, foi dada importância à Cultura Popular e à Cultura de Massa, de modo a abarcar toda a comunidade, inclusive os segmentos iletrados. Foi, também, criado e distribuído um “Calendário Histórico-Cultural” às escolas e Clubes de Serviço, vindo valorizar a lembrança de personalidades, tais como, a médica Rita Lobato, o desbravador Cristóvão Pereira, o cientista Landell de Moura, etc.

Foi iniciado o intercâmbio com outros Estados da Federação, constituindo-se em um marco a apresentação de cantores líricos em São Paulo, com o patrocínio da Secretaria de Cultura Paulista, bem como a exposição de 40 artistas plásticos gaúchos no salão da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, em Brasília.

As Instituições vinculadas à Secretaria encontraram decidido estímulo, destacando-se a atualização salarial dos músicos da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a realização de pesquisas de campo da Fundação Gaúcha de Tradição e Folclore, e a transformação do Teatro São Pedro em Fundação.

Dentre as Instituições Subordinadas, são de destacar: a Biblioteca Pública (implantando microfilmagem de periódicos antigos e supervisionando o Sistema Estadual de Biblioteca), o Arquivo Histórico (recebendo, por aquisição do Estado, o acervo de cartas e documentos que pertenceram a João Neves da Fontoura), a Discoteca Pública

Natho Hehn (agora também promovendo espetáculos musicais externos), o Museu Júlio de Castilhos (que se expandirá fisicamente através do prédio contíguo, adquirido pelo Estado), o Museu Antropológico, (cooperando para o surgimento de novos museus em Santo Antônio da Patrulha, São Pedro do Sul, Butiá, São Gabriel, São Borja, Osório), o Instituto Estadual do Livro (realizando a Feira do Livro Infantil, participando da Feira do Livro com obras dos Pólos Culturais do Interior, reeditando obras básicas, tais como os "Contos Gauchescos e Lendas do Sul", de Simões Lopes Neto), o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

A Divisão de Promoções Culturais manteve intensa atividade no Interior do Estado, fazendo-se também presente na Capital e, pela primeira vez, fora do Rio Grande do Sul, em cidades como Laguna, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, e outras.

O Parque Histórico General Bento Gonçalves, em Camaquã, entrou em atividade, mediante cessão de uso à Fundação Cultural Gaúcha MTG cobrindo, simultaneamente, os setores de Estância, Galpão e Tradicionalismo.

O antigo Hotel Majestic, na Capital, começou a abrigar a "Casa da Cultura", com destaque para o pioneirismo de um "Centro Estadual de Informações — CEI".

No dia 9 de fevereiro de 1981 realizou-se encontro, no Palácio Piratini, entre o Governador do Estado e o Diretor da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com vistas à conjugação de esforços de diversos órgãos, em prol da revitalização cultural das ruínas de São Miguel e outros sítios missioneiros.

No setor de Desporto, foi implantado, pelo Departamento de Desporto da Secretaria, o Programa de "Módulos Esportivos", sendo as primeiras canchas inauguradas em Guarani das Missões, Severiano de Almeida, Ibirubá, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, São Sepé, Tramandaí, Santana da Boa Vista, Frederico Westphalen e Casca.

O Governo do Estado revelou, desde o início de sua administração, um especial interesse por essa área, empenhando-se na construção de uma sede para as Federações Esportivas, em Porto Alegre. Por outro lado, foi intensa a co-participação do Estado, na construção ou melhoria, de ginásios abertos em inúmeras cidades interioranas, tais como Santana da Boa Vista, Arroio Grande, Tramandaí, Caçapava do Sul, Nova Petrópolis, Erechim, Sananduva, Crissiumal, Palmitinho, Nova Palma, Canoas, Nova Bassano, Roca Sales, Serafina Correa, Espumoso, Getúlio Vargas e Cerro Largo.

O Departamento de Desporto reimplantou os Jogos Intermunicipais — JIRGS, realizando a XV edição dos mesmos, em Caxias do Sul, e a XVI edição, em Canoas.

Foi implantada a premiação dos "Destques Esportivos do Ano", sendo também criado um troféu específico da Secretaria, proposto o dia 3 de abril como data de confraternização desportiva, e iniciado o hábito de um representante da Secretaria acompanhar delegações gaúchas em importantes competições realizadas fora do Estado.

Houve preocupação com o Estádio Náutico de Porto Alegre, que estivera praticamente abandonado. Tentou-se, ainda, estabelecer um regime de prioridades para toda a gama de esportes praticada no Rio Grande do Sul, e estão sendo dados os passos iniciais para o estabelecimento de uma nítida política desportiva para o Estado.

Por sua repercussão social contribuindo, inclusive, para a minimização do êxodo rural, é de destacar a realização do Programa dos Jogos Rurais. Com apoio dos Clubes 4-S e da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS, foi desenvolvido o plano-piloto em distritos rurais de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul, Nova Prata, Espumoso e Frederico Westphalen, culminando com a realização dos I Jogos Rurais do Rio Grande do Sul, em Espumoso.

O setor de Turismo ressentiu-se, no período, com a quase total interrupção do fluxo de visitantes provenientes da Argentina e Uruguai orientando-se, a partir daí, a atuação da Secretaria para a realidade gaúcha na qual sobressai o paradoxo de um território rico em potencialidades mas ainda com grandes falhas de estrutura turística e de operacionalidade receptiva.

Assim, foi buscada, como prioridade fundamental, a solução de problemas tais como os enfrentados pelos Parques Estaduais de Torres (Guarita-Itapeva), Camaquã (Parque Histórico Bento Gonçalves) e Viamão (Itapuã), caracterizados por se basearem em projetos superdimensionados, em vista da atual realidade econômica do Estado, não tendo sequer sido ultrapassada, no caso, a problemática de ressarcimento dos proprietários de extensas áreas desapropriadas.

A questão de Torres foi resolvida com o apoio da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, que diligenciou para a aprovação de Lei Federal que determina regulamentação das chamadas Áreas de Interesse Turístico — com o que o Estado pôde devolver a maior parte da área preservando, entretanto, os interesses paisagísticos.

Em Camaquã, a Procuradoria do Estado levou a bom termo o pagamento dos desapropriados, desembaraçando o caminho para a dinamização do Parque Bento Gonçalves como um Centro Turístico-Cultural voltado para os aspectos característicos da Estância, do Galpão e do Tradicionalismo.

Em Itapuã, foi apontada a pequena área que interessaria ao Estado preservar, mas o processo global tem sido retardado por etapas normalmente morosas, tais como o cadastramento de toda a população de veranistas-posseiros que, a esta altura, já descobriram o local.

Dentro de tal contexto de normalização de setores críticos, também se situa a Festa da Uva S. A., que atingira perigosa situação de insolvência mas que, pela injeção de recursos públicos simultaneamente a uma nova administração saneadora, conseguiu superar suas dificuldades mais prementes e reencetar uma fase auto-sustentável de promoções continuadas.

Procurou-se chegar a uma definição de atribuições entre o Departamento de Turismo e a Companhia Riograndense de Turismo-CRTUR, a qual é da mais alta importância para o desenvolvimento dessa área, por administrar unidades vitais como os parques e campings Estaduais, e inúmeros Centros de Informações Turísticas nos postos de entrada fronteiriços e no mercado comprador do Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo Departamento de Turismo, no período, são de destacar: a Promoção de Verão; o apoio a eventos já consagrados, tais como o Festival de Cinema de Gramado; o estímulo a novos eventos de alto nível, tais como a Festa do Chimarrão, em Erechim; a elaboração e massificação de um atualizado

Calendário Trimestral de Eventos; a realização de seminários de conscientização turística em cidades tais como Ijuí e Rio Grande; a participação no Encontro de Hoteleiros, em Santo Ângelo; a abertura de novas frentes de atuação; a promoção de diálogo com as comunidades turísticas tradicionais; o comparecimento a cursos e reuniões da EMBRATUR, entre outras.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Educação Física e Desportos

OBJETIVO:

estimular, por todos os meios, o esporte amador e o hábito da prática desportiva

REALIZAÇÕES:

— I Jogos Rurais do Rio Grande do Sul
200 pessoas

OBJETIVO:

integrar esta Secretaria à rede de associações privadas dedicadas ao desporto amador, coordenando esforços isolados, visando a ampliar o alcance social e utilização plena das estruturas e equipamentos já existentes e dando apoio sistemático a seus programas esportivos

REALIZAÇÕES:

— campeonato sul-brasileiro de handebol masculino
56 pessoas

— campeonato brasileiro de punhobol
47 pessoas

— II Torneio Sul-Brasileiro para deficientes visuais
200 pessoas

— campeonato mundial de futebol de salão
380 pessoas

— campeonato gaúcho de ciclismo
73 pessoas

— campeonato "Masters" Gaúcho de Tênis
130 pessoas

— XXIII Festival Hípico Noturno
400 pessoas

— campeonato Interior de Remo
43 pessoas

- campeonato Estadual de Natação
80 pessoas
- Troféu Hipari Rurachi
30 pessoas

OBJETIVO:

promover, a nível estadual e federal, olimpíadas envolvendo todas as modalidades de esporte e atletismo amador

REALIZAÇÕES:

- XVI Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul
3.000 pessoas
- Regata Governador do Estado
32 pessoas

OBJETIVO:

dar assistência e apoio aos organismos municipais dos setores turístico-cultural e desportivo, visando a integrar programas e harmonizar metas com a soma de esforços de todas as áreas interessadas

REALIZAÇÕES:

- Campeonato Municipalista Gaúcho
400 pessoas

Programa: Cultura

OBJETIVO:

resguardar por todas as formas a seu alcance o patrimônio histórico do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÕES:

- atendimento ao público
1.791 pessoas
- laboratório de restauração e conservação
890 documentos
- publicação de documentos
3.963 documentos
- classificação e catalogação de documentos
39.993 documentos

- biblioteca, classificação e catalogação de livros 816 livros
- estágios 18 pessoas
- depoimento à pesquisa histórica e arqueológica nos caminhos de Bagé 70 pessoas
- exposição de documentos, comemorativa ao centenário da morte de José Garibaldi 1 promoção
- exposição de documentos relativa à criação dos quatro primeiros municípios 304 pessoas
- apoio histórico-cultural à inauguração do Moinho de Vento, nos 10 anos do parque 1 promoção
- Museu do Carvão do Rio Grande do Sul, em Arroio dos Ratos (Pólo Cultural — Rio Pardo) 1 promoção
- ciclo de estudos históricos sobre a colonização açoriana no Rio Grande do Sul e Santa Catarina 1 seminário
- exposição de documentos relativa à incorporação do Chui ao território do Rio Grande do Sul 1 promoção
- exposição de documentos em homenagem a João Neves da Fontoura 1 promoção
- exposição “E o Circo Chegou”, de Eneida Serrano, no Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, em Porto Alegre 1 promoção
- exposição “Cavalcadas”, no Salão de Exposições do Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, em Porto Alegre, junto com o Museu Antropológico do Estado 1 promoção
- coleta de objetos e materiais diversos ligados ao patrimônio histórico da Comunicação Social no Rio Grande do Sul 24.000 unidades

OBJETIVO:

apoiar todas as atividades artísticas e de preservação da cultura, tanto as que dependam diretamente de instituições públicas, como as exercidas por grupos e instituições privadas

REALIZAÇÕES:

- realização de exposições, mostras, feiras de artesanato e artes plásticas nas doze regiões culturais do Estado
7 promoções
- realização de seminários, simpósios, congressos, cursos, encontros, conferências e palestras nas doze regiões culturais do Estado
14 promoções
- apresentações musicais, folclóricas, regionais, populares e eruditas nas doze regiões culturais do Estado
21 apresentações
- apresentações cênicas nas doze regiões culturais do Estado
13 promoções
- concurso “Prêmio Habitasul e Correio do Povo”: Revelação Literária 82
4 eventos
- exposição permanente e exposições trimestrais — “Garibaldi e a Revolução Farroupilha”, “Centenário de Lavras do Sul” e “Centenário do Nascimento do Marechal Osório”
25.575 pessoas
- atividade “Museu Complementa a Escola”, realizada em colégios da capital que solicitam exposições diárias de peças históricas, com que enriquecem seu currículo
2.754 pessoas
- exposição “Centenário da Morte de Garibaldi”, no Museu Histórico Júlio de Castilhos, com o apoio do Museu de Comunicação Social
1 promoção
- exposições de fotografias “Os doze Rio Grandes”, de Leonid Straeliev, no Museu de Comunicação Social (Pólo Cultural de Porto Alegre)
1 promoção
- exposição “O Índio no Rio Grande do Sul”, no Salão de Exposições do Museu de Comunicação Social, em Porto Alegre
1 promoção
- exposição “Humor e Tradição”, promovida pelo Museu de Comunicação Social, na cidade de Santa Maria, em comemoração ao aniversário da cidade
1 promoção
- projeção de cinema no mini-auditório do Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, em Porto Alegre
73 projeções

- produção e exibição do audiovisual “Gazeta Ano 100”, pelo Museu de Comunicação Social, na cidade de Alegrete, e em Porto Alegre, no seu mini-auditório
8 exibições
- exposição “Gazeta Ano 100”, produzida pelo Museu de Comunicação Social, e montada nas cidades de Alegrete e Porto Alegre
2 promoções
- palestra do historiador Francisco Riopardense de Macedo, sobre o Diário de Porto Alegre, no salão de Atos da Faculdade dos Meios de Comunicação Social, da Pontifícia Universidade Católica, promovida pelo Museu de Comunicação
1 palestra
- coleta de objetos e materiais diversos ligados ao patrimônio histórico da Comunicação Social no Rio Grande do Sul, pelo Museu de Comunicação Social
16.000 unidades
- engenho de farinha, mostra de pintura de Gerson Scherer, no Museu de Arte do Estado do Rio Grande do Sul — MARGS
1.700 pessoas
- mostra de objetos rendados da tapeçaria Vera Beatriz Zattera, no Museu de Arte do Estado do Rio Grande do Sul — MARGS
1.500 pessoas
- retrospectiva Ado Malagoli, mostra de documentação no MARGS.
1.570 pessoas
- pinturas de Alfredo Aquino, no MARGS
1.000 pessoas
- Jovem Arte Sul-América, Brasil-Sul: seleção de obras de arte gaúchas no MARGS, para exposição em Florianópolis
4.000 pessoas
- Bicho de Pedras, mostra fotográfica de Oscar Lippe, no MARGS
3.000 pessoas
- Âmbula, a caixa-proposta de Maria Helena Weber, Heloisa Schneider da Silva e Humberto Vieira, no MARGS
2.500 pessoas
- Seleção Verde e Amarelo: coletiva em comemoração ao 25º aniversário da Abertura do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, ao público
2.500 pessoas
- imagens do Rio Grande do Sul: mostra de fotografias no MARGS
2.500 pessoas

- “Pôr-do-Sol no Guaíba” — Fotografias Thais Bruck de Freitas
1.000 pessoas
- um outro alguém na multidão (promoção)
1.000 pessoas
- calcografias—Imagens de Roma
1.100 pessoas
- fotografias de Adão Szymanski-“Luzes”
1.300 pessoas
- visitação ao acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul
82.307 pessoas
- gravações de fitas ao público em geral, em Porto Alegre
353 fitas
- difusão musical — atendimentos a ouvintes em geral, em Porto Alegre
6.057 pessoas
- montagem de audições comentadas, em Porto Alegre
44 eventos
- audições individuais de discos, em Porto Alegre
8.408 pessoas
- — audições coletivas ao público, em Porto Alegre
218 eventos
- processamento técnico do acervo discográfico, em Porto Alegre
4.134 registros
- processamento técnico do acervo bibliográfico, em Porto Alegre
2.379 registros
- atendimento ao leitor, em Porto Alegre
1.099 pessoas
- planejamento e execução dos serviços de secretaria e administrativos
21 unidades
- execução dos serviços de limpeza e conservação do prédio, e de serviços
externos
21 unidades
- exposição de desenho e pintura, com participação de artistas pelotenses
instituição
- concurso de redação “Bento Gonçalves e sua importância na Revolução
Farroupilha”
1 instituição

- Apresentação de um audiovisual “Os Doze Rio Grandes”
2 instituições
- XXVIII Feira do Livro de Porto Alegre e I Feira do Livro de Bagé
2 eventos
- exposição “Semana do Folclóre” — “Indumentária Gaúcha”, na Galeria do Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, em Porto Alegre, com o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
1 promoção
- promoção de “Tarde de Autógrafos”, em conjunto com a Biblioteca Pública do Estado, com o escritor Rudy Meirelles
1 evento
- exposição “Vida e Obra do Padre Landell de Moura”, no Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa” em Porto Alegre, e na Sociedade Riograndense no Rio de Janeiro
2 promoções
- ciclo de palestras sobre radiodifusão, no Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, com minixposição de objetos do acervo particular do museu
2 palestras
- projeção do audiovisual “A Imprensa em Porto Alegre”, no Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, em Porto Alegre
4 projeções
- exposição “Eisenstaedt ... Alemanha”, no Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, em Porto Alegre
1 promoção
- palestras “Os Meios de Comunicação em Porto Alegre”, no Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”, em Porto Alegre
2 palestras

OBJETIVO:

entrosar as atividades culturais com outras que lhe, dão, ou pedem apoio, colocando todos os equipamentos públicos a seu serviço

REALIZAÇÕES:

- atendimento, através do carro-biblioteca e de caixas-bibliotecas, às populações de cinco vilas populares, e de instituições assistenciais (consulta e empréstimo de livros)
5.900 usuários
- atendimento, através do carro-biblioteca e de caixas-bibliotecas, às populações de cinco vilas populares, e de instituições assistenciais (consulta e empréstimo de livros)
11.000 documentos

- orientação às bibliotecas públicas de onze municípios e seus respectivos pólos culturais, no Rio Grande do Sul
3 municípios
- reciclagem, em Porto Alegre, de pessoal responsável pelas bibliotecas públicas municipais do interior do Rio Grande do Sul
14 municípios
- atendimento de público, consulta e empréstimo de documentos, na sede da Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre
51.000 usuários
- atendimento de público, consulta, e empréstimo de documentos na sede da Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre
65.000 documentos
- reciclagem de pessoal treinado no curso para criação de centros de leitura em bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre
30 pessoas
- criação do centro de leitura, na Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre
17 pessoas
- promoção de visitas ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul, divulgando-o junto às escolas de I grau
3.088 pessoas
- exposição permanente e exposições trimestrais — “Escritório — Seu Passado”, exposição comemorativa da Independência do Brasil.
64.278 pessoas
- museu complementa a Escola: realizado em colégios da capital que solicitam exposições diárias de peças históricas com que enriquecem seus currículos
10.447 pessoas
- tombamento e catalogação dos objetos doados a este Museu
- elaboração de fichas descritivas das peças do acervo
- reorganização da biblioteca
- atendimento a consulentes e pesquisadores
- exposições itinerantes — espadas e condecorações, homenagem a João Neves da Fontoura durante a “Semana de Cachoeira do Sul”
- treinamento de pessoal responsável por carros-bibliotecas
300 pessoas

OBJETIVO:

dar assistência e apoio aos organismos municipais, dos setores turístico, cultural e desportivo, visando à integrar programas e harmonizar metas com a soma de esforços de todas as áreas interessadas

REALIZAÇÕES:

- atividades de animação, leitura, cinema, música, artes plásticas nas vilas periféricas de Porto Alegre

46 promoções

Programa: Turismo

OBJETIVO:

dar continuidade ao plano estadual de turismo, ampliando sua área de atuação e aperfeiçoando-o à nova filosofia e atribuições da pasta

REALIZAÇÕES:

- viagem, por parte da direção do Departamento de Turismo — DETUR, para o interior do Estado

31 viagens

- viagem da direção do DETUR à Brasília: Programa Brasil Turístico

32 viagens

- viagem ao Rio de Janeiro

33 viagens

- representar a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo — Departamento de Turismo no Concurso Senhorita Turismo e avaliar as necessidades da semana crioula de Bagé, dentro da programação de verão/82

26 eventos

- prestar apoio técnico à Prefeitura Municipal de Torres para o Seminário Municipalista Gaúcho

26 seminários

- IIIª Multifeira: realização de 34 atividades

- programa cozinha gaúcha gosto de Rio Grande — projeto “Balaios do Sul”

34 promoções

OBJETIVO:

coordenar as atividades do setor turístico com outras exercidas dentro do setor público e com as empresariais, maximizando o potencial de oferta do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÕES:

- VII Brasil Travel Mart-BTM: realização de 26 atividades
- contatos referentes ao I Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários
26 encontros
- IV Jornada Nacional Pró-legalização dos Cassinos nas Estâncias, realizada em Cabo Frio-RJ
29 atividades

OBJETIVO:

dar ênfase à política de criação de pólos de atração turística, regionalizados com diversidade do tipo de oferta e de períodos de demanda, concentrando-se neles atenções e recursos

REALIZAÇÕES:

- inventário turístico dos municípios
26 estudos
- seleção dos eventos com vistas a impressão do calendário turístico do I Trimestre de 1983

OBJETIVO:

dar condições de infraestrutura em equipamentos públicos para atrair a iniciativa privada a investir em novos empreendimentos ou em ampliações de porte e evitar a exaustão na demanda ou estagnação na oferta

REALIZAÇÕES:

- viagem a Torres para prestar vistorias aos complexos turísticos: Parque da Guarita, Camping Itapeva, terminais turísticos de Torres, Tramandai e Cidreira
1 obra

OBJETIVO:

investir em recursos humanos na área de serviços turísticos levantando o nível profissional do setor, através de escolas e cursos específicos

REALIZAÇÕES:

- reunião técnica da área do desenvolvimento de recursos humanos: Região Sul, realizada em Florianópolis

OBJETIVO:

aproveitar como apelo turístico a tipicidade gaúcha nos usos, costumes, folclore, culinária, jogos diversos, programando suas apresentações

REALIZAÇÕES:

- **classificação e análise dos eventos de destaque estadual (90 eventos)**
36 eventos
- **festival do Chopp em Feliz: realização de dias de festas**
26 dias
- **distribuição de questionários de qualificação de eventos promocionais**
26 amostras
- **octoberfest**
34 comissões
- **Congresso Nacional de Hotéis e Restaurantes.**

OBJETIVO:

dar assistência e apoio aos organismos municipais do setor turístico, cultural e desportivo visando a integrar programas e harmonizar metas com a soma de esforços de todas as áreas interessadas

REALIZAÇÕES:

- **I Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários**
28 comissões
- **X Congresso Nacional da Associação Brasileira de Agentes de Viagens**
27 encontros
- **lançamento da Expointer e Avaliação do Centro de Informações Turísticas — CENINTUR em São Paulo**
26 promoções

OBJETIVO:

ampliar a rede de acampamentos (campings) e de terminais turísticos

REALIZAÇÕES:

- **conservação e manutenção dos complexos turísticos e controle da prestação de contas**
35 obras
- **inventário turístico dos municípios**
34 estudos

**FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA
DE PORTO ALEGRE — FOSPA**

DESEMPENHO 1979/82

O período 1979/82, na Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, foi rico em iniciativas e realizações artísticas.

Já em 1979, a OSPA, então sob a Direção Artística do maestro David Machado, buscou uma aproximação popular, iniciando uma série de concertos — “Venha curtir a Sinfonia, conversando com o Maestro” —, a qual alcançou grande repercussão na comunidade.

No sentido da popularização, atendendo à orientação emanada de ordem superior, houve a preocupação com locais alternativos para concertos, fora das salas de espetáculos. Assim, foram promovidas apresentações na Praça da Alfândega, na Praça da Matriz, no Parque da Redenção e, em especial, no Jardim Botânico, onde se efetuou a série que se constitui na iniciativa mais bem sucedida nesse sentido — a Sinfonia da Natureza que, nas apresentações do quadriênio, conseguiu reunir um público aproximado de 100.000 pessoas.

Da temporada de 1979, sobretudo, guarda a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre um grande título — “Lo Schiavo”, ópera de Carlos Gomes, nunca antes apresentada em Porto Alegre, e cuja encenação, realizada no Teatro Leopoldina, foi levada a São Paulo, por empresamento particular, e a Montevideu, pela própria Orquestra, propiciando, assim, o estabelecimento de um convênio de mútua colaboração cultural entre a OSPA e o SODRE.

De um total de 99 eventos musicais, em 1979, a Orquestra Sinfônica apresentou 69 concertos e, ainda, três recitais do Ballet “Giselle”, de produção uruguaia, com extraordinária acolhida de público.

A programação artística de 1980 foi dedicada a um evento marcante — a comemoração dos 30 anos da OSPA, evento este delimitado por dois concertos: um, a 23 de março, reprisando o primeiro concerto da Orquestra (em 1950); o outro, a 23 de novembro, no dia do aniversário propriamente dito quando, pela primeira vez esteve à direção da OSPA o maestro Eleazar de Carvalho, contratado mais tarde como regente titular.

Foi preocupação da OSPA, no período, o aproveitamento dos valores brasileiros e gaúchos, na sua programação. Assim, todos os 23 solistas dos concertos da Orquestra foram brasileiros e, destes, 11 gaúchos. Por outro lado, dos 84 concertos promovidos, houve apenas um regido por maestro não brasileiro enquanto que, dos 16 solistas de canto, 14 eram brasileiros e, destes, 12 gaúchos.

Um aspecto de repercussão na vida da Orquestra esteve associado à suspensão das atividades do Coral Sinfônico, em virtude de reclamatória trabalhista coletiva. Este fato, todavia, favoreceu o aproveitamento de grupos corais amadores, nas apresentações da OSPA, com ampla participação de grupos de cidades interioranas como Novo Hamburgo, Cachoeira do Sul, Canoas, Montenegro, afora Porto Alegre.

Foram apresentadas, no decorrer da programação desenvolvida em 1980, muitas obras de autores nacionais e, em especial, gaúchos. Assim, nada menos de 24 composições de autores do Rio Grande do Sul — sendo 11 em primeiras audições —, estiveram presentes em 54 concertos.

Os principais eventos a serem destacados em 1980, consistiram em: ciclo de Beethoven (a sinfonia, e os concertos para piano e orquestra); Concerto da Orquestra de Câmara de Montevideu, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores, atra-

vés da Embaixada Brasileira no Uruguai; a estréia, em primeira audição, da ópera do compositor gaúcho Roberto Eggers "Missões"; a realização de um concerto patrocinado pela Rede Ferroviária Federal S.A., no espaço das oficinas da Estação de Diretor Pestana, para os próprios operários.

O fato artístico mais saliente do exercício de 1981 constituiu-se na contratação do Maestro Eleazar de Carvalho como Regente Titular e Diretor Artístico da Fundação.

As ênfases da programação foram: a promoção do músico brasileiro, em geral, e gaúcho, em particular; a interiorização da OSPA; a popularização da Orquestra; a integração da OSPA com a comunidade artística gaúcha.

A par de nomes destacados, como o do próprio Maestro Eleazar de Carvalho, a OSPA, em 1981, trouxe Isaac Karabtshevsky, Henrique Morelembaum, Benito Juarez, titulares dos maiores organismos musicais do Brasil.

Dentre os eventos de uma temporada muito rica em títulos, é de destacar a apresentação da cantata profana de Carl Orff, em montagem cênica, "Carmina Burana" que, em 5 recitais, lotou o Salão de Atos da Pontifícia Universidade Católica. Deve, ainda, ser feito registro especial à participação da Associação de Dança do Rio Grande do Sul, à qual se devem a interpretação cênica, sob a forma de co-produção.

A temporada de 1982, já inteiramente sob a orientação do Maestro Eleazar de Carvalho, reestruturou o arcabouço das proposições da OSPA. Dedicada às comemorações dos autores cujas efeméridas são celebradas (Centenário de Nascimento de Stravinsky, 250º Aniversário do Nascimento de Haydn), a programação foi estruturada em dois grandes blocos: 12 concertos, denominados "Encontros Sinfônicos de Outono", que se limitaram de março a junho; 13 Concertos — "Os Encontros Sinfônicos da Primavera", que abrangeram os meses de agosto a dezembro.

Sob o aspecto de relacionamento com o público, a OSPA vivenciou, em 1982, a experiência de abrir mão do quadro social, em favor da Venda de Assinaturas, uma para cada série de "Encontros". A acolhida à nova modalidade foi, a princípio, modesta, com um crescendo de público e de adesões na medida em que a programação alcançava os seus momentos de maior apelo popular, sobretudo com a realização de uma nova revisão da obra de Beethoven, compositor sabidamente acessível, a cujas sinfonias e concertos a afluência do público correspondeu.

Iniciativa notável foi a realização do "I Festival de Música Internacional" em Gramado, deslocando para o Interior do Estado o centro das atenções da cultura musical durante todo o mês de julho de 1982. Este Festival apresentou um saldo final de alta expressão, a saber: 14 eventos, entre concertos sinfônicos, camerísticos, recitais e apresentações solistas, inclusive didáticos, bem como a realização paralela de Seminários de Música, cuja atividade docente apoiou a formação de 50 jovens instrumentistas, gaúchos e de outras praças, especialmente convidados pelo Maestro Eleazar de Carvalho. O Festival foi nota de destaque nacional, suscitando interesse da maior parte dos Estados brasileiros, e assegurando um tento importante para a Administração do Estado, no quadriênio.

Para concluir, não pode deixar de ser mencionada uma iniciativa de Direção Artística da OSPA, de grande repercussão no meio artístico do Estado — os "Encontros com a Música Brasileira", séries realizadas, uma em cada semestre, somando 16

concertos exclusivamente de música brasileira e apresentando a evolução da nossa música, do Barroco e Colonial, até o Contemporâneo, finalizando por um debate público dos autores com a platéia, sobre a atualidade musical brasileira.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Cultura

OBJETIVO:

apoiar toda atividade artística e de preservação da cultura, tanto as que dependam diretamente de instituições públicas como as exercidas por grupos e instituições privadas

REALIZAÇÕES:

— concertos sinfônicos executados mediante assinatura	24 eventos
— concertos didáticos para a juventude escolar	13 eventos
— concertos especiais	10 eventos
— concertos de música de Câmara	13 eventos
— atividades docentes da Escola de Música	2.705 horas/aula
— atividades docentes da Escola de Música da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — OSPA	1.256 horas/aula

FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE — FIGTF

DESEMPENHO 1982/83

Além de preocupação de dotar a Instituição de um Quadro de Pessoal, objetivo concretizado em agosto de 1982, o Instituto realizou intensas atividades, alargando consideravelmente seus horizontes, em todos os sentidos.

No concernente às pesquisas de campo e gabinete, foram concluídos os seguintes trabalhos: Ciclo Natalino Gaúcho — Terno de Reis; Carreira de Bois — fato folclórico curiosíssimo e ímpar no País; Carretas e Carreteiros; Coletânea de Música Brasileira; Folias do Divino — relacionado ao grande acontecimento folclórico das celebrações do Divino Espírito Santo.

Encontram-se em fase de conclusão as pesquisas relativas a: Palanques Antropomórficos — manifestação de arte folclórica similar às Carrancas do Rio São Francisco;

Reconstituição de Danças Gaúchas — com registro de 14 danças até então não documentadas; Instrumentos Musicais Típicos da Zona Rural do Rio Grande do Sul; A Gaita no Rio Grande do Sul — envolvendo origens, evolução, técnicas de fabricação, industrialização e emprego, através dos tempos e até a atualidade; Trovador; A bombacha — buscando as suas origens mais remotas; Festa do Rei do Tiro — manifestação folclórica da região de colonização teuto-brasileira; Cavalhadas no Rio Grande do Sul; Jogos de Mora e Três Sete — diversões dos descendentes italo-brasileiros; Semana Santa — levantamento das crendices, superstições e religiosidade popular alusivas ao evento; Velação de Santos — relacionada ao folclore de veneração aos mortos; Cantigas de Trabalho; Baile de Masqué — acontecimento folclórico ainda vigente na região de Santo Antônio da Patrulha.

Foi feita uma ampla análise do fenômeno surgido nos últimos anos, denominado “O Movimento Musical dos Festivais”, com registros documentados em cerca de 5.000 páginas. Desses estudos resultou a elaboração de um projeto conjunto do Instituto e da Delegação do Ministério de Educação e Cultura no Rio Grande do Sul, para a realização de um Seminário sobre Música Rio-grandense, em tramitação no Ministério de Educação e Cultura.

Em fase adiantada encontra-se, ainda, um trabalho relacionado com os gêneros musicais do Rio Grande do Sul, existindo gravadas mais de 100 horas de entrevistas e registros musicais.

Entre as publicações são de destacar: “A idade do Couro no Continente D’EL Rei”, de Hélio Moro Mariante; “Catálogo de Mostra de Folclore Infante — Juvenil”, de Glaucus Saraiva; “Coletânea Brasileira — Música Folclórica Tradicional e Popular”, acompanhada de 4 fitas K-7; “Cante com os Gaúchos”, acompanhada de uma fita K-7; “Terno de Reis — Natal Gaúcho”, de J. C. Paixão Cortes e equipe da FIGTF; “Carreta de Bois”, da equipe técnica da Instituição; “Reses”; “Pesquisas Folclóricas e Incentivos ao Tradicionalismo”; “Festas Juninas e dos Santos Padroeiros”, “Receitas de Culinária Gaúcha — Semana de Gastronomia Gaúcha”.

Dentre as promoções realizadas pelo Órgão, ressaltam aquelas relacionadas ao Ciclo Natalino Gaúcho, com a valorização e apresentação de Ternos de Reis, em Porto Alegre e diversas cidades do Estado, bem como em Brasília e Rio de Janeiro. São também de destacar: o I Festival Estadual de Ternos de Reis, em Osório, e o II Festival, em Gravataí; a Mostra de Folclore Infante-Juvenil; a Semana Estadual de Folclore; a realização de Cursos de Danças Gaúchas, entre outras.

Em termos de co-participação, os trabalhos mais destacados do Instituto constituíram-se em: comemorações alusivas à passagem do Bicentenário de Saint-Hilaire; III Centenário da Fundação da Colônia do Sacramento (ocasião em que a FIGTF recebeu a incumbência do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de organizar, coordenar e executar a participação brasileira neste evento, comemorado em Colônia e Montevideu); Centenário do Nascimento do General Flores da Cunha; Festa Junina de Porto Alegre (duas); “Gran Semana Criolla Internacional de Montevideu” (duas); Festival Estadual de Arte Popular e Folclore (quatro); Congresso Tradicionalista Gaúcho (três); recepção do Papa João Paulo II, em Porto Alegre; Multifeira; Curso “O Índio, Hoje”, em conjunto com o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul — MARGS; Usos e Costumes do Rio Grande do Sul, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC; III Encontro Nacional de Bacharéis em Turismo — ENBETUR; Convenção Tradicionalista (três); I Encontro de Literatura Oral; Maré

do Humor; Semana Farroupilha (três); diversos Festivais de Música Regionalista, Feiras do Livro de Porto Alegre e Bagé; exposições Humor e Tradição; Calendário Histórico do Rio Grande do Sul, e outros.

Através de Convênio firmado com a Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, foram obtidos recursos, pela FIGTF, para a aquisição de equipamentos, desenvolvimento de pesquisas e de publicações, sendo que, além da obra recebida em dezembro de 1982, mais quatro deverão vir a lume em janeiro/fevereiro de 1983, uma delas resultante de acordo operacional denominado "Pacotes Culturais", firmado com o município de Humaitá.

Foi devidamente catalogado todo o acervo fotográfico e diapositivos da Instituição, tendo sido, também, copiados mais de dois milhares de fitas K-7, e elaborados o Projeto e seis Currículos para a Escola de Danças Gaúchas, instituídas pela Fundação Cultural Gaúcha — Movimento Tradicionalista Gaúcho.

A Biblioteca — Hemeroteca forneceu elementos, e colaborou com as pesquisas de mais de um milhar de estudantes de todos os graus, bem como de professores, pesquisadores e folcloristas, havendo catalogado e arquivado tudo o que se relaciona com o setor.

Devida e convenientemente estruturado e organizado, o Instituto acha-se, hoje, apto a prosseguir seu trabalho voltado para o desenvolvimento da cultura do povo gaúcho.

REALIZAÇÕES 1982

Programa: Cultura

OBJETIVO:

incentivar o culto às tradições em todas as suas múltiplas manifestações.

REALIZAÇÕES:

- promoções de caráter popular: Comemoração do dia dos Reis, em Campo Bom-RS. 1.500 pessoas
- co-participação: Congresso Tradicionalista Gaúcho, em Campo Bom—RS 1.500 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Campereada Internacional, em Alegrete-RS 3.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: 1º Encontro de Literatura Oral, em São Gabriel-RS 1.200 pessoas

- participações em eventos sobre cultura popular: acampamento de conjuntos Regionalistas, em Bom Jesus-RS
2.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Maré de Humor, em Capão da Canoa-RS
1.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Cavalhadas em Gravataí-RS
2.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Comemorações do aniversário de Humaitá — Humaitá-RS
500 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: 1.ª Tropicilha da Canção Nativa, em Ajuricaba—RS
2.500 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: III Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira, no Rio de Janeiro-RJ
500 pessoas
- participação em eventos sobre cultura popular: aniversário do Centro de Tradições Gaúchas “Rincão da Armada”, em Alegrete-RS
400 pessoas
- participações em eventos sobre cultura: Festival da Canção de Carazinho
3.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Feira do Livro de Camaquã
2.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Mostra de Arte Regionalista
800 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Festa Junina de Cachoeira do Sul
300 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Festividade Centro de Tradições Gaúchas “Brazão do Rio Grande”, em Canoas
100 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: XII Rodeio Crioulo de Viamão
5.000 pessoas



- participações em eventos sobre cultura popular: Aniversário do Projeto Rondon, em São Paulo
800 pessoas
- pesquisas de campo sobre assuntos relacionados ao folclore e tradições gaúchas, em andamento
8 pesquisas
- pesquisas de campo sobre assuntos relacionados ao folclore e tradições gaúchas, em andamento (análise e estudos)
5 análises
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradições gaúchas (concluídas)
5 pareceres
- análise dos festivais de música gaúcha
20 estudos
- assessoramento a festivais de música gaúcha
5 unidades
- relatório dos festivais de música gaúcha
7 unidades
- realização de pacotes culturais através de convênios com prefeituras municipais
4 convênios
- registro de coreografias
10 registros
- classificação de fitas cassetes
12 fitas
- classificação de fotos
20 unidades
- classificação de slides
290 unidades
- registro de partituras musicais
10 registros
- entrevistas, em televisão, rádio e jornal, pela equipe do setor de pesquisa
30 entrevistas
- atendimento a consulentes pelo setor de pesquisas
120 pessoas
- revisão de textos
19 unidades

- **publicações** 3 publicações
- **comercialização de obras literárias** 3.000 exemplares
- **promoção de caráter popular: Semana Estadual do Folclore** 1.000 pessoas
- **promoção de caráter popular: Mostra de filmes de pesquisas folclóricas** 400 pessoas
- **co-promoção: Segunda Festa Junina de Porto Alegre** 20.000 pessoas
- **co-promoção: Semana da Gastronomia Gaúcha** 5.000 pessoas
- **co-promoção: Curso de Culinária Gaúcha** 30 pessoas
- **co-promoção: V Festival de Folclore e Arte Popular** 5.000 pessoas
- **participações em eventos sobre cultura popular XIV Congresso Brasileiro de Lingüística e Literatura, no Rio de Janeiro-RJ** 600 pessoas
- **participação em eventos sobre cultura popular: Terceiro Seminário de Museus, em Bagé-RS** 400 pessoas
- **participação em eventos sobre cultura popular: Convenção Tradiciona- lista, em Bento Gonçalves-RS** 1.000 pessoas
- **participações em eventos sobre cultura popular: Ciranda Musical Teuto- Rio-Grandense, em Taquara-RS** 5.000 pessoas
- **participações em eventos sobre cultura popular: Semana Farroupilha** 20.000 pessoas
- **participações em eventos sobre cultura popular: Assessoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul na Semana Farroupilha** 500 pessoas
- **participações em eventos sobre cultura popular: Apresentações Artísti- cas na Estância Gaúcha do Planalto, em Brasília-DF** 1.000 pessoas
- **planejamento de cursos de danças para a fundação cultural do Mov- imento de Tradições Gaúchas, pelo setor de pesquisas** 5 cursos

- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Ternos de Reis
3 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Instrumentos Musicais
3 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Chotes e suas Modalidades
3 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Cavalhadas
3 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Danças Gaúchas
2 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Gêneros Musicais
2 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Gaitas
2 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos: Se-
mana Santa
1 etapa
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Palanques Antropomorfos
2 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Velação de Santo
1 etapa
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Cantigas de Trabalho
1 etapa
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Carretas e Carreiros
2 etapas
- pesquisas sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchos:
Humaitá
3 etapas

- elaboração de filme documentário sobre pesquisas folclóricas gaúchas:
Humaitá 3 etapas
- elaboração de filme documentário sobre pesquisas folclóricas gaúchas:
Gaita 3 etapas
- elaboração de filme documentário sobre pesquisas folclóricas gaúchas:
Ternos de Reis 2 etapas
- elaboração de filme documentário sobre pesquisas folclóricas gaúchas:
Carreiras de Bois 2 etapas
- elaboração de filme documentário sobre pesquisas folclóricas gaúchas:
Carretas e Carreteiros 2 etapas
- promoções de caráter popular: Ciclo Natalino Gaúcho — Apresentação
de Ternos de Reis 300 pessoas
- co-promoção: Seara da Canção Gaúcha, em Carazinho-RS 6.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: XXVI Feira do Livro de
Porto Alegre 10.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Baile do Masqué em
Santo Antônio da Patrulha 800 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Feira do Livro de Bagé 1.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Baile dos Corredores de
Cavalladas em Gravataí 800 pessoas
- promoções de caráter popular: I Curso de Danças Gaúchas, em Canoas 100 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Convenção Tradiciona-
lista, em Panambi 500 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Júri do Festival de Mú-
sica “Uma Canção para São Borja” 3.000 pessoas

- participações em eventos sobre cultura popular: “Califórnia da Canção Nativa”, em Uruguaiana
10.000 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: Primeira Gauderiada da Canção, em Rosário do Sul — Assessoria à solenidade de lançamento do festival
800 pessoas
- participações em eventos sobre cultura popular: “Festival Tche! 82” — Assessoria à solenidade de lançamento e organização
4.000 pessoas
- revisão final do texto da pesquisa “Folia do Divino”, para publicação do livro
1 livro
- transcrição de fitas do I Encontro de Literatura Oral, para publicação do livro
1 livro
- elaboração do texto informativo “Resumos para edição de Opúsculo Informativo” — Setor de Pesquisa
8 informações
- promoção: Mesa-Redonda, Festivais de Música, no Rio Grande do Sul
1 promoção

OBJETIVO:

entrosar as atividades culturais com outras que lhe dão ou pedem apoio, colocando todos os equipamentos públicos a seu serviço

REALIZAÇÕES:

- gravação de fitas destinadas à divulgação e comercialização
330 fitas
- catalogação de discos
482 discos
- catalogação de álbuns de slides
- organização de álbuns fotográficos
13 unidades
- organização de arquivo de fitas
70 fitas
- montagem de filmes super 8
9 unidades

- atendimento ao público pelo setor de imagem e som 120 pessoas
- organização para divulgar a leitura de jornais e revistas: Hemeroteca 1.825 exemplares
- colagem, classificação e arquivamento do material Hemeroteca 1.416 documentos
- organização de novos arquivos: Hemeroteca 3 unidades
- atendimento aos pesquisadores e ao público em geral: Biblioteca e Hemeroteca 900 pessoas
- pesquisas de campo sobre assuntos relacionados ao folclore e tradição gaúchas, em andamento 5 entrevistas
- catalogação de negativos fotográficos pelo setor de imagem e som 3.588 unidades
- catalogação de fotos pelo setor de imagem e som 1.234 unidades
- catalogação de provas fotográficas pelo setor de imagem e som 842 unidades
- exposições de acervo pelo setor do Museu e Iconografia 3 promoções
- confecção de cartazes promocionais sobre eventos da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore — FIGTF, pelo setor de Iconografia 2 promoções
- pesquisa e desenhos de figurinos do ciclo farroupilha para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo pelo setor de Iconografia.
- elaboração de textos informativos — Resumos, Pesquisas e Promoções do FIGTF, para publicação de opúsculo informativo — setor Hemeroteca 20 informações

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO — CR-TUR

DESEMPENHO 1979/82

As atribuições da CR-TUR, empresa de economia mista e órgão executivo do Sistema Estadual de Turismo, se atêm, principalmente, à prestação de serviços à Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo — SCDT e à Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, bem como às Secretarias e Órgãos Oficiais do Estado e Municípios.

A Companhia Riograndense de Turismo vem procurando, através de sua atuação, agilizar suas atividades, incrementando e ordenando seus diversos Setores e finalidades, proporcionando, assim, maiores possibilidades de lazer e cultura ao Turista e ao Campista no geral. Foram realizados vários e contínuos serviços de administração, manutenção, conservação e melhorias nos 8 Campings (Caracol — Canela; Vindima — Flores da Cunha; Itapoã — Viamão; Barra do Chuí — Santa Vitória do Palmar; Camping do Prado — Vicente Dutra; Itapeva — Torres; Lagoa — São Lourenço do Sul; e Cachoeira do Sul) e nos 3 Terminais Turísticos (Torres, Tramandaí e Cidreira).

Vem atuando, também, a CR-TUR, nos 17 Centros de Informações Turísticas — CENINTURS, localizados em Porto Alegre (Aeroporto Salgado Filho, Estação Rodoviária e Av. Borges de Medeiros), Interior (Santa Rosa), Fronteiras (Bagé-Aceguá, Chuí, Santana do Livramento, Jaguarão, Porto Mauá, Torres, Uruguaiana, Vacaria, Porto Vera Cruz, Porto Xavier e São Borja) e outros Estados (Rio de Janeiro e São Paulo), bem como na Estância Hidromineral do Balneário do Prado, em Vicente Dutra.

Dentre os diversos serviços executados, destaca-se a construção de 11 Módulos Esportivos em diversos municípios gaúchos (Ibirubá, Casca, Severiano de Almeida, Frederico Westphalen, Tramandaí, São Sepê, Caçapava do Sul, Sant'Ana da Boa Vista, Guarani das Missões, Dom Pedrito e Aceguá); ampliação da rede hidráulica e reparos gerais no Camping da Lagoa (São Lourenço do Sul); construção de 2 baterias sanitárias na Guarita e execução do Pórtico da Guarita (Torres); continuação das obras da Av. Internacional do Chuí; ampliação e remodelação das redes elétricas do Parque Estadual do Caracol (Canela) e do Terminal Turístico de Tramandaí.

Já na área de promoção, a CR-TUR realizou, ou participou, de vários Eventos. Vale destacar: o "Espetáculo Som e Luz", nas Ruínas de São Miguel (Santo Ângelo); "X Festival do Cinema Brasileiro" (Gramado); "XIV Rodeio Internacional" (Vacaria); "Programação de Verão"; "V Festa Nacional da Vindima" (Flores da Cunha); "II FENAMEIXA" (São Marcos); "I Rodeio Internacional" (Canoas); "BRAZIL TRAVEL MART-BTM" (Rio de Janeiro); "Congresso Mundial de Publicidade" (São Paulo); "VI EXPOINTER" (Esteio); "Exposição Turística sobre o Rio Grande do Sul" (Nova Iorque); "XXIV Congresso Nacional de Hotéis e Restaurantes" (Recife); "Cozinha Gaúcha-Gosto de Rio Grande" (Rio de Janeiro/São Paulo); "Semana da Gastronomia Gaúcha" (Porto Alegre); "Turismo RS/Seja Feliz no Rio Grande do Sul"; "XXVIII Feira do Livro" (Porto Alegre); "III MULTIFEIRA" (Esteio); "Dia do Turista", bem como promoção conjunta com o BANRISUL/VASP, destacando atrações turísticas do Estado, com apresentação de áudio-visuais e shows (Recife/Salvador/Belo Horizonte/Curitiba).

Nos estudos, projetos e operacionalizações, salientamos: "Estudo da Demanda Turística" (I e II etapas); Análises Técnicas de Cartas-Consulta para obtenção de financiamento de empreendimentos turísticos; "Perfil do Campista"; organização, promoção e execução de Seminários de Promoção Turística (Rio Grande/Passo Fundo/Bagé); elaboração das estatísticas nos CENINTURS, bem como tabulação do número de campistas no Estado.

É de ressaltar-se a função, exercida pela Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR e CR-TUR, de atendimento técnico à Hotelaria, Agências de Viagens e Operadoras Turísticas, envolvendo assistência, coordenação, orientação, fiscalização e controle.

REALIZAÇÕES 1982**Programa: Cultura****OBJETIVO:**

levantar como atrativo turístico-cultural o patrimônio histórico do Rio Grande do Sul, assinalando os locais históricos com informações sobre seu significado, razões, causas e conseqüências da sua eclosão

REALIZAÇÕES:

- melhorias em obras e instalações necessárias, concernentes à administração, manutenção e conservação de várias localidades
- serviços e materiais necessários à conservação e realização do "Espetáculo Som Luz", nas ruínas de São Miguel das Missões, em Santo Ângelo-RS
- restauração e cobertura da Casa de Bento Gonçalves, no Parque Histórico, em Camaquã
- melhorias, obras e instalações necessárias, concernentes à administração, manutenção e conservação de campings no Estado
- recepção e informações turísticas na capital, interior e portões de entrada do Rio Grande do Sul
- recepção e informações turísticas nos principais centros emissores de turistas do país (Rio de Janeiro e São Paulo)
- levantamento planimétrico do perímetro do camping e parque de Itapoã
- execução de um pórtico no parque estadual de Guarita em Torres e realização de obras e instalação, no camping
- participação na organização do "X Festival do Cinema Brasileiro", em Gramado
- participação e organização do "Torneio Internacional de Basquetebol Alberto Rossello", em Santos — São Paulo
- marcação topográfica dos perímetros das áreas da Guarita (parque) e Itapeva (camping e terminal turístico) e respectivo cercamento
- construção do camping internacional do Chuí-RS
- participação e organização do "Congresso Tradicionalista de Campo Bom"
- participação e organização do "XIV Rodeio Internacional", em Vacaria-RS



- participação e organização da “I Felazer”, em Tramandai-RS
- participação e organização da “V Festa Nacional da Vindima”, em Flores da Cunha-RS
- participação e organização da “II Fenameixa”, em São Marcos-RS
- participação e organização da “II Feira do Mobiliário”, em Bento Gonçalves-RS
- participação e organização do “I Rodeio Internacional”, em Canoas-RS
- participação e organização do encontro “Brazil Travel Mart/1982—BTM” no Rio de Janeiro
- participação no “Congresso Mundial de Publicidade”, em São Paulo
- participação e organização da “VI Expointer”, em Esteio-RS
- participação e organização da “Exposição Turística sobre o Rio Grande do Sul” em Nova Iorque
- realização e participação no “III Congresso Brasileiro de Guias Turísticos”
- organização do “I Simpósio de Agro-Energia no Rio Grande do Sul”, em Porto Alegre-RS
- participação no “XXIV — Congresso Nacional de Hotéis e Restaurantes”, em Recife
- promoção da cozinha gaúcha em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo
- participação na “XXVIII Feira do Livro” em Porto Alegre, “III Multi-feira”, em Esteio e jogos intermunicipais do Rio Grande do Sul, em Canoas
- execução e promoção do “Dia do Turista” em Porto Alegre
- confecção e distribuição dirigida da revista “Turismo RS — Seja Feliz no Rio Grande do Sul”
- confecção e distribuição dirigida dos folhetos “Gastronomia Gaúcha — Parte I e II”, promovendo, também, com a hotelaria, a culinária sul-riograndense
- organização, promoção e execução de seminários
- operacionalização do projeto “Estudo da Demanda Turística” (1ª e 2ª etapa)

- tabulação do número de campistas que usufruíram os campings oficiais do Rio Grande do Sul, em 1981
- elaboração do roteiro “Grande Circuito Gaúcho”
- análise Técnica das cartas-consulta para obtenção de financiamentos a empreendimentos turísticos
- conclusão do trabalho “Perfil do Campista”
- elaboração das estatísticas nos Centros de Informações Turísticas — CENINTURS
- prestação de serviços de atendimento técnico à Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo
- atendimento técnico e operacional à hotelaria, agências de viagem e operadoras turísticas do Rio Grande do Sul
- elaboração e organização da “Programação de Verão/82” em Cidreira, Osório, Tramandai e Capão da Canoa
- organização e participação da campanha “Semana da Árvore”, em Porto Alegre
- promoção conjunta com o Bannisul e VASP, destacando atrações turísticas do Estado, com apresentação de áudio-visuais e shows em Recife, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, em novembro/dezembro-82

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

DESEMPENHO 1979/82

A Fundação Teatro São Pedro foi criada pela Lei n.º 7.582, de 21.12.81, tendo por finalidade a administração do Teatro, em Porto Alegre.

Apesar de seu funcionamento ser apenas parcial, foi possível realizar uma programação variada e de interesse geral na área artística, onde foram realizados eventos culturais abrangendo a música instrumental, canto-coral, artes cênicas em apresentações de teatro solo e ensemble, dança, e uma exposição de aquarelas do século XIX.

Durante o ano de 1982, as atividades do Teatro São Pedro podem ser assim discriminadas: Pianista Miguel Proença, (29.04 e 02.05); Humorista Jô Soares, (28.05); Soprano Lúcia de Moura Passos e Pianista Hubertus Hofmann, (02.06); Ator Paulo Autran, (09.06); Pianista João Carlos Martins, (24.06); Companhia de Dança Terra, (30.06); Peça Teatral — Os Reis Vagabundos, (de 15 a 18.07); Conjunto de Flautas Doces “Guilomar Novaes”, (21.07); Coro Madrigal Studio de Roma, (27.07); Violinista Takeschi Kobayashi, (25.11); Pianista Eugênia Aronovich, (27.11); Pianista Eduardo Alfonso, (28.11); Soprano Therezinha Rohrig e Pianista Hubertus Hofmann, (29.11); exposição de aquarelas do pintor alemão Herrmann Rudolf Wendroth, (24.11 a 30.11).